MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

CAMPUS JK MINAS GERAIS

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

FACULDADE INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS

BACHARELADO

MODALIDADE PRESENCIAL

LINHA FORMATIVA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1 DE 2019

UFVJM

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Reitor

Gilciano Saraiva Nogueira

Vice Reitor

Cláudio Eduardo Rodrigues

Diretor da FIH

Lúcio do Carmo Moura

Coordenador do Curso de Humanidades - Bacharelado

Atanásio Mykonios

Colegiado do Curso ou Equipe do NDE responsável pela elaboração do PPC

Conforme Portaria FIH N.º 46, de 5 de julho de 2017

Adna Candido de Paula

Adriana Gomes de Paiva

Aline Faé Stocco

André Luis Borges de Mattos

Davidson Afonso de Ramos

Josélia Barroso Queiroz Lima

Lilian Simone Godoy Fonseca

Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale

Yuri Elias Gaspar

Wellington Brilhante de Albuquerque Filho

Secretários do Curso

Andreia Eunice Texeira Alecrim

Marcos Roberto Rocha

SUMÁRIO

1. Caracterização do Curso 5
2. Fundamentação Legal 7
3. Apresentação 12
3.1 – Histórico e desenvolvimento 13
3.2 – Cursos e projetos em execução 14
3.3 – Missão, valores e princípios 14
3.4 – Histórico do Reuni 15
3.5 – Histórico e Consolidação do BHU 17
3.6 – Contextualização dos Cursos de Políticas Públicas no Brasil 24
4. Justificativa 27
4.1 – O Vale do Jequitinhonha: Panorama Regional 28
4.2 – Diagnóstico sobre o Vale do Jequitinhonha e seus desafios 32
5. Objetivos 40
5.1 – Objetivos Gerais 40
5.2 – Objetivos Específicos 40
6. Metas 42
7. Perfil do Egresso 43
8. Competências e Habilidades 45
9. Campo de atuação 47
10. Proposta pedagógica 48
11. Organização curricular 68
11.1 – Eixo Base (EB) 72
11.2 – Eixo Interdisciplinar (EI) 72
11.3 – Eixo Temático (ET) 72
11.4 Eixo de Linguagens (EL) 73
12. Estrutura curricular 75
13. Ementário e Bibliografias 84
14. Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - AACC 144
15. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC 145
16. Sistema de Avaliação do Curso 1467
17. Acompanhamento e Avaliação do PPC 147
18. Referências 148

19. Anexos: documentos que integram o projeto pedagógico 152
19.1 – Acordo já firmado 1512
19.2 – Formulário - Equivalência em horas das AACCs 153
19.3 – Normas Complementares para o TCC 155
19.4 – Infraestrutura 156
19.5 – Administração Acadêmica do Curso 157
19.5.1 – Coordenação do Curso 157
19.5.2 – Colegiado do Curso 157
19.5.3 – Corpo Docente 158
19.5.4 – Núcleo Docente Estruturante 15960
19.5.5 – Corpo Técnico Administrativo - Perfil educacional dos profissionais 159
19.6 – Transição/Plano de migração 160

1. Caracterização do Curso

DADOS DA INSTITUIÇÃO		
Instituição		UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Endereço		*Campus JK* - Rod. MGT 367, KM 583, Nº 5000 – Alto da Jacuba
CEP/Cidade		39.100-000 / Diamantina (MG)
Código da IES no INEP		596
DADOS DO CURSO		
Curso de Graduação		Ciências Humanas
Área de conhecimento		Ciências Humanas
Grau		Bacharelado
Habilitação		Ciências Humanas
Modalidade		Presencial
Regime de matrícula		Semestral
Formas de ingresso		Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada– SISu/ENEM e Processo Seletivo por Avaliação Seriada – SASi. Processos seletivos internos nas formas do Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM.
Número de vagas oferecidas		30
Turno de oferta		Noturno
Carga horária total		2400
Tempo de inte-	**Mínimo**	3 anos (6 semestres)

gralização	**Máximo**	4,5 anos (9 semestres)
Local da oferta		Campus Diamantina/UFVJM
Ano de início do Curso		2009, com início desta alteração em 2019/01
Atos legais de Criação/Reconhecimento e Renovação de reconhecimento do curso		Ato de Criação: Resolução nº 29- CONSU, de 07 de novembro de 2008. Ato de Reconhecimento do Curso - Portaria SERES/MEC, nº 664 de 12/12/2013, publicada no D.O.U. de 13/12/2013.

2. Fundamentação Legal

Esse projeto político pedagógico foi construído com base nas lesgislações e documentos que seguem listados abaixo:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 108, de 07 de maio de 2003. Relatores: Edson de Oliveira Nunes, Éfrem de Aguiar Maranhão e José Carlos. Almeida da Silva. Duração de cursos presenciais de bacharelado. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces108_03.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 136, de 04 de junho de 2003. Relator: José Carlos Almeida da Silva. Solicita esclarecimentos sobre o Parecer CNE/CES 776/97, que trata da orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0136.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 184, de 07 de julho de 2006. Relatores: Edson de Oliveira Nunes e Antônio Carlos Caruso Ronca. Retificação do Parecer CNE/CES nº 329/2004, referente à carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0184_06.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 210, de 08 de julho de 2004. Relatores: Edson de Oliveira Nunes e Marília Ancona-Lopez. Aprecia a Indicação CNE/CES 1/2004, referente à adequação técnica e revisão dos Pareceres e/ou Resoluções das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 setembro 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces210_04.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 266, de 06 de julho de 2011. Relator: Paschoal Laércio Armonia. Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares das Universidades Federais. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 14 out. 2011. Seção 1, p. 16.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 277, de 07 de dezembro de 2006. Relator: Luiz Bevilacqua. Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 junho 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces277_06.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 29, de 01 de fevereiro de 2007. Relatora: Marília Ancona-Lopez. Consulta relativa às Diretrizes Curriculares Nacionais e à duração mínima e máxima dos cursos de graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 maio 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces029_07.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 329, de 11 de novembro de 2004. Relatores: Edson de Oliveira Nunes e Antônio Carlos Caruso Ronca. Carga horária mínima dos cursos

de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2004/pces329_04.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 583, de 04 de abril de 2001. Relator: Éfrem de Aguiar Maranhão. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 outubro 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0583.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 67, de 11 de março de 2003. Relatores: José Carlos Almeida da Silva e Lauro Ribas Zimmer. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 junho 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces067_03.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº. 776, de 03 de dezembro de 1997. Relatores: Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Éfrem de Aguiar Maranhão, Eunice Durham, Jacques Velloso e Yugo Okida. Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer77697.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Poder legislativo. Brasília, DF, 26 jun. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.[1]

BRASIL. Decreto Nº 5.296, de 22 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Poder legislativo. Brasília, DF, 03 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União.** Poder legislativo. Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Decreto Nº 6.049, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União.** Poder legislativo. Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

[1] Especialmente apresenta no Artigo 1º A Política Nacional de Educação Ambiental, que passaria a ser executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

BRASIL. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Poder legislativo. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e da outras providências. **Diário Oficial da União.** Poder legislativo. Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Poder legislativo. Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017. [2]

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União.** Poder legislativo. Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Poder legislativo. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Poder legislativo. Brasília, DF, 24 abr. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.[3]

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e similares. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SESu/MEC Nº. 383, de 12 de abril de 2010. Brasília, DF. Ministério da Educação. Novembro de 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20-%20bacharelados%20interdisciplinares%20-%20referenciais%20orientadores%20%20novembro_2010%20brasilia.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 janeiro 2014. Seção 1, p. 17-18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&Itemid=30192>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário**

[2] Meta 12 – Estratégia: 12.7: Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

[3] Especialmente Artigos 1º, 2º, 3º e respectivos incisos.

Oficial da União, Brasília, DF, 17 setembro 2007. Seção 1, p. 23. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução CONAES nº 01, de 17 junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Resolucao_1_2010.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 junho 2004. Seção 1, p. 11. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 maio 2012. Seção 1, p. 48. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 junho 2012. Seção 1, p. 70. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº. 1134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema. Disponível em: <http://www.faal.com.br/arquivos/portariaAVA.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº. 3.284, de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 novembro 2003. Seção 1, p. 12. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 04, de 10 de março de 2016. Institui o Núcleo Docente Estruturante-NDE nos Cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e revoga a Resolução CONSEPE nº 16, de 18 de junho de 2010. Diamantina, 10 março 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 17, de 24 de agosto de 2016. Revoga, ad referendum do CONSEPE, o art. 5º e parágrafos da Resolução nº 21 CONSEPE, de 25 de julho de 2014 e dá outras providências. Diamantina, 24 agosto 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 05, de 23 de abril de 2010. Estabelece a equivalência em horas das Atividades Complementares-AC e das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais-AACC, conforme previsto no Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM. Diamantina, 23 abril 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 05, de 20 de maio de 2011. Estabelece o

Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Diamantina, 20 maio 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 22, de 16 de março de 2017. Estabelece as normas para o Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Diamantina, 16 março 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 23, de 27 de agosto de 2008. Regulamenta o Bacharelado Interdisciplinar da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Diamantina, 27 agosto 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFVJM. Diamantina, MG. S/D.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2017-2021 da UFVJM. Diamantina, MG. 2017

3. Apresentação

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) cumpre um importante papel institucional e social ao reestruturar o curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), doravante chamado de Ciências Humanas (BHu)[4], de forma a adaptá-lo, sobretudo, às necessidades regionais e locais a que estamos inseridos. Com este, o BHu reafirma e fortalece a interdisciplinaridade, a inovação, a flexibilidade curricular, a autonomia institucional, a autonomia do discente, a inclusão social, a acessibilidade e todos os outros princípios norteadores da Educação Superior brasileira.

O Projeto Pedagógico do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, com linha de formação em Políticas Públicas, obedece e atende a todas as orientações dispostas nos pareceres CNE/CES e nas Resoluções pertinentes elencadas no início deste PPC. Sua estrutura se organiza, efetivamente, pelo Parecer CNE/CES nº 583/2001 que ressalta, aludindo à nova LDB, a atenção à necessária revisão da tradição que burocratizara os cursos e ante as tendências contemporâneas de inserir a graduação no contexto da formação continuada. Com isso foi assegurado ao ensino superior através de uma maior flexibilidade na organização curricular, inovação e complexificação do saber. O Parecer CNE/CES nº 583/2001 "decidiu adotar uma orientação comum para as diretrizes que começa a aprovar e que garanta a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das instituições ao elaborarem suas propostas curriculares" (grifos nossos). Também, outra fonte importante para esse PPC são os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura. Neles encontram-se as bases que permite um curso se orientar por uma linha de formação.

A flexibilidade e diversidade, como apontam os documentos mencionados acima são elementos importantes considerados no PPI e PDI da UFVJM. A conjugação desses aspectos são constitutivos para o PPC reestruturado do BHu que

- está em consonância com os textos emanados da UFVJM; e
- reflete as preocupações, demandas e potencialidades locais, regionais e nacionais.

O PDI preconiza, sobretudo, a ampliação da atuação regional, ação que não se restringe aos conteúdos acadêmicos. O BHu reafirma o alinhamento com as diretrizes estratégicas da UFVJM para ofertar a oportunidade de uma formação interdisciplinar dada a possibilidade de

[4] Cabe destacar que em alguns momentos deste PPC estaremos tratando do BHU, no passado, e do BHu para o momento posterior a reformulação.

uma linha formativa em Políticas Públicas. Com isso, o BHu propicia a formação de agentes multiplicadores inseridos na realidade social, econômica, política e cultural.

O PPC contempla a diversidade das áreas do conhecimento, na prática interdisciplinar, bem como garante a "capacidade de ajustamento às novas exigências geradas pelo avanço científico e tecnológico e às exigências conjunturais em permanente evolução"[5]. Neste sentido, inspirado pela experiência do BHU, implantada na UFVJM a partir de 2009, o curso foi remodelado em 2011-2012, mudanças que ocorreram também em função dos Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares (2010). A partir disso, o corpo docente tem feito reflexões contínuas sobre o papel da interdisciplinaridade como previsto no PDI. Sendo isso, inclusive, uma exigência particular do BHu que supõe um dinamismo e uma diversificação no que tange à sua proposta formativa. Assim, este PPC, tem o propósito de apresentar um projeto em condições de ser aplicado, levando em conta os parâmetros apontados nos PDI e PPI, mesmo que ainda estejam em fase final de sua elaboração.

Convém ainda registrar que este PPC reflete a identidade de um grupo, bem como a sua atuação na UFVJM. Assim como é resultado dos inúmeros e intensos diálogos com a Prograd, sobretudo, DAP, às quais agradecemos nas figuras da Luciane Barroso, Leila Silva, Suely Aguiar, Nelcídio Carneiro e Mônica Fitgerard.

3.1 – Histórico e desenvolvimento

Em 1953 a Faculdade de Odontologia de Diamantina foi fundada por Juscelino Kubitschek de Oliveira. Esta viria a ser a semente da qual germinaria a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a UFVJM. No dia 17 de dezembro de 1960, foi transformada em Faculdade Federal de Odontologia (FAFEOD) e, no dia 4 de outubro de 2002, foi transformada em Faculdades Federais Integradas de Diamantina (FAFEID). Passou a oferecer, além de Odontologia, os cursos de Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Fisioterapia, na área de Ciências da Saúde, e de Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia, nas Ciências Agrárias.

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) localiza-se no Nordeste Mineiro e foi criada em função do primeiro programa de expansão estabelecido pelo governo Lula, eleito em 2002. Em 8 de setembro de 2005 foi publicada a Lei 11.173 no Diário Oficial da União, que transformou as Faculdades Federais Integradas de Diamantina

[5] Documento PDI da UFVJM.

em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. A implantação da universidade nos referidos Vales passou a representar a interiorização do ensino público superior no estado de Minas Gerais, notadamente com o propósito de atender a demanda por formação advinda do norte do Estado de Minas Gerais. Além disso, a Instituição destaca-se por sua importância para o desenvolvimento econômico e sociocultural da região, através da geração de emprego e renda e da redução da desigualdade social existente no país.

Em 2012, a UFVJM iniciou um processo de expansão robusto, acolhendo dois novos campi nas cidades de Janaúba e Unaí. Assim, a Universidade reforçou seu caráter multicampi e sua inserção em quatro (04) mesorregiões da porção setentrional do Estado de Minas Gerais: Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Noroeste.

Em 2014, a UFVJM implementou dois novos BIs: o BC&T Janaúba e o Bacharelado em Ciências Agrárias, na cidade de Unaí. Além disso, novos cursos foram criados nos campi já existentes, como o curso de graduação em Educação no Campo e Engenharia Geológica (Campus Diamantina), e dois cursos de graduação em Medicina, sendo um no Campus Diamantina e outro no Campus Mucuri.

Além dos cursos presenciais, a UFVJM, por meio da Diretoria de Educação Aberta e a Distância (DEAD), oferece cursos de graduação à distância: Administração Pública, Licenciaturas em Física, Matemática e Química vinculados a oito polos. Ademais, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UFVJM busca a ampliação de acesso aos cursos de pós-graduação stricto sensu em seus quatro Campi.

3.2 – Cursos e projetos em execução

A UFVJM possui 11 unidades acadêmicas, distribuídas nos 4 campi – Campus JK, Campus do Mucuri, Campus de Janaúba e Campus de Unaí, abrangentes diversas áreas do conhecimento.

3.3 – Missão, valores e princípios

A UFVJM objetiva ampliar e alcançar cada vez mais pessoas e trazer desenvolvimento por meio da educação. Sua visão é estar entre as melhores Instituições de Ensino Superior do Brasil, reconhecida e respeitada pela excelência do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para o desenvolvimento nacional, em especial as regiões a que atende. Sua missão é produzir e disseminar o conhecimento e a inovação integrando o ensino,

a pesquisa e a extensão como propulsores do desenvolvimento regional e nacional. Seus valores são a ética, a responsabilidade socioambiental, a democracia, a liberdade e a solidariedade.

3.4 – Histórico do Reuni

A instituição do BI ou do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades na UFVJM se deve a adesão desta ao REUNI, através do Decreto 6.096/2007. O REUNI foi criado para reverter a evasão escolar, pela mudança estrutural do modelo universitário. Assumiu o princípio da democratização da educação pública superior federal e a crítica ao modelo disciplinar, que garantia a profissionalização através das graduações específicas, tendo o vestibular como única forma de inserção na educação pública federal. Assim, o REUNI visou ampliar o acesso à universidade, a oferta de outros cursos, num novo modelo, adotando a proposta da Universidade Nova (Filho, p. 257, 2007). Esta visa garantir acessibilidade, a criação e a produção crítica do conhecimento humano à parcela da população brasileira historicamente excluída do processo educacional, na tentativa de romper com o elitismo[6] que marca o ensino universitário no país.

Cabe lembrar que somente em 1988, face à aprovação da constituição, o direito à educação foi legalmente reconhecido como direito social. Além disso, é importante ressaltar que, a partir de um diagnóstico feito pelo governo federal, percebeu-se a necessidade de adequar as universidades à nova legislação (LDB), criada na década de 1990. O REUNI é uma proposta governamental de incentivo às universidades públicas federais, com a interiorização do ensino público superior, garantindo recursos para sua expansão, obedecendo princípios legais não implementados até então. A preocupação principal era a garantia da flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade como premissas dos cursos universitários.

Ao interiorizar e ampliar o ensino público superior, o REUNI concretizou o que era previsto na LDB (Lei 9394/1996), qual seja, "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e

---

6 "O país tem um dos menores índices de matrículas na educação superior na América Latina (7,7% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos). Nos últimos oito anos, a matrícula nas instituições públicas foi de apenas 28%, enquanto nas particulares foi de 86% (...)" (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p. 214). Para além disso, é amplamente estudado e divulgado que a maior parcela dos alunos universitários brasileiros no ensino superior público sempre foi das classes alta e média. E dentro das grandes áreas da educação a maior parcela de alunos das classes piramidalmente inferiores encontravam-se e encontram-se nos cursos de humanas. Para mais informações, veja: Machado, Costa, Mauritti, Martins, Casanova e Almeida (2003). Somente após a implementação do Reuni foi possível perceber a inversão deste quadro. Segundo a Andifes, entre os anos de 2010 e 2014, ocorreu um aumento das classes D e F nas universidades federais brasileiras, chegando à proporção de 2 em 3 alunos pertencentes a estas classes. (disponível em http://www.andifes.org.br/politicas-de-expansao-e-inclusao-contribuem-para-que-as-classes-d-e-e-sejam-a-maioria-dos-estudantes-das-universidades-federais/)

divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; do pluralismo de ideias; da valorização da experiência extra-escolar; da vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; e da diversidade étnico-racial". Também "estimular o pensamento reflexivo; colaborar no desenvolvimento da sociedade brasileira; além de prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade".

No modelo REUNI, a proposta dos Bacharelados Interdisciplinares buscou retardar as escolhas formativas dos estudantes, organizando os saberes por grandes campos formativos. Embora inovadora no Brasil, tal proposta já está consolidada na Europa. Segundo Filho (2007), a

> Declaração de Bolonha (1999), ratificada em sucessivas reuniões de consolidação em Praga (2001), Berlim (2003) e Bergen (2005) - compreende programas de incentivo à mobilidade acadêmica internacional, um sistema de avaliação e credenciamento de instituições de ensino; a padronização e o compartilhamento de créditos acadêmicos; e, fundamentalmente, a adoção de uma arquitetura curricular comum. (FILHO, 2007, p. 234).

Pelo REUNI, o Brasil promoveu uma reforma da universidade, ampliando o acesso da população a esta, mas, sobretudo: criando outra arquitetura curricular, ao propor os ciclos formativos de grandes áreas de conhecimento; garantindo um diploma de bacharel e posteriormente, sendo desejo do estudante, o segundo ciclo profissionalizante. Nesta perspectiva, os modelos BI(s) inverteram a lógica do vestibular, ao possibilitar ao estudante a escolha da formação profissional dentro do espaço universitário. A transposição do anterior sistema de entrada (por meio do vestibular) para o atual modelo de ingresso (ENEM, SASI e SISU) tornou-se parte importante da reforma universitária brasileira.

Não obstante ao já exposto, vale ressaltar que a reforma universitária via BI(s) além de ser uma estratégia de ampliação da educação pública como direito social, visa dar aos discentes uma base humanística ampla. Além disso, a reforma universitária, segundo Filho (2007), era necessária, pois somente o Brasil mantinha uma arquitetura de universidade do século XIX. Conforme o autor,

> se, nesse momento crucial da globalização, não aproveitarmos a chance de criar um novo sistema de educação universitária e articulá-lo com o dominante no mundo, o Brasil vai ficar isolado no que se refere à formação profissional, científica e cultural. Se não transformarmos radicalmente nosso

> modelo de educação superior, seremos, em 2010, o único país com algum grau de desenvolvimento industrial ainda com um sistema de educação universitária do século XIX. Como todos os outros já se encontram no século XXI, isso será insuportável para a manutenção do desenvolvimento do país. (FILHO, 2007, p. 242)

Assim, no cenário da UFVJM de 2009, o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), instituído pelo REUNI, foi organizado em 3 anos, garantindo uma formação humanística diversificada, com terminalidade própria (diplomação no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades), e como segundo ciclo formativo, opcional ao estudante, a possibilidade de ingresso em uma das 5 licenciaturas: Geografia, História, Letras Português/Inglês e Letras Português/Espanhol e Pedagogia. A justificativa para tal estruturação foi a demanda reprimida no Vale do Jequitinhonha de cursos de formação de professores. Portanto, em sua organização, todos os docentes concursados para compor o BHU atuariam no ciclo de formação humanística e no segundo ciclo de formação profissional.

3.5 – Histórico e Consolidação do BHU

> Impossível, portanto, que os sapateiros façam apenas calçados – que não sejam também, à sua maneira, gramáticos, moralistas e físicos. Este é o primeiro problema: enquanto os artesãos e os camponeses formarem essas noções de moral, de cálculo e de física, segundo a rotina de seu meio ou o acaso de seus encontros, a marcha racional do progresso será duplamente contrariada: retardada pelos rotineiros e supersticiosos, ou perturbada pelo açodamento dos violentos. Faz-se, portanto, necessário que um mínimo de instrução, retirado dos princípios da razão, da ciência e do interesse geral, imbua de noções sadias cabeças que, sem isso, as formarão falhas. (RANCIÈRE, 2015, p. 58)

Ao trazermos a citação de Ranciére (2015), o fazemos por entender que na trajetória do BHU o diálogo entre os saberes da ciência e os saberes populares tem sido uma marca identitária do curso. Os que chegam ao BHU trazem como bagagem social conhecimentos do mundo do trabalho: seja ele urbano, rural ou doméstico. Não obstante, no contexto social do Vale do Jequitinhonha esses saberes nem sempre são reconhecidos e valorizados, sendo a partir da acessibilidade proporcionada pelo BHU aos conhecimentos interdisciplinares que se promove a ressignificação dos acadêmicos desse conjunto de saberes. Com isso, podem

compreender que todo o conhecimento e toda ciência é produção humana, sendo a espécie humana herdeira de sua própria transformação.

No decorrer do curso, percebem ainda, que o progresso material e simbólico da humanidade é um conjunto de saberes que formam a sua totalidade social. A perspectiva interdisciplinar possibilita a apreensão de que a fragmentação dos saberes e suas hierarquizações fazem parte de um processo regressivo e positivista que cumpre a função ideológica de alienação dos sujeitos sociais de sua própria produção[7]. Assim, para além dos processos e métodos de aprendizagem, o conhecimento é, sobretudo, social e não apenas um punhado de fragmentos estruturados conforme a ordenação científica com propósitos de reprodução social. A interdisciplinaridade é uma experiência concreta nas fronteiras dos conhecimentos compartimentados.

O Bacharelado em Humanidades, que integra a característica conceitual e estrutural como Bacharelado Interdisciplinar, é um curso que exigiu, desde a sua constituição e sua institucionalização, diversas reflexões e inúmeros escritos acerca da sua condição formativa interdisciplinar. Em vários aspectos, sua concepção e execução interpelam docentes, discentes e a comunidade acadêmica para uma reflexão e uma prática desafiadora no contexto pedagógico em que está inserido. A contar pela realidade local, notável por uma cultura historicamente relevante e pela diversidade com que se apresenta, bem como no que tange aos elementos sociais e econômicos, de uma região marcada por dificuldades estruturais, sociais e políticas, determinantes do cenário do Vale do Jequitinhonha. O BHU foi e tem sido um imenso arcabouço de questionamentos quanto à sua função como curso de formação interdisciplinar a atender, cada vez mais, a um público predominantemente oriundo das realidades locais, tanto no que concerne à Diamantina quanto aos municípios vizinhos, embora sua proposta diferenciada tenha também atraído muitos discentes provenientes de outras regiões do país.

Os BIs foram, inicialmente, pensados na consideração de uma formação acadêmica mais ampliada, que não tivesse apenas a prioridade da formação *stricto sensu* profissional encarada como escolha inicial na trajetória acadêmica. Cabe destacar que a motivação da expansão do ensino superior, a partir da primeira década deste milênio, levou em conta os parâmetros estipulados na LDB 9394/1996, como mencionado anteriormente, em que marca

---

[7] Arruda, (1989, p. 32) “a divisão e a hierarquia instauradas na sociedade justificam a priorização das ideias sobre a prática (ao contrário da concepção de práxis, que estabelece uma relação dialética entre elas). Daí decorre a aceitação de que a classe que “sabe pensar” controla as decisões e manda, enquanto a outra “não sabe pensar” e, portanto, executa e obedece”.

de forma contundente o papel do ensino superior como um elemento da conjugação de saberes estruturados no âmbito do diálogo pedagógico e formativo.

> A qualidade almejada para este nível de ensino tende a se concretizar a partir da adesão dessas instituições ao programa e às suas diretrizes, com o consequente redesenho curricular dos seus cursos, valorizando a flexibilização e a interdisciplinaridade, diversificando as modalidades de graduação e articulando-a com a pós-graduação, além do estabelecimento da necessária e inadiável interface da educação superior com a educação básica - orientações já consagradas na LDB/96 e referendadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas pelo CNE. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, p. 5, 2007)

A experiência do BI, materializada na UFVJM na forma do BHU e do Bacharelado de Ciência e Tecnologia (BCeT), ainda não se esgotou. Em sentido amplo, nenhum Bacharelado Interdisciplinar pode esgotar todas as suas possibilidades pedagógicas, é um curso em constante processo de articulação das formas de conhecimentos, do ensino e aprendizagem. Não se pode esgotar, também pelo fato de que as condições em que o conhecimento se realiza, na atualidade, implicam posturas dialéticas, uma vez que as estruturas cognitivas são transformadas continuamente. As transformações ocorrem pelo alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, a ciência e a sua expressão pragmática – a tecnologia – são alvos de constantes mudanças.

Considerando a complexidade do processo produtivo que nos leva a um universo de concatenações no âmbito do conhecimento, onde a sociedade da imagem é refletida no cotidiano dos sujeitos sociais por meio de mecanismos e acessos a conhecimentos que, aparentemente, são de fácil assimilação e que, no entanto, requerem ainda mais esforço para compreender de modo orgânico a totalidade social; é que propomos a reorganização do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades focando as Ciências Humanas em sua relação com as Políticas Públicas.

Para a atual reorganização do BI, partimos da análise da sociedade contemporânea, considerando inicialmente o contexto macrossocial caracterizado pelos fenômenos da globalização, da revolução tecnológica e científica e da flexibilização produtiva que exige um conjunto de saberes e habilidades que possibilitem a leitura, a crítica e a atuação dos sujeitos na totalidade social. Na realidade brasileira, esses fenômenos, que se desenvolvem a partir da década de 1990, apresentam especificidades decorrentes das contradições criadas pelo

processo de redemocratização da sociedade e do Estado (Constituição Federal de 1988). A redemocratização exigiu a implantação e implementação de Políticas Públicas promotoras de equidade social (Políticas de saúde, educação, habitação, seguridade social etc), no entanto o modelo de inserção do país no contexto internacional deu-se, entre outros aspectos, pela configuração de um estado mínimo/estado gerencial[8]. Como resultado se intensifica o binômio inclusão-exclusão social no processo de globalização (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p. 78). Ao destacarmos esses fatores históricos objetivamos fundamentar tanto a manutenção do caráter interdisciplinar como a escolha da linha formativa deste bacharelado. Ao enfatizarmos a função das Políticas Públicas no cenário social brasileiro e globalizado buscaremos promover um outro senso comum capaz de edificar uma sociedade, de fato e de direito, democrática.

Ainda no intuito de diagnosticar e articular a reorganização do BHU com as transformações do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea, destacamos o crescimento das atividades produtivas relativas ao setor de serviços. No Brasil, mais de 85% dos trabalhadores estão fora da indústria de transformação e extração. Segundo os dados apresentados pela RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, no ano de 2016 existiam no Brasil 46.060.198 empregados, sendo que destes 57,32% estavam vinculados a estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços, e apenas 16% em estabelecimentos industriais. A partir de 2003, mais de 50% dos trabalhadores formais no Brasil passaram a estar vinculados ao setor de comércio e serviços, sendo que esse percentual vem se ampliando ao longo do tempo. Em contraposição, o percentual de trabalhadores empregados no setor industrial apresenta uma tendência de redução para o mesmo período de análise (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2017).

Portanto, a realidade globalizada no que concerne à formação da força de trabalho exige das comunidades educacionais um olhar mais abrangente, uma vez que a tendência estrutural é a de aumento da força de trabalho em setores que exigem múltiplos conhecimentos, assim como a capacidade de articulá-los na atuação profissional dos sujeitos sociais, contribuindo ainda para vivência cidadã. Nesse sentido, torna-se cada vez mais necessário o diálogo entre os conhecimentos das ciências e os saberes culturalmente

[8] Bresser Pereira (1995).

acumulados[9]; uma vez que as tendências tanto produtivas quanto econômicas indicam um aumento gradativo de setores que exigem como já dito conhecimentos articulados.

Por essa razão, é possível se debruçar sobre a experiência do BHU, como um processo social formativo, no sentido de encarar o processo de aprendizagem da pessoa, na atualidade, levando em consideração os fatores sociais que nos indicam grandes e profundas transformações no interior do sistema social de produção. A experiência interdisciplinar é um dado da realidade contemporânea, em que os conhecimentos sociais não se processam tão-somente nos bancos escolares - estes são um elemento dentre tantos. O conhecimento social é articulado e desenvolvido em diversos processos cognitivos, a experiência do conhecimento se dá em relações difusas e diversas, por serem múltiplas.

Desde a sua implantação, em 2009, quando foram dados os primeiros passos para que a experiência interdisciplinar ganhasse fôlego, o BHU se tornou um celeiro de possibilidades formativas e pedagógicas e com forte caráter didático entre os campos que abrigam os vários saberes das humanidades.

Reitera-se pois que, o Bacharelado Interdisciplinar na UFVJM tornou-se uma realidade a partir da adesão da universidade ao REUNI e mantê-lo é o nosso desafio, pela necessidade de pensar uma Nova Universidade pautada na interdisciplinaridade, na mobilidade acadêmica, na preservação dos valores acadêmicos com a qualidade presente nas IES públicas (UFVJM, 2008, p. 4). Nesta atualização do PPC reforça-se ainda mais a reflexividade, a criatividade, inovação e a responsabilidade como premissas do curso (Parecer CNE/CES nº 583/01)

Cabe ressaltar que algumas experiências se tornaram referência para a implantação do BHU, uma vez que a perspectiva de adesão ao projeto de expansão da universidade pública, teve como base as universidades que contemplaram a iniciativa tanto teórica quanto prática, no contexto da interdisciplinaridade. Assim, dentre as propostas utilizadas como referência, encontram-se os projetos da Federal do ABC, da UFBA, da UFJF, bem como artigos sobre a Universidade Nova (UFVJM, 2008, p. 5).

Vale destacar

[9] A crítica à universidade e as narrativas universalistas se traduzem em novas epistemologias, para mais saber sugerimos ver: SANTOS, 2003.

> Com base nos termos do Decreto 6.096/2007 e na Chamada Pública MEC/SESU Nº 08/2007, o Conselho Universitário da UFVJM (CONSU/UFVJM) instituiu uma Comissão para discutir e apresentar uma proposta destinada à execução do plano de reestruturação e expansão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (REUNI/UFVJM). O trabalho desta comissão, que ocorreu durante os meses de novembro e dezembro de 2007, concentrou-se em avaliar as propostas apresentadas pela comunidade e na elaboração de uma proposta geral para a universidade. A seleção dos novos cursos foi feita com base nos seguintes critérios: contribuição dos cursos para que seja atingida a relação de 18 alunos por professor, considerando todos os cursos existentes na UFVJM e os cursos a serem criados; diversificação de áreas do conhecimento; criação de cursos com núcleo básico comum; e orçamento de custeio suficiente para contratação de docentes e de técnicos administrativos para os cursos a serem criados. (UFVJM, 2011, p. 11)

Em 2012, o curso passou pela primeira grande reestruturação, mantendo, no entanto, a sua concepção formativa inicial, privilegiando as condições em que o acadêmico pode compor sua formação em três grandes eixos – Eixo de Formação de Base, Eixo Interdisciplinar e Área de Concentração. A saber:

> Na presente proposta de reestruturação a ideia que inspirou o Bacharelado em Humanidades é mantida. O curso tem como um de seus pressupostos atender a uma formação sequencial que servirá de base para as licenciaturas e a sua estrutura compreende três grandes eixos, a saber, os Fundamentos, a Interdisciplinaridade e a Formação Específica. Este ordenamento será mantido em nova configuração: Eixo da formação de base e complementar, Eixo interdisciplinar e Eixo das áreas de concentração. Os três eixos que nortearão o Bacharelado em Humanidades garantem as determinações relativas às diretrizes dos Bacharelados, bem como atendem substancialmente à política pedagógico-estrutural da UFVJM, consagradas em seus documentos e resoluções que ordenam o Projeto do Bacharelado Interdisciplinar, sem com isto, trazer prejuízos à formação pertinente às Licenciaturas. (UFVJM, 2011, p. 4)

Já se passaram oito anos desde a implantação do projeto interdisciplinar na UFVJM e, dadas as condições atuais, impostas, sobretudo, pelas mudanças preconizadas pela Resolução Nº. 2 do CNE, 1 de julho de 2015, nas quais os Cursos das Licenciaturas que até então compunham o macroprojeto de formação continuada entre Bacharelado e as Licenciaturas e suas especificidades, deverão dar lugar a um novo desenho, no qual os Cursos de Licenciaturas terão entradas independentes, ou seja, por meio de ingresso via SISU e SASI e outras formas regulamentadas pela UFVJM. Com isso, uma nova proposta de reestruturação

do BHU se impõe como mecanismo de consolidação do atual modelo formativo interdisciplinar.

Os Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares, apontam para a necessária atenção sobre os BIs, como forma de desenvolvimento de suas próprias propostas estruturais. Indicam, também, as possibilidades de constantes análises e revisões do processo de instituição do BI.

> Os referenciais aqui propostos não devem ser entendidos como proposta de diretrizes curriculares nacionais. Dados o caráter inovador e a implantação recente dos BIs, entende-se que são requeridos mecanismos sistemáticos de acompanhamento e avaliação ao longo dos próximos dez anos, para que se alcance a consolidação necessária à definição de diretrizes curriculares nacionais. Ao longo desses anos, sugere-se que sejam realizadas avaliações dirigidas ao acompanhamento da evolução acadêmica de discentes e egressos, bem como da inserção destes no mundo do trabalho. (MEC, 2010, p. 8)

Além desses referenciais, segundo o parecer CNE/CES 776/1997, as universidades devem promover uma maior flexibilidade na organização de cursos e carreiras com qualidade. Esta flexibilidade pressupõe "ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos", assim como na "especificação das unidades de estudos a serem ministradas". Também aborda sobre a "necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada", como já mencionado. Todo este esforço visa promover no estudante capacidades de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente; criatividade e análise crítica; dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo, pois, valores orientados para a cidadania.

Sendo o parecer CNE/CES 776/1997, um dos mais citados nos demais pareceres e resoluções do CNE, ele aponta para a redução da duração da formação no nível de graduação, evitando o prolongamento desnecessário dos cursos nessa modalidade. Sugere que os cursos devem "orientar-se para oferecer uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional"(grifos nossos). Nesse sentido, os elementos que fundamentam a reformulação aqui proposta alinham-se às proposições deste parecer.

Talvez o ponto mais importante do referencial está relacionado com a indicação dos "tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos"(grifos nossos). Igualmente relevante, é a afirmação da necessidade de ″estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno". E, por fim, ″a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão" (grifos nossos). É nessa base legal que a proposta do PPC-BHu se ampara (Parecer CNE/CES nº 776/1997).

Considerando pois a construção de uma sociedade democrática com equidade social é necessário colocar no debate público e acadêmico as questões que problematizam não apenas as particularidades brasileiras, mas a sociedade contemporânea que visam a inclusão social:

> a conservação do meio ambiente, qualidade de vida e sustentabilidade; educação ambiental; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais. [Bem como,] a articulação das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais no reconhecimento e no respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural *(lei 9795/1999)*.

Reforça-se ainda os dispositivos legais que versam sobre as relações étnico-raciais e sobre a cultura afro-brasileira e africana. Todas são questões constantes e que perpassam transversalmente a maior parte dos conteúdos desta reformulação do agora BHu.

3.6 – Contextualização dos Cursos de Políticas Públicas no Brasil

O curso de Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas com linha formativa em Políticas Públicas configura-se numa experiência pioneira no Brasil, construído a partir de um currículo inovador, fortemente embasado nas concepções de interdisciplinaridade e flexibilização, inclusive com eliminação do currículo mínimo.

O campo de estudo das Políticas Públicas, conhecido como Campo das Públicas, congrega os cursos de graduação em diversas áreas, tais como: Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social. Atualmente,

existem 25 cursos de graduação do campo das públicas na modalidade presencial, eles são os seguintes:

Bacharelado		
Curso	**Inst. de Ensino**	**Município/UF**
Administração Pública	UNESP	Araraquara/SP
Administração Pública	FJP/MG	Belo Horizonte/MG
Administração Pública	UDESC	Florianópolis/SC e Bal. Camboriú/SC
Administração Pública	FGV-SP	São Paulo/SP
Administração Pública	UFLA	Lavras/MG
Administração Pública	UNICAMP	Limeira/SP
Administração Pública	UFRRJ	Seropédica/RJ
Administração Pública	UNILAB	Redenção/SP
Administração Pública	UENF	Campos/RJ
Administração Pública	UNEAL	Arapiraca/AL
Administração Pública	UNIFAL	Varginha/MG
Administração Pública e Gestão Social	UFRGS	Porto Alegre/SP
Administração Pública: Gestão Pública e Social	UFCA	Juazeiro do Norte/CE
Gestão de Políticas Públicas	USP	São Paulo/SP
Gestão de Políticas Públicas	UnB	Brasília/DF
Gestão de Políticas Públicas	UFRN	Natal/RN
Gestão Pública	UFMG	Belo Horizonte/MG
Gestão Pública	UFPR	Matinhos/PR
Gestão Pública para o Desen. Econ. Social	UFRJ	Rio de Janeiro/MG
Políticas Públicas	UFABC	São Bernardo do Campo/SP
Políticas Públicas	UFRGS	Porto Alegre/RS
Graduação Tecnológica		

Curso	Inst. de Ensino	Municipio/UF
Gestão Pública	UFPB	João Pessoa/PB
Gestão Pública	UFRB	Cachoeira/BA
Gestão Pública	UFCG	Sumé/PB
Gestão Social	UFBA	Salvador/BA

Fonte: Pires, et. al. (2014).

Os bacharelados da área de Políticas Públicas se orientam pela Resolução nº 1 de 2014 que homologa as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Administração Pública. Todavia, é importante ressaltar que o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas com linha de formação em Políticas Públicas se pauta pela regulamentação dos Bacharelados Interdisciplinares, não se constituindo, portanto, em um curso profissionalizante.

Trata-se de um campo de estudos ainda em formação e em constante movimento. Dessa forma, um curso interdisciplinar que conjugue a discussão das políticas públicas com uma perspectiva interdisciplinar em ciências humanas pode contribuir muito para o crescimento do pensamento no campo das públicas e desenvolvimento da atuação estatal no Vale do Jequitinhonha e no semiárido mineiro. Vale ressaltar, que é pretensão deste grupo a criação do segundo ciclo, profissionalizante, em futuro próximo.

4. Justificativa de reestruturação do PPC

Justifica-se a reestruturação do Bacharelado em Ciências Humanas (BHu), como um CURSO DE GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS, COM LINHA FORMATIVA EM POLÍTICAS PÚBLICAS, nos seguintes termos: considerando a importância da experiência pedagógica interdisciplinar, a construção de um processo de ensino e aprendizagem exige a continuidade da proposta inicial do Projeto Pedagógico de Curso do BHu, criada institucionalmente na UFVJM a partir de 2009. Os avanços dados pela experiência pedagógica do BHu se apresentam na formação em geral dos egressos. Observa-se a elevação do nível formativo destes, na possibilidade da construção e articulação de conhecimentos que visam à totalidade de realidades históricas, sociais, econômicas, culturais etc.

Vale destacar os efeitos positivos para a Região do Vale do Jequitinhonha e em especial no âmbito do município de Diamantina e dos municípios do entorno. O campo dos saberes em Ciências Humanas, como base para uma linha formativa em Políticas Públicas, trará contribuição significativa tanto para uma relevante atuação dos egressos em diversos organismos sociais e em órgãos públicos da região; quanto para o prosseguimento formativo, seja pelo ingresso em cursos de graduação ou em programas de pós-graduação, com destacada formação em pesquisa nos diversos campos articulados interdisciplinarmente.

Por outro lado, dadas as condições gerais apresentadas neste Projeto, relativas à Região do Vale do Jequitinhonha, o Curso de Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, com linha formativa em Políticas Públicas, justifica-se pela demanda social, econômica e política que esta região apresenta. O curso oferecerá possibilidades de atuação nos diversos campos, ao tratar e abordar aspectos cruciais para o apoio e desenvolvimento dos municípios, notadamente, em áreas estratégicas, carentes de formandos em condições de atuarem com cabedal técnico e teórico necessários.

A UFVJM e o BHu têm a oportunidade de consolidar sua posição institucional e social na Região dos Vales; viabilizar estratégias de formação e atuação consolidando a presença da universidade com escopo de aproximar ainda mais o potencial e a diversidade propiciadas como mediadoras não apenas de diálogo profícuo como também para a atuação prática de nossos futuros egressos. Sabem-se das dificuldades de implementação de Políticas

Públicas por parte dos pequenos municípios e, certamente, a formação, ainda que inicial, possibilita a melhoria no desempenho dos promotores, articuladores e gestores de Políticas Públicas.

O Governo Federal, em 2015, emitiu, por meio do Conselho Nacional de Educação, uma Resolução CNE/CP nº 2 de 01 de julho de 2015 que dá mais consistência para formação dos licenciados. A formação de professores ganhou uma atenção redobrada, notadamente, no que se refere à sua preparação pedagógica e também relativa a aspectos administrativos. A referida Resolução, em seu objeto institucional, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (CNE, 2015).

Dentre as alterações demandadas, a carga-horária para a formação de professores no âmbito dos Cursos de Licenciatura, teve um significativo aumento, necessário para o aprimoramento do licenciado de modo a atender às exigências programáticas e estruturais da escola. O aumento da carga-horária implicou um novo desenho para os Cursos de Licenciaturas, como já dito anteriormente.

É nesse contexto apresentado, que os docentes do Bacharelado em Humanidades decidiram pela reestruturação do BHu. Isso levou em conta aspectos históricos, pedagógicos, estruturais, institucionais, além de reconhecer o papel e a importância de um curso com tamanha amplitude para a região onde se localiza a UFVJM[10]. A fim de acompanhar a mudança exigida pela reestruturação das licenciaturas, manteve-se o viés interdisciplinar, propondo um curso com características inclusivas, com uma linha formativa no campo das Políticas Públicas.

4.1 – O Vale do Jequitinhonha: Panorama Regional

De acordo com os resultados do Censo de 2010, Diamantina possui uma população de 45.884 pessoas. Em 2000 eram 44.259. A cidade que em décadas anteriores experimentou elevados fluxos migratórios, parece se firmar, do ponto de vista do tamanho demográfico,

[10] A amplitude do BHu e seus trabalhos pode ser dimensionada em 2016, na realização da semana de Humanidades intitulado “Diversidade e Vale”, que teve mais de 15 mesas de trabalhos com uma participação em média de 450 acadêmicos/dia, durante uma semana promovendo o debate sobre inclusão social e o Vale do Jequitinhonha. Nesse evento, não apenas os trabalhos da graduação foram apresentados, mas as diferentes pesquisas que vêm sendo realizadas nos programas de pós-graduação vinculados à FIH e demais programas da UFVJM. A adesão e a participação de docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade externa permitiu-nos avaliar a importância do que enfatizamos neste projeto.

como capital do Vale do Jequitinhonha. Ressalta-se que esse título se deve não apenas ao tamanho do município, mas também, à sua capacidade de ser referência do ponto de vista funcional e econômico em um universo de municípios tradicionalmente pobres e carentes.

Deve-se destacar a importância do Alto Jequitinhonha e, especificamente, o município de Diamantina, na difusão e na formação de profissionais por meio da UFVJM. A universidade atende não apenas alunos nascidos no Alto Jequitinhonha, mas também pessoas advindas de várias partes do Brasil, sobretudo após a implantação e consolidação do ENEM/SISU.

A presença de instituições de ensino superior em qualquer região, especialmente as instituições de natureza estatal-pública, constitui elemento fundamental para o desenvolvimento social, em primeira instância. A presença de uma universidade é, por si, um acontecimento social e histórico de grande relevância e envergadura para qualquer ambiente, para qualquer condição social. O ambiente acadêmico revela um sem-número de possibilidades, com a pluralidade de pensamento, na construção de processos de conhecimento, nas perspectivas que a diversidade nos apresenta, como contribuição de uma sociedade rica e diversa que deve se manifestar nos quadrantes da universidade e para além de seus muros. A presença da UFVJM revela sua importância histórica para o Vale do Jequitinhonha e além de suas fronteiras e influências, possibilita e propicia o fomento dos conhecimentos e a sua transformação conforme as realidades locais.

Dentre as duas únicas IFES (UFVJM e IFNMG), a UFVJM se destaca pela sua abrangência no que diz respeito à área territorial. O Vale do Jequitinhonha, bem como o norte do estado de Minas Gerais, tem um déficit na oferta de serviços públicos, tanto na área da saúde quanto na educação, da cultura, da gestão, da inovação, da assistência social, para citar algumas. O potencial de abrangência de um Bacharelado com a linha formativa em Políticas Públicas é importantíssimo para o provimento de mão de obra qualificada de formação generalista e interdisciplinar para atender Diamantina e os municípios do entorno.

Tabela 1: População estimada em 2016 e IDHM de Municípios do entorno de Diamantina e Belo Horizonte

	População estimada em 2016	IDHM[11]

[11] IDHM. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

Diamantina	48095	0,716
Datas	5457	0,616
Gouveia	12056	0,681
Couto de Magalhães de Minas	4428	0,659
Felício do Santos	5046	0,606
Senador Modestino Gonçalves	4446	0,620
São Gonçalo do Rio Preto	3197	0,640
Serro	21431	0,656
Itamarandiba	34462	0,646
Buenópolis	10592	0,699
Belo Horizonte	2.513.451	0,810

Fonte: IBGE: Cidades@ (http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=)

É de se destacar que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, em comparação com a cidade de Belo Horizonte é mais baixo em todos os municípios elencados na tabela acima, para o estudo e apresentação de alguns índices socioeconômicos. Abaixo podemos verificar dados referentes ao PIB de municípios que integram a região do Alto Jequitinhonha e do entorno diamantinense.

Tabela 2: Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)[12]

Variáveis	Diamantina	Datas	Gouveia	Couto	Felício dos Santos	Minas Gerais	Brasil
Agropecuária	25.697	11.381	5.901	4.047	4.645	15.568.048	105.163.000
Indústria	48.684	1.504	30.003	3.346	1.181	54.306.183	539.315.998
Serviços	343.998	12.678	45.645	17.556	10.451	97.398.820	1.197.774.001

Atualizado em 28/08/2015, às 16:15h. Os valores estavam 100 vezes menores em função de erro no formato de exibição.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 3: Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)

[12] Na tabela foram introduzidos os dados do PIB de Minas Gerais e do Brasil,de modo a ilustrar as diferenças, que evidenciam aspectos da desigualdade regional, que serão analisados mais adiante neste PPC.

Variáveis	Senador Modestino	São Gonçalo	Serro	Buenópolis	Minas Gerais	Brasil
Agropecuária	46.839	2.189	18.455	19.792	15.568.048	105.163.000
Indústria	5.366	1.534	17.913	4.796	54.306.183	539.315.998
Serviços	10.515	7.427	80.169	37.974	97.398.820	1.197.774.001

Atualizado em 28/08/2015, às 16:15h. Os valores estavam 100 vezes menores em função de erro no formato de exibição.
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Observa-se ao fazer a comparação entre o PIB dos diversos municípios ao redor de Diamantina, que a maior fatia do Produto Interno Bruto está no campo dos Serviços. Dos três componentes do PIB de cada município, o da Indústria é o que contribui com a menor fatia. Isto, em grande medida, corrobora o que foi apresentado no Tópico 1 em que a Região segue a tendência estrutural voltada especificamente para o comércio e serviços. No que se refere ao município de Diamantina, 82,20% do PIB concentram-se na área de Serviços, o setor industrial representa 11,64% do PIB e a Agropecuária representa 6,14%. O município do Serro apresenta a seguinte proporcionalidade: Serviços 68,79%, Indústria 15,37% e a Agropecuária corresponde a 15,84%.

Os dados apresentados acima mostram a tendência de ampliação do setor de serviços no conjunto das atividades econômicas, sendo responsável pela absorção de grande parte dos trabalhadores. O setor de serviços é aquele que poderá absorver a mão de obra qualificada de formação generalista e interdisciplinar, graduada pelo BHu. Cabe ainda ressaltar, que esse setor exige trabalhadores com múltiplos conhecimentos, capazes de desenvolver diferentes atividades e empreender ações que valorizem o patrimônio histórico, cultural, natural e social no qual encontram-se inseridos. Como afirma Martins (2014, p. 409), o desafio da região que também se confunde com o de Diamantina é “o de se reinventar como economia, sociedade e cultura pós-mineração do diamante para além das catas de pedras preciosas e ouro. Encontrar outras fontes de dinamismo diferentes do garimpo, que possuam maior capacidade de gerar encadeamentos e distribuir renda”.

Ainda no setor de serviços, destaca-se a ampliação dos serviços públicos vinculados à administração pública como fonte empregadora, fato que está relacionado ao processo de descentralização das políticas públicas previstas pela Constituição de 1988 em que os municípios foram assumindo a gestão e implementação das mesmas, ora como fonte direta de empregos, ora terceirizando e ou estabelecendo parcerias público-privado. Assim, tem-se o

crescimento da demanda por estabelecimentos prestadores de serviços e profissionais qualificados que tenham conhecimentos sobre a temática das Políticas Públicas, sendo capazes de propor projetos, programas junto às agências de fomento, não apenas públicas, mas também ligadas à iniciativa privada, que possam assim, concretizá-las.

O novo PPC do Bacharelado em Ciências Humanas tem por foco dialogar com a realidade regional, identificando suas carências e demandas, seja no campo da saúde, da cultura, da educação, da assistência social e outros, sem perder de vista as demandas regionais e/ou nacionais. Assim, a proposta de uma linha formativa em Políticas Públicas oferece condições de maior aproximação entre a UFVJM e seu entorno e, também, dialoga com o contexto nacional de modo a problematizar o papel do Estado e trazer contribuições para a construção da equidade social, sobretudo, em uma economia globalizada.

4.2 – Diagnóstico sobre o Vale do Jequitinhonha e seus desafios[13]

No levantamento de literatura e coleta de dados que pudessem subsidiar este projeto, nos apropriamos da síntese do Diagnóstico Propositivo[14] que originou o Plano de Desenvolvimento para os territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha (PDVJ) elaborado pela Fundação João Pinheiro. O plano levou em consideração os 17 territórios de desenvolvimento estabelecidos pelo governo estadual no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2016-2027. Dessa forma, organizamos os dados relevantes para este projeto[15], considerando os seguintes tópicos: informações gerais sobre o Vale, dados demográficos, divisão político-administrativa da região e características econômicas e sociais.

O Vale do Jequitinhonha é uma região marcada pela heterogeneidade em que os municípios do Alto Jequitinhonha, historicamente ligados à exploração do ouro e do diamante, são relativamente mais desenvolvidos economicamente. Após o declínio da atividade mineradora, a região apresentou uma estagnação econômica em que as atividades

---

[13] Agradecemos a equipe da Fundação João Pinheiro, responsável pela elaboração do PDVJ, que disponibilizou o documento, antes mesmo da sua publicação, se mostrando interessada em contribuir para a criação deste curso, subsidiando-nos nos fundamentos deste PPC.

[14] O Diagnóstico Propositivo do PDVJ é composto por mais três volumes, além da síntese usada neste projeto. O volume 2 aborda a estrutura produtiva e o meio ambiente, o volume 3 trata da dimensão social e o volume 4 da infraestrutura e logística, bem como da capacidade estatal da administração municipal. Cabe ainda acrescentar que o PDVJ teve como objetivo propor programas, projetos e ações de promoção da equidade social e elevação das condições de vida da população.

[15] A abrangência do relatório da FJP inclui diversas temáticas que poderiam subsidiar, ainda mais, a discussão sobre a criação de um curso voltado para a formação em políticas públicas. No entanto, para não estender em demasia este documento, optou-se pelas áreas aqui dadas como relevantes.

produtivas mais relevantes passaram a ser a pecuária organizada a partir de grandes latifúndios.

A partir da segunda metade do século XX, para estimular a economia, introduziu-se na região o algodão e o eucalipto. Dentro das iniciativas para se desenvolver a região, criou-se a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE) em 1964 com resultados muito abaixo do esperado. A partir da década de 1970 deu-se a adoção de um conjunto de incentivos visando à atração de investimentos para as regiões mais pobres. Partindo do princípio de que a criação de polos de desenvolvimento geraria efeitos multiplicadores de estímulo da atividade econômica, mais uma vez com resultados insuficientes. Um dos motivos para tal insuficiência se deve ao excesso de centralização na elaboração do planejamento e a baixa ou inexistente participação social, que ocasionou no equívoco na escolha dos objetivos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016).

Na década seguinte, 1980, o debate sobre as formas de desenvolver a região, buscou inserir os movimentos ligados à Igreja Católica e à sociedade civil, incluindo os trabalhadores rurais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016). Nesse sentido, ao longo dos anos de 1980 e 1990, diversas iniciativas do Governo Estadual buscaram o desenvolvimento da região, a partir de planos que reuniam diferentes instâncias governamentais e da sociedade civil. Porém, não se consolidou um arranjo institucional consistente em função de uma série de questões tais como: insuficiência dos recursos financeiros para a sua implementação; falta de competência administrativa por parte do Estado para suprir os gargalos físicos, econômicos e institucionais; falta de estabelecimento de metas qualitativas e ações de monitoramento; falta de participação efetiva da sociedade civil nos planejamentos propostos e executados pelo Estado (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016).

Considerando o cenário acima descrito, o Curso de Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas com linha formativa em Políticas Públicas visa contribuir para a reflexão e o desafio de superação dos problemas e impasses histórico-sociais e territoriais que envolvem as políticas públicas e as relações entre o Estado e a Sociedade. Ressalta-se que os aspectos identificados perpassam, não apenas as experiências de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, mas estão presentes no planejamento e execução de políticas públicas em âmbito nacional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016). A elaboração deste Projeto Pedagógico de Curso ancora-se na expectativa de que a efetivação de tal curso possa contribuir para o desenvolvimento da região, uma vez que pretende capacitar seus egressos para atuarem nos setores necessários para o avanço social.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha elaborado pela Fundação João Pinheiro (2016), a região apresenta as seguintes características naturais e demográficas:

- O Alto Jequitinhonha possui 24 municípios, com 305.616 habitantes (2013); 2 microterritórios: Diamantina e Capelinha.
- O Médio/Baixo Jequitinhonha possui 35 municípios, com 437.805 habitantes (2013); 5 microterritórios: Araçuaí, Pedra Azul, Almenara, Felisburgo e Jacinto.

Chama a atenção o fato do Vale apresentar uma população rural significativa (38%), muito maior que a porcentagem da população rural do Estado de Minas Gerais (15%). Pode-se afirmar que em apenas dez municípios do Vale do Jequitinhonha prevalecem características predominantemente urbanas, com taxas de urbanização acima de 75%. Um fator a ser ressaltado é a tendência da queda populacional em função de dois fenômenos combinados: a queda na taxa de fecundidade e os saldos migratórios negativos. O Relatório do PDVJ destaca que 21, dos 59 municípios da região tiveram taxa de crescimento demográfico negativa.

Entretanto, o crescimento vegetativo mostrou-se ainda positivo e considerável, com isso não houve perda absoluta no total da população. Os fatores que contribuíram para a manutenção do crescimento vegetativo positivo foram os valores baixos da taxa bruta de mortalidade (em função da queda da mortalidade infantil e do aumento da expectativa de vida da população).

No que tange a natalidade, apesar da queda geral, elas ainda podem ser consideradas altas e são superiores às observadas em outras regiões do Estado de Minas Gerais. No entanto, alguns municípios sofrem com a perda de população. Em Felício Santos, no Alto Jequitinhonha, e Palmópolis e Comercinho, no Médio/Baixo Jequitinhonha, por exemplo, todos os componentes da dinâmica demográfica (crescimento vegetativo e taxa líquida migratória) mostraram-se negativos. Em apenas sete municípios, a taxa líquida migratória foi positiva" (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 27).

a) Características econômicas da região do Vale do Jequitinhonha

Do ponto de vista econômico, cabe destacar que historicamente a região tem forte relação com as atividades econômicas relacionadas à mineração, mas atualmente é o setor de serviços que apresenta maior participação na composição do PIB dos municípios, sendo a

administração pública responsável por 37,8% do PIB regional (em âmbito estadual essa participação é de 13,4%). Na segunda posição aparecem as atividades relacionadas à agricultura, pecuária e silvicultura (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 34 e 35).

Dentro disso, nos últimos anos observou-se na região um fortalecimento da cultura do café e do eucalipto e das atividades de extração mineral, assim como uma ampliação da rede viária e dos serviços públicos. O fortalecimento das políticas sociais contribuiu para melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano e outros indicadores sociais. Isso, combinado a uma série de políticas conduzidas a partir de instâncias nacionais, produziu efeitos na região resultando em uma elevação do poder de compra, em um fortalecimento do comércio e em uma ampliação dos serviços, avanços para os quais, certamente, muito contribuiu a implantação da UFVJM na região (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016).

Porém, cabe destacar que a participação da região no total do PIB estadual é ainda muito pequena, tendo sido de apenas 1,3% no ano de 2013 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 35). Esse desempenho econômico tem sido associado a uma postura tímida no âmbito das políticas públicas direcionadas à superação das dificuldades estruturais da região ao que se ressalta uma baixa capacidade do poder público municipal em atuar sobre os gargalos que impedem o avanço das atividades econômicas. Com isso, a região ainda registrou uma aceleração do êxodo rural, com inchamento das cidades e uma sobrecarga na demanda por serviços públicos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016).

Esses aspectos evidenciam que as atividades econômicas sobre as quais se assenta a produção de riqueza da região apresentam grandes dificuldades para absorver a população local e criar as condições de produção e distribuição necessárias a uma elevação da qualidade de vida nesses municípios (Plano Meso, 2005). Do ponto de vista das relações de trabalho, a região é composta por muitos microprodutores sem vínculos formal em contraposição à pequena oferta de empregos formais oferecidos por um reduzido número de unidades produtivas ligadas ao setor primário e caracterizados por uma baixa remuneração. Segundo os dados apurados para o ano 2010, o Médio/Baixo Jequitinhonha possui a menor proporção de empregados com carteira, com apenas 18% dos ocupados, enquanto no Alto Jequitinhonha o índice é de 26,9%, muito abaixo da média estadual calculada em 46,3%. Porém, essa região se destaca na produção para autoconsumo, apresentando as maiores taxas entre os territórios mineiros: Alto 14,4%; Médio/Baixo 15%; média do estado 3,2% (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 37) .

Essa produção para o autoconsumo está relacionada, entre outras coisas, à própria estrutura do setor agropecuário na região, sendo 84,6% dos estabelecimentos do setor

classificados como familiares, segundo o último Censo Agrícola realizado em 2006 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 40). Por seu turno, os estabelecimentos ligados à agricultura e pecuária classificados como não familiar representavam apenas 15,4% dos estabelecimentos dos territórios, ocupando 68,5% da área. Esse último número indica a concentração das terras por parte dos estabelecimento não familiares, que em média possuem uma área de 227,9 ha, frente a área média de 19,05 ha calculada para os estabelecimentos não familiares. A agricultura familiar, em 2006, era responsável pela ocupação de 131.118 pessoas, do total de 168.751 ocupados em estabelecimentos agropecuários (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 40).

Ainda em relação aos aspectos econômicos, cabe ressaltar que a indústria de extração mineral vem crescendo significativamente na região - 182% e 190% das ocupações do Alto e Médio/Baixo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 49). Embora tenha um peso reduzido no total da economia regional, ela se concentra em alguns municípios, sendo estruturada a partir de micro e pequenas empresas, com um elevado grau de informalidade. Além disso, a forma como a atividade vem sendo realizada tem produzido impactos negativos ao meio ambiente e aos trabalhadores envolvidos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016).

Em contraposição, a região se destaca pela oferta de atrativos turísticos de importância internacional, nacional e regional, sendo predominantemente de natureza cultural, sobretudo, em Diamantina e Serro.

b) Características sociais da região do Vale do Jequitinhonha

Nas duas últimas décadas, os indicadores sociais do Vale do Jequitinhonha apresentaram melhorias significativas, resultado de ações conduzidas pelas três esferas de governo. No entanto, a região ainda mantém grande desvantagem relativamente ao conjunto dos municípios de Minas Gerais. Cabe salientar ainda que a situação do Médio/Baixo Jequitinhonha mostrou-se, em geral, pior relativamente à do Alto. Para ilustrar essa situação selecionou-se dos aspectos centrais no debate sobre desenvolvimento social, a saber, educação e saúde.

b.1) Educação

Constata-se que a região apresenta um enorme déficit na educação infantil, com um baixo atendimento escolar das crianças de 0 a 3 anos: 17,8% no alto (2014) e 13,5% no Médio/Baixo.

Essa situação vai melhorando progressivamente até a quase universalização do atendimento escolar para o Ensino Fundamental. Todavia, observa-se um significativo percentual de retenção entre os jovens de 15 a 17 anos que ainda estão no Ensino Fundamental (54,9% dos alunos no Alto e 45,8% no Médio/Baixo). O relatório produzido pela Fundação João Pinheiro elenca possíveis causas para esse fato:

1. Aprendizagem insuficiente nos anos iniciais do fundamental, o que resulta em adolescentes que acessam os anos finais com baixo domínio de leitura e matemática;

2. O processo de municipalização que resultou na precarização da oferta dos anos iniciais, fruto, principalmente, da formação pouco qualificada do corpo docente para a alfabetização;

3. O sistemático abandono escolar do jovem no período de colheita do café e do corte de cana, que faz com que não consiga terminar o Ensino Fundamental, evadindo posteriormente da escola por desmotivação e/ou necessidade de trabalhar. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p. 66).

O Vale do Jequitinhonha é caracterizado por uma população adulta com baixo nível de escolaridade e altos percentuais de analfabetismo. De acordo com a Fundação João Pinheiro, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade é de 17,5% (no Alto Jequitinhonha) e de 23,9% (no Médio e no Baixo).

Outro dado preocupante sobre a educação no Vale do Jequitinhonha é que mais de 70% das pessoas acima de 25 anos não possuem Ensino Fundamental completo. Comparativamente, o Estado do Minas Gerais, como um todo, o percentual de pessoas acima de 25 anos que não concluíram o ensino fundamental é de 54,6%. Um fator estrutural que explica a baixa escolaridade e o alto analfabetismo da região é a dificuldade de atendimento à população rural devido à precariedade da estrutura viária e do transporte escolar. Outra explicação pode ser buscada na “desmotivação” dos jovens e adultos em continuar os estudos, fenômeno também bastante recorrente no ensino médio.

Dentre as crianças que frequentam as escolas, constata-se um baixo nível de aprendizado, ainda de acordo com o Relatório da Fundação João Pinheiro. Os estudantes do terceiro ano do Ensino Fundamental, 15,2% no Alto e 22,5% no Médio/Baixo, não possuíam o nível recomendado de alfabetização. Situação que se agrava progressivamente até o nível médio. Várias razões contribuem para essa situação de baixa escolaridade da população total

do Vale do Jequitinhonha e do insuficiente rendimento escolar dos que frequentam a escola, das quais destacamos:

1. Baixa escolaridade e falta de capacitação continuada para os professores.
2. Falta de infraestrutura (espaço físico adequado e transporte escolar).

No que tange ao ensino técnico e superior, constata-se a necessidade de implantação e expansão de cursos profissionalizantes. O Relatório da FJP apontou que as instituições de ensino superior localizadas no Vale do Jequitinhonha têm pouca inserção na região, desenvolvendo escassos projetos voltados para o Vale e oferecendo insuficientes cursos de capacitação continuada para os professores locais.

Esse último ponto é o principal foco da atual reformulação do Bacharelado para Ciências Humanas, agora com linha formativa em Políticas Públicas. Pretende-se ampliar a inserção do curso na sociedade e na população local.

b.2) Saúde

No atendimento à saúde alguns avanços podem ser destacados como a diminuição de internações relacionadas ao saneamento ambiental inadequado; melhoria da cobertura das Unidades Básicas de Saúde - UBS - a Estratégia Saúde da Família - ESF e o Programa Mais Médicos.

Como problemas destacam-se a dificuldade de acesso aos serviços de saúde por parte da população rural, insuficiência da infraestrutura física, dificuldade de atrair e fixar médicos nesta região, falta de formação específica para trabalhar no ESF e gerenciamento inadequado do Sistema Único de Saúde - SUS.

A Fundação João Pinheiro constatou uma série de questões relacionadas à saúde que devem ser enfrentadas:

1. Baixa qualificação dos profissionais e sobrecarga de trabalho administrativo;
2. Insuficiência e fragilidade dos mecanismos de gestão;
    a. Não implantação de protocolos de atenção à saúde;
    b. A atenção orientada principalmente para o atendimento da demanda espontânea e não para o cumprimento de uma programação;

c. Não priorização do atendimento, resultando em um encaminhamento de pacientes de modo inadequado;

d. Dificuldade para fixar médicos, principalmente os especialistas;

e. Número insuficiente de procedimentos ofertados;

f. Ausência de classificação de prioridades para o encaminhamento dos pacientes.

Se a baixa complexidade atingiu um significativo grau de atendimento, mesmo com todos os problemas de gestão, o atendimento nos casos de média e a alta complexidade é ainda muito precário. Segundo relatório da Fundação João Pinheiro, faltam recursos humanos especializados, equipamentos e estrutura física, fazendo com que o Vale do Jequitinhonha "exporte" pacientes. Do total dos pacientes da região, 74% do Alto e 73% do Médio/Baixo têm encaminhadas suas internações de alta complexidade para outra macrorregião de saúde. O Relatório da FJP aponta como principais ações a formulação de uma política para os pequenos territórios da rede hospitalar; a capacitação dos profissionais de saúde, inclusive aos secretários de saúde; e a necessidade de construção de um hospital macrorregional.

No que tange às dificuldades de ordem administrativa e de gestão, o Bacharelado em Ciências Humanas, com linha formativa em Políticas Públicas, pode proporcionar a formação e qualificação de quadros técnicos e administrativos que contribua para a melhor estruturação dos Sistema Único de Saúde no Vale do Jequitinhonha.

Diante de todas essas demandas apresentadas nesse PPC e outras a serem diagnosticadas, foram feitas reuniões com diversas instituições públicas e setores da sociedade civil e, a partir destas, consolidou-se a necessidade de estruturação deste projeto. Atualmente, contamos com o apoio da Prefeitura Municipal de Diamantina, do Museu do Diamante e do IPHAN. Estes estão apenas no aguardo da aprovação deste PPC para firmarmos os convênios e as parcerias.

5. Objetivos

5.1 – Objetivos Gerais

- O Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, com linha de formação em Políticas Públicas, tem por objetivo atender a uma demanda por mão de obra qualificada de formação generalista e interdisciplinar, adicionada a um caráter reflexivo que permita ao egresso obter capacidades de atuação na área. O curso objetiva também dar ao egresso condições para que possa se profissionalizar em outra graduação ou na pós-graduação, conforme seu interesse para fomentar, elaborar, avaliar e atuar nas Políticas Públicas.

5.2 – Objetivos Específicos

- Garantir a flexibilidade e diversidade das diretrizes curriculares;
- Formar interdisciplinarmente em campos do conhecimento como ciência política, sociologia, filosofia, psicologia, administração pública, economia, antropologia, história, ciência e tecnologia;
- Compreender as relações e conflitos entre os diversos setores da sociedade, incluindo instituições governamentais, organizações não-governamentais, sociedade civil organizada, empresas, sindicatos etc;
- Conhecer e capacitar para planejar, implantar, avaliar e subsidiar políticas públicas;
- Oferecer sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mundo do trabalho e das condições de exercício profissional;
- Estimular práticas de estudo independente, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do discente;
- Encorajar o reconhecimento de saberes, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive as que se referirem à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;

- Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios extracurriculares[16], práticas e a participação em atividades de extensão;
- Orientar para a condução de avaliações periódicas do curso que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas (IAE);
- Articular a graduação com a pós-graduação; e
- Estabelecer redes "intra" e "inter" institucionais no fortalecimento e diálogo com as políticas públicas.

[16] Os estágios não são previstos na grade curricular, no entanto, nossos discentes terão autonomia para exercer estágios extracurriculares que poderão ser reconhecidos nas AACCs.

6. Metas

- Formação de um corpo discente em condições de atuar no campo das políticas públicas em consonância com a área das Ciências Humanas;
- Estabelecer mecanismos de mediação com municípios da Região do Vale do Jequitinhonha para estreitar laços de diálogo e colaboração em termos de convênios para o desenvolvimento de propostas nos setores da administração;
- Estabelecimento de diretrizes de pesquisa nos campos de estudo interdisciplinar, articuladas com as amplas possibilidades de formação em Políticas Públicas;
- Colaboração efetiva para a formação interdisciplinar no interior da FIH, em diálogo permanente com os Cursos de Licenciatura e o Turismo;
- Ampliação da formação continuada em caráter extensionista e da pesquisa permanente;
- Proposição e desenvolvimento de projetos de pesquisa em constante diálogo e mediação com as realidades locais e regionais;
- Criação de Centros de Estudos (Cefil e Virtus, por exemplo) para levantamento de banco de dados para alimentar os projetos de desenvolvimento da Região do Vale do Jequitinhonha;
- Estreitar laços de pesquisa e ensino com o Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas, Estudos Rurais, Educação e outros; e
- Apresentar à instituição a demanda por docentes em áreas estratégicas, tais como, Direito, Administração, Estatística, Contabilidade e Serviço Social, a fim de viabilizar o segundo ciclo profissionalizante em **Políticas Públicas**.

7. Perfil do Egresso

A velocidade com a qual o mundo contemporâneo vem se transformando obriga a formação de profissionais que devem possuir sensibilidade para apreender uma nova dinâmica de relações sociais, processos sócio-culturais e de pensamento, além de *aptidões* (saber-ser), *habilidades* (saber-fazer), *atitudes* (saber-agir) e *competências* (alcançar resultados através dos saberes). Assim, faz-se necessária a formação de indivíduos e profissionais com perspectiva holística, capazes de pensar globalmente e atuar localmente. No curso em questão, busca-se formar um sujeito crítico com sólida formação de base em significativas áreas de conhecimento das Ciências Humanas, particularmente a Filosofia, a Psicologia, a Ciência Política, a Antropologia, a Sociologia e a Economia; e em menor presença, na História, Administração, Turismo, Geografia e Pedagogia.

O bacharel em Ciências Humanas, formado na UFVJM, destaca-se por sua orientação interdisciplinar, generalista, sua competência em autogestão e seu caráter crítico. E atendendo ao Parecer nº 266/2011, o egresso do BHu terá as seguintes características:

- ser proativo e capaz de contribuir para a inovação, demonstrando criatividade;
- ser capaz de articular diferentes saberes e situações a fim de encontrar soluções para os desafios contemporâneos;
- ter sensibilidade social e aptidão para a comunicação;
- ser capaz de trabalhar em equipe;
- preparar-se para mundialização, familiarizando-se com culturas diferentes; e

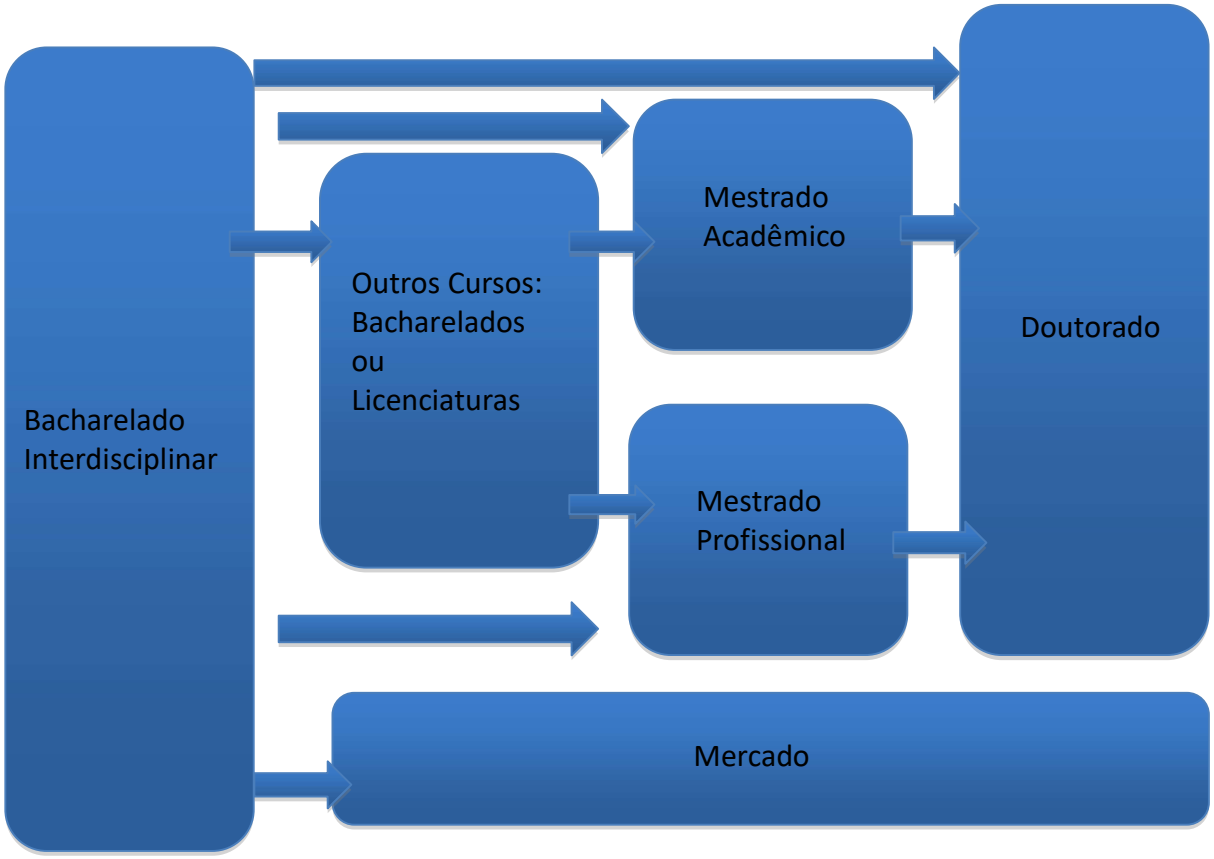
Para além disso, o egresso do BHu, a partir dos conhecimentos adquiridos na linha formativa, terá largo espectro de competências de modo a inserir-se e atuar:

1) Nas equipes de avaliação, análise e proposição, com reflexões críticas, nos setores público, privado e terceiro setor, atento as desigualdades sociais e a diversidade dos saberes e das diferenças étnico-culturais;
2) Na gestão de interesse público relativos às organizações e às políticas; e,
3) Em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos.

O egresso deste curso terá plenas condições de atuar nas áreas das políticas públicas, visto que ele terá grande cabedal curricular a partir da estrutura proposta neste PPC, adquirindo conhecimentos gerais e de base das ciências humanas, tais como, Cidadania, Estado e Sociedade, Dignidade Humana, Ética, Diversidade, Espaço Público, Direito e

Deveres Públicos, Bioética, Planejamento, Orçamento, Burocracia, Empreendedorismo, entre outros.

O egresso deste curso pode continuar sua formação conforme fluxograma abaixo:



Tendo em vista o tipo de formação do BHu, seus egressos poderão seguir dois caminhos: 1) continuar sua formação acadêmica profissionalizante nos diversos cursos desta universidade, tanto da graduação (licenciaturas e bacharelados), quanto da pós-graduação (*latu sensu* ou *stricto sensu*)[17]; e 2) inserção no mundo do trabalho que demanda educação superior, mas que não esteja associada a formações profissionais específicas.

A formação do egresso do BHu permite que atue em ambientes corporativos estando particularmente treinado para o exercício do trabalho em equipes e redes. Além disso, as características do Bacharel em Ciências Humanas possibilitam a continuação dos estudos em níveis e estágios mais avançados (especialização, mestrado e doutorado), como já mencionado.

[17] Não é garantida a passagem direta para esta etapa de sua formação. Ou seja, o aluno que concluir o BHu deverá cumprir os pré requisitos para concorrer aos editais lançados.

8. Competências e Habilidades

- Articular, produzir, processar e analisar informação procedente de fontes diversas;
- Investigar, pesquisar organicamente e produzir conhecimento;
- Comunicar e argumentar em suas múltiplas formas o conhecimento construído;
- Trabalhar de forma autônoma, individual e coletiva;
- Desenvolver iniciativa, criatividade;
- Incentivar o aprendizado permanente e continuado;
- Desenvolver capacidades de abstração, análise e síntese;
- Estruturar o conhecimento a partir do entendimento, da explicação e da interpretação;
- Aplicar os conhecimentos na prática laboral;
- Saber organizar e planejar o uso do tempo;
- Identificar e resolver problemas, enfrentar desafios e responder a novas demandas da sociedade contemporânea;
- Atuar em áreas de fronteira e interfaces de diferentes unidades curriculares e campos de saber;
- Reconhecer especificidades regionais ou locais, contextualizando e relacionando com a situação global;
- Tomar decisões em cenários de imprecisões e incertezas;
- Desenvolver atitude ética nas esferas profissional, acadêmica e nas relações interpessoais;
- Comprometer-se com a sustentabilidade nas relações entre ciência, tecnologia, economia, sociedade e ambiente;
- Ter postura flexível em relação ao mundo do trabalho e às transformações sociais;
- Desenvolver capacidade de utilizar novas tecnologias que formam a base das atividades profissionais;
- Empreender ações nas esferas pública, privada e terceiro setor;
- Reconhecer as desigualdades sociais e a diversidade dos saberes e das diferenças étnico-culturais;
- Reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;

- Reconhecer as implicações éticas da sua atuação, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua conduta;
- Participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos;
- Desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre as esferas pública, privada e terceiro setor; e
- Operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais e políticos.

9. Campo de atuação

O profissional generalista e interdisciplinar formado pelo BHu pode se inserir em ocupações laborais que, embora requeiram educação superior, não estejam associadas a uma formação profissional específica. A linha formativa em Políticas Públicas possibilita ao egresso uma inserção em funções relativas à gestão de políticas, sejam no setor público ou em organizações civis, movimentos sociais organizados, Organizações Sociais (OSs) e Organizações não Governamentais (ONGs).

10. Proposta pedagógica

A proposta pedagógica que ora se apresenta engloba, ressalta e busca ultrapassar princípios e experiências advindas do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, instituído em 2009 e que terá sua trajetória modificada a partir de 2018-02, quando deixará de ser um curso tronco das licenciaturas: em Letras Português/Inglês, Letras Português/Espanhol, História, Geografia e Pedagogia. A reestruturação do Bacharelado Interdisciplinar, que em 2019, passará a ser Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e a escolha da linha formativa em Políticas Públicas resulta do posicionamento político do corpo docente do curso tronco, que entendeu ser necessário garantir no interior da UFVJM, um curso generalista e interdisciplinar, que possibilite aos seus ingressantes uma aproximação com os conhecimentos das Ciências Humanas. Não obstante ser um curso não profissionalizante, a escolha da linha formativa como elemento interdisciplinar e transversal ao Bacharelado Interdisciplinar revela o entendimento de que a discussão político/social é essencial ao fazer pedagógico que se pretende emancipatório e democrático. Corroboramos, pois com Saviani (2006,p.78), afirmando que:

> O processo educativo é passagem da desigualdade à igualdade, Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto como democrático sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e a democracia como realidade no ponto de chegada. Conseqüentemente, aqui vale o aforismo: a democracia é uma conquista; não um dado.

Desde agosto de 2017, quando retomamos o processo de reestruturação do projeto pedagógico do BI, discutimos em reuniões do NDE e do Colegiado os princípios que manteríamos, uma vez que, conforme documentação da PROGRAD (memorando nº 197/2017 PROGRAD), a continuidade do BHU no modelo curso tronco e curso decorrente não mais seria viável. Duas perguntas foram fundamentais para que pudéssemos definir os motivos de defendermos a continuidade de um bacharelado interdisciplinar na UFVJM, e elas necessitam ser retomadas para que se entenda quais são os princípios que fundamentam a proposta que aqui apresentamos. As perguntas: Se mantivermos ***o modelo hoje proposto para***

o BI, em nome de que o faremos? De nossa sobrevivência profissional? Ou de um princípio de inclusão social?[18]

A continuidade do BI se faz pela defesa do princípio de Inclusão Social e pela 'sobrevivência' da utopia da educação democratizada como direito social, no qual docentes e discentes envolvidos no processo de reestruturar o BI defendem a Educação Superior não apenas como formação profissionalizante, mas como direito ao acesso aos múltiplos saberes produzidos pela humanidade, entendendo, pois que a educação é um ato intencional no qual e pelo qual podemos intervir e modificar a formação e socialização humana.

Como já mencionado neste documento, a universidade pública brasileira, expandida via REUNI, visou garantir a educação pública e a inclusão social tendo aderido ao modelo de Bacharelado Interdisciplinares, objetivando a diminuição da evasão escolar e a melhor escolha profissional, ao possibilitar aos ingressantes, um amplo contato com diversos campos de saberes, permitindo-lhes a formação generalista (curso tronco) e a formação profissional (curso decorrente). Nesse sentido, ampliou número de vagas e permitiu o acesso de parte da população brasileira que, pela primeira vez, adentrou à universidade. O Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades recebendo, em média, 300 ingressantes ano, constituiu-se num curso de forte caráter inclusivo, no qual as diferenças e as desigualdades sociais que marcam as trajetórias dos sujeitos sociais se revelaram.

Ressalta-se que, com a reestruturação, não será mantido o quantitativo de 200 vagas dirigidas ao curso, mas sim, de 30 vagas semestrais. A experiência da interdisciplinaridade e da diversidade de acesso aos saberes produzidos pela humanidade é outro princípio de Inclusão Social que se reafirma e se ressalta nesse projeto pedagógico. Ao refletirmos sobre a trajetória de nove anos do BHU, pudemos compreender que não basta oportunizar à população brasileira acesso aos saberes, faz-se necessário garantir outros modos de fazer pedagógicos capazes de dialogar com os saberes que os constituem como sujeitos históricos, saberes que muitas vezes são silenciados nos processos formativos formais da educação escolar. Faz-se necessário, ainda, possibilitar a construção de novos processos cognitivos que possibilitem aos sujeitos educacionais[19] a apropriação dos saberes culturais, artísticos, religiosos e acadêmicos, entendendo-os como saberes sociais historicamente produzidos por diferentes e diversos sujeitos sociais. Portanto, assumindo o caráter histórico e a concepção

---

[18] Reunião Colegiada realizada Fevereiro em 2017, no contexto de avaliação da manutenção do BI ou não.

[19] A dialogicidade no processo educacional propicia que tanto educador, quanto educando possam aprender e transformar modos de fazer e de pensar pela e na interação e trocas sociais entre os diferentes sujeitos. Garantir pedagogias ativas e modos de participação decisórias são estruturantes da concepção dialógica e progressista.

política do processo educacional como um instrumento de transformação social, objetivamos romper com a lógica instrumental e disciplinar que fragmenta e hierarquiza os saberes historicamente produzidos. Tal postura assume, pois, os fundamentos da pedagogia progressista pela qual compreendemos que:

> A teoria critica da educação (ou teoria crítica da educação, ou pedagogia crítico-social dos conteúdos) pretende superar as limitações da escola tradicional para além do otimismo da *escola nova* ou do pessimismo das teorias crítico-reprodutivistas. Pretende tornar a escola o local da socialização do conhecimento elaborado. (ARANHA, 1989, p.205 - grifos da autora)

Nesse sentido, entendemos que a aprendizagem é fruto do processo de interação social. No contexto educacional do ensino superior, ela deve produzir rupturas com o pensar naturalizado no senso comum, ao desconstruir modelos de pensamento que cotidianamente são veiculados nos diferentes e diversos espaços de nossa socialização. Importante mencionar que desde 2016, temos vivido fortes retrocessos sociais pelo acirramento das políticas neoliberais, num intenso processo de precarização da educação pública. Nesse cenário, sabemos que construir a educação dialógica requer o cuidado e a observação contínua do fazer educacional, uma vez que os educadores e educandos são parte constituída e constituinte de valores e formas de pensar que de se encontram naturalizados socialmente. Portanto, o cuidado com o fazer educacional deverá ser parte do processo avaliativo do curso e implicará a operacionalização de espaços formativos dirigidos aos docentes e discentes, na promoção do debate sobre o pedagógico, na reflexão sobre o andamento do curso e sua organização curricular. Cabe mencionar, que como argumenta Libaneo (2009), temos no processo educacional no mínimo três currículos: o formal, o real e o oculto[20]. Ao pensarmos estratégias formativas entre os sujeitos educacionais pretendemos a aproximação e a coerência entre o formal, o real e oculto.

Outra estratégia pedagógica de aproximarmos o formal, o real e o oculto, deu-se pela decisão colegiada. Em 20 de Abril de 2018, definimos a renomeação do curso que deverá ser identificado como Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas. O enfoque na grande

---

[20] O currículo formal /oficial é o estabelecido pelo sistema de ensino, remete aos documentos legais que sustentam em âmbito nacional as diretrizes curriculares para os BI(s), o real é aquele que decorre dos planos de ensino e do projeto político pedagógico pensado e praticado pelos professores, o experienciado e internalizado pelos alunos. 'Importante ter clareza de que, muitas vezes, o que é realmente aprendido, compreendido e retido pelos alunos não corresponde ao que os professores ensinam ou crêem estar ensinando' (LIBANEO, 2009, p362). E o oculto reflete as 'múltiplas influencias que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores e são provenientes da experiência cultural, dos valores e dos significados trazidos de seu meio social e de origem e vivenciados no ambiente escolar' (LIBANEO, 2009, p.362)

área de saber visa garantir, desde a identificação, a dialogicidade de saberes que, voltando-se para a análise das políticas públicas (linha formativa) buscará promover uma educação comprometida com a transformação social. A continuidade de horário noturno objetiva garantir ao público jovem, ao adulto trabalhador, às mulheres/mães/trabalhadoras condições e oportunidades de acessar ao BI como primeiro curso de formação superior, posto que, muitos acessam a Educação Superior tendo-a como instrumento de mobilidade social e econômica. A formação generalista, BI, garante a diplomação, e pode oportunizar escolhas de aprofundamento profissional, por meio de outros cursos posteriores. Bem como, almejamos atingir os profissionais e demais interessados em conhecer sobre Ciências Humanas e debater políticas públicas cumprindo a função social democratizante da educação superior[21].

Importante dizer que a nomeação em Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas reflete as condições reais de organização do novo curso; 12 professores irão constituir o corpo docente do Bacharelado Interdisciplinar. Formados em economia, ciências sociais, psicologia e filosofia, os docentes, ao analisar o trabalho pedagógico desenvolvido junto ao curso tronco BHU e as devolutivas de acadêmicos que, atualmente, cursam as licenciaturas, perceberam que o ponto de consenso entre os acadêmicos sobre suas aprendizagens junto ao curso tronco (currículo internalizado), apontavam para a importância dos saberes (disciplinares e interdisciplinares) na compreensão e reflexão sobre a realidade social brasileira e internacional. As dimensões históricas e sociais trazidas pelas diferentes formas de ler a realidade, permitiu-lhes a apropriação de um pensar político, crítico, discursivo e interpretativo sobre a realidade macro e micro, permitindo-os ler e acessar espaços sociais, assumindo posturas frente ao vivido, numa construção da cidadania, tomada como processo. Para além do crescimento pessoal, percebiam que o vivido no BHU, contribuiu para acessar outros campos de trabalho, fora da formação específica das licenciaturas cursadas.

Assim, ao propormos o BI em Ciências Humanas e ao organizarmos o currículo, tendo como linha formativa as políticas públicas, radicalizamos o compromisso com a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como instrumento de inclusão social e de promoção de uma nova ***episteme*** capaz de trazer para o espaço público da universidade, as multiplicidades discursivas e de práticas sociais que nos constituem como sociedade. Nesse sentido, não apenas na organização curricular, como na denominação das Unidades Curriculares (UCs) que compõem o projeto pedagógico, priorizamos refletir temas e

[21] Esta reestruturação atende aos pareceres das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Bacharelados Interdisciplinares, Parecer n° 266 de 05 de julho de 2011, e a Portaria n° 20 de 21 de dezembro de 2017.

problemas sociais que pretendemos colocar em análise através da interação de saberes organizado em quatro eixos: base, linguagens, interdisciplinar e temático. De modo a garantir a dialética da produção do conhecimento e do fazer educacional, inserimos o recurso didático das aulas práticas, em algumas UCs, visando conhecer e analisar os impactos, os desafios e limites das políticas públicas em diferentes instituições sociais.

Sendo uma inovação curricular, as práticas deverão ser ao longo da implantação e implementação do curso, regulamentadas pelo Colegiado de Curso. A regulamentação visa promover a participação discente e docente no debate da implantação das práticas, mas, sobretudo, objetiva garantir condições de atender a realidade social dos discentes e das comunidades nas quais a UFVJM tem acesso. Um dos componentes do currículo oculto do BHU, revela-nos que a distância e o deslocamento dos estudantes e a condição de trabalhadores e ou mulheres/mães implicaram a dificuldade de aprendizagem, posto que fatores como tempo, deslocamento e trabalho geravam o cansaço que impediam concentração e participação ativa nas atividades pedagógicas. Ter claro esses elementos ocultos que dificultam o percurso pedagógico nos permitem, nessa reestruturação, prever e propor modos de avaliação do curso e da aprendizagem, intervindo no processo pedagógico do Curso, de modo a garantir e oportunizar, via currículo, condições efetivas de vivenciar práticas formativas, reiterando assim, o compromisso de tornar o processo pedagógico um forte instrumento de inclusão social.

A organização pedagógica deste projeto, portanto, é inovadora e busca colocar em prática um anseio pedagógico de formação generalista, com uma base forte em áreas significativas das Ciências Humanas, capaz de capacitar o egresso a articular, para além da técnica, a reflexão crítica em relação às Políticas Públicas. Como se observará com a leitura da matriz curricular, a interdisciplinaridade, aqui, não é só um anseio de formação, mas, sim, uma prática de ensino que se estrutura na base dos três pilares de uma instituição de ensino superior: ensino, pesquisa e extensão. Seguindo a mesma linha de capacitação ampla e generalista que o Tratado de Boulogne e os Colleges norte-americanos priorizam, a interdisciplinaridade será o foco central desta formação.

A reflexão que embasa essa reestruturação tem como fim a articulação entre a prática interdisciplinar e os objetivos apresentados, por exemplo, no que concerne à abordagem dos Temas Transversais, Diversidade, Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo. A correlação entre a transversalidade e a interdisciplinaridade já está indicada no próprio parâmetro curricular: “A proposta de transversalidade pode acarretar algumas discussões do ponto de vista conceitual como, por

exemplo, a da sua relação com a concepção de interdisciplinaridade, bastante difundida no campo da pedagogia" (PCN, 1998, p. 31). Assim sendo, o BHu reestruturado garante uma formação continuada, articulada com a educação básica, em especial, no que diz respeito às especificidades das práticas inter-, pluri- e transdisciplinar. Aparentemente, os prefixos dos termos oferecem o indicativo da prática, mas há, ainda, algumas concepções equivocadas, sobretudo, de senso comum em relação a estas, cujas especificidades estão marcadas nas diferentes metodologias.

A pluridisciplinaridade, ou multidisciplinaridade, é o encontro de pesquisadores e professores de disciplinas diferentes em torno de um tema comum, onde cada um conserva a especificidade de seus conceitos e métodos. Trata-se de aproximações paralelas que tendem a um objetivo comum através de contribuições específicas. A pluridisciplinaridade não pressupõe diálogo e, consequentemente, modificações nos métodos das disciplinas envolvidas. Por isso, o que ocorre é uma coexistência de línguas diferentes. A transdisciplinaridade tem sua especificidade marcada pelo prefixo trans-, o mesmo usado em transgressão, transversal e transpassar cuja preposição latina trans significa "além de", "para lá de", "depois de". Em 1972, Jean Piaget, nos Proceedings, assim definiu a prática transdisciplinar:

> Enfim, à etapa das relações interdisciplinares, podemos ver suceder uma etapa superior, que seria a "transdisciplinaridade", que não se contentaria em esperar pelas interações ou reciprocidades entre pesquisas especializadas, mas situaria essas ligações no interior de um sistema total sem fronteiras estáveis entre as disciplinas (PIAGET, 1972, p. 144).

O modo transdisciplinar representa a última etapa evolutiva das práticas que aproximam disciplinas, na qual os sujeitos abandonam seus pontos de vista particulares de cada disciplina para produzir um saber autônomo de onde resultariam novos objetos e novos métodos. Interessa, nesta abordagem, analisar, comparativamente, os objetivos dos Temas Tranversais com alguns dos artigos da "Carta da Transdiciplinaridade". O Artigo 2 da carta dispõe sobre "O reconhecimento da existência de diferentes níveis de realidade, regidos por lógicas diferentes, é inerente à atitude transdisciplinar. Qualquer tentativa de reduzir a realidade a um único nível regido por uma única lógica não se situa no campo da transdisciplinaridade". O reconhecimento de que a noção de "realidade" é problemática pode ser inferido da percepção de que há "diferentes níveis de realidade". Está é uma importante noção que não está presente, por exemplo, nos objetivos dos PCNs o uso do conceito de transdiciplinaridade[22], que defendem uma ideia de educação voltada para a "realidade":

[22] A matuenção dos PCNs, no PPC, visa garantir a profundidade da discussão conceitual.

> A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade) (PCN, 1998).

Contudo, a noção de “realidade” é um dos focos deste PPC BHu, sendo, inclusive, competência específica das Ciências Humanas. Os temas transversais são efetivamente uma possibilidade de introduzir os educandos nos universos plurais das diferentes realidades, inclusive, eles permitem uma reflexão sobre o próprio conceito de "realidade", mas para que isso ocorra a prática de aproximação disciplinar tem que ser problematizada, discutida e refletida o que se propõe este PPC. De acordo, ainda, com o Artigo 5, da "Carta da Transdisciplinaridade": "A visão transdisciplinar é resolutamente aberta, na medida em que ela ultrapassa o campo das ciências exatas devido ao seu diálogo e sua reconciliação, não somente com as ciências humanas, mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência espiritual". As três últimas áreas de conhecimento das humanidades - literatura, poesia e experiência espiritual – estão sendo contempladas no PPC reestruturado, pois são de fundamental importância, inclusive, para discutir a noção de "realidade". Outrossim, ao se considerar a importância de uma formação superior que aproxima e estabelece a ligação entre os conteúdos abordados, em sala de aula, e as diversas realidades vividas pelos indivíduos, é preciso considerar o papel que a imaginação e a sensibilidade desempenharia nesta conexão, como aponta o Artigo 11 da "Carta da Transdisciplinaridade": "Uma educação autêntica não pode privilegiar a abstração no conhecimento. Deve ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar. A educação transdisciplinar reavalia o papel da intuição, da imaginação, da sensibilidade e do corpo na transmissão dos conhecimentos". Orientação encampada por este PPP BICH.

Apesar dos esforços empreendidos pelo grupo signatário da "Carta da Transdisciplinaridade" e do documento “Uma visão mais ampla de transdisciplinaridade”, a análise da atual conjuntura da educação superior brasileira indica que a transdisciplinaridade é uma prática complexa, que exige uma maturidade e um exercício preparatório para que sua efetiva realização ocorra. A interdisciplinaridade tem sido apontada como uma prática possível, rica e, consequentemente, uma preparação natural para a prática transdisciplinar. A interdisciplinaridade supõe um diálogo e uma troca de conhecimentos, de análises, de métodos entre duas ou mais disciplinas. Ela implica que haja interações e um enriquecimento mútuo entre vários especialistas. A especificidade está marcada no prefixo inter-, que é uma

preposição e um provérbio latino que significa “no interior de dois; entre; no espaço de”. É o prefixo de palavras como interlocução, inter-relação, intermédio, intercâmbio. A interdisciplinaridade pressupõe dois ou mais elementos em relação como está disposto em toda a estrutura deste PPC BHu, tanto em sua concepção quanto em sua estruturação curricular, como se poderá observar.

A interdisciplinaridade, por pressupor um diálogo entre as disciplinas, reorganiza os campos teóricos em jogo, procedendo com uma tradução de linguagens, as dos saberes envolvidos, sem negar as dificuldades e os limites inerentes a esse exercício. A interdisciplinaridade promove a autorreflexão. Contudo, mesmo figurando como um caminho possível e desejável, a interdisciplinaridade não está a salvo de investigação epistemológica. Ela corre o risco de se tornar uma simples justaposição de aproximações, o que a transformaria em prática pluridisciplinar, e pode, por outro lado, transgredir os limites disciplinares e se transformar em prática transdisciplinar. A palavra de ordem na prática interdisciplinar é diálogo e a forma como ele acontece define a produtiva ou a problemática interdisciplinaridade.

Novamente, é preciso correlacionar, a título de exemplo, a prática interdisciplinar com as orientações dos PCNs, quanto aos temas transversais.

> Ambas — transversalidade e interdisciplinaridade — se fundamentam na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos. Mas diferem uma da outra, uma vez que a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática (PCN, 1998).

Não fica clara a diferença observada nos PCNs entre a transversalidade e a interdisciplinaridade, uma vez que a abordagem epistemológica é um recurso didático, o que as aproxima e não as diferencia. O noção de interdisciplinaridade disposta nos PCNs é correta e está de acordo com aquela proposta pela grande maioria de estudiosos sobre o tema. De fato, "a interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles — questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu" (PCN, 1998, p.). Igualmente é correta a afirmação de que na

> prática pedagógica, interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois o tratamento das questões trazidas pelos Temas Transversais expõe as inter-relações entre os objetos de conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade tomando-se uma perspectiva disciplinar rígida (PCN, 1998).

Contudo, a interdisciplinaridade não suprime as fronteiras, ela aponta para as aproximações e distanciamentos, preservando e reconhecendo as especificidades disciplinares. De acordo com os PCNs, a transversalidade, ao contrário da interdisciplinaridade, "promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos". Suprimir a dicotomia não é um bom recurso didático, que ensina aos educandos a não enfrentar as diferenças, reconhecendo as especificidades e as plurais identidades dos saberes, levando-os a apagar as diferenças, a não respeitar os limites. Quantos desdobramentos didáticos não poderiam ser aproveitados se o foco estivesse no tratamento dos temas transversais exatamente na dicotomia das relações interdisciplinares? Grosso modo, reconhecendo as especificidades disciplinares, os educandos teriam a oportunidade de ter acesso as áreas de conhecimento e poderiam, assim, ter um panorama mais claro de uma futura atuação profissional no âmbito das políticas públicas, que é o objeto deste PPC BHu. Ao contrário de tratar a disciplinaridade como impedimento para uma compreensão ampla do ser humano, ela poderia ser tratada como aquilo que confere especificidade na diversidade, ela cumpriria o mesmo papel que a transversalidade, no sentido de abrir a inclusão de saberes extrauniversitários, possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos acadêmicos (as).

A relação entre identidade e alteridade, tão discutida nos dias atuais em diferentes âmbitos do conhecimento, pode ser introduzida na universidade a começar pelo reconhecimento do que confere identidade a uma determinada disciplina. O que faz da sociologia uma disciplina diferente da filosofia, por exemplo, quais as especificidades de cada área, o que as aproxima sem as tornar iguais? A metodologia a ser abordada por este PPC BHu é a de sucessividade entre as áreas disciplinares envolvidas, o que garante que problemas, temas e metodologias circulem, figurando ora como perguntas, ora como respostas. Assim se configura a autorreflexão das disciplinas envolvidas na prática interdisciplinar. Observar como o “outro” a analisa, permite à disciplina se conhecer e descobrir focos de atenção que talvez jamais se tenha visto antes da experiência

interdisciplinar. O diálogo entre as disciplinas exige que as vozes sejam ouvidas, em suas especificidades, seus contextos, para que a diferença seja incluída e não rechaçada. Deve-se evitar a todo custo o nivelamento e as aproximações forçadas.

> Dito de outro modo: cada disciplina desde sempre pertence a um contexto que a marca e do qual ela não consegue se liberar. Muito pelo contrário, inserida na sua própria história enquanto disciplina, mas também determinada por condições externas para ela não disponíveis, nenhuma área científica consegue escamotear seu próprio ser envolvido num horizonte mais amplo, dentro do qual ela vê seu processo de investigação determinado (FLICKINGER, 2007, p. 123).

Nada deve ser desconsiderado ou anulado no processo dialógico das disciplinas, nem suas especificidades, muito menos sua história, sua tradição, porque o crescimento conjunto só se dá pelo jogo dialético entre elas, e entre o novo e a tradição. Como já observou Bakhtin, não existe lugar ideológico neutro, assim como não há disciplina sem ideologia, sem história, sem identidade. Por trabalhar na interface de vários saberes, a interdisciplinaridade constitui-se como um terceiro, um entre-lugar, onde há uma circulação de saberes. A prática dialógica da interdisciplinaridade assegura aos agentes envolvidos – estudantes e professores – relativizar os conceitos de realidade e verdade, ela ensina que a verdade é plural, assim como a realidade. Esta também é a perspectiva dos signatários da "Carta da Transdisciplinaridade" que defendem, no Artigo 3:

> A transdisciplinaridade é complementar à aproximação disciplinar: faz emergir da confrontação das disciplinas dados novos que as articulam entre si; oferecemos uma nova visão da natureza e da realidade. A transdisciplinaridade não procura o domínio sobre as várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa.

Para que a interdisciplinaridade cumpra seu papel de quebrar com paradigmas disciplinares e que instaure uma prática dialógica, é preciso que os estudantes estejam associados a essa metodologia, nos trabalhos práticos e nos seminários que lhes são propostos, como está estruturado neste PPC BHu.

Considerando toda a reflexão anterior, a reformulação do BI visa garantir a interdisciplinaridade em Ciências Humanas como seu norteador basilar, garantindo o tópico constituinte do PPI e do PDI da UFVJM. Acrescenta-se a este apenas uma linha de formação inicial para permitir aos discentes maiores habilidades caso decidam seguir para a

profissionalização, possível nesta universidade a partir da pós-graduação[23]. Desta maneira, ressalta-se que esta estrutura garante a formação continuada dos discentes, caso haja interesse destes, conforme prevê a legislação vigente. Como exemplo, é possível citar o parecer CNE/CES 108/2003, que garante o **vínculo com a Pós-graduação, prevendo que** "**seria admissível imaginar a licença profissional em decorrência da pós-graduado precedido de graduação em outra área,** pois que a formação superior deveria ser, cada vez mais, entendida como um processo de educação continuada, verticalmente integrada" (destaques e grifos nossos). É importante salientar que a entrada na pós-graduação possui regras próprias, portanto, não se configura em entrada direta.

Também, o **parecer CNE/CES 210/2004** afirma que **"com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional"** (grifos e destaques nossos).

Nesse sentido, destaca-se a importância do vínculo entre o BHu e o Mestrado em Ciências Humanas (PPG-CH), cuja interdisciplinaridade tem aspecto comum entre ambos, elemento que propicia uma trajetória formativa continuada e estruturada para atender as demandas dos discentes, além do que, a maior parte dos professores do BHu encontram-se vinculados hoje no PPG-CH. Portanto, o BHu tem possibilidade de oferecer condições à continuidade formativa dos discentes, preparando-os efetivamente para inserção no mestrado, tanto profissional quanto acadêmica.

Tendo em vista essa proposta de articulação pautada na transversalidade e na interdisciplinaridade, o Bacharelado em Ciências Humanas incorpora o conceito inovador de linha de formação, disposto nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura de 2010. Assim, para além de sua configuração como BI, terá como particularidade uma linha de formação em Políticas Públicas, que busca imprimir no PPC uma conjugação de aspectos teóricos e práticos, visando atender às demandas sociais locais, regionais e nacionais. De acordo com os Referenciais, as Linhas de Formação dos cursos:

> Não se configuram, no entanto, como habilitações, não compondo o nome do curso, uma vez que as habilitações do egresso devem possuir caráter mais abrangente, definidas pelas suas diretrizes curriculares e em alguns casos pela legislação regulamentadora da profissão. Desta forma, manifesta-se por meio

[23] A UFVJM conta hoje com cursos de especialização e mestrado em ciências humanas (com linha de formação em políticas públicas), administração pública, educação e outros.

> das competências especializadas, desenvolvidas pelo aluno ao longo de sua formação e pelo detalhamento em seu histórico escolar (BRASIL, 2010).

Para delinear a linha de formação em políticas públicas, foram utilizadas as Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração Pública (2014) como parâmetro para a elaboração deste PPC. Essa aproximação se fez necessária para garantir o mínimo de referenciais para a linha de formação, com especial atenção à formação básica ali disposta:

- Conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área pública, articulando conteúdos de ciência política, economia e sociologia;
- Estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação; e
- Conteúdos relacionados às diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado.

Diante do exposto acima, ressaltamos que o processo ensino e aprendizagem que almejamos desenvolver sustenta-se na concepção da educação progressista, no qual assumimos a intencionalidade de promover outras formas de socialização humana, capazes de promover aprendizagens que rompam com a cultura escolar e o senso comum cultural hierarquizantes e disciplinares, que dicotomizam e fragmentam os conhecimentos socialmente produzidos, reproduzindo a concepção de saberes neutros, a-históricos e atemporais. Focando nas interações sociais, mediadas pelo conhecimento socialmente produzido, admitimos a complexidade do processo educacional, sobretudo em situação de democratização dos espaços educacionais a sujeitos sociais que historicamente foram alijados do direito a educação pública. Consideramos ainda que, aprender envolve reconhecer as condições históricas nas quais os valores e comportamentos foram edificados, de modo a desnaturalizar as aprendizagens e a promover outros olhares e fazeres.

Dentre os espaços em que se buscaram desenvolver essa concepção de aprendizagem, é possível citar os grupos de pesquisa. Os referidos grupos acolherão os discentes e suas pesquisas em nível de Iniciação Científica, Trabalhos de Conclusão de Curso, Monitorias e os trabalhos executados no âmbito da Bolsa Permanência. O objetivo central das pesquisas realizadas nos grupos é formar pesquisadores que prezam pela articulação de seus objetos de pesquisa com as demandas sociais.

Ainda sobre a promoção da aprendizagem, às inovações tecnológicas materializadas nas ferramentas de tecnologia da informação e redes de computadores, estarão presentes em todo o processo formativo do BHu. Nesse sentido, cabe destacar o papel central que tem

assumido a Internet como mecanismo de comunicação, difusão e troca de informação e acesso a documentos, tornando-se ferramenta fundamental no trabalho docente de ensino, pesquisa e extensão.

Esse aspecto não tem sido negligenciado no âmbito da universidade, tampouco pelos docentes do BHU que já possuem como prática recorrente o uso de equipamentos de áudio e vídeo e os ambientes virtuais para o desenvolvimento das disciplinas, assim como das ferramentas disponíveis para a gestão administrativa e acadêmica.

Com isso, o desenvolvimento do presente projeto será pautado por incorporar na dinâmica do curso práticas pedagógicas construídas a partir das TICs, que possibilitem a consolidação dos espaços virtuais dialógicos entre docentes e discentes; incentivem a autonomia e iniciativa dos alunos no processo educacional; e promovam a interdisciplinaridade. Assim, as TICs serão utilizadas nas formas disponíveis, como comunicação, acesso, divulgação de atividades, compartilhamento de literatura e bibliografia, publicações, criação de sítios com caráter pedagógico, conforme as necessidades e demandas das unidades curriculares, pesquisas e extensão.

Da mesma maneira, os equipamentos disponíveis para a prática docente também serão utilizados para diversos fins, como tem sido até o momento: o Datashow, um instrumento muito eficiente para a aplicação de conteúdos programáticos; câmeras fotográficas e de vídeo são ferramentas importantes no registro de imagens para produção técnica e bibliográfica ao que cabe acrescentar o YouTube para organizar depoimentos, programas de divulgação, apresentação de pesquisas e fomento de novas fronteiras no âmbito da pesquisa e da extensão. Do ponto de vista das plataformas virtuais cabe destacar o desenvolvimento e aplicação de métodos de ensino e práticas profissionais, nos termos constitutivos de unidades curriculares como os diferentes Tópicos em Políticas Públicas. O Moodle é, assim como outras ferramentas disponíveis nas redes de computadores, um mecanismo de comunicação entre os discentes, bem como entre estes e os docentes. O Moodle deve ser aperfeiçoado a fim de que o diálogo entre os vários atores desse processo tenham condições de interação e, sobretudo, aproximação.

Vale ainda ressaltar que é compromisso deste PPC, em consonância com a legislação federal e com os princípios norteadores desta instituição, garantir educação inclusiva, empreendedora, ambiental, direitos humanos e relações étnico-raciais. Essas se darão nos seguintes termos:

1. A **educação inclusiva**, conforme o Decreto 5.622/2005, a Lei 12.764/2012 e a Lei 10.098/2000, aborda temáticas relevantes amplamente tratadas e encampadas pelo PDI da UFVJM.
2. A **educação para o empreendedorismo** não se fixa tão-somente no âmbito do mercado, como forma de preparação profissional. No caso do BHu, com linha formativa em políticas públicas, o empreender contempla uma série de ações que visam à preparação do discente para atuar em realidades e contextos sócio-econômico-administrativos, com espírito de iniciativa para proposição de políticas que promovam avanços e inovações no âmbito do serviço público, de organizações sociais, instituições, empresas de caráter público e privado. O currículo é concebido para favorecer elementos estruturais na formação específica e geral, na perspectiva pedagógica para a tomada de iniciativa, de decisões em condições adversas e promoção de propostas em conformidade com as novas realidades das relações sociais entre público e privado.
3. **Educação ambiental**, Lei 9.795/1999, Decreto 4.281/2002 - As grandes áreas de formação de base da nova matriz curricular do BHu têm, em suas propostas de conteúdo e forma, a preocupação com a abordagem dos vários aspectos relativos à educação ambiental. O corpo formativo do BHu revela, em sua estrutura, as condições necessárias para que o problema ambiental seja conduzido sob o ângulo das Ciências Sociais, da Filosofia, da Economia, da Psicologia, no que concerne a aspectos éticos, políticos, científicos, técnicos, econômicos, também sob o viés das estruturas governamentais e estatais, o papel dos Estados-nacionais e as estratégias relativas ao ambiente.
4. **Educação das Relações Étnicos Raciais para o ensino de História e cultura Afrobrasileira, Africana e indígena**, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena , nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/C P N° 1/2004, fundamentada no Parecer C NE/C P Nº 3/2004 - Dois aspectos devem ser considerados a respeito desta Educação, em especial. De um lado, a formação que as ciências humanas podem oferecer, em seu leque formativo e pedagógico. Do ponto de vista interdisciplinar, o BHu tem em sua estrutura curricular várias UCs que oferecem diversas possibilidades de abordagens dialógicas sobre relações raciais, desde aspectos antropológicos, sociológicos, econômicos, filosóficos e psicossociais. Por outro lado, a problemática no

campo das políticas públicas é de grande importância especialmente no que se refere às políticas de reconhecimento, ou inclusão social, às estratégias de enfrentamento dos diversos aspectos do contexto das relações raciais, às relações de poder, à questão política no tocante aos modelos sociais e suas condicionantes raciais - migrações, mercado de trabalho, exploração infantil, prostituição, a inclusão nos campos econômico e social e estratégias. Aspectos históricos compõem a preocupação do quadro formativo do BHu nesta questão. A linha formativa em políticas públicas amplia, como foi observado, o leque de ações, o pensamento reflexivo, aliado a abordagens sociais, culturais e científicas, propicia as condições para que a educação da relações sociais seja apreendida como totalidade na forma e conteúdo interdisciplinares.

5. **Educação para os Direitos Humanos**, Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer C NE/C P N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/C P N° 1, de 30/05/2012 - A educação em Direitos Humanos visa à formação para a vida e para a convivência no exercício cotidiano da Dignidade Humana, como forma de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regional, nacional e mundial. Este objetivo deverá orientar os sujeitos, as instituições e os sistemas de ensino no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos. Destaca-se a importância quanto ao estudo sistemático sobre os Direitos Humanos em consonância com as estruturas de poder, o estatismo, as formas de organização política, as práticas dos agentes do Estado em geral, a dignidade da pessoa dentro e fora de qualquer estado, entre outras. No que tange à cultura brasileira, faz-se necessário colocar em análise os processos de hierarquização social e silenciamentos étnicos raciais e de gênero que edificaram nossa cultura. A construção de uma sociedade com equidade social implica a desnaturalização das relações de poder, dos modos de pensar e de agir, portanto, faz-se necessário a analise crítica e a revisão cultural. Todos esses elementos se configuram para o desenvolvimento de pesquisas neste campo do saber.

No que tange às linguagens, os discentes do BHu cumprirão os requisitos em todo o percurso formativo, transversalmente. Significa que todas as UCs trabalharão com linguagens. As UCs da linha formativa terão, por exemplo, além do grande domínio da língua portuguesa e, eventualmente estrangeira, o domínio da matemática e da informática, pois sem elas se torna impossível a avaliação de políticas públicas. Ainda assim, este PPC garante a

complementação curricular das linguagens com UCs, conforme será apresentado no item 11.4. Havendo necessidade, conforme desempenho do coletivo de discentes, poderão ser ministrados minicursos de modo a sistematizar saberes necessários ao uso instrumental das linguagens, sendo estes aproveito por meio das AACCs. Conforme os Referenciais Orientadores para os BIs e Similares:

> Os projetos pedagógicos deverão explicitar o modo como as linguagens (língua portuguesa, línguas estrangeiras, linguagem matemática, entre outras) são incorporadas à estrutura curricular como eixo formador fundamental. A estrutura curricular deve permitir aos estudantes e flexibilidade de escolhas e autonomia nas trajetórias de formação. (2010, p. 6 - grifos nossos).

Ou seja, ao longo de todo o curso do BHu serão tratadas as linguagens necessárias para a construção formativa do discente de forma a garantir uma leitura social da função da linguagem de um modo geral.

Soma-se a tudo isto, o enriquecimento do processo formativo com a criação de Centros de Estudos em que os professores estarão incluídos de acordo com suas afinidades temáticas para pesquisa. Estes têm um importante papel no desenvolvimento de pesquisas e no retorno destas ao ensino e à extensão. Visam promover a troca de saberes permitindo que a pesquisa tenha resultados concretos para o ensino e para a extensão, garantindo a interdisciplinaridade pelas áreas ou temas.

Propõem-se inicialmente a criação dos seguintes grupos:

- CEFIL: Centro de Estudos em Filosofia;
- CRÍTICA SOCIAL;
- VIRTUS: Centro de Estudos em Direitos Humanos e Políticas Públicas;
- Café Filosófico - Extensão e outros.

O sistema de avaliação respeitará a Regulamentação dos Cursos de graduação da UFVJM, bem como desenvolverá ações com os seguintes objetivos:

A) Uma dimensão diagnóstica a fim de verificar se a aprendizagem é alcançada ou não e o porquê. Instrumentos avaliativos que abrangem: Levantamento do desempenho semestral dos discentes; Formulários avaliativos – questionários qualitativos e quantitativos (individuais e em grupo) para aferição dos componentes curriculares necessários; Atuação e iniciativa discente, contabilizada em forma de ações pontuais – extensão, pesquisa e AACC; levantamento do desempenho dos discentes no SIGA; avaliação dos discentes em relação aos docentes. A avaliação inicial para verificar o conhecimento prévio dos estudantes sobre um

dado assunto: sua mais importante característica é o aspecto preventivo, pois ao conhecer as dificuldades dos alunos no início do processo formativo, possibilita prever suas reais necessidades e trabalhar em prol de seu atendimento.

B) Avaliação Prospectiva (início e fim do curso) do desempenho dos discentes com parâmetros mais extensos.

C) Avaliação formativa no processo de acompanhamento do discente em todos os momentos. Tal procedimento deverá ocorrer semestralmente, ao final de cada período letivo. Visa ao acompanhamento do processo de aprendizagem. Além da avaliação formal o professor pode utilizar diversas estratégias e métodos para acompanhar os estudantes, tais como os seguintes instrumentos avaliativos: observação, questionário: oral ou escrito.

Elementos constitutivos dos processos de avaliação devem considerar estratégias diversas como a avaliação das UCs, por parte dos docentes e dos discentes na relação direta do processo de aprendizagem, com instrumentos objetivos, planilhas, formulários e encontros presenciais. É papel também do NDE elaborar instrumentos eficientes para avaliação tanto individual quanto coletiva, isto é, a aprendizagem singular e universal tanto dos atores quanto dos elementos conceituais do curso como um todo. Identificar os problemas mais cruciais, levando em conta as condições de integração e interdisciplinaridade nos processos de aprendizagem das turmas e de cada indivíduo agente e objeto do ensino.

Caberá ao Colegiado de Curso estabelecer os parâmetros de avaliação e institucionalizá-los à medida que as necessidades se tornem prementes; aprofundar as formas de incorporação conceitual da ação docente no vínculo com suas especialidades e com a totalidade das condições gerais do processo de ensino e aprendizagem.

Será importante o intercâmbio com o mundo prático, onde os discentes terão possibilidades de vivenciar estágios extracurriculares por via de convênios. Por essa razão, torna-se imprescindível que os instrumentos de avaliação dialoguem com a comunidade ampliada, com as instituições e a coletividade em geral. O NDE e o Colegiado de Curso elaborarão instrumentos de avaliação conjuntamente com as pró-reitorias, notadamente PROGRAD, PROACE, PRPPG e PROEXC, tanto para acompanhamento administrativo quanto para os desdobramentos e desempenho dos discentes nos campos da extensão e pesquisa; também no que tange a projetos de participação na Assistência Estudantil e o desempenho formal dos discentes em sua trajetória curricular e formativa.

A “recuperação de estudos” é prevista na Lei nº 9.394/96, em seu artigo 12, inciso V, para “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento” (BRASIL, Lei 9394/96, p. 12), bem como na Portaria nº 1383, de 31 de outubro de 2017 que aprova em

extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - modalidade presencial e a distância, para os Atos Regulatórios.

A Recuperação Processual - RP é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, em busca da superação de dificuldades específicas encontradas pelo discente durante o seu percurso acadêmico e deve envolver a recuperação de conteúdos e a recuperação de nota. A recuperação de conteúdos é compreendida como um processo didático pedagógico que visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao discente como forma de garantir o alcance dos objetivos previstos nos planos de ensino de cada UC. Sempre que ao final de um semestre e/ou período letivo, mais de 30% dos discentes de uma turma, obtiverem nota inferior a 60% (sessenta por cento) dos pontos, será facultado ao discente uma avaliação de recuperação.

Caberá ao docente estabelecer uma ou mais estratégias de recuperação para os discentes de menor rendimento, com o objetivo de propiciar nova oportunidade de aprendizado do conteúdo avaliado, visando recuperar no máximo 20% (vinte por cento), com questões do conteúdo avaliado, somando à avaliação anterior, podendo o discente obter no máximo a nota 60 (sessenta). Serão aprovados os discentes que obtiverem, no final do período letivo, média aritmética das notas igual ou superior a 60 (sessenta) e frequência de 75% (setenta e cinco por cento).

O discente reprovado fica obrigado a cursar novamente a unidade curricular obrigatória, entende-se por obrigatórias as UCs do Eixo de Base, bem como: Oficina de texto acadêmico do Eixo de Linguagem e Projeto de Pesquisa do Eixo Temático). A reprovação em UCs de livre escolha (do EI) ou opção limitada (do ET) implicará a realização de uma UC de livre escolha/opção limitada com as mesmas exigências de frequência e aproveitamento, conforme previsto no regulamento. Ao discente que, por qualquer motivo, não participar da avaliação de recuperação, não será oferecida outra oportunidade.

A recuperação processual de conteúdos poderá ocorrer das seguintes formas:

- Por meio de momentos marcados especificamente para atender os discentes que apresentaram dificuldades em conteúdos relacionados a uma avaliação anterior. Esta pode acontecer de forma individual ou coletiva em turno oposto ao de realização do curso; e
- Durante os atendimentos individuais, de acordo com a carga horária prevista no Plano de Ensino e Cronograma de Atividades do respectivo docente.

A recuperação dos conteúdos não apreendidos deverá obedecer aos seguintes critérios:

- Ser desenvolvida logo após a divulgação dos resultados de cada avaliação;
- A efetivação de, no mínimo, 2 (dois) encontros de recuperação de conteúdo que deverão ser desenvolvidos no prazo máximo de dez dias úteis a contar da data da entrega da avaliação;
- O conteúdo da recuperação deverá ser o mesmo trabalhado na avaliação que gerou o diagnóstico;
- Deverão ser utilizadas novas estratégias de ensino-aprendizagem sobre os conteúdos não apreendidos, de forma a contemplar os diferentes estilos de aprendizagem dos discentes;
- No caso de UCs práticas, em que a recuperação for condição para o prosseguimento naquele conteúdo, esta será contemplada automaticamente durante o desenvolvimento das aulas ou poderá realizar-se em momento posterior no mesmo espaço, não devendo haver acúmulo de atividades a serem recuperadas;
- O instrumento/estratégia de avaliação será definido pelo docente de acordo com as características da UC, com conhecimento do colegiado de curso.

A avaliação de recuperação processual deverá ser marcada, no máximo, até duas semanas após a realização da avaliação anterior, a que deu origem a recuperação. Todos os procedimentos/instrumentos utilizados para a avaliação de recuperação processual devem ser elaborados em articulação com o conteúdo avaliado anteriormente (previsto no plano de ensino), e devem ser arquivados na Coordenação de Curso. Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado de Curso, restando dúvidas, serão resolvidas em definitivo por uma Comissão de Avaliação a ser designada pelo Colegiado de Curso. A Comissão terá duração de 15 (quinze) dias e será composta pelo Coordenador do Curso e dois docentes.

Importa-nos ainda ressaltar que, na busca por garantir oportunidades de acesso e de abrir frentes que flexibilizem as trajetórias formativas, deveremos, após a aprovação e implantação deste PPC, mapear na matriz curricular dos demais cursos da UFVJM UC(s) fora de grade. Com isso, buscaremos garantir aos discentes possibilidades de transitarem em diversos e diferentes cursos que compõem a UFVJM e que dialogam com as políticas públicas. Além das UC(s), também serão mapeadas as pesquisas e os trabalhos de extensão que reconhecemos como possíveis e importantes para diálogos interdisciplinares com o BHu. Nesse sentido, reiterando a aproximação entre currículo formal, real e oculto, demarcamos neste PPC a possibilidade de ampliarmos a composição de nossa matriz curricular, flexibilizando-a, via UC(s) Eletiva (fora de grade) que poderão ser estabelecidas, via

parcerias previamente acordadas, com outros cursos e que, sobretudo, se relacionem com os objetivos de formação do BHu e do perfil de egresso que aqui defendemos.

Reafirmando a aproximação entre currículo formal, real e oculto faremos a organização de tutoria, por meio de: formação de grupos de discentes a serem acompanhados por uma tutoria de docentes e veteranos, com escopo de desenvolver estratégias de aproximação, avaliação e aplicação das propostas emanadas neste tópico; assistência individual; aulas de reforço; provas de recuperação ao longo do semestre; avaliação ao final do semestre; e estratégias estabelecidas a partir da realidade dos discentes.

Por fim, o apoio ao discente tem na UFVJM ampla cobertura. Este conta com a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - PROACE - que tem como missão promover o bem-estar, a qualidade de vida e o desenvolvimento da comunidade acadêmica, por meio da proposição, planejamento e execução de ações de assistência estudantil e promoção/inclusão social; atenção à saúde, segurança do trabalho e higiene ocupacional; acessibilidade, diversidade e esporte e lazer. A PROACE tem em sua estrutura três diretorias: Diretoria de Assistência Estudantil – DAE; Diretoria de Atenção à Saúde e Acessibilidade – DASA; e Diretoria de Extensão, Cultura, Assuntos Comunitários e Estudantis – DECACE.

Além destas diretorias, a PROACE executa as seguintes ações: Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NACI; promove e incentiva eventos, disponibiliza espaços, e promove atividades tais como: Tai-Chi; Escalada indoor; Voleibol; Taekwondo; Jiu-Jitsu; Brinquedoteca e Handebol. Ainda estão em estudo projetos de musculação, ginástica de academia e atletismo e ginástica laboral; e se propõe a oferecer prática de exercícios compensatórios e de aquecimento para os servidores; serviço de Odontologia; serviço de atendimento e acompanhamento pedagógico; serviço de Psicologia; e serviço Social ofertados pelo Programa de Assistência Estudantil - PAE. A PROACE também conta com os seguintes programas: O Programa de Assistência Estudantil/PAE; Programa de Bolsa Permanência – PBP; Moradia Estudantil Universitária (MEU); e Programa Socorrer.

11. Organização curricular

O desenvolvimento dos currículos tem sido uma preocupação constante de educadores, pedagogos, escolas, gestores e pesquisadores nos diferentes níveis de ensino. Também é uma das preocupações centrais dos Projetos Pedagógicos de Curso e objeto de debate nas pesquisas sobre educação. De acordo com BEAUCHAMP, PAGEL e NASCIMENTO (2007), as indagações sobre os currículos presentes nas escolas e na teoria pedagógica mostram, em primeiro lugar:

> [...] a consciência de que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Conhecimentos e práticas expostas às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico. As indagações revelam que há entendimento de que currículos são orientados pela dinâmica da sociedade. (MEC, 2007).

Essa preocupação com o desenvolvimento de um currículo dinâmico e conectado com o contexto também orientam a reestruturação do PPC BHu. Ele leva em conta o fato de que o curso proposto e a instituição devem atender as diferentes realidades presentes na área que a UFVJM abrange. Assim como preparar seus profissionais para contexto mais abrangentes, como o nacional.

O curso, pensado organicamente, só será possível na sua realização à medida que as formas de engajamento dos agentes envolvidos não se situarem apenas na conformidade estanque entre/ou a partir de cada unidade curricular e sua realidade teórico-científica e a formação geral. Nesse sentido, torna-se mister compreender a dimensão estrutural da formação que o campo do conhecimento exige. A área das Políticas Públicas é caracterizada pela interdisciplinaridade. Outro elemento importante se refere ao fato de que a formação não ocorrerá apenas e tão-somente no contexto intramuros do curso, pois o contato com a realidade regional e local fará com que o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, com Linha Formativa em Políticas Públicas, se realize de forma mais completa, motivo pelo qual garantimos em algumas UCs a práticas.

O PPC de reestruturação do BHu é uma proposta institucional que abrange os aspectos aqui mencionados, a articulação tanto técnica quanto teórica e prática, os elementos didáticos formativos, a possibilidade de condensação da estrutura funcional, uma vez que o **número de vagas** para o ingresso será restringido a **30 (trinta)** discentes. Assim como os

condicionamentos dialógicos constitutivos da aprendizagem e uma matriz curricular que estimulará as possibilidades de realização de um egresso apto a promover seus conhecimentos construídos socialmente.

As ações nesse sentido, estão razoavelmente fundamentadas no parecer CNE/CES 583/2001 em que retoma as discussões do parecer 776/1997. Neste, "a definição da duração, carga horária e tempo de integralização dos cursos será objeto de um Parecer e/ou uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior". Também atende ao parecer CNE/CES 67/2003 que aprova o Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN - dos Cursos de Graduação, posicionando-se contra os currículos mínimos[24], garantindo a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes; liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos; indicar os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos. Este parecer afirma também que a graduação passa a constituir-se numa etapa de formação inicial no processo contínuo da educação permanente; propor uma carga horária mínima em horas que permita a flexibilização do tempo de duração do curso de acordo com a disponibilidade e esforço do discente.

Por fim, as DCNs, com o propósito de mostrar os avanços e as vantagens proporcionadas por estas últimas: "concebem a formação de nível superior como um processo contínuo, autônomo e permanente, com uma sólida formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, de acordo com o perfil de um formando adaptável às novas e emergentes demandas; **ensejam a flexibilização curricular e a liberdade de as instituições elaborarem seus projetos pedagógicos para cada curso, segundo uma adequação às demandas sociais e do meio e aos avanços científicos e**

---

[24] Os **currículos mínimos** deverão conter, segundo Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61, em seu art. 9º, posteriormente também a Lei de Reforma Universitária 5.540/68, no art. 26: 1) observar normas gerais válidas para o País, de tal maneira que ao estudante fossem assegurados, como "igualdade de oportunidades" e como critério básico norteador dos estudos, os mesmos conteúdos e até com a mesma duração e denominação, em qualquer instituição. Os atos normativos, que fixavam os currículos mínimos, também indicavam sob que denominação disciplinas ou matérias deveriam ser alocadas no currículo, para se manter os padrões unitários, uniformes, de oferta curricular nacional; 2) assegurar uniformidade mínima profissionalizante a todos quantos colassem grau profissional, por curso, diferenciado apenas em relação às disciplinas complementares e optativas; 3) facilitar as transferências entre instituições, de uma localidade para outra, ou até na mesma localidade, sem causar delonga na integralização do curso ou "em perda de tempo", com a não contabilização dos créditos realizados na instituição de origem, como se vê no art. 100 da Lei 4.024/61, com a redação dada pela Lei 7.037/82; 4) fornecer diplomas profissionais, assegurando o exercício das prerrogativas e direitos da profissão, como rezava o art. 27 da Lei 5.540/68; e 5) permitir-se, na duração de cursos, de forma determinada, a fixação de tempo útil mínimo, médio ou máximo, desde que esses tempos não significassem redução de qualidade, mantendo-se, pelo menos, o número de créditos/cargas horárias-aula estabelecido no currículo aprovado.

tecnológicos, conferindo-lhes uma maior autonomia na definição dos currículos plenos dos seus cursos; orientam-se na direção de uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional; um profissional em permanente preparação, visando à progressiva autonomia profissional e intelectual, profissional adaptável a situações novas e emergentes; ensejar variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa" (grifos e destaques nossos).

O **tempo de integralização e práticas** encontram-se em conformidade com o parecer CNE/CES 108/2003 que prevê "**o termo de três anos, com integralização de 2.400h, como aquele tempo mínimo necessário para a obtenção do diploma presencial de graduação no ensino superior brasileiro, termo esse que poderia já, imediatamente, ser contemplado por cursos novos, inovadores, em áreas não sancionadas pela tessitura legal corporativa"**. Também, é importante ressaltar, que mesmo o curso sendo noturno, a legislação vigente garante a previsão de práticas nos demais períodos, conforme Portaria nº. 21 de 21 de dezembro de 2017: "9.3 – noturno: curso em que **a maior parte** da carga horaria é oferecida após às 18h todos os dias da semana".

Igualmente, o parecer CNE/CES 108/2003 diz **"[d]os estágios e atividades complementares e/ou práticas, em conjunto, não poderiam exceder o total de 20% (vinte por cento) da carga horária do curso, ressalvando-se determinações legais específicas, levando em consideração que** hora é período de 60 (sessenta) minutos". Por fim, o CNE afirma que "o diploma atesta o conhecimento recebido. Esse deve pressupor uma certa carga de trabalho acadêmico que se reflita na acumulação de conhecimentos e maturidade intelectual mensuráveis frente a requisitos considerados como necessários" (grifos e destaques nossos).

Ademais, o **parecer CNE/CES 329/2004** reafirma o parecer CNE/CES 108/2003 que é necessário "suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; **assegurar a flexibilidade e a qualidade de formação oferecida aos estudantes**".

Além disso, todas as UCs deste PPC terão a possibilidade da oferta à distância, seja integralmente ou em 20% da sua carga horária total, conforme Portaria MEC nº 11.134 de 2016. As UCs totalmente à distância poderão ser previstas conforme as necessidades e os possíveis intercâmbios institucionais firmados e aprovados em colegiado de curso. Nesses casos, algumas UCs presenciais não poderão fazer uso da carga horária de 20% à distância,

de forma a garantir que não sejam ultrapassados os 20% legalmente aceitos para os cursos presenciais.

A pesquisa será prática corrente entre docentes e discentes, na perspectiva do quadro oferecido pela Matriz Curricular, em primeira instância, isto é, as unidades curriculares oferecidas têm, em sua estrutura pedagógica, condições de garantir a pesquisa visando, em primeiro lugar, ao desenvolvimento de Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs, além da possibilidade de aprofundar pesquisas nos centros e grupos de estudos a serem criados e já criados. Outro aspecto a ser considerado é a construção contínua de diálogos interdisciplinares para o fortalecimento de pesquisas inovadoras no campo das políticas públicas e das ciências humanas. O resultado é a formação consistente para o prosseguimento do percurso formativo nos programas de pós-graduação.

Haverá duas modalidades de ações extensionistas no BHu. Uma, vinculada aos centros e grupos e/ou núcleos de estudos e pesquisa - CEFIL, CRÍTICA SOCIAL, VIRTUS, Café Filosófico e outros - que, porventura, serão criados ao longo do desenvolvimento da nova proposta do BI. A segunda modalidade fica a cargo e a critério dos docentes, com seus projetos individuais, garantindo assim a iniciativa e a autonomia de desenvolver ações que visem atender as coletividades locais em estreito diálogo com pesquisas e práticas de cunho pedagógico.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Plano Nacional de Educação 2014/2024 – na Meta 12 – Estratégia: 12.7, visa “Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. Neste sentido, serão garantidos os 10% por meio de projetos desenvolvidos, articulados aos Tópicos em Políticas Públicas, oferecidos na reformulação da Matriz Curricular e na complementação de projetos vinculados às AACCs, perfazendo um total de 210 horas. Os 6 (seis) Tópicos em Políticas Públicas, com 30 horas-aula em modo de práticas e 60 horas teóricas desenvolvidos com docentes e outras propostas vinculantes ao corpo docente em geral.

Todas as UCs apresentadas comporão o arcabouço do curso, garantindo a autonomia, flexibilidade, inovação e interdisciplinaridade. Também é compromisso do curso garantir um rodízio das UC(s) de livre escolha e opção limitada para que, no período de sua formação, o discente tenha acesso a maior parte das disciplinas previstas nesse PPC. Tendo em vista as considerações acima, o currículo se organizará em quatro eixos: Eixo Base, Eixo Interdisciplinar, Eixo Temático e Eixo de Linguagens. Eles serão especificados a seguir.

11.1 – Eixo Base (EB)

A área de base é composta pelo que se considera fundamental na formação. As UCs que compõem este eixo são obrigatórias e se constituem no primeiro período. Esta base é a premissa da orientação pedagógica, necessária para a trajetória do ingressante. Ela será feita inicialmente com a base formativa elencada na condição abrangente para que o discente siga seu percurso formativo. O Eixo Básico será composto por UCs chamadas fundamentos, de natureza obrigatória, que têm por objetivo apresentar ao discente as grandes áreas da Ciências Humanas, para que ele possa prosseguir na sua formação nos demais eixos. A Formação Obrigatória será composta de 300 horas em fundamentos, oferecidos no primeiro semestre de ingresso.

11.2 – Eixo Interdisciplinar (EI)

Em seguida, o discente terá à sua frente EI, composto em uma situação de diálogo com o ET (explicado logo a seguir). Essa condição se dará pela mediação da área interdisciplinar e a linha formativa do curso. O EI oferecerá a oportunidade para o discente desenvolver sua formação mediada entre as UCs oferecidas nas esferas interdisciplinares. Em outras palavras, o EI será composto por UCs interdisciplinares e temáticas e tem por objetivo apresentar aos discentes grandes temas e problemas interdisciplinares que perpassam a discussão das políticas públicas. Por exemplo, direitos humanos, orçamento público, cultura, territorialidade, relações de gênero e étnico-raciais etc.

O eixo interdisciplinar será composto por 900 horas de UCs de Livre Escolha com características interdisciplinares. As UCs Livre Escolha são aquelas que cumprem a função de garantir a interdisciplinaridade no EI, em que serão abordados temas sob diversas perspectivas. O discente poderá cumprir o EI conforme seu próprio planejamento e disponibilidade do curso, **não havendo previsão de sequência formativa obrigatória**.

11.3 – Eixo Temático (ET)

O Eixo Temático apresenta-se como elemento unificador das condições pedagógicas oferecidas, com vistas à linha formativa. Perfaz uma totalidade tanto no âmbito da aprendizagem quanto na ordem do ensino e da pesquisa, isto é, a totalidade articulada que propicia não apenas o diálogo entre as áreas constitutivas da formação geral, como práticas curriculares, ações propositivas no trabalho de campo, na observação e interpenetração entre

áreas do saber específico, além de propostas integralizadas na formação estrutural do discente.

O ET será composto por UCs de opção limitada, ou seja, compostas por tópicos em políticas públicas em que o discente se aproximará daquilo que permeia uma política pública através de temas como: saúde, educação, cultura etc. Este eixo visa dialogar efetivamente com políticas públicas setoriais dando ao discente uma visão geral sobre sua importância, sentido e necessidade. As UCs formativas serão compostas por UCs tópicos temáticos em Políticas Públicas, opção limitada, com carga horária teórica (60 h) e prática (30 h), que poderão ser escolhidas dentre um grupo de temas. Ressalta-se que a organização curricular aqui nomeada com ET operacionaliza o que entendemos por linha formativa em políticas públicas, a partir de uma proposição pedagógica interdisciplinar, generalista e transversal. Serão cumpridas 630 horas na ET, dentre UCs de opção limitada e uma UC obrigatória: Projeto de Pesquisa, préestabelecida no quarto período do discente. Ela é pré-requisito para que o discente se matricule, no quinto período, em Pesquisa Orientada I. E esta é pré requisito para que o discente se matricule, no sexto período, em Pesquisa Orientada II.

As UCs referentes às pesquisas orientadas, representam 15 horas ou 1 (um) crédito, adicionando ao ET mais 2 (duas) UCs. Sua função é de acompanhar o aluno em seu processo formativo, monitorando, tutorando, para que ele conclua sua trajetória no menor tempo e com maior qualidade. A pesquisa orientada poderá ocorrer individual ou coletivamente, com cada orientador ou dentro dos centros de estudos. As pesquisas orientadas I e II terão conceitos satisfatório ou insatisfatório, sendo obrigatórias a matrícula em ambas, sequencialmente. Elas devem ser cursadas respectivamente no penúltimo e último semestres para integralização do curso.

As UCs do ET responderão pela formação acadêmica do discente que fornecerá o cabedal necessário mínimo às condições de atuação no Campo das Políticas Públicas.

11.4 Eixo de Linguagem (EL)

O Eixo Linguagem é composto por unidades curriculares e conteúdos cuja função é promover a aquisição de conhecimentos e habilidades que possibilitará maior acesso a conhecimentos e competências fundamentais e aplicadas. De forma a resguardar a formação de processos cognitivos necessários ao domínio das Ciências Humanas e da formação em políticas públicas, avaliamos ser imprescindível o domínio formal e técnico da linguagem

científica. Atendendo ainda aos Referências Orientadores dos Bacharelados Interdisciplinares e Similares (2010), observa-se que

> Os projetos pedagógicos deverão explicitar o modo como **as linguagens** (**língua portuguesa, línguas estrangeiras, linguagem matemática, entre outras**) são incorporadas à estrutura curricular como eixo formador fundamental. **A estrutura curricular deve permitir aos estudantes a flexibilidade de escolha e a autonomia nas trajetórias de formação** (2010, p. 6, *grifos e negritos nossos*).

Isto posto, além da obrigatoriedade do TCC e sua defesa presencial e formal, como parte do requisito explicitado acima, iremos compor a matriz curricular com o EL. Este eixo será composto por 180 horas de UC(s), o que dará três UC(s), sendo uma obrigatória (Oficina de Texto Acadêmico) no segundo período e duas de livre escolha no terceiro e quinto período, dentro de um rol de UC(s) voltadas para as múltiplas formas de uso da linguagem, dando ao discente acesso a saberes e práticas que os permitam a apropriação das linguagens como forma e meio de expressão dos saberes.

Cumpre ainda ressaltar que é interesse do BHu criar novas parcerias para ofertar outras UC(s) que ampliem o leque de possibilidades para os discentes. Não obstante, consideramos que não é a existência de uma UC específica que irá garantir a apropriação da linguagem como instrumento de comunicação e poder. Assim, reafirmamos o compromisso da transversalidade no trabalho com a função das linguagens.

12. Estrutura curricular

1º Período									
Código	**Componente Curricular**	**Tipo**	MOD	Carga horária				Pré-requisito *Correquisito	Equivalência EC 2012_1
				CT	CP	CH T	CR		
	Fundamentos em Filosofia	O/EB	P/D	60	0	60	4		BHU115 - Introdução à Filosofia 75h
	Fundamentos em Psicologia	O/EB	P/D	60	0	60	4		BHU127 - Introdução à Psicologia 75h
	Fundamentos em Ciências Sociais	O/EB	P/D	60	0	60	4		Criada/Sem Equivalência
	Fundamentos em Políticas Públicas	O/EB	P/D	60	0	60	4		BHU181 - Políticas Públicas 75h
	Fundamentos em Economia	O/EB	P/D	60	0	60	4		BHU643 - Introdução à Economia 75h
Total				300	0	300	20		
2º Período									
Código	**Componente Curricular**	**Tipo**	MOD	Carga horária				Pré-requisito *Correquisito	Equivalência EC 2012_1
				CT	CP	CH T	CR		
	Livre Escolha I	EI/LE	P/D	60	0	60	4		
	Livre Escolha II	EI/LE	P/D	60	0	60	4		
	Livre Escolha III	EI/LE	P/D	60	0	60	4		
	Oficina de texto acadêmico	EL/O	P/D	60	0	60	4		BHU 116 – Oficina de Texto em Língua Portuguesa

	Opção Limitada I	ET/OL	P/D	60	30	90	6		
Total				300	30	330	22		

3º Período

Código	**Componente Curricular**	**Tipo**	MOD	Carga horária				Pré-requisito *Correquisito	Equivalência EC 2012_1
				CT	CP	CH T	CR		
	Livre Escolha IV	EI/LE	P/D	60	0	60	4		
	Livre Escolha V	EI/LE	P/D	60	0	60	4		
	Livre Escolha VI	EI/LE	P/D	60	0	60	4		
	Livre Escolha VII	EL/LE	P/D	60	0	60	4		
	Opção Limitada II	ET/OL	P/D	60	30	90	6		
Total				300	30	330	22		

4º Período

Código	**Componente Curricular**	**Tipo**	MOD	Carga horária				Pré-requisito *Correquisito	Equivalência EC 2012_1
				CT	CP	CH T	CR		
	Livre Escolha VIII	EI/LE	P/D	60	0	60	4		
	Livre Escolha IX	EI/LE	P/D	60	0	60	4		
	Livre Escolha X	EI/LE	P/D	60	0	60	4		
	Projeto de Pesquisa	EI/O	P/D	60	0	60	4		BHU136-Projeto de Pesquisa
	Opção Limitada III	ET/OL	P/D	60	30	90	6		
Total				300	30	330	22		

5o Período

Código	**Componente Curricular**	**Tipo**	MOD	Carga horária	Pré-requisito *Correquisito	Equivalência EC 2012_1

				CT	CP	CH T	CR		
	Livre Escolha XI	EI/LE	P/D	60	0	60	4		
	Livre Escolha XII	EI/LE	P/D	60	0	60	4		
	Livre Escolha XIII	EL/LE	P/D	60	0	60	4		
	Opção Limitada IV	ET/OL	P/D	60	30	90	6		
	Opção Limitada V	ET/OL	P/D	60	30	90	6		
	Pesquisa Orientada I	ET/O		15	_	15	1	Projeto de Pesquisa	
Total				315	60	375	25		

6o Período

Código	**Componente Curricular**	**Tipo**	MOD	Carga horária				Pré-requisito *Correquisito	Equivalência EC 2012_1
				CT	CP	CH T	CR		
	Livre Escolha XIV	EI/LE	P/D	60	0	60	4		
	Livre Escolha XV	EI/LE	P/D	60	0	60	4		
	Livre Escolha XVI	EI/LE	P/D	60	0	60	4		
	Livre Escolha XV	EI/LE	P/D	60	0	60	4		
	Opção Limitada VI	ET/OL	P/D	60	30	90	6		
	Pesquisa Orientada II	ET/O	-	15	-	15	1	Pesquisa Orientada I	
Total				315	30	345	22		

Legenda:

EB/O - Eixo Básico / Obrigatório

EI/LE - Eixo Interdisciplinar / Livre Escolha

ET/OL - Eixo Temático / Opção Limitada

ET/O - Eixo Temático / Obrigatório

EL/O – Eixo Linguagem / Obrigatório

EL/LE – Eixo Linguagem / Livre Escolha

Unidades curriculares de Livre Escolha – Eixo Interdisciplinar

Código	Componente Curricular	Tipo	MOD	Carga horária				Pré-requisito Corresquisito	Equivalência EC_2012
				CT	CP	CHT	CR		
	Religião e construção do simbólico	LE	P/D	60	0	60	4		
	Teorias do conhecimento	LE	P/D	60	0	60	4		BHU187 - Teoria do Conhecimento e Epsitemologia - 75h
	Introdução à fenomenologia	LE	P/D	60	0	60	4		
	Teorias da arte, cultura e estética	LE	P/D	60	0	60	4		BHU186 - Estética - 75h
	Cultura e processo de subjetivação	LE	P/D	60	0	60	4		BHU109 - Diversidade Cultural - 75h
	Arte e educação: resistência, memória e emancipação	LE	P/D	60	0	60	4		BHU190 - Arte E Cultura - 75h
	Intérpretes clássicos e contemporâneos do Brasil	LE	P/D	60	0	60	4		BHU129 - Formadores Do Brasil - 75h
	Pensamento crítico	LE	P/D	60	0	60	4		
	Economia Brasileira	LE	P/D	60	0	60	4		BHU644 - Economia Brasileira - 75h
	Microeconomia e macroeconomia	LE	P/D	60	0	60	4		
	Economia política	LE	P/D	60	0	60	4		BHU088 - Sociedade e Economia - 75h
	Migrações e deslocamentos populacionais	LE	P/D	60	0	60	4		
	Filosofia Política e Dignidade Humana	LE	P/D	60	0	60	4		
	Teoria democrática	LE	P/D	60	0	60	4		
	Sociologia das organizações	LE	P/D	60	0	60	4		
	Federalismo e políticas públicas	LE	P/D	60	0	60	4		

	Estado e políticas sociais	LE	P/D	60	0	60	4		
	Participação e movimentos sociais	LE	P/D	60	0	60	4		
	Sistema Político Brasileiro	LE	P/D	60	0	60	4		BHU107 - Política e o Estado Brasileiro - 75h
	Teoria Social Contemporânea	LE	P/D	60	0	60	4		
	Ciclo orçamentário brasileiro e teoria do Estado	LE	P/D	60	0	60	4		
	Desenvolvimento e sustentabilidade	LE	P/D	60	0	60	4		
	Direitos humanos e cidadania	LE	P/D	60	0	60	4		
	Espaço e poder	LE	P/D	60	30	60	5		GEO431 - Organização do Espaço Mundial – 90h
	Ética e justiça	LE	P/D	60	0	60	4		
	Governança pública e democracia	LE	P/D	60	0	60	4		
	Métodos qualitativos	LE	P/D	60	0	60	4		Métodos qualitativos
	Planejamento estratégico governamental	LE	P/D	60	0	60	4		
	Planejamento urbano e regional	LE	P/D	60	15	75	5		GEO432 – Planejamento urbano e regional – 75h
	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	LE	P/D	60	0	60	4		
	Psicologia do desenvolvimento humano	LE	P/D	60	0	60	4		
	Psicologia Social	LE	P/D	60	0	60	4		BHU640 - Psicologia Social - 75h
	Políticas Educacionais	LE	P/D	60	15	75	5		BHU 316 – Políticas Educacionais – 75h
	Psicologia da Educação	LE	P/D	60	15	75	5		LIC102 – Psicologia da Educação – 75h

	Sociologia da Educação	LE	P/D	60	0	60	4		BHU 323 – Sociologia da Educação – 75h
	Educação, Diversidade e Inclusão	LE	P/D	60	0	60	4		
	Seminários do Vale	LE	P/D	60	0	60	4		
	Pessoa, comunidade e formação humana	LE	P/D	60	0	60	4		
	Educação, Diversidade e Inclusão	LE	P/D	60	0	60	4		

Unidades Curriculares de Livre Escolha – Eixo Linguagem

	Linguagem: Lógica, ciência e tecnologia	LE	P/D	60	0	60	4		
	Filosofia da Linguagem	LE	P/D	60	0	60	4		
	Introdução à Hermenêutica	LE	P/D	60	0	60	4		
	Lógica	LE	P/D	60	0	60	4		
	Linguagem, Filosofia e Imaginação	LE	P/D	60	0	60	4		
	Indicadores, índices e taxas	LE	P/D	60	0	60	4		
	Metodologia Quantitativa	LE	P/D	60	15	75	5		GEO430 – Análise de Bancos de Dados Quantitativos 90h
	Métodos qualitativos	LE	P/D	60	0	60	4		
LIBR001	Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS	LE	P/D	60	0	60	4		LPI634 - Fundamentos de Libras 75h

Unidades Curriculares de Opção Limitada – Eixo Temático

Código	**Componente Curricular**	**Tipo**	**MOD**	**Carga horária**				**Pré-requisito Corresquisito**	**Equivalência EC_2012**
				CT	CP	CHT	CR		
	Tópicos em Políticas	OL	P/D	60	30	90	6		

	Públicas – Educação								
	Tópicos em Políticas Públicas – Ciência e Tecnologia	OL	P/D	60	30	90	6		
	Tópicos em Políticas Públicas – Financiamento de Políticas Públicas	OL	P/D	60	30	90	6		
	Tópicos em Políticas Públicas – Trabalho e Empreendedorismo	OL	P/D	60	30	90	6		
	Tópicos em Políticas Públicas – Saúde	OL	P/D	60	30	90	6		
	Tópicos em Políticas Públicas – Assistência Social	OL	P/D	60	30	90	6		
	Tópicos em Políticas Públicas – Diversidade	OL	P/D	60	30	90	6		
	Tópicos em Políticas Públicas – Cultura	OL	P/D	60	30	90	6		
	Tópicos em Políticas Públicas – Política Urbana	OL	P/D	60	30	90	6		
	Tópicos em Políticas Públicas – Desenvolvimento	OL	P/D	60	30	90	6		
	Tópicos em Políticas Públicas – América Latina	OL	P/D	60	30	90	6		
	Tópicos em Políticas Públicas – Vale do Jequitinhonha	OL	P/D	60	30	90	6		
	Tópicos em Políticas Públicas – Previdência Social	OL	P/D	60	30	90	6		
	Tópicos em Políticas Públicas – Inclusão Social	OL	P/D	60	30	90	6		

O fluxograma abaixo tem por objetivo apresentar sinteticamente as tabelas já apresentadas no item anterior.

<table>
<tr><td colspan="6">Organização dos conteúdos curriculares:</td><td>Carga horária Teória/Prática* - Créditos</td></tr>
<tr><td>1º semestre**</td><td>Fundamentos em Filosofia</td><td>Fundamentos em Psicologia</td><td>Fundamentos em Ciências Sociais</td><td>Fundamentos em Economia</td><td>Fundamentos em Políticas Públicas</td><td>300h/0h – 20 c</td></tr>
<tr><td>2º semestre</td><td colspan="3">EI - LE</td><td>Oficina de Texto Acadêmico</td><td>ET - OL</td><td>300h/30h – 22 c</td></tr>
<tr><td>3º semestre</td><td colspan="3">EI - LE</td><td>EL-LE</td><td>ET - OL</td><td>300h/30h – 22 c</td></tr>
<tr><td>4º semestre</td><td colspan="3">EI - LE</td><td>Projeto de Pesquisa</td><td>ET - OL</td><td>300h/30h – 22 c</td></tr>
<tr><td>5º semestre</td><td colspan="3" rowspan="2">EI - LE</td><td rowspan="2">EL-LE</td><td>ET - OL</td><td rowspan="2">300h/30h – 22 c</td></tr>
<tr><td>Pesquisa Orientada I</td></tr>
<tr><td>6º semestre</td><td colspan="3" rowspan="2">EI - LE</td><td rowspan="2">ET - OL</td><td>ET - OL</td><td rowspan="2">300h/60h – 24 c</td></tr>
<tr><td>Pesquisa Orientada II</td></tr>
<tr><td>Total</td><td colspan="5">2010h (134 cred) + 210 AACC + 180 TCC = 2400h</td></tr>
</table>

* a parte prática ocorrerá ao longo do horário comercial, dentro das instituições promotoras de políticas públicas.

** a ordem dos dias e das UCs é para exemplificar, não se constituindo, portanto, obrigatoriedade em fixá-las nos dias apresentados neste fluxograma

EB – Eixo Base (UCs Obrigatórias - O);

EI – Eixo Interdisciplinar (UCs Livre Escolha - LE);

EL – Eixo de Linguagens (UCs Obrigatória – O e UCs Livre Escolha - LE); e

ET – Eixo Temático (UCs Opção Limitada - OL).

Síntese para Integralização Curricular		
Eixo	**Carga horaria**	**Crédito**
Carga horária do Eixo Básico	300h	20
Carga horária do Eixo Interdisciplinar	900h	60
Carga horária do Eixo Temático	630h	42
Carga horária do Eixo Linguagem	180h	12
Trabalho de Conclusão de Curso-TCC	180h	12
Atividades Acadêmico-Científico Culturais-AACC	210h	14
Total	2400h	160
Tempo para Integralização	Mínimo: 3 anos Máximo: 4,5 anos	

13. Ementário e Bibliografias

FUNDAMENTOS EM FILOSOFIA - 60H
Ementa
Origem e gênese da filosofia. Principais períodos da história da filosofia – filosofia antiga, medieval, moderna e contemporânea. Principais campos de investigação filosófica – ontologia ou metafísica, lógica, epistemologia, teoria do conhecimento, ética, filosofia política, filosofia da história, história da filosofia, estética, filosofia da linguagem. Respostas contemporâneas às questões filosóficas.

Bibliografia básica
ABBAGNANO. Nicola. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo, Mestre Jou. 1982.
GIANNOTTI. José Arthur. **Lições de Filosofia Primeira**. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.
LÉVÊQUE, Pierre. **A aventura grega**. Tradução Raul Miguel Rosado Fernandes. Lisboa: Edicoes Cosmos, 1967. Coleção Rumos do Mundo.

Bibliografia complementar
BORNHEIM, Gerd. **Introdução ao filosofar**. Porto Alegre: Editora Globo, 1980.
CHARBONNEAU, Paul-Eugène. **Curso de Filosofia**. São Paulo: EPU, 1986.
DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas** - Positivismo e hermenêutica: Durkheim e Weber. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
HOTTOIS, Gilbert. **História da Filosofia. Da Renascença à Pós-modernidade.** Lisboa: Piaget Editora, 2003.
IGLÉSIAS, Maura. "O que é filosofia?" **Curso de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
JAPIASSU, Hilton. **Nascimento e morte das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
REALE, G. & ANTISERI, D. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulus, 1991.
TSUI-JAMES, E. P, BUNNIN, Nicholas. **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
VAZ. Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de Filosofia I**: Problemas de Fronteira, São Paulo: Loyola, 1986.
VAZ. Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de Filosofia III**: Filosofia e Cultura, São Paulo: Loyola, 1997.

FUNDAMENTOS EM PSICOLOGIA – 60 H
Ementa
Psicologia enquanto campo do saber e sua instituição como ciência. As abordagens em Psicologia. História dos Saberes Psicológicos, recuperação da contribuição dos saberes antigos, modernos e contemporâneos sobre os temas psicológicos.

Bibliografia Básica
BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002.

GLASSMAN, W. E.; HADAD, M. Psicologia, abordagens atuais. Porto Alegre: Artmed, 2006.
FIGUEIREDO, L. C. A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900. São Paulo: Escuta/EDUC, 1994.
MASSIMI, M. (Org.). História dos saberes psicológicos. São Paulo: Paulus, 2016.
PATTO, M. H. S.; FRAYZE-PEREIRA, J. A. (Orgs). Pensamento cruel, humanidades e ciências humanas: há lugar para a psicologia? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

Bibliografia Complementar

AMATUZZI, M. M. Por uma psicologia humana. Campinas: Alínea, 2001.
BASTOS, A. V. B.; ROCHA, N. M. D. (Orgs). Psicologia. Novas direções no diálogo com outros campos de saber. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
CARPIGIANI, B. Lugares da Psicologia. São Paulo: Vetor, 2008.
GOODWIN, C. J. História da psicologia moderna. São Paulo, Cultrix, 2005.
MYERS, DAVID. Introdução à psicologia Geral. Rio de Janeiro: LTC, 1999
PENNA, A. G. Introdução à psicologia do Séc. XX. Porto Alegre: Imago Editora, 2004.
PFROMM NETTO, S. Psicologia guia de estudo. São Paulo: EPU, 1985.
ROSENFELD, A. O pensamento psicológico. São Paulo: Perspectiva, 2006.

FUNDAMENTOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS – 60 H

Ementa

História das ciências sociais. Divisão das ciências sociais. Autores e conceitos clássicos. Interação social. Espaços urbanos. Desigualdade e pobreza. Mídia e sociedade. Trabalho e economia. Classe e estratificação. Crime, desvio e violência.

Bibliografia básica

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológic**o. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
BRYM, Robert (et al.). **Sociologia: sua bússola para o futuro**. São Paulo, Thomson Learning, 2006.
DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1987.
QUINTANEIRO, Tania (et al.) **Um Toque de Clássicos. Marx, Weber e Durkheim**. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto (et al.) **Dicionário de Política**. Brasília, Editora UNB, 2007.
CARDOSO, F.H., MARTINS, Carlos Estevam. **Política e Sociedade**. Editora Nacional, 1979.
DAMATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro, 1997.
DOMINGUES, José M. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2008.
GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1989.
GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre, editora Artmed, 2005.
LARAIA, Roque. **Cultura. Um conceito antropológico**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.
QUIRINO, Célia G., VOUGA, Claudio e BRANDÃO, Gildo M. **Clássicos do pensamento político**. São Paulo, EDUSP, 1998.

FUNDAMENTOS EM ECONOMIA – 60 H

Ementa

A constituição da Economia política no interior das ciências sociais. As formas históricas de produção da riqueza. O valor e as principais abordagens teóricas. As forças de mercado: oferta, demanda, equilíbrio e elasticidades. Estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio, oligopólio, concorrência imperfeita. A mensuração da atividade econômica: renda, dispêndio; variáveis reais e nominais, índices de preços. Produto, crescimento econômico e desenvolvimento econômico. O papel do Estado na economia: gastos do governo, tributação e regulação. As funções da moeda. O sistema monetário: bancos comerciais, o banco central e a oferta de moeda. O balanço de pagamentos, a questão do câmbio e outros conceitos básicos de economia internacional. A perspectiva econômica sobre as crises contemporâneas.

Bibliografia Básica

CANO, W. Introdução à Economia. Uma abordagem crítica. 3ª ed., São Paulo: Editora Unesp. 2013.

MANKIW, G. Introdução à Economia. São Paulo: Cengage Learning (tradução da 6ª ed.), 2013.

GONTIJO, C. Introdução à Economia: uma abordagem lógico-histórica. 1ª ed., Curitiba: Editora CRV, 2013.

KEYNES, J.M. A teoria geral do juro, do emprego e da moeda. SP: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I, Tomos I e II. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os economistas, 1982.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 2 vls, Coleção Os economistas, 1983 [1776].

Bibliografia Complementar

CHANG, H-J. 23 Coisas que não nos Contaram sobre o Capitalismo. São Paulo: Cultrix, 2013.

KRUGMAN, P.; WELLS, R. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PINHO, D.B.; VASCONCELOS, M.A.S.; TONETO Jr., R. (orgs.). Manual de Economia. Equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 7ª ed., 2017.

PAULANI, L.M.; BRAGA, M. B. A Nova Contabilidade Social: uma introdução à macroeconomia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

WALRAS, L. Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura. São Paulo, Abril Cultural, coleção Os Economistas, 1983.

FUNDAMENTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – 60 H

Ementa

A disciplina tem como objetivo apresentar os principais estudos, tradições dentro da ciência política, que abordam todos os processos decisórios, bem como, os atores e instituições envolvidas. Também apresentar as principais transformações contemporâneas nos contextos de políticas públicas. Para isso, trabalharemos a globalização, a descentralização e outros fatores determinantes dessas transformações.

Bibliografia Básica

ARRETCHE, Marta T. S; RODRIGUEZ, Vicente IPEA. Descentralização das políticas sociais no Brasil. São Paulo: FAPESP: FUNDAP; Brasília: IPEA, 1999. 184 p.
DI GIOVANNI, Geraldo.; NOGUEIRA , Marco Aurélio. Dicionário de políticas públicas. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015. 1065 p.
FERRAREZI, Elisabete Roseli.; SARAIVA, Enrique. Políticas públicas. Brasília: ENAP, 2006. 2 v.
HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta T. S.; MARQUES, Eduardo Cesar. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007. 397p.
PETERS, B. Guy.; PIERRE, Jon. Administração pública: coletânea. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: ENAP, 2010. 649 p.
RODRIGUES, Marta Maria Assunção. Políticas Públicas. 1. Ed. São Paulo: Publifolha, 2013. 92 p

Bibliografia Complementar

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas públicas: princípios, propósitos e processo. São Paulo: Atlas, 2012. 252 p.
Giddens, A. O Debate Global sobre a Terceira Via. São Paulo, Ed. Unesp.
IPEA. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília, D.F.: IPEA, 2011. 370 p.
IPEA. Brasil em desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília, DF: IPEA, 2012. 2 v.
IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos Sociais, 2000.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO - 60 H

Ementa

Estudo da sociologia do conhecimento visando à compreensão da sociologia do currículo. Análise das principais correntes sociológicas atuais, com destaque para discussão do currículo relacionado com os contextos socioculturais e com as novas tecnologias do setor produtivo. Contribuições dessas teorias nas relações entre escola e sociedade e no conhecimento escolar.

Bibliografia básica

BRANDÃO, Zaia(org.) A crise dos paradigmas.SãoPaulo, Ed. Cortez, 1994
CECCON, ClaudiusetalliA Vida na EscolaeaEscola da Vida,Petrópolis,Vozes,1998.
DEMO, Pedro, Sociologia daEducação. Brasília, Ed.Plano 2004.
VIEIRA, Eval do Sociologia daEducação: Reproduzir e Transformar, São Paulo, FTD, 1994.
WERNECK, HamiltonSe você finge que ensina, eu finjo que aprendo, Petrópolis, Vozes, 1998.

Bibliografia complementar

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal , 1998.
BOURDIEU, Pierre. (Coord). A miséria do mundo. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
HELLER, Agnes et al. A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios Para o século
XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
SANCHES, Antonio Hernandes. Sociologia da Educação. Rio de Janeiro. Thex. 2001.

TOSCANO, Moema. Introdução à sociologia Educacional. Petrópolis. Vozes. 1999.
WERNECK, Hamilton. Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo. Petrópolis, Vozes, 1998.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS – 75 H

Ementa: Estudo analítico das políticas educacionais no Brasil. Políticas públicas e organização dos sistemas de ensino: histórico, normatização, limites, possibilidades e perspectivas. Políticas educacionais e legislação de ensino. Estrutura e funcionamento da educação básica e do ensino superior. Teorias da administração à gestão escolar.

Bibliografia básica:

DEMO, P. **A nova LDB**: ranços e avanços. São Paulo: Papirus, 1997.
FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2013.
MENESES, J. G. C. **Estrutura e funcionamento da educação básica**: leituras. São Paulo: Pioneira, 1999.

Bibliografia complementar:

AGUIAR, M. Â. S.; FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1993.
ARROYO, M. Política educacional e desigualdades: à procura de novos significados. **Edu. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-416, out./dez. 2010.
AZANHA, J. M. P. et. al. **Educação básica**: políticas, legislação e gestão: leituras. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2004.
CASTRO, M. L. O. de. **A educação na Constituição de 1988 e a LDB**. Brasília, DF: André Quicé, 1998.
DUBET, F. **O que é uma escola justa**? São Paulo: Cortez, 2008.
HABERMAS, J. Lutas pelo reconhecimento no estado democrático constitucional. In:
LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
_____ et. al. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
SAVIANI, D. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 8. ed. Campinas: Editores Associados, 2000.
TAYLOR, C. **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO – 75 H

Ementa: Contribuições das perspectivas teóricas comportamental, psicanalítica, cognitiva e histórico cultural para o estudo do processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento e suas aplicações no processo educativo.

Bibliografia básica:

BIAGGIO, A. M. B. **Psicologia do desenvolvimento**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia evolutiva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1.
PIAGET, J.; INHELDER, B. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
VIGOTSKI, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Bibliografia complementar:
CARRARA, K. (Org.). **Introdução à psicologia da educação**. São Paulo: Evercamp, 2004.
MACEDO, L. **Ensaios construtivistas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.
OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento. São Paulo: Scipione, 1995.
PAPALIA, D.; OLDS, S. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtesMédicas, 2007.
PIAGET, J. **O nascimento da inteligência da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

RELIGIÃO E A RELAÇÃO COM A CONSTRUÇÃO DO SIMBÓLICO – 60H

Ementa
Contribuições da psicologia para o estudo da religião. Apreensão da religião como fenômeno humano. Busca de sentido, realização de valores e experiência religiosa. Cultura e religião. Religião e religiões. Relacionamento inter-religioso. Possibilidades e limites da incidência da religião nos processos de subjetivação. Pesquisa e acompanhamento de processos religiosos. Em especial, visa colocar em análise o discurso e as representações que edificam o simbólico brasileiro, de modo a entender a produção da hierarquização social; processos de aculturação, silenciamento e resistência dos povos. Discute os desafios e possibilidades na construção do *ethos* democrático .

Bibliografia básica
ALES BELLO, A. Culturas e religiões: uma leitura fenomenológica. Bauru, SP: Edusc, 1998.
ARCURI, I. G.; ANCONA-LOPEZ, M. (Orgs.). Temas em Psicologia da Religião. São Paulo: Vetor, 2007.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues- Ser católico dimensões brasileiras. In: SACHS, Viola... [et al]:Religião e identidade nacional/ tradução dos textos em inglês e francês Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Graal,1988 p. 27-58.
DAMATTA, Roberto. A casa & a rua. 5ed.-Rio de Janeiro: Rocco,1997.
_____Brasil & EUA; ou, as lições do numero três. In: SACHS, Viola... [et al]:Religião e identidade nacional/ tradução dos textos em inglês e francês Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Graal,1988 p 12-26.
GIUSSANI, L. O senso religioso. Brasília: Universa, 2009.

Bibliografia complementar
FIGUEIREDO, Anísia de Paulo- A terra, o pão, a justiça social: a importante participação da igreja nas politicas publicas do Brasil/ Anísia de Paulo Figueiredo, organizadora; [autores] Antonio Carlos Fernandes, Wander Jose da Conceição. Belo Horizonte: FUMARC, 2010. 184p
FRANKL, V. E. Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
HERVIEU-LEGER, D. O peregrino e o convertido: a religião em movimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
HOLANDA, A. Psicologia, religiosidade e fenomenologia. Campinas, SP: Alínea, 2004.
PAIVA, G (org.). Entre necessidade e desejo: diálogos da psicologia com a religião. São Paulo, SP: Loyola, 2001.
POEL, F. Dicionário da religiosidade popular: cultura e religião no Brasil. Curitiba: Nova Cultura, 2013. Biblioteca Campus JK RF 248 P744d
SANCHIS, P. Cultura brasileira e religião: passado e atualidade. Cadernos Ceru (USP), 19, p. 71-92, 2008.

MANOEL, Ivan Aparecido. Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo/ Ivan A.Manoel.- 2 ed.- Maringá: Eduem,2008.
SOUZA, Jesse. A Radiografia do Golpe.Rio de janeiro. Ed. Leya.2016
SCARLATELLI, C (orgs). Religião, Cultura e Educação.RS. Ed. UNISINOS, 2006.

LINGUAGEM: LÓGICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 60H

Ementa

História e importância da lógica, noções elementares de lógica e sua relação com o raciocínio científico e algumas tecnologias contemporâneas.

Bibliografia básica

ARISTOTE. **Organon**. Trad. et notes par J. Tricot. J. Vrin, Paris, 1947.
BLANCHÉ, R. **La logique et son histoire**. D'Aristote a Russell. Paris: A. Collin, 1970.
FREGE, G. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. S. Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.
MARITAIN, J. **Lógica Menor**. Rio de Janeiro: Agir, 1966.
QUINE, W.O. **Filosofia da Lógica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
RUSSELL, B. & WHITEHEAD, A. N. **Principia Mathematica**. Cambridge, Un. Press, 1964.
WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1993.

Bibliografia complementar

BLANCHÉ, R. **Introduction à la logique contemporaine**. Paris, A. Collin, 1957.
BOCHENSKI, I.M. **Historia de la logica formal**. Ed. Espanola de M B Lozano. Madrid, Editorial Gredos, 1966.
COPI, Irwing M. **Introdução à lógica**. São Paulo: Mestre Jou, 2001.
da COSTA, N. C. A. **Ensaio sobre os Fundamentos da Lógica.** São Paulo: Hucitec, 2008.
FILHO, Edgar de Alencar. **Introdução à lógica**. São Paulo: Nobel, 2000.
HAAK, S. **A Filosofia da Lógica**. Editora Unesp, 1998.
HEGENBERG, L. **Lógica Simbólica**. S. Paulo, Herder/Edusp, 1966.
HILBERT, D & ACKERMANN, W. **Elementos de lógica teórica**. Trad. de V. de Zavala, 2 ed, Madrid, Ed Tecnos, 1968.
KNEALE, W & KNEALE, M. **O Desenvolvimento da Lógica**. Trad. de M S Lourenço. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1972.
KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1989.
LEWIS, C I & LANGFORD, C H. **Symbolic logic**. 2 ed, N. York, Dover Publications Inc., 1959.
MIRANDA, A. L. **Da natureza da tecnologia**: uma análise filosófica sobre as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica da tecnologia moderna. 2002 pp. 161 (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR).
MORAIS, João F. R. de. (Org.) **Filosofia da Ciência e da tecnologia**: Introdução metodológica e crítica. São Paulo: Papirus, 1988.
MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
MORTARI, C. A. **Introdução à Lógica**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
PEIRCE, Charles S. **Ilustrações da Lógica da Ciência**. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.
SALMON, W. C. **Lógica**. 3 edição, traduzido por Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: LTC Ed., 1993.
SANT'ANNA, Adonai S. **O que é uma definição**. São Paulo: Manole, 2005.

SOARES, Edvaldo. **Fundamentos da lógica**. São Paulo: Atlas, 2003.
SOUSA, Aluísio J. M. de et all. **Iniciação à Lógica e à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Cultrix, 1976.
SMULLYAN R. M. **Lógica de Primeira Ordem**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
TINOCO, Lúcia (org.). **Argumentação e provas**. Rio de Janeiro: Projeto Fundão, 1998.

LINGUAGEM, FILOSOFIA E IMAGINAÇÃO – 60H

Ementa

Na cultura ocidental há um tratamento ambiguo em relação à imaginação: por um lado, ela é exaltada como uma faculdade especial; por outro, ela é objeto de desconfiança, acusada de seduzir e enganar pelo uso das imagens (cinema, televisão, realidade virtual). Esta disciplina tem por objetivo estudar epistemologicamente a imaginação e o imaginário, relacionando os dois com as dimensões significativa e plurissemântica da linguagem a fim de responder essas questões: o imaginário é realmente o oposto da realidade?; a imaginação pode ser uma fonte de conhecimento?; a imaginação pode ser considerada uma força ou uma fraqueza para o ser humano?

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. Poética Clássica. São Paulo: Cultrix, 1990.
CASTRO, Maria Gabriela Azevedo e. Imaginação em Paul Ricoeur. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
HENRIQUES, Fernanda. O papel de Kant na intertextualidade de Paul Ricoeur: dois exemplos. Texto publicado nas Atas do Colóquio Internacional em Homenagem a Kant. Universidade de Lisboa/Universidade de Évora, 2006.
_____. "Paul Ricoeur leitor e herdeiro de Kant". In: Revista Portuguesa de Filosofia, v. 2, n. 62, 2005.
JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Tradução J. Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1992.
KANT, Immamuel. Crítica da razão pura. 5ª ed. Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Mourão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
_____. Crítica da Faculdade do Juízo. Trad.: Valério Rohden e Antônio Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
RICOEUR, Paul. A metáfora viva. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2005.
_____. Do texto à ação. Ensaios de Hermenêutica II. Trad. de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: Rés, 1989.
_____. A crítica e a convicção. Lisboa: Edições 70, 2002b.
_____. "O processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento". In: SACKS, Sheldon (Org). Da Metáfora. São Paulo: Editora da PUC-SP & Pontes, 1992, p. 145-160.
_____. The function of fiction in shaping reality. In: Man and World, v. 12, n. 2, 1979, p. 123-141.
_____. La métaphore et le problème central de l'herméneutique. In: Revue de Métaphysique et de Morale, tome 70, 1972, p. 93-112.

Bibliografia complementar

ACKERMAN, Felicia. "Imaginary Gardens and Real Toads: On the Ethics of Basing Fictionon". Actual People. Midwest Studies in Philosophy, 1991, 16:142–51.
ANDERSON, James; DEAN, Jeffrey. "Moderate Autonomism". British Journal of Aesthetics 38:150–66, 1998.

ANDERSON, John. “Art and Morality”. Australasian Journal of Philosophy 19:253–66, 1941. BARRETT, Cyril. “The Morality of Artistic Production”. Journal of Aesthetics and Art Criticism 41:137–44, 1981.
BEARDSLEY, Monroe. Aesthetics. New York: Harcourt, Brace & World, 1958.
BEARDSMORE, R. W. Art and Morality. London: Macmillan, 1971.
_____. “The Censor ship of Works of Art”. In: Philosophy and Fiction, ed. Peter Lamarque, pp.93–107, Aberdeen: Aberdeen University Press, 1983.
BELL-VILLADA, Gene. Art for Art’s Sake: How Politics and Markets Helped Shaped the Ideology and Culture of Aestheticism, 1790-1990. Lincoln: University of Nebraska Press, 1996.
BONTEKOE, Ron; CROOKS, Jamie. “The Interrelation ship of Moral and Aesthetic Excellence”. British Journal of Aesthetics 32:209-20, 1992.
BOOTH, Wayne. The Company We Keep: An Ethics of Fiction. Berkeley: University of California Press. 1988.
_____. “Critical review of Martha Nussbaum’s Love’s Knowledge”. Philosophy and Literature 15:302–10, 1991.
_____. “On Relocating Ethical Criticism”. In Explanation and Value in the Arts, ed. Salim Kemal and Ivan Gaskell, pp.71–93. Cambridge: Cambridge University Press,1993.
_____. “Why Banning Ethical Criticism Is a Serious Mistake”. Philosophy and Literature 22:366–93, 1998.
BROHM, Jean-Marie; UHL, Magali. “Arts, language et herméneutique esthétique”. Entretien avec P. Ricoeur. In: http://www.philagora.net/philo-fac/ricoeur.php Acessado em 20.09.2013.
KEARNEY, Richard. The Wake of Imagination – Toward a Postmodern Culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
_____. Poetics of Imagining – Modern to Post-modern. Nova York: Fordham University Press, 1998.
MAKKREEL, Rudolf. Imagination and Interpretation in Kant: The Hermeneutic Import of the Critique of Judgment. Chicago: Chicago University Press, 1990
PIERRON, Jean-Philippe. Les puissances de l'imagination: essai sur la fonction éthique de l'imagination. Éditeur: CERF, 2012.
SÁNCHEZ, Martínez. Invención y realidad. La noción de mímesis como imitación creadora en Paul Ricoeur. In: Dianoia, n. 57, 2006, p. 131-166.
SARAIVA, Maria Manuela. A imaginação segundo Husserl. Tradução do francês por Isabel Támen e António Pedro Mesquita. Paris: Calouste Gulbenkian, 1994.
TAYLOR, George H. Ricoeur’s Philosophy of Imagination. In: Journal of French Philosophy, v. 16, 2006, p. 93.

OFICINA DE TEXTO ACADÊMICO – 60H

Ementa

Organização, análise e interpretação de textos de natureza técnica científica e/ou acadêmico. Uso da linguagem formal/científica na produção de textos. Formas básicas de citação. Regras básicas da ABNT para produção de textos científicos. Gêneros técnicos, científicos e/ou acadêmicos: resumo, resenha, relatório e artigo científico.

Bibliografia Básica

SILVA, L. M.; CRUZ, R. M.; LEAL, L. A. S. Manual de Normalização da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2ªed. Diamantina: UFVJM, 2016. Disponível em:<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/936/10/manual_normalizacao_2016.pdf>. Acesso em 25 abr 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002b.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: informação e documentação: publicação periódica cientifica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: informação e documentação: sumário: a presentação. Rio de Janeiro, 2012.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6032: informação e documentação: abreviação de títulos de periódicos. Rio de Janeiro, 1989a.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6033: ordem alfabética. Rio de Janeiro, 1989.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6034: informação e documentação: índice: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12225: informação e documentação: lombada: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

INTRODUÇÃO À HERMENÊUTICA – 60H

Ementa

Apresentar e discutir as obras dos principais autores da tradição em estudos sobre a hermenêutica: Wilhelm Dilthey, Friedrich D. E. Schleiermacher, Hans-Georg Gadamer, Edmund Husserl, Martin Heidegger e Paul Ricoeur. Os tópicos abordados são: hermenêutica e conhecimento; hermenêutica e fenomenologia; hermenêutica e subjetividade; hermenêutica e crítica; hermenêutica e sabedoria prática; hermenêutica e ideologia.

Bibliografia básica

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.
DILTHEY, Wilhelm. DILTHEY, Wilhelm. **A Construção do Mundo Histórico nas Ciências Humanas**. SP: Unesp, 2010.
_____. **Essência da Filosofia**. Portugal, Presença, 1984.
_____. **Filosofia e Educação**. SP: Edusp, 2010.
_____. **História da Filosofia**. Livraria Exposição do Livro, 1950.
_____. **Ideias Sobre uma Psicologia Descritiva e Analitica**. Viaverita, 2011.
_____. **Introdução às Ciências Humanas**. SP: Forense, 2010.
_____. **Leibniz e sua Época.** Armênio Amado, 1947.
_____. **Poética**. Editorial Losada, 1945.
_____. **Psicologia da Compreensão**. Portugal: Edições 70, 2012.
_____. **Sistema da Ética**. SP: Ícone, 1994.

GADAMER, H-G. **Hermenêutica em retrospectiva** – A virada hermeneutica. Vol II. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
_____. Hermenêutica em retrospectiva – Heidegger em retrospectiva. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
_____. Hermenêutica em retrospectiva – Hermenêutica e a filosofia prática. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
_____. **Verdade e método**. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997.
_____. **Verdade e método II**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Bibliografia complementar

GUMBRECHT, H. U. "O campo não-hermeneutico ou a materialidade da comunicação". In. **Corpo e forma**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
HABERMAS, Jürgen. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1989.
HAMLIN, Cynthia Lins. **A hermenêutica romântica de Wilhelm Dilthey**. Recife: UFPE, 1999.
HEIDEGGER, Martin. **A Origem da Obra de Arte**. Lisboa: Edições 70, 2010.
_____. **Interpretações Fenomenológicas Sobre Aristóteles**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
_____. **Ontologia**: Hermenêutica da Faticidade. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
_____. **Ser e tempo**. Editora Vozes, 2005.
HEKMAN, Susan. "A Hermeneutica de Gadamer e a Metodologia das Ciências Sociais". In. **Hermenêutica e Sociologia do Conhecimento**. Lisboa: Edições 70, 1986.
HOBSBAWM, Eric. e Ranger, Terence. (org.s). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUSSERL, Edmund. **A Filosofia como Ciência de Rigor**. Coimbra: Atlântida, 1965.

HUSSERL, Edmund. **Meditações Cartesianas**. Porto: Rés, s/d.

HUSSERL, Edmund. **A Idéia da Fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1986.

HUSSERL, Edmund. **Conferências de Paris**. Lisboa: Edições 70, 1992.

HUSSERL, Edmund. **Investigações Lógicas:** 6ª. Investigação. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HUSSERL, Edmund. **A Crise da Humanidade Européia e a Filosofia**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

PAISANA, João. **Fenomenologia e hermenêutica** – As relações entre as filosofias de Husserl e Heidegger. Lisboa: Editora Presença, 1992.
REIS, José Carlos. **Historia & Teoria**. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. **Escritos e conferências 2** – Hermenêutica. Trad. Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: Loyola, 2011.
_____. **Hermenêutica e ideologias**. Trad. Hilton Japiassu. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
_____. **Ideologia e utopia**. Trad. Teresa Louro Perez. Lisboa: Edições 70, 1991.
_____. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
_____. **Le conflit des interprétations** – essais d'herméneutique. Paris: Éditions du Seuil, 1969.
_____. **Lecture 2**- La contrée des philosophes. Paris: Seuil, 1999.
_____. **Teoria da interpretação**: o discurso e o excesso de significação. Trad. Arthur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987.
_____. **Tempo e narrativa I, II e III**. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1994.
_____. "Auto-compréhension et histoire". In: MARTINEZ, Tomás Calvo, CRESPO, Remédios Ávila. (eds.). **Paul Ricoeur: los caminos de la interpretación**. Atas Del Synposium Internacional sobre el pensamiento Filosófico de Paul Ricoeur. Barcelona: Anthropos, 1991.
SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E.. **Hermenêutica e crítica**. Trad. Aloísio Ruedell. Ijuif: Editora Unijuí, 2005.
VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Ed. USP, 2001.

FILOSOFIA DA LINGUAGEM – 60H

Ementa

Esta disciplina estuda em profundidade a questão mais geral em Filosofia da Linguagem: como exatamente a linguagem se relaciona com a realidade? Para tanto, são estudadas as obras do principais autores desta área.

Bibliografia básica

ALSTON, P. W.; CABRAL, Álvaro. **Filosofia da linguagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
BAKHTIN, M. M.. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem . 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995. 196 p. (Linguagem e cultura).
BASTOS, Cleverson Leite; CANDIOTTO, Kleber B. B. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2007.
FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

Bibliografia complementar

AUSTIN, John. ***How to Do Things with Words***, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1962.

FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. 2. ed. ampl. e rev. São Paulo: Edusp, 2009.
MARTINICH, A. P.. ***The Philosophy of Language*** 4th edition, Oxford University Press, 2001.
MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo, SP: Cortez, 2004. 3 v.
PLATÃO. **Crátilo**. Lisboa, PO: Instituto Piaget, 2001. 127 p. (Pensamento e filosofia).
RICŒUR, Paul. "Le concept de responsabilité: essai d'analyse sémantique." In: **Esprit**: Les équivoques de la responsabilité; Novembre 1994,p. 28-48.
_____. **Du texte à l'action** – essais d'herméneutique II. Paris: Éditions du Seuil, 1986.
_____. **O discurso da ação**. Trad. Arthur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1988.
_____. **Teoria da interpretação**. Discurso e o excesso de significação. Lisboa: Edições 70, 2000.
SEARLE, John. "*Filosofia da Linguagem: uma entrevista com John Searle"*. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem** - ReVEL. Vol. 5, n. 8, março de 2007.
SEARLE, John. ***Expression and Meaning***. Cambridge University Press, 1979.
SEARLE, John. ***Speech Acts***. Cambridge University Press, 1969.
WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996.

LÓGICA – 60H

Ementa

História e importância da lógica, noções elementares, exame de silogismos, tabelas de verdade e sua relação com o raciocínio científico e com a análise de argumentos. Apresentar aos discentes do Bacharelado em Ciências Humanas, a disciplina de Lógica como o ramo da Filosofia que se ocupa das regras do bem pensar, do pensar correto, isto é, como um instrumento do pensar. Visando, assim, estimular o desenvolvimento do raciocínio, o aprendizado da avaliação de argumentos e da capacidade de aferição entre o pensamento e a realidade. Pois, ainda que o estudo da Lógica não seja um fim em si, ela constitui uma ferramenta (um *órganon*, como denominou Aristóteles) que oferece um meio de garantir que nosso pensamento proceda corretamente, faça um uso correto da linguagem, a fim de chegarmos a conhecimentos mais consistentes.

Bibliografia básica

ARISTOTE. **Organon**. Trad. et notes par J. Tricot. J. Vrin, Paris, 1947.
BLANCHÉ, R. **La logique et son histoire**. D'Aristote a Russell. Paris: A. Collin, 1970.
FREGE, G. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. S. Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.
MARITAIN, J. **Lógica Menor**. Rio de Janeiro: Agir, 1966.
QUINE, W.O. **Filosofia da Lógica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
RUSSELL, B. & WHITEHEAD, A. N. **Principia Mathematica**. Cambridge, Un. Press, 1964.
WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1993.

Bibliografia complementar

BLANCHÉ, R. **Introduction à la logique contemporaine**. Paris, A. Collin, 1957.

BOCHENSKI, I.M. **Historia de la logica formal**. Ed. Espanola de M B Lozano. Madrid, Editorial Gredos, 1966.
COPI, Irwing M. **Introdução à lógica**. São Paulo: Mestre Jou, 2001.
da COSTA, N. C. A. **Ensaio sobre os Fundamentos da Lógica.** São Paulo: Hucitec, 2008.
FILHO, Edgar de Alencar. **Introdução à lógica**. São Paulo: Nobel, 2000.
HAAK, S. **A Filosofia da Lógica**. Editora Unesp, 1998.
HEGENBERG, L. **Lógica Simbólica**. S. Paulo, Herder/Edusp, 1966.
HILBERT, D & ACKERMANN, W. **Elementos de lógica teórica**. Trad. de V. de Zavala, 2 ed, Madrid, Ed Tecnos, 1968.
KNEALE, W & KNEALE, M. **O Desenvolvimento da Lógica**. Trad. de M S Lourenço. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1972.
LEWIS, C I & LANGFORD, C H. **Symbolic logic**. 2 ed, N. York, Dover Publications Inc., 1959.
MORTARI, C. A. **Introdução à Lógica**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
PEIRCE, Charles S. **Ilustrações da Lógica da Ciência**. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.
SALMON, W. C. **Lógica**. 3 edição, traduzido por Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: LTC Ed., 1993.
SANT'ANNA, Adonai S. **O que é uma definição**. São Paulo: Manole, 2005.
SOARES, Edvaldo. **Fundamentos da lógica**. São Paulo: Atlas, 2003.
SOUSA, Aluísio J. M. de et all. **Iniciação à Lógica e à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Cultrix, 1976.
SMULLYAN R. M. **Lógica de Primeira Ordem**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
TINOCO, Lúcia (org.). **Argumentação e provas**. Rio de Janeiro: Projeto Fundão, 1998.

TEORIAS DO CONHECIMENTO – 60 H

Ementa

Teorias do conhecimento, filosofia da ciência, história da evolução das teorias do conhecimento – racionalismo, inatismo, empirismo, fenomenologia, crítica negativa. Estética, teorias da arte como elementos do conhecimento, cultura, teorias da arte, indústria cultural. Estatuto onto-metafísico e onto-antropológico, ciência moderna, modernidade e modernização. Modelos científicos da produção, da técnica e da tecnologia – método em ciência. Ser, sujeito e objeto – compreensão histórica e suas consequências. A ciência contemporânea e sua crise ontológica.

Bibliografia Básica

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Livro VII, Trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
BORNHEIM, Gerd Alberto. **Dialética: teoria e práxis; ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética**. Porto Alegre: Editora Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
DESCARTES, René. Discurso do método. **Os Pensadores**. 3. ed., Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
HEGEL, G. W. F. **Ciencia de la lógica**. 4ª. Edición castellana. Traducción directa del alemán de Augusta Y Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1976.
HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral.** Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 3. ed. Tradução Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Bibliografia complementar

ADORNO, Theodor W. Dialética negativa. Tradução Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.
HEGEL, G. W. F. Ciencia de la lógica. 4ª. Edición castellana. Traducción directa del alemán de Augusta Y Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1976.
KONDER, Leandro. A questão da ideología. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
WOODS, Alan, GRANT, Ted. Razão e revolução. Tradução Fabiano Adalberto de Almeida Leite e Fernando Borges Leal. São Paulo: Editora Lutas de Classe Ltda, 2007.
MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos)

INTRODUÇÃO À FENOMENOLOGIA – 60 H

Ementa

Crise das ciências. Fenomenologia como filosofia e método de investigação. Fundamentos husserlianos. Conceitos: fenômeno, experiência, essência, intencionalidade, intersubjetividade, mundo-da-vida. Fenomenologias de outros pensadores. Ciências Humanas e fenomenologia.

Bibliografia Básica

ALES BELLO, A.**Introdução à fenomenologia**. Bauru, SP: Edusc. 2006.
ALES BELLO, A. **Fenomenologia e ciências humanas**. Bauru, SP: Edusc. 2004.
DARTIGUES, A. **O que é a fenomenologia?**São Paulo: Centauro, 2008.
ZILLES, U. A fenomenologia husserliana como método radical. In: HUSSERL, E. **A crise da humanidade européia e a filosofia**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996. p. 11-55.

Bibliografia Complementar

GOTO, T. A. **Introdução à psicologia fenomenológica: a nova psicologia de Edmund Husserl**. São Paulo: Paulus, 2008.
HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2011.
HUSSERL, E. **A crise das ciências européias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica**. São Paulo: Forense Universitária, 2012.
HUSSERL, E. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.
HUSSERL, E. **Investigações Lógicas**: sexta investigação. São Paulo: Nova Cultura, 1996.
SARTRE, J. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
STEIN, Edith. **Contribuiciones a la fundamentación filosófica de la psicología y de las ciencias del espíritu**. Burgos, Espanha: Monte Carmelo. 2005.

EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO – 60 H

Ementa

Aborda as temáticas: étnico racial, gênero e classe e as políticas afirmativas (políticas de reconhecimento). Análise da cultura brasileira e as múltiplas linguagens que a constituem. Situa a importância da educação formal (e informal) como instrumento de transformação

social e de resgate das historias sociais negadas.Debate o papel do educador como mediador do processo de uma socialização inclusiva.

Bibliografia básica

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org).Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas** Brasília: Ministério da Educação, 2009
OLIVEIRA, Iolanda.(org).Negro e Educação: linguagens, educação, resistências e polticas públicas. São Paulo: Ação educativa: ANEP, 2007.
CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade.** São Paulo, Paz e Terra, 1996.

Bibliografia complementar

LANE, Silvia. Novas Veredas em Psicologia Social. São Paulo. Brasiliense. 2006.
GOHN, Maria G. **Novas teorias dos Movimentos sociais.** São Paulo, Loyola, 2008.
GOHN, Maria G. **Manifestações e protestos no Brasil.** São Paulo, Cortez, 2017.
FREIRE, Silene (org.). **Direitos Humanos e a Questão Social na América Latina**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.
HABERMAS, Jurgen. **A Inclusão do Outro.** Estudos de Teoria Política. SP, Loyola, 2002.
NEVES, Angela Vieira. **Democracia e Participação Social**. Desafios Contemporâneos.Campinas: Papel Social, 2016.
SORJ, Bernardo (et al.). **Economia e Movimentos Sociais na América latina**. Rio de Janeiro, 2008.

TEORIAS DA ARTE, CULTURA E ESTÉTICA – 60 H

Ementa

Apresentação dos conteúdos do pensamento estético no âmbito filosófico e da teoria da arte, por meio das ideias de vários pensadores na história da Filosofia. O legado dos antigos, a Renascença, a modernidade e a fragmentação da arte. Arte e representação. Arte e sociedade de consumo. Introdução aos principais problemas da estética. Estudo das ideias estéticas de um ou mais pensadores. A cultura como problema filosófico, análise das relações entre cultura e natureza, entre sujeito e objeto com foco na criação de linguagens e entendimentos das experiências sensíveis e racionais do ser humano.

Bibliografia básica

ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido de Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.
_____. **Teoria estética**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1999.
ARISTÓTELES. **A poética**. Tradução de Eudoro de Souza. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000.
BENJAMIN, W. **A origem do drama barroco alemão**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1989.
HEGEL, G.W.F. **Cursos de estética I**. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 1999.
KANT, I. **Crítica da faculdade do juízo**. Tradução de Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
_____. **Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime**. Tradução de Vinicius de Figueiredo. Campinas: Papirus, 1993.

Bibliografia complementar

NIETZSCHE, F. **O Nascimento da tragédia**. Tradução de Jacó Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
PLATÃO. **A república**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1982.
_____. **Hípias maior**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1980.
SCHELLING, F.W.J. **Filosofia da arte**. Tradução de Márcio Suzuki. São Paulo: Edusp, 2001.
EAGLETON, Terry. **La idea de cultura. Una mirada política sobre los conflictos culturales**. Traducción de Ramón Jose del Castillo. Buenos Aires, Argentina: Barcelona y Editorial Paidós, 2001.

MIGRAÇÃO E DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS - 60H

Ementa

A disciplina propõe tratar questões referentes à migrações internacionais como um campo multidisciplinar e relacionado às políticas públicas. O objetivo é debater o lugar desta questão e suas implicações no cenário da política brasileira atual. Com isso, pretende-se refletir como o Estado brasileiro vem atuando frente aos fluxos migratórios do país, bem como, entre os estados federados e como isso implica economicamente, socialmente e as mudanças de políticas federais e estaduais.

Bibliografia Básica

FAUSTO, Boris – 1997 – Negócios e Ócios. Histórias da Imigração – São Paulo : Companhia das Letras.
FREITAS, P. T. D.- 2009 - Imigração e Experiência Social - o circuito de subcontratação transnacional de força-de- trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
FUSCO, W – 2005 - Capital cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. (Doutorado) - Departamento de Demografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
FUSCO, W. - 2000 - Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
MOULIN, Carolina. - 2011 – "Os direitos humanos dos humanos sem direitos: refugiados e a política do protesto" in Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. vol.26, n.76, pp. 145-155. ISSN 0102-6909. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000200008)
PATARRA, Neide Lopes. (2005) "Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas." in São Paulo em Perspectiva. [online] vol.19, n.3, pp. 23-33. (http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000300002)
REIS, Rossana R. - 2011 – "A Política do Brasil para as Migrações Internacionais" in Contexto Internacional, vol. 33, n.1, janeiro/junho 2011. (in http://contextointernacional.iri.pucrio. br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=545&sid=75)
SALES, Teresa – 1998 – Brasileiros Longe de Casa – São Paulo : Cortez Editora.
SAYAD, Abdelmalek – 1999 – A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade – São Paulo : EDUSP.
TRUZZI, Oswaldo – 1992 – De Mascates a Doutores: Sírios e Libaneses em São Paulo – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré..

Bibliografia Complementar

ASSIS, Gláucia de O. - 2004 - De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros. (Doutorado) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BAENINGER, Rosana (2005) "São Paulo e suas migrações no final do século 20" in São Paulo em Perspectiva [online]. vol.19, n.3, pp. 84-96. (http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000300008)

DOMINGUES, D. T. - 2008 - Dos Estados Unidos da América para Governador Valadares: conexões e desconexões. (Mestrado) - Departamento de Sociologia Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,

FAUSTO, Boris – 1991 – Historiografia da Imigração para São Paulo – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré.

FAUSTO, Boris; TRUZZI, Oswaldo; GRÜN, Roberto & SAKURAI, Célia – 1995 – Imigração e Política em São Paulo – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré/Editora da UFSCar.

FELDMAN-BIANCO, B. . "Imigração, Confrontos Culturais e (Re)construções de Identidade Feminina: O caso das intermediárias culturais." in Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 65-83, 1997.

FELDMAN-BIANCO, B. . "Immigration, Cultural Constestations and the Reconfiguration of Identities." Journal Of Latin American Anthropology, Estados Unidos, v. 4, n. 2, p. 126-141, 2000.

PARK, Robert – 1928 – "Human Migration and the Marginal Man" in The American Journal of Sociology, Vol. 33, No. 6 (May, 1928), 881-893.

POUTIGNAT, P. & STREIFF–FENART, J. – 1998 – Teorias da Etnicidade – São Paulo : Editora da Unesp.

REIS, Rossana R. - 2006 – "Migrações: casos norte - americano e francês" in Estudos avançados. [online]. vol.20, n.57, pp. 59-74. (in http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200006)

SASAKI, E. M. - 1998 - O jogo da diferença: a experiência identitária no movimento Dekassegui. (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TRUZZI, Oswaldo – 2001 – "Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo" in Revista Estudo Históricos, 28:2001/2, CPDOC/FGV.

CULTURA E PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO – 60 H

Cultura: história do conceito e definições. Cultura e culturas. Multiculturalismo. Civilização e cultura. Comunidade e cultura popular. Incidência da cultura nos processos de subjetivação. Pessoa como sujeito da cultura. Pesquisa e acompanhamento de processos culturais.

Bibliografia básica

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 2010.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem no mundo moderno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOSI, E. **O tempo vivo na memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013. Biblioteca Campus JK 302 B741t

MASSIMI, M. (Org.). **Psicologia, cultura e história**: perspectivas em diálogo. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012.

Bibliografia complementar

AUGRAS, M. **Alteridade e dominação no Brasil**: psicologia e cultura. Rio de Janeiro: Nau, 1995.
ARENDT, H. **Origens do totalitarismo***:* anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.
BOSI, E.**Cultura de massa e cultura popular**: leituras de operárias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.
POEL, F. **Dicionário da religiosidade popular**: cultura e religião no Brasil. Curitiba: Nova Cultura, 2013.
SEMPRINI, A. (1999). **Multiculturalismo**. Bauru, SP: Edusc, 1999.

ARTE E EDUCAÇÃO: RESISTÊNCIA, MEMÓRIA E EMANCIPAÇÃO – 60 H

Ementa

Resistência, Memória e Emancipação. Esta disciplina tem o propósito de dialogar sobre a arte como linguagem e expressão humana, através da qual podemos compreender processos históricos, sociais e a construção de modos de subjetivação.Objetiva, sobretudo dialogar sobre a função da arte como saber e linguagem humana. Analisa a cultura brasileira e as múltiplas narrativas culturais que dizem das histórias sociais: memórias, resistências e o desejo de emancipação dos coletivos feitos desiguais.

Bibliografia básica

BRANDAO, Carlos Rodrigues. O que é folclore? Coleções Primeiros Passos.
CASCUDO, L.C. Geografia dos Mitos Brasileiros. 1947
_____ Contos Tradicionais do Brasil. 1946

Bibliografia complementar

DAMATTA.R. Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma sociologia do dilema Brasileiro. Rio de Janeiro Rocco. 1997.
SOUZA, J. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.
RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
CASCUDO, L.C. Dicionario do Folclore Brasileiro. 1969
VYGOTSKY. L. Psicologia da Arte.São Paulo. Martins Fontes. 1999

INTÉRPRETES CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS DO BRASIL – 60 H

Ementa

O objetivo da disciplina é analisar obras clássicas e contemporâneas que ajudaram a construir imagens e percepções a respeito do Brasil, seja através de autores nacionais ou internacionais. Pretende-se analisar questões e temas como a herança colonial, o processo de modernização e urbanização, relações raciais, o processo de democratização no país, identidade nacional, desigualdades sociais, entre outros. A construção do Brasil e suas interpretações. Estudo da produção intelectual e das linhas de pesquisa que abordam a constituição do Brasil como nação.

Bibliografia básica

FAORO, Raymundo. Os donos do poder : formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1958. 271p.
FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil : ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 413p.
FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala: formação da familia brasileira sob o regime da economia patriarcal. 16. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973. 573p.

Bibliografia complementar

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 11. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972. 248p.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: 1936. 176p.
PIVA, Luiz Guilherme. Ladrilhadores e semeadores: A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Editora 34, 2000.
PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. 390p.
REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
RIBEIRO, Darcy. Os brasileiros: teoria do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 200 p.
SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência brasileira, ou, Como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015. 271 p.

PENSAMENTO CRÍTICO – 60 H

Ementa

Apresentação da teoria crítica, principais articulares teóricos, Escola de Frankfurt e suas derivações, indústria cultural, bases do pensamento crítico: herança freudiana, hegeliana, marxiana, historicidade e crítica social. Problemas de relações culturais e raciais.

Bibliografia básica

ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
ADORNO, Theodor. W. Indústria cultural e sociedade. In **Crítica cultural e sociedade**.Traduzido por Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida, 5ª. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2009.
ADORNO, Theodor. W. **Minima moralia.** Tradução de Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições 70, s/d. (Arte e Comunicação)
HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Tradução Uchoa Leite, São Paulo: Centauro, 2002.
HORKHEIMER, Max. **Teoria crítica**: uma documentação. Tradução de Hilde Cohn: São Paulo: Perspectiva, 1990. (Estudos 77)
MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. 4. ed., Tradução de Giasone Rebuá, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

Bibliografia complementar

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.
BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Tradução José Gradel, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CLEAVER, Harry. **Leitura Política de O Capital**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.
DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução em português a cargo de www.terravista.pt/IlhadoMel/1540. Fonte Digital base Digitalização da edição em PDF originária de www.geocities.com/projetoperiferia, 2003. (Projeto Periferia)
HEGEL, Georg Wilíelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Clássicos)
KURZ, Robert (a). **Dinheiro sem valor**: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Tradução de Lumir Nahodil. Lisboa: Portugal: Antígona, 2014.
KURZ, Robert .(b). **A luta pela verdade**: Notas sobre o mandamento pós-moderno de relativismo na teoria crítica da sociedade - Um fragmento. Tradução de Boaventura Antunes. EXIT! **Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria**, nº 12 (11/2014), ISBN 978-3-89502-374-3, 192 p., 13, março de 2015, disponível em http://obeco.no.sapo.pt/rkurz411.htm, acesso em 15/jun/2015.
KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrota do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 6ª. ed., Tradução de Karen Elsabe Barbosa, São Paulo: Paz e Terra, 2004.
MARCUSE, Herbert.**Materialismo histórico e existência**. Introdução, tradução e notas de Vamireh Chacon, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
MARCUSE, Herbert. **El final de la utopía**. Traducción de Manuel Sacristán, Barcelona, España: Editorial Planeta-De Agostini, 1986.
MARCUSE, Herbert. **Ensayos sobre política y cultura**. Sem tradução. Barcelona, España: Planeta-Agostini, 1986. (Obras Maestras del Piensamiento Contemporáneo)

ECONOMIA BRASILEIRA – 60 H

Ementa

A crise do modelo agrário exportador e o advento da industrialização. O processo de industrialização por substituição de importações. O Plano de Metas e a crise política e econômica dos anos 60. A retomada do crescimento e o milagre econômico brasileiro. O II PND, a crise da Dívida Externa e o fim de um modelo de desenvolvimento. Neoliberalismo, a estabilização monetária e a política econômica do Plano Real. A economia brasileira pós-estabilização.

Bibliografia básica

ABREU, Marcelo de Paiva; CARNEIRO, Dionisio Dias. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
FURTADO, C. Formação econômica do Brasil, São Paulo: Nacional, 1984.
GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
MARQUES, Rosa Maria; RÊGO, José Márcio (Org.). Economia brasileira. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.
ALMEIDA, J. S. G.; BELLUZZO, L. G. M. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.
CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
OLIVEIRA, F. A. Política econômica, estagnação e crise mundial (1980-2010). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2012.

Bibliografia complementar

BAER, M. O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1994.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Disponível em: <https://goo.gl/YCZJKQ>. Acesso em 04 nov 2016.
CANO, W. (Des)industrialização e (Sub)desenvolvimento. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 15, jul-dez 2014. Disponível em: <https://goo.gl/SrcQx0>. Acesso em 04 nov 2016.
GIAMBIAGI, F. Et al. (org.) Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2005.
FILGUEIRAS, L. História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000.
FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. A economia política do Governo Lula. São Paulo: Ed. Contraponto, 2007.
FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (org.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
FRANCO, G. O Plano Real e outros ensaios. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1995.
LACERDA, A. C. Et al. (org.). Economia Brasileira. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.
MARQUES, R.; FERREIRA, M. J. (org.). O Brasil sob a nova ordem: uma análise dos Governos Collor a Lula. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.
PAULA, J. A. (org.). Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2005.
PAULANI, L. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. Estudos Avançados, São Paulo, 27 (77), 2013. Disponível em: <https://goo.gl/ll0rdX>. Acesso em 09 nov 2016.
SALAMA, P. China-Brasil: industrialização e desindustrialização precoce. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, jan-jun 2012. Disponível em: <https://goo.gl/GBaXoL>. Acesso em 04 nov 2016.
SARTI, F. LAPLANE, M. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n.1 (18), pp. 63-94, jan-jun 2002. Disponível em: <https://goo.gl/F9Uzzu>. Acesso em 06 nov 2016.
SERRANO, F. Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação no Brasil. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 30, n. 1, mar 2010. Disponível em: <https://goo.gl/PcLmfv>. Acesso em 11 nov 2016.
WILLIAMSON, J. Reformas políticas na América Latina na década de 80. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 12, n. 1 (45) jan-mar 1992. Disponível em: <https://goo.gl/oPNKKo>. Acesso em 07 nov 2016.

MICROECONOMIA E MACROECONOMIA – 60 H

Ementa

O campo da Microeconomia; as forças de mercado da oferta e da demanda; elasticidade e suas aplicações; oferta, demanda e políticas econômicas do governo; excedente do consumidor, excedente do produtor e eficiência de mercado. Principais agregados macroeconômicos. Identidades básicas de contas nacionais. O mercado monetário e o mercado de bens.Princípios metodológicos: contestação da maximização e do equilíbrio. Economia e sua complexidade: interação entre a micro e a macroeconomia. O Princípio da Demanda Efetiva e a crítica à Lei de Say. O Modelo Keynesiano de Determinação da Renda e do Emprego. Determinantes do investimento e ciclos econômicos. Modelos de crescimento com restrição externa.

Bibliografia básica

PINHO, D.B.; VASCONCELOS, M.A.S.; TONETO Jr., R. (orgs.). Manual de Economia. Equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 7ª ed., 2017.
MANKIW, G. Introdução à Economia. São Paulo: Cengage Learning (tradução da 6ª ed.), 2013.
KEYNES, J.M. A teoria geral do juro, do emprego e da moeda. SP: Nova Cultural, 1996.
WALRAS, L. Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura. São Paulo, Abril Cultural, coleção Os Economistas, 1983.
STIGLITZ, Joseph E.; WALSH, C. E. Introdução à Microeconomia. 3 ed., Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

Bibliografia complementar

VASCONCELOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
VARIAN, H. R. Microeconomia: Princípios Básicos. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
PINDYCK, R. S; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 7ª ed. São Paulo: Pearson, 2010.
MANKIW, N. G. Princípios de Microeconomia. 5ª ed. Cengage Learning, 2009.
MINSKY, Hyman. John Maynard Keynes. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
KALECKI, Michal. Teoria da Dinâmica Econômica. Coleção Os Economistas, Editora Nova Cultural, 1985.

ECONOMIA POLÍTICA – 60 H

Ementa

Revisão dos principais pensadores da Economia Política e da escola neoclássica. Os liberais e a ciência da Economia Política. A Crítica da Economia Política e seus principais expoentes.

Bibliografia básica

BEAUD, M. **História do Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
HAYEK, Friedrich August von,Os fundamentos da liberdade; introdução de Henry Maksoud; Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Visão, 1983.
KEYNES, JOHN MAYNARD**. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** *Tradução de* Mário R. da Cruz. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996. (Coleção Os Economistas)
LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital. Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Tradução Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. 1, Livro Primeiro: O processo de produção do capital, Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1996.
RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Introdução de Piero Sraffa; apresentação de Paulo Singer; tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni, São Paulo: Abril Cultural, 1982.
SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução deMaria Sílvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1997, (Coleção os Economistas)
SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução de Luiz João Baraúna. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985.
VON MISES, Ludwig. **Intervencionismo: uma análise econômica**. Tradução Donald Stewart Junior. Rio de Janeiro: Instituto Liberal/EXPED, 1999.

VON MISES, Ludwig. **Liberalismo: Segundo a Tradição Clássica**. Tradução de: Haydn Coutinho Pimenta São Paulo : Instituto Ludwig von Mises, Brasil, 2010.

Bibliografia complementar

GALBRAITH, John Kennth. **O novo estado industrial**. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. 2. ed., São Paulo: Pioneira, 1977.
KURZ, Robert (a). **Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política**. Tradução de Lumir Nahodil. Lisboa: Portugal: Antígona, 2014.
MARCUSE, Herbert.**A ideologia da sociedade industrial**. 4. ed., Tradução de Giasone Rebuá, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
MARCUSE, Herbert.**Materialismo histórico e existência.** Introdução, tradução e notas de Vamireh Chacon, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços de uma crítica da economia política.** Tradução Mário Duayer, Nélio Shineider. São Paulo: Boitempo: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
CARCANHOLO, Reinaldo A. **Capital:** essência e aparência. v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
CARCANHOLO, Reinaldo A. (Org.). **Capital**: essência e aparência. São Paulo: Expressão Popular, vol. 2, 2013.
GOMES, H. (Org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FILOSOFIA POLÍTICA E DIGNIDADE HUMANA – 60 H

Ementa

Ética, *ethos*, *polis*, poder, liberdade-igualdade. A política e o ser político – conflitos, interesses, grupos. Teorias da justiça, teorias da práxis, crítica da economia política. Análise das relações entre cultura e natureza, entre sujeito e objeto com foco na criação de linguagens e entendimentos das experiências sensíveis e racionais do ser humano. Fenomenologia e ontologia da pessoa, o princípio da dignidade da pessoa humana, construção moderna da ideia de pessoa, a noção de pessoa humana e o ser social. Pensamento kantiano. Herança hegeliana. Investigações marxianas. A crítica da moral em Nietzsche. Espaço público, democracia, teoria de modelos políticos e sistemas políticos com seus conflitos. Ideologia e ideologias, conflitos culturais e étnico-raciais. A pós-modernidade e sua constituição.

Bibliografia básica

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, São Paulo: Ed. Universidade São Paulo, 1981
ARISTÓTELES. **Ética a Nicômano. Livro II, T**radução de Vincenzo Cocco... [et al.], São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)
ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros** (Curso no College de France: 1982-1983) Tradução e Eduardo Brandão, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
HOBBES DE MALMESBURY, Thomas. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.** Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela - Lisboa: Edições 70, 2007.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. **Capítulo V – Da Propriedade**. (Coleção clássicos do pensamento político), Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
MACHIAVELLI, Nicoló. **O príncipe**. 2. ed., Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Clássicos)
ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social:** Princípios do Direito Político. São Paulo: Pilares, 2013.

Bibliografia complementar

BOBBIO, Norberto, BOVERO, Michelangelo. 4. ed. **Sociedade e estado na filosofia política moderna**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. Tradução de George Speder e Paulo Astor Soethe (UFPR). São Paulo: Edições Loyola, 2002.
MACINTYRE, Alasdair. **Justiça de quem? Qual racionalidade?** São Paulo: Edições Loyola, 1991.
RAWLS, John. **Justiça como equidade**: uma reformulação. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
RAWLS, John. **Justiça e democracia**. Tradução de Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Justiça e direito)
RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TEORIA DEMOCRÁTICA – 60 H

Ementa

O conceito de Democracia e suas variações. A democracia moderna e suas raízes na antiguidade clássica. Liberalismo, representação e democracia. Os críticos da democracia. Democracia direta, participativa e deliberativa.

Bibliografia básica

BOBBIO, Norberto**. O futuro da democracia.** Uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo, Abril Cultural, 1973 (Coleção Os Pensadores).
TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis, Vozes, 2013.

Bibliografia complementar

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
DAHL, Robert. **A Democracia e seus críticos**. São Paulo, Martins Fontes, 2012**.**
DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo, EDUSP, 1999.
ESPINDOLA, Arlei (org.). **Rousseau**. Pontos e Contrapontos. São Paulo: editora Barcarolla, 2012.
EISENBERG, José e PROGREBINSCHI, Thamy. **Onde está a democracia?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HABERMAS, J. **A Nova Obscuridade:** pequenos escritos políticos. São Paulo: Unesp, 2015.
PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
SCHUMPETER, J. (1961). **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro, Fundo da Cultura, 1961.
STUART MILL. **A liberdade**. Utilitarismo. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; EDUSP, 1987.
WALZER, Michael. **Das Obrigações Políticas**. Ensaios sobre a desobediência, guerra e cidadania. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
WEBER, Max. **Ciência e Política**. Duas vocações. São Paulo, Cultrix, 1968.

SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES – 60 H

Ementa

Apresentar e discutir as bases teóricas da sociologia das organizações visando à compreensão do fenômeno organizacional na sociedade moderna, abordando temas como racionalidade, tecnologia, poder, grupos de pressão e burocracia.

Bibliografia básica

MARCH, James e Simon, Herbert. **Teoria das Organizações**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.
PEREIRA, Luiz; SPINK, Peter (orgs.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998
SIMON, Herbert. **Comportamento Administrativo: Estudo dos Processos Decisórios nas Organizações Administrativas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1970.
WEBER, Max. "Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída". In: WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia e Outros Escritos**. São Paulo: Editora Abril, 1974, pp. 7-92 (Coleção Os Pensadores).
WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UNB, 1994.

Bibliografia complementar

CROZIER, Michel. **O Fenômeno Burocrático**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
GIDDENS, Anthony. **A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
MOTTA, Fernando e Pereira, Luiz. **Introdução à Organização Burocrática**. São Paulo: Editora Brasiliense.
PERROW, C., **Análise organizacional: Um Enfoque Sociológico**. São Paulo: Ed. Atlas 1972.
PRATES, A.A.P. " Burocratização e Controle Organizacional: O Contexto da grande empresa industrial. Notas Preliminares." In *Revista de Administração Pública* –RAP – FGV, no. 2, vol 15, 1981.
PRATES, Antônio. "Administração Pública e Burocracia". In: Avelar, Lúcia e Cintra, Antônio (orgs.). **Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução**. São Paulo: Fundação Unesp, 2004, pp. 109-121.

FEDERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS – 60 H

Ementa

A disciplina abordará o impacto do federalismo e das relações intergovernamentais sobre as políticas públicas, em particular a experiência intergovernamental brasileira em diversas políticas públicas.

Bibliografia básica

ARRETCHE, M. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora Fiocruz, 2012. 232 p.

_____. Estado Federativo e Políticas Sociais. Rio de Janeiro, Revan, 2000.

FILIPPIM, E. S e ROSSETTO, A. M. (orgs.). Políticas Públicas, Federalismo e Redes de Articulação para o Desenvolvimento. 1 ed. Joaçaba: Unoesc/Fapesc, 2008

REZENDE, Fernando e OLIVEIRA, Fabrício A. de.(orgs). Descentralização e federalismo fiscal no Brasil: desafios da reforma tributária. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2003.

Bibliografia complementar

ABRUCIO, F L. "A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do Governo Lula". In Revista de Sociologia e Política. n° 24/ junho 2005.

ALMEIDA Maria Hermínia Tavares de. "Federalismo democracia e governo no Brasil: idéias, hipóteses e evidências". In BIB, 2001.

ARRETCHE, M. "Financiamento federal e gestão local de políticas sociais: o difícil equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia". Ciência e Saúde Coletiva Vol. 8, nº 2; 2002.

MELO, Marcus André. "O Sucesso Inesperado das Reformas de Segunda Geração: Federalismo, Reformas Constitucionais e Política Social". In Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 4, 2005, pp. 845 a 889.

STEPAN, Alfred. (1999), "Para uma Nova Análise Comparativa do Federalismo e da Democracia: Federações que Restringem ou Ampliam o Poder do Demos". Dados, vol. 42, nº 2, pp. 197-251.

VARSANO, Ricardo et al. Uma análise da carga tributária do Brasil. Texto para discussão n. 583. Rio de Janeiro, IPEA, agosto de 1998.

ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS – 60 H

Ementa

O confronto de ideias na teorização sobre a natureza do Estado. Diferentes formas de intervenção do Estado nos países centrais e nas periferias. Questão social e política social. Abordagens teóricas e análise crítica da política social. O Estado de Bem-Estar Social: emergência, expansão e crise. Estado e políticas sociais na América Latina e no Brasil: gestão, financiamento e controle social.

Bibliografia básica

CARNOY, M. Estado e teoria política. 13ª ed. Campinas: Papirus, 1998.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2ed. Col. Os Economistas.

MATHIAS, Gilberto e SALAMA, Pierre. O Estado super desenvolvido: das metrópoles ao terceiro mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BEHRING, Elaine R. & BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine. A política social no capitalismo tardio. São Paulo: Cortez, 2002..
CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes. 1999.
COIMBRA, Marcos. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. In: ABRANCHES, S. et al. Política social e combate à pobreza. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, p. 65-104.
PASTORINI, Alejandra. A categoria questão social em debate. São Paulo: Cortez, 2004.
ROSANVALLON, Pierre. A Nova questão social. Brasília: Instituto Teotonio Vilela, 1998.
ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. Lua Nova, São Paulo, n. 24, Set. 1991.

Bibliografia complementar

CASTEL, Robert. A insegurança social: o que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2003.
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004.
SALVADOR, Evilásio. Fundo público e seguridade social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.
DRAIBE, S. As Políticas Sociais e o Neoliberalismo: Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. São Paulo: Linhas gerais, 1995.
BERING, E. et al (orgs). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008, p. 44-63.
MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. Revista Katálysis. Florianópolis, v. 10, n.1, p. 15-23, jan/jun., 2007.
MISHRA, Ramesh. O Estado-Providência na Sociedade Capitalista. Tradução Ana Barradas. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1995.
PEREIRA, Potyara A. P. Política Social: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.
FLEURY, S. O Estado sem cidadão: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: Revista del CLAD : Reforma y Democracia. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.

PARTICIPAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS – 60 H

Ementa

Democracia, participação social e movimentos sociais. Teoria dos movimentos sociais.Desenvolvimento de movimentos sociais no Brasil e na América Latina. Democratização e sociedade civil organizada. Movimentos urbanos e rurais. Gênero, meio ambiente, etnia, raça, religião, gênero e sexualidade.Controle social e políticas públicas. Orçamento participativo e conselhos. Globalização e movimentos sociais.

Bibliografia básica

AVRITZER, Leonardo**. Um desenho institucional para o novo associativismo.** Lua Nova, nº 39. 1997.
CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade.** São Paulo, Paz e Terra, 1996.
GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.
SANTOS, B. S. e AVRITZER, L. **Democratizar a democracia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Bibliografia complementar

AVRITZER, Leonardo org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.
BERGER, P. L e HUNTINGTON, S. P. **Muitas Globalizações**. Diversidade Cultural no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro; Record, 2002.
DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
GOHN, Maria G. **Novas teorias dos Movimentos sociais.** São Paulo, Loyola, 2008.
GOHN, Maria G. **Manifestações e protestos no Brasil.** São Paulo, Cortez, 2017.
FREIRE, Silene (org.). **Direitos Humanos e a Questão Social na América Latina**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.
HABERMAS, Jurgen. **A Inclusão do Outro.** Estudos de Teoria Política. SP, Loyola, 2002.
NEVES, Angela Vieira. **Democracia e Participação Social**. Desafios Contemporâneos.Campinas: Papel Social, 2016.
SORJ, Bernardo (et al.). **Economia e Movimentos Sociais na América latina**. Rio de Janeiro, 2008.
SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO – 60 H

Ementa

O objetivo da disciplina é apresentar a organização do Estado brasileiro. Analisar as diretrizes constitucionais, levando em consideração as mudanças político-institucionais, administrativas e legais. Para tanto, serão discutidos alguns conceitos básicos, tais como o federalismo, o presidencialismo, a separação dos três poderes, sistema partidário, as elites políticas e também as reformas.

Bibliografia básica

AVRITZER, Leonardo & ANASTASIA, Fátima. **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
CINTRA, A. O.; AVELAR, L., (orgs.). **Sistema político brasileiro:** uma introdução. Curitiba: Fundação. Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2015.
VIEIRA, Evaldo. **A República Brasileira.** 1951-2010. De Getúlio a Lula. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia complementar

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
FALCÃO, Joaquim (org.). **Reforma Eleitoral no Brasil**. Legislação, democracia e internet em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
LESSA, Renato. **A Invenção Republicana.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
LIJPHART, Arendt. **Modelos de democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
NICOLAU, Jairo M. **Eleições no Brasil**: do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
SOUSA, Pedro (org.). **Brasil, sociedade em movimento**. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, Centro Internacional Celso Furtado de políticas de desenvolvimento, 2015.

VIANNA, Luiz Werneck. **A Democracia e os Três Poderes no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA – 60 H

Ementa

A disciplina procura abordar perspectivas teóricas e metodológicas do pensamento social clássico e contemporâneo, discutindo as principais correntes do pensamento social que analisaram a emergência da modernidade.

Bibliografia básica

ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico. Rio de Janeiro:
Martins Fontes, 2008.
BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. 264p.
BERGER, Peter L.. Perspectivas sociologicas: uma visao humanistica. 13.ed. Petropolis: Vozes, 1994. 202p.

Bibliografia complementar

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
BOTTOMORE, T. B.; NISBET, Robert A.; DUTRA, Waltensir. Historia da analise sociologica. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 936 p.
BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
BOURDIEU, Pierre. Razões práticas : sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. 231p.
DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237 p .
FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 25. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.
GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 318 p.
MERTON, Robert King. Sociologia : teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970. 758p.
GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. 312p.
SENNETT, Richard. A corrosão do caráter. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 204p.
VEBLEN, Thorstein. A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Pioneira, 1965. 358p.

CICLO ORÇAMENTÁRIO BRASILEIRO E TEORIA DO ESTADO – 60 H

Ementa

O papel do setor público na economia.Visão keynesiana de Governo: conceitos de falhas de mercado, externalidades e bens públicos. As funções do governo em Musgrave. Bens públicos, escolha pública e produção pública de bens privados. A visão de O'Connor de Estado. A Política Fiscal, as visões de dívida pública e déficit público na teoria econômica e no Brasil. Os indicadores de endividamento e de déficit público. O Orçamento Público na teoria econômica e no Brasil. A despesa pública: classificação e determinantes, os gastos públicos no Brasil. As receitas públicas: classificação, conceitos e determinantes da carga tributária e de sua distribuição, o sistema tributário no Brasil.

Bibliografia básica

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.
MUSGRAVE, Richard. Teoria das finanças públicas: um estudo de economia governamental. São Paulo: Atlas; Brasília; INL, 1973. Volume 1.
GIACOMONI, J. Orçamento Público. 16ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia complementar

SICSÚ, J. (org.). Arrecadação e gastos públicos. De onde vêm? Para onde vão? Rio de Janeiro: Boitempo, 2007.
OLIVEIRA, F. A. Crise, reforma e desordem do sistema tributário nacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
SALVADOR, Evilásio. Fundo público e seguridade social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.
REZENDE, F. Finanças Públicas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças Públicas. 4a. ed. A Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE – 60 H

Ementa

A disciplina tem por objetivo estabelecer uma abordagem crítica acerca das perspectivas de desenvolvimento econômico, estabelecendo um resgate histórico de suas origens. Abordar a teoria da dependência e sua análise do tradicional papel subordinado do Brasil e dos demais países da América Latina na divisão internacional do trabalho, bem como as tentativas de reversão desse quadro - como a política de substituição de importações - e os motivos de sua crise. Também serão trabalhados os conceitos de neodesenvolvimentismo e neoextrativismo relacionados ao atual contexto de transformações do capitalismo contemporâneo e à emergência de uma nova divisão mundial do trabalho, em que o Brasil e os países da América Latina se reprimarizaram.

Bibliografia básica

BOITO Jr., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. In: Crítica Marxista, *n.42, p.155-162, 2016.*
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. "Estratégia nacional e desenvolvimento". *Revista de Economia Política*, vol. 26, no 2 (102), pp. 203-230 abril-junho de 2006.
CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 200, jan. 2012.
CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico.* São Paulo: Paz e Terra, 1973.
MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.* São Paulo: Boitempo, 2011.
MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg e FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. In: Revista de Economia Política, vol 33, no 2 (131), pp 222-239, abril-junho/2013
PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: CEPAL, Boletín económico de América Latina, vol. VII, n" 1, Santiago do Chile, 1962 Disponível em http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf
SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

Bibliografia complementar

CARVALHO, David Ferreira e CARVALHO, André Cutrim. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. In: Revista Economia Ensaios, Uberlândia (MG), 26 (1), p. 35-64, Jul./Dez. 2011

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. *O Neoliberalismo*: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LOWY, Michael. Ecossocialismo e planejamento democrático. In: Crítica Marxista, n.28, p.35-50, 2009.

QUIJANO, Aníbal. "Bien Vivir": entre el "desarrollo" y la Des/Colonialidad del Poder. In: QUIJANO, Aníbal. Questiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder / Aníbal Quijano; selección a cargo de Danilo Assis Clímaco; con prólogo de Danilo Assis Clímaco. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. *Geopolítica dos recursos naturais estratégicos sul-americanos.* Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2016.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – 60 H

Ementa

Apresentar conceitos e questões relacionadas aos Direitos Humanos que possibilitem a compreensão dos direitos reconhecidos a todos, e sistematizados nos tratados e demais documentos nacionais e internacionais focados na busca da conquista da cidadania e respeito à pessoa na vida social. Conceituação e contextualização da cidadania moderna. A formação da cidadania no Brasil Imperial: ordem constitucional e critérios de inclusão. Lutas pela ampliação da cidadania e emergência da sociedade civil entre os séculos XIX e XX. Continuidades e rupturas na ordem política e jurídica e na prática social no Brasil republicano. Leituras do déficit democrático no Brasil. O processo constituinte de 1988 e os debates sobre a cidadania hoje.

Bibliografia básica

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 15-47.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DAGNINO, Evelina (org.). Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. SP: Brasiliense. 1994.

DORNELLES, Joao Ricardo. O que sao direitos humanos? Sao Paulo: Brasiliense, 1989.

LIMA JUNIOR, Jayme Benvenuto. Os direitos humanos econômicos, sociais e culturais. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo liberal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PIOVESAN, Flavia. Direitos humanos e justiça internacional. Sao Paulo: Saraiva, 2006.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). Historia da Cidadania. Sao Paulo, Ed. Contexto, 2003.

SYMONIDES, J. Direitos humanos: novas dimensões e desafios. Brasília, Edições UNESCO, 2003, (www.dominiopublico.gov.br. acessado em 11/06/2014).

VENTURI, G. Direitos Humanos percepções da opinião pública: análise de pesquisa nacional. Brasília, Secretaria de Direitos humanos - Presidência da República do Brasil, 2010 , 1a ed .
(http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_percepcoes/percepcoes.pdf, acessado em 11/06/2014).
VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, Fernando Barcellos de. Teoria Geral dos Direitos Humanos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1996.
ALBUQUERQUE MELO, Celso. Curso de Direito Internacional Público. 13a Edição. Rio de Janeiro: Reno
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
PIOVESAN, Flávia e IKAWA, Daniela Ribeiro. O Tribunal Penal Internacional e Direito Brasileiro. In: PIOVESAN, Flavia. Temas de Direitos Humanos. Sao Paulo: Max Limonad, 2003.
RAMOS, André de Carvalho. Direitos humanos em juízo. Sao Paulo: Max Limonad, 2001.

ESPAÇO E PODER – 75 H

Ementa

Abordagens teóricas e metodológicas da Geografia Política. A Geografia Política e a Geopolítica. Espaço, poder e território. O processo colonial e perspectiva descolonial. As colonialidades do saber e do poder. O Estado Nacional Moderno e o Nacionalismo. O Imperialismo. O mundo Pós-45. Direito Internacional e os Organismos Internacionais. Compreender as relações entre espaço geográfico e poder na constituição de territórios e territorialidades. Estudo da regionalização do espaço mundial. Os conflitos mundiais contemporâneos e a conformação dos novos territórios de poder. Os atores hegemônicos no cenário político internacional. A realidade socioespacial da América Latina e sua inserção na sociedade global contemporânea.

Bibliografia básica

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova des-ordem mundial. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

Bibliografia complementar

ANDRADE, M. C. de. Poder político e produção do espaço. Recife: Massangana, 1984.
ARANTES, A. A. (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000.
AYERBE, L. F. Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia. São Paulo: UNESP, 2002.
AZEVEDO, F. L. de N.; MONTEIRO, J. M. Raízes da América Latina. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.
BECKER, B. K. A Geografia e o resgate da geopolítica. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 99-126, 1988.
BECKER, B. K. et al. Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1983.
BESSONE, T. M. T.; QUEIROZ, T. A. P. América Latina: imagens, imaginação e imaginário. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1997.

CARVALHO, J. R. Conflitos internacionais num mundo globalizado: Palestina, Iraque, Venezuela e hegemonia americana. São Paulo: Afla-Ômega, 2003.
CASTRO, I. E. de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
CASTRO, J. de. Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
CLAVAL, P. Espaço e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
CLAVAL, P. Les espaces de la politique. Paris: Armand Colin, 2010.
COSTA, W. M. da. Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
DEMANT, P. O mundo muçulmano. São Paulo: Contexto, 2004.
DUPAS, G.; VIGEVANI, T. Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
DURAND, M.-F. et. al. Atlas da mundialização: compreender o espaço mundial contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2009.
DUSSEL, E. 20 teses de política. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
ESCOBAR, A. V. La invención del tercer mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo. Bogotá: Editorial Norma, 1996.
GEIGER, P. O povo judeu e o espaço. Reviste Território, Rio de Janeiro, ano III, n. 5, jul./dez. 1998
HAESBAERT, R. Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. Niterói: EDUFF, 2001.
HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
HAESBAERT. R. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.
HERNANDEZ, L. L. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.
HOLANDA, H. B. de. Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1999.
HOURANI, A. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
IANNI, O. A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
LACOSTE, Y. A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Paripus, 1988.
LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://www.antropologias.org/rpc/files/downloads/2010/08/Edgardo-Lander-org-AColonialidade- do-Saber-eurocentrismo-e-ci%C3%AAncias-sociais-perspectivaslatinoamericanas- LIVRO.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.
LANDER, E. A colonialidade do saber – Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
LENIN, V. I. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
LIMA, M. C. O lugar da América do Sul na nova ordem mundial. São Paulo: Cortez, 2001.
LINHARES, M. Y. O Oriente Médio e o mundo árabe. São Paulo: Brasiliense, 2004.
MAAR, W. L. O que é política. São Paulo: Brasiliense, 1984.
MARIÁTEGUI, J. C. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MIGNOLO, W. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. GEOgraphia, Niterói, v. 7, n. 13, p. 7-28, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/177/169>. Acesso em: 19 dez. 2016.
MORAES, A. C. R. (Org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990.
PANIKKAR, K. M. A dominação ocidental na Ásia. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
PERES, S. O novo Oriente Médio. Rio de Janeiro: Relume-Damará, 1994.
PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. GEOgraphia, Niterói, ano VIII, n. 16, p. 41 – 55, 2006.
RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
READER, J. África: biografia de um continente. Lisboa: Europa-América, 2002.
ROMANO, J. O. Política nas políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009; Seropédica: EDUR, 2009.
SAID, E. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
SALEM, H. O que é a questão palestina. São Paulo: Brasiliense, 1982.
SÁNCHEZ, J. E. Geografía política. Madrid: Editorial Sintesis, 1992.
SANTOS, B. S. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. Conferência... Coimbra: FEUC, 2004. 45 p. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.
SANTOS, B. S. O fim das descobertas imperiais. In: OLIVEIRA, I. B; SGARBI, P. (Org.). Redes culturais, diversidade e educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
SANTOS, R. E. dos. Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Autêntica, 2007.
TODOROV, T. A conquista da América: a questão do outro. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
WESSELING, H. I. Dividir para dominar: a partilha da África - 1880-1914. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

ÉTICA E JUSTIÇA – 60 H

Ementa

Análise da experiência moral: a dialeticidade da condição humana, a ação, a felicidade, o finalismo do agir, os valores, a obrigação e a sanção. Interpretações da experiência moral: principais correntes do pensamento ético. A essência e o fundamento da moralidade. A ordem moral objetiva: prescritividade, universalidade e variedade das normas morais; a lei natural; o direito e a moral. Questões controvertidas de ética. Ética e política. Natureza das normas de moralidade. Interpretação dos princípios morais. Constituinte ético: Origem da Ética e seu caráter histórico e social. Realização individual e coletiva da Ética. Fundamentação axiológica da Ética. Paradigmas éticos na história da Filosofia (teorias, autores, problemas e obras).

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômano.** Tradução de Vincenzo Cocco... [et al.], São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.
RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
MACINTYRE, A. **Depois da Virtude.**Trad. Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2001.

Bibliografia complementar

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros** (Curso no Collége de France: 1982-1983) Tradução e Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia:**Entre facticidade e validade. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Vols. I e II . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. Tradução de George Speder e Paulo Astor Soethe (UFPR). São Paulo: Edições Loyola, 2002.
HARE, Richard. **Ética**: problemas e propostas.Tradução Mário Mascherpe e Cleide Antonia Rapucci. São Paulo: UNESP, 2003.
JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade:** Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
KANT, Immanuel. **Doutrina do Direito**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Ícone, 1993.
KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.
MACINTYRE, Alasdair. **Justiça de quem? Qual racionalidade?** Tradução de Marcelo Marques. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
RAWLS, John. **Justiça e democracia**. Tradução de Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Justiça e direito)
RAWLS, John. **Justiça como equidade**: uma reformulação. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
VAZ, H. C. de Lima. **Escritos de Filosofia II**: Ética e Cultura, São Paulo: Loyola, 1988.
VAZ, H. C. de Lima. **Escritos de Filosofia IV**: Introdução à Ética Filosófica I, São Paulo: Loyola, 1999.

GOVERNANÇA PÚBLICA E DEMOCRACIA – 60 H

Ementa

O objetivo desta disciplina é tratar os tipos de democracia possíveis e seus modos de controle - accountability em espaço globalizado, pensando Brasil e América Latina. Leva-se em consideração questões sobre terrorismo, novas tecnologias e redes.

Bibliografia básica

GONZÁLEZ, Felipe. (coord.), DAMIANI, Gerson & FERNÁNDEZ-ALBERTOS, José (orgs.). Governança e Democracia Representativa. São Paulo: Edusp, 2017.
AVRITZER, Leonardo. "Democracia na América Latina: da inovação institucional ao velho problema do equilíbrio entre os poderes". Revista USP. São Paulo, nº109, pp.75-86, abril/maio/junho 2016.
BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique C. de. & RANINCHESKI, Sônia M. "(Des)confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014". Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 15 - Nº 32 - Jan./Abr. de 2016, pp.09-38.

DALLARI, Pedro. “Sociedade Civil e a Consolidação da Democracia na América Latina”. Pensamiento Iberoamericano, v. 3-1-2016, pp. 91-96, 2016.
GARGARELLA, Roberto. “¿Democracia deliberativa y judicialización de los derechos sociales?”. Perfiles latinoamericanos. julio-diciembre, n. 28, pp. 9-32, 2006.
HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
HOBSBAWM, Eric J. Globalização, Democracia e Terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
IVO, Anete Brito Leal. “A urban governance e as políticas sociais: entre consentimento e emancipação”. In: ZICCARDI, Alicia. (coord.). Participación Ciudadana y Políticas Sociales del Ámbito Local. Cidade de México: UNAM, 2004.
MENDES, Marcelo Doval. “A legitimidade das Cortes Constitucionais na democracia eleitoral-representativa: a última palavra em movimento”. In: GONZÁLEZ, Felipe. (coord.), DAMIANI, Gerson & FERNÁNDEZ-ALBERTOS, José (orgs.). Governança e Democracia Representativa. São Paulo: Edusp, 2017.
MICELI, Sérgio. “O papel político dos Meios de Comunicação de Massa”. In: SOSNOWSKI, Saul & SCHWARTZ, Jorge (orgs.). Brasil: o trânsito da memória. São Paulo: Edusp, 1994.
DINIZ, E. (1996), Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. Revista do Serviço Público. Brasília: ENAP, 1996.
GOLDSMITH, S; EGGERS, W. Governar em rede: o novo formato do setor público. Brasília: ENAP, 2006.
KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública, Vol. 40, N.3, p.479-99, Maio/Jun.2006.
MATIAS-PEREIRA, J. Governança no setor público. São Paulo: Atlas, 2010.
SALLUM JR., B. As metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 52, p. 35-54, 2003.

Bibliografia complementar

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro Edição Especial Comemorativa 67-86, 1967-2007, jun. 2007
BAQUERO, Marcello, CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. & GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. (orgs). Construção da democracia na América Latina: Estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política. Porto Alegre: Editora da UFRGS/La Salle, 1998.
BAQUERO, Marcello. “Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: estado e partidos políticos”. In: BAQUERO, M. (Org.). Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (org.). Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
OCAMPO, J. A. Rethinking global economic and social governance. Journal of Globalization and Development, Vol.1, Iss.1, 2010, Article 6.
O’DONNEL, G. 1991. Democracia Delegativa?. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.31, p.25-40.

INDICADORES, ÍNDICES E TAXAS – 60 H

Ementa

O que são índices, indicadores e taxas. Características dos índices, indicadores e taxas. Principais indicadores e índices econômicos e sociais. A aplicação dos indicadores, índices e taxas nas pesquisas sociais. Acesso, manuseio e análise de dados. As dimensões e metodologias de avaliação qualitativas e quantitativas. Conceituação, metodologia para construção e uso de indicadores e índices sociais. Indicadores de alcance e efetividade. Construção de instrumentos para avaliação e monitoramento de programas e projetos sociais.

Bibliografia Básica

FEIJÓ, C. et al. Para entender a conjuntura econômica. Barueri, Manole, 2008, p. 1- 60
GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.
JANNUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea 2001, p.11-63.
_____; CAVATI SOBRINHO, H. Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.
SANTAGADA, S. Indicadores sociais: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.
CEPAL, GTZ BONNEFOY, J. ARMIJO, M. Indicadores de Desempeño en el sector público. CEPAL, ILPES e GTZ. Chile, 2005.
CECON/IE/UNICAMP. Séries e Indicadores econômicos no Brasil. Uma avaliação crítica. Campinas: CECON/IE/UNICAMP, 1994. (mimeo).
IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2006. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.
IPEA. Boletim de Políticas Sociais. Brasília, 2006
BRASIL, SEDU/PR. Indicadores de gestão urbana. Vol 1. Brasília, SEDU/PR, 2002.

Bibliografia Complementar

DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.
HAKKERT, Ralph. Fontes de dados demográficos. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
PRATES, Jane Cruz e LEWGOY, Alzira. Os processo de monitoramento e avaliação e a construção de indicadores. In MENDES J., PRATES J. e AGUINSKY B.. O SUAS: entre a fundamentação e o desafio da implantação. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2009.
VALARELLI, Leandro Lamas. Gestão de Projetos e a Construção e o Uso de Indicadores. Rio de Janeiro, julho de 2005. Disponível em: <http://www.coegemas.org.br/docs/Apostilaindicadoresgeralver7.pdf>. Acesso em janeiro de 2013.
IPEA. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.
JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.
MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. Pobreza e desigualdade: repensando pressupostos. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001.

NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos municípios brasileiros. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_420.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2009.
PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano. Lisboa, 2007. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
RATTNER, H. Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. 2007. Disponível em: <www.abdl.org.br/rattner>. Acesso em: 22 jun. 2009.
ROCHA, S. Pobreza: do que se trata afinal. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 43-76.
SCANDAR, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos: do que precisam os gestores de programas sociais? Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1.191-1201, 2008.
TORRES, H. G. Demografia urbana e políticas sociais. Rev. Bras. Est. Pop. São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006.
CARDOSO, Regina L. S. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público. São Paulo: CEPAM, 1999.
CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MÉTODOS QUALITATIVOS - 60 H

Ementa

A pesquisa nas ciências sociais aplicáveis às políticas públicas. Pesquisa e métodos qualitativos. Técnicas de coleta e análise de dados.

Bibliografia básica

BECKER, Howard - A história de vida e o mosaico científico, Métodos de pesquisa em ciências sociais, São Paulo: Hucitec, 1993, p. 101-116.
BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. Usos & Abusos da História Oral. 8. Ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas: 2006.
MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do Pacífico Ocidental – Um Relato do Empreendimento e da Aventura dos Nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1978.
EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo. In: Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005 (243-255).
FOOT-WHYTE, William. Treinando a observação participante. IN.: ZALUAR, Alba. (Ed.), Desvendando Máscaras Sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves: 1975.
VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In.: Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 1981.
EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo. In: Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005 (243-255).
FOOTE-WHYTE, William. Sociedade de esquina. A estrutura social de uma área pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005
LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). In.: Cadernos de Campo. No. 14/15. São Paulo: 2006.
VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In.: Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 1981.

Bibliografia complementar

BECKER, Howard. A história de vida e o mosaico científico, Métodos de pesquisa em ciências sociais, São Paulo: Hucitec, 1993, p. 101-116.
BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In.: ZALUAR, Alba (org.), Desvendando máscaras sociais, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p. 123-174
GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica.
PÉTONNET, Colette. Observação Flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. In.: Antropolítica – Revista de AntropologiaContemporânea. Niterói, Eduff: 2009.
DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. São Paulo, Martin Claret: 2002, 155p.
MILLS, Wright. Do artesanato intelectual. In: A Imaginação Sociológica. Zahar Editores, Rio de Janeiro: 1975.
TURNER, Victor. Muchona – A Vespa. In.: Floresta de Símbolos – Aspectos do Ritual Ndembu. Niterói, Eduff: 2005.

METODOLOGIA QUANTITATIVA – 60 H

Ementa

I) Introdução elementar à lógica matemática: Raciocínio lógico matemático e resolução de problemas; Definições e princípios básicos de lógica matemática; II) Breve revisão de Matemática básica: Conjuntos Numéricos; Números Reais: operações básicas; Regras de três simples e composta; Porcentagem, juros simples e composto; Regras de arredondamento e notação científica. III) Introdução à Estatística: Métodos quantitativos x métodos qualitativos; noções básicas para criação de questionários; Princípios básicos de amostragem; Análise descritiva e exploratória de dados: variáveis, níveis de mensuração, medidas de tendência central e de variabilidade, gráficos. Noções básicas de probabilidade, amostragem e estimação de parâmetros; Variáveis aleatórias - distribuições: discretas, contínuas e amostrais; testes de hipóteses; Introdução à correlação, regressão e associação entre variáveis. IV) Aspectos computacionais da Estatística: Noções elementares de manipulação e tratamento de bancos de dados quantitativos utilizando o software livre "R".

Bibliografia básica

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. 6.ed. Florianópolis: UFSC, 2006.
CUNHA, M. O.; MACHADO, N. J. Lógica e linguagem cotidiana: verdade, coerência, comunicação, argumentação. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
IEZZI, G, *et. al.* Matemática: ciência e aplicações. Coleção, Vol. 1. São Paulo: Atual Editora, 2010.

Bibliografia complementar

BROLEZZI, A. C. Problemas e criatividade. São Paulo: Editora da USP, 2009.
GARBI, G. G. A Rainha das Ciências: um passeio histórico pelo maravilhoso mundo da Matemática. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.
SEIFE, C. Os números (não) mentem: como a matemática pode ser usada para enganar você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
TRIOLLA, M. H. Introdução à Estatística. São Paulo: LTC, 2012.

W. O. Bussab e P. A. Morettin. Estatística Básica. 8ª Edição. São Paulo: Atual Editora, 2011.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNAMENTAL - 60 H

Ementa

Introdução ao Planejamento Estratégico. Fundamentos do planejamento governamental: conceitos básicos. Teoria e prática do planejamento utilizadas pela gestão pública. Planejamento governamental como instrumento de gestão pública e investimento. Métodos de planejamento: Planejamento participativo, planejamento físico-territorial, planejamento estratégico, planejamento situacional, planejamento comunicativo, outros. Planejamento como processo. Planos, programas e projetos. Planejamento governamental na América Latina. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental.

Bibliografia básica

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. Planejamento estratégico na prática. São Paulo: Atlas, 1995.
GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (org). Planejamento e Orçamento governamental. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006.
MATUS Carlos. O método PES. São Paulo: Fundap, 1995.
_____. Adeus senhor presidente: governantes governados. São Paulo: Fundap, 1996.
OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 1988.
MINTZBERG, Henry. Ascensão e Queda do Planejamento Estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Bibliografia complementar

ALVES, E. L. G.; LIMA, M. de A. Crise e planejamento estratégico-situacional. São Paulo em Perspectiva. vol. 5, nº 4, outubro/dezembro de 1991. São Paulo: Fundação SEADE, 1991. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n04/v05n04_06.pdf>.
ARMANI, Domingos. Como Elaborar Projetos? Guia prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo, 2003.
BROSE, Markus (Org.) Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
MATUS, Carlos. Política planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1996.
OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: RAP, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.
DE TONI, Jackson. Planejamento e Elaboração de Projetos: um desafio para a gestão no setor público. Porto Alegre, 2003.

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – 75 H

Ementa

Planejamento Urbano. O planejamento urbano e as críticas marxistas e neoliberais. O planejamento urbano no Brasil. O Estado e a produção do espaço urbano no Brasil. A práticas recentes de planejamento urbano no Brasil. Políticas urbanas habitacionais, ambientais e de mobilidade. Planejamento urbano e os desafios da governança regional e metropolitana; Planejamento urbano no contexto das mudanças ambientais globais; Plano Diretor, zoneamento municipal e desenvolvimento local; Técnicas e recursos metodológicos no Planejamento; Planejamento urbano e mecanismos de participação popular.

Bibliografia básica

DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). O processo de urbanização no Brasil. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010.
MARICATO, E. Habitação e cidade. 7. ed. São Paulo: Atual, 2004.
SOUZA, M. L. de. Mudar a cidade – uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Bibliografia complementar

MONTE-MÓR, R. L. M. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Ed.). Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 61-85. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT2308201001849.PDF>. Acesso em: 19 dez. 2016.
ROLNIK, R. O que é cidade. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
SILVEIRA, M. R.; COCCO, R. G. Transporte público, mobilidade e planejamento urbano: contradições essenciais. Estudos Avançados, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 41-53, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v27n79/v27n79a04.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2016.
VIEIRA R. et. al. Participação popular no processo de planejamento urbano: a universidade como "decodificadora" de um sistema de muitos códigos. URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 115-30, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/urbe/v5n2/a10v5n2.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2016.
VILLAÇA, F. Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje. Campo Grande: [s.n.], jun. 2000. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/campo_gde.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2016.

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – 60 H

Ementa

Introdução ao ciclo das políticas públicas. Concepções, conceitos e tipos de avaliação de políticas públicas, programas e projetos, onde se incluem os processos de monitoramento. As dimensões e metodologias de avaliação qualitativas e quantitativas, incluindo noções sobre pesquisa avaliativa. Aspectos gerais de avaliação de políticas públicas no Brasil e na América Latina. Modelos de formulação e análise de políticas públicas. Concepções, conceitos e tipos de avaliação de políticas e programas sociais

Bibliografia básica

Banco Interamericano de Desenvolvimento e David Rockfeller Center for Latin America Studies, Harvard University. A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina: Relatório 2006. Rio de Janeiro: Elsevier; Washington, DC: BID, 2007.
Barreira, Maria Cecília Roxo Nobre. Avaliação participativa de programas sociais. São Paulo, Veras Editora, Lisboa, CPITHS, 2002.
CANO, Ignácio. Introdução à Avaliação de Programas Sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
COHEN, Ernesto. Avaliação de Projetos Sociais. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais. Rev. Saúde Pública [online]. 1991, vol.25, n.3, pp. 233-238.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia complementar

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, Luzia Costa de. Metodologia de avaliação em políticas públicas. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
BRAMONT, Pedro Paulo. Avaliação de Projetos sob a Ótica Social: uma introdução. Blumenau: Edifurb, 2004.
BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In CFESS/ABEPSS, serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais.CFESS/ABEPSS, 2009.
CARRARO, Gissele. As Pesquisas Avaliativas de Políticas Sociais Públicas: um estudo sobre a metodologia de trabalho com famílias no SUAS. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS/FSS, janeiro de 2011.
CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. São Paulo em Perspectiva. 17(3-4): 185-197, 2003 (caso do Programa Cultura e Cidadania para Inclusão Social – Fábricas de Cultura).
FIGUEIREDO, M.F. e FIGUEIREDO, A.M.C. Avaliação política e avaliação de políticas: Um quadro de referência teórica. Análise & Conjuntura. Belo Horizonte, 1 (3), set./dez. 1986, pp. 107-127.
SILVA, Maria Ozanira da Silva (org) Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo, Veras, 2001.
SILVA, Maria Ozanira da Silva (org) Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo, Veras, 2008.
SILVA, P. L. B. e MELO, M. A. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Campinas, Caderno no. 48, NEPP/UNICAMP, 2000. www.nepp.unicamp.br/d.php?f=42
SILVA, Pedro Luiz Barros e COSTA, Nilson do Rosário (2000). Avaliação de políticas públicas na América do Sul. A avaliação de programas públicos: uma estratégia de análise. V Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santo Domingo, Rep. Dominicana, 24 - 27 Oct. 2000.
WORTHEN, B.R.; SANDERS, J.R.; FITZPATRICK, J.L. Avaliação de Programas Sociais. 1ª Ed. São Paulo: Instituto Fonte – Ed. Gente; 2004.

PSICOLOGIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO – 60 H

Ementa

Análise do desenvolvimento humano enquanto processo de interação entre as dimensões biológicas, sociocultural, afetiva e cognitiva e sua relação com o processo de ensino e aprendizagem ao longo do ciclo vital.

Bibliografia básica

ARAUJO, L. F.; FALCÃO, D.V.S. (Orgs). Psicologia do Envelhecimento. Campinas: Alínea, 2009.
BERGER, K. S. O desenvolvimento da pessoa: do nascimento à terceira idade. Tradução de D. C. Alencar. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Orgs). Desenvolvimento e psicologia da educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1.
DESSEN, M. A. & COSTA JR, A. L. (Orgs). A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Bibliografia complementar

ARIÉS, P. O homem diante da morte. São Paulo: Francisco Alves, 1990.
BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
BELSKY, J. Desenvolvimento humano: experienciando o ciclo de vida. Porto Alegre: Artmed, 2010.
FALCÃO, D.V.S.; DIAS, C.M.S.B. (Orgs) Maturidade e Velhice: Pesquisa e Intervenções Psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
GRIFFA, M. C., & MORENO, J. E. Chaves para a psicologia do desenvolvimento, infância, adolescência, vida adulta e velhice. São Paulo: Paulinas, 2001.
LORDELO, E. R; CARVALHO, A. M. A.; KOLLER, S. H. (Orgs). Infância brasileira e contextos de desenvolvimento. São Paulo: Casa do Psicólogo/UFBA, 2002.
PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artmed, 2006.
VALSINER, J. Fundamentos da psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida. Porto Alegre: Artmed, 2012.

PSICOLOGIA SOCIAL – 60 H

Ementa

Fundamentos epistemológicos e históricos das abordagens em Psicologia Social. Processos de mútua constituição subjetividade-mundo: múltiplos contextos de saber. Processos grupais e intervenções psicossociais. Debates contemporâneos em Psicologia Social.

Bibliografia básica

Álvaro, J. L. & Garrido, A. L. (2006). Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas (M. C. Fernandes,Trad.). São Paulo: McGraw-Hill. Campos, R. H. F.;
Guareschi, P. (2000). Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latinoamericana. Petrópolis, RJ: Vozes.
Farr, R. M. (2006). As raízes da psicologia social moderna (P.Guareschi & P. V. Maya, Trad.s). Petrópolis, RJ: Vozes.
Lane, S. (2006). O que é Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos). Rodrigues, A., Assmar, E. M. L. & Jablonski, B. (2009). Psicologia Social.
Petrópolis, RJ: Vozes.

Bibliografia complementar

Abrantes, A. A., Silva, N. R. & Martins, S. T. F. (Org.s). (2005). *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
Andaló, C. (2006). Mediação grupal: uma leitura histórico-cultural. São Paulo: Ágora.
Bauman, Z. (2005). *Identidade*: *entrevista a Benedetto Vecchi/ Zygmunt Bauman* (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
Bosi, E. (2008). *Cultura de massa e cultura popular*. São Paulo: Vozes.
Brandão, C. R. (Org). (1990). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
Ferreira, M. C. (2010). A psicologia social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *26*, 51-64.
Fried Schnitman, D. (Org.) (1996). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
González Rey, F. L. (2005). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural* (R. S. L. Guzzo, Trad.). São Paulo: Thomson Learning.

Jovchelovitch, S. (2000). *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do Saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis, RJ:Vozes. (Coleção Psicologia Social).
Lane, S. & Codo, W. (2004). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
Martín-Baró, I. (2010). *Sistema, grupo y poder: psicologia social desde Centroamerica* (II). San Salvador: UCA.
Moscovici, S. (2011). *Psicologia das minorias ativas* (P. Guareschi, Trad.). Rio de Janeiro: Vozes.
Ploner, K. S. (2008). *Ética e paradigmas na psicologia social.* Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas.
Schutz, A. (2012). *Sobre fenomenologia e relações sociais* (H. T. R. Wagner, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.

PESSOA, COMUNIDADE E FORMAÇÃO HUMANA – 60 H

Ementa

Pessoa: história do conceito e definições. Formação da pessoa como ser de relações. Comunidade: história do conceito e definições. Intersubjetividade e formação da comunidade. Possibilidades e limites da relação pessoa-comunidade. Pesquisa e acompanhamento de processos pessoais e comunitários.

Bibliografia básica

ALES BELLO, A. **Pessoa e comunidade**. Belo Horizonte: Artesã, 2015.
ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 2010.
MAHFOUD, M. **Formação da pessoa e caminho humano**: Edith Stein e Martin Buber. Memorandum, 8,p. 52-61, 2005.
ROGERS, C. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
STEIN, E. (2005). Contribuiciones a la fundamentación filosófica de la psicología y de las ciencias del espíritu. In: STEIN, E. **Obras completas**. v.II: escritos filosóficos. Burgos, Espanha: Monte Carmelo, 2005. p. 207-520.

Bibliografia complementar

MAHFOUD, M.; MASSIMI, M. **A pessoa como sujeito da experiência**: contribuições da fenomenologia. Memorandum, 14, p. 52-61, 2008.
MAHFOUD, M.; MASSIMI, M. (Orgs.). **Edith Stein e a psicologia**: teoria e pesquisa. Belo Horizonte: Artesã, 2012.
SAVIAN FILHO, J. (Org.). **Empatia. Edmund Husserl e Edith Stein***:* apresentações didáticas. São Paulo: Loyola, 2014.
STEIN, E. (2003). Estructura de la persona humana. In : STEIN, E. **Obras completas**. v.IV: escritos antropológicos y pedagógicos. Vitoria, Espanha: El Carmen, 2003. p. 555-749.
WEIL, S. **O Enraizamento**. Bauru, SP: Edusc, 2001.
ZILLES, U. **Pessoa e dignidade humana**. Curitiba: CRV, 2012.

SEMINÁRIOS DO VALE – 60 H

Ementa

Construção do conhecimento por meio de discussão holística e abrangente de fatos e fenômenos que auxiliem nas interpretações sociais, econômicas e ambientais do Vale do Jequitinhonha.

Bibliografia básica

CORREA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo: Ática,2007.
FERREIRA, Graça Maria Lemos; MARTINELLI, Marcelo. Atlas geográfico: espaço mundial. São Paulo: Moderna, 1998.
VIANA, Gilney, SILVA, Marina; DINIZ, Nunez(organizadores). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.
FIGUEIREDO, Silvio Lima. Viagens e viajantes. São Paulo: Annablume, 2010.
LESSA, Simone Narciso; SOUZA, João Valdir Alves de (Orgs.). Planomeso: Plano de desenvolvimento integrado e sustentável da mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: Unimontes, 2005.

Bibliografia complementar

ARCE, Tacyana. Bolsa-Escola: educação e esperança no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte:
SEE/MG, 2001.
NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). Pólo Jequitinhonha 10 anos (1996-2006): a consolidação de uma experiência de desenvolvimento regional. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2008. 68 p.
PEREIRA, V.L.F. O artesão da memória no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
SILVA, J.C.F. Políticas públicas no Vale do Jequitinhonha: a difícil construção da nova cultura política regional. Santo André: IMES, 2005.

TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – EDUCAÇÃO – 60 H Teóricas e 30 H Práticas

Ementa

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas em Educação. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

Bibliografia básica

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
BRASIL. LEI Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessado em: 22/04/2018.
BRASIL: LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acessado em: 22/04/2018.

Bibliografia complementar

AZANHA, José Mário P. *et. al.* **Educação Básica:** políticas, legislação e gestão: leituras. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2004.

BRASIL. DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acessado em: 22/04/2018.

CASTRO, Marcelo L. O. **A educação na constituição de 1988 e a LDB.** Brasília,1998.

LIBANEO, José Carlos (et al). Educação Escolar. Política, estrutura e organização. São Paulo, Cortez, 2012

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. Campinas. S.P: Autores associados, 2008.

TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS - CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 60 H Teóricas e 30 H Práticas

Ementa

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas voltadas à Ciência e Tecnologia, bem como sua abrangência nas relações sociais de produção, desenvolvimento e sociabilidade . A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

Bibliografia básica

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm. Acessado em: 22/04/2018.

BRASIL. LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm. Acessado em: 22/04/2018.

Bibliografia complementar

BRASIL. DECRETO Nº 9.283, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018**.** Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo

à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm. Acessado em: 22/04/2018.
DE NEGRI, João Alberto.; KUBOTA, Luis Claudio; SILVA, Alexandre Messa. Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica. Brasília: IPEA, 2008.
CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Políticas de ciência, tecnologia e inovação no brasil: uma análise com base nos indicadores agregados. texto para discussão no 1458. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Disponivel em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1458.pdf. Acessado em: 22/04/2018.
GIESTEIRA, Luís Felipe. Elementos teóricos e conceituais para a fundamentação de políticas de inovação tecnológica em economias atrasadas. texto para discussão no 1490. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1490.pdf. Acessado em: 22/04/2018.
CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Desigualdades regionais em ciência, tecnologia e inovação (ct&i) no brasil: uma análise de sua evolução recente. texto para discussão no 1574. Rio de Janeiro: IPEA 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1574.pdf. Acessado em: 22/04/2018.

TÓPICOS EM POLÍTIAS PÚBLICAS - FINANCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 60 H Teóricas e 30 H Práticas

Ementa

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas no campo do Financiamento nas instâncias estatais e privadas. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

Bibliografia básica

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acessado em: 22/04/2018.
BRASIL. Lei n. 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/_2005/Lei/L11107.htm . Acesso em: 22/04/2018.

Bibliografia Complementar

BRASIL . Decreto-lei n. 2.416, de 17 de julho de 1940. Aprova a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/1937-1946/Del2416.htm . Acesso em: 22/04/2018.
BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm . Acesso em: 22/04/2018.
CORE, Fabiano. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. In: Anais do IX Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado y da Administração Pública. Madrid, 2-5 de novembro de 2004.
http://www.politicaparapoliticos.com.br/interna.php?t=762224PAULO, LFA. O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. Revista do Serviço Público. Brasília, 61 (2) 171 – 187. Abril-Junho 2010.
SANTOS, RC. Plano plurianual e orçamento público. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS - TRABALHO E EMPREENDEDORISMO - 60 H Teóricas e 30 H Práticas

Ementa

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas no que concerne ao Trabalho, à Força de Trabalho e projetos no campo do Empreendedorismo. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

Bibliografia básica

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
BRASIL. **DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acessado em: 22/04/2018.
BRASIL. LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm#art1. Acessado em: 22/04/2018.

Bibliografia complementar

BRASIL. **LEI Nº 10.208, DE 23 DE MARÇO DE 2001.** Acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao seguro-desemprego. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10208.htm. Acessado em: 22/04/2018.
BRASIL. LEI Nº 13.636, DE 20 DE MARÇO DE 2018. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13636.htm#art8. Acessado em: 22/04/2018.
BRASIL. Plano nacional de Economia Solidária 2015-2019. Brasília 2015. Disponível em: http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf. Acessado em: 22/04/2018.
WAJNMAN, Simone; MACHADO, Ana Flavia. Mercado de trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
POCHMANN, Márcio. (2001).O emprego na Globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil Escolheu. Boitempo Editorial. 1º edição. São Paulo 2001.

TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – SAÚDE – 60 H Teóricas e 30 H Práticas

Ementa

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas em Saúde. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

Bibliografia básica

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
BRASIL. Lei n° 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm. Acessado em: 22/04/2018.
BRASIL. Lei n° 8.142, de 28 de Dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS} e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm. Acessado em: 22/04/2018.

Bibliografia complementar

BRASIL. **LEI Nº 9.836, DE 23 DE SETEMBRO DE 1999.** Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9836.htm. Acessado em: 24/04/2018.
BRASIL. **LEI Nº 10.424, DE 15 DE ABRIL DE 2002.** Acrescenta capítulo e artigo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento de serviços correspondentes e dá outras providências, regulamentando a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10424.htm. Acessado em: 24/04/2018.
BRASIL. LEI Nº 12.466, DE 24 DE AGOSTO DE 2011. Acrescenta arts. 14-A e 14-B à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para dispor sobre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o

Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e suas respectivas composições, e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12466.htm. Acessado em: 22/04/2018.
BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012**.** Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LCP/Lcp141.htm. Acessado em: 22/04/2018.
BRASIL. DECRETO Nº 7.507, DE 27 DE JUNHO DE 2011. Dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7507.htm. Acessado em: 22/04/2018.

TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – ASSISTÊNCIA SOCIAL – 60 H Teóricas e 30 H Práticas

Ementa

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas em Assistências Social. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

Bibliografia básica

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
BRASIL. **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm. Acessado em: 22/04/2018.
BRASIL. Lei n.º 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acessado em: 22/04/2018.

Bibliografia complementar

BRASIL. Decreto Nº 7.234, de 19 de Julho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acessado em: 22/04/2018.
IPEA. Políticas sociais : acompanhamento e análise, v. 1 - (jun. 2000 -). – Brasília : Ipea, 2000. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/20170519_bps24.pdf. Acessado em: 22/04/2018.
YASBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXXIII, n. 110, São Paulo: Cortez. Abril de 2012.
BARTHOLO, Letícia; MOSTAFA, Joana; OSORIO, RAFAEL Guerreiro. Integração de registros administrativos para políticas de proteção social: contribuições a partir da experiência brasileira. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.-

Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2376.pdf. Acessado em: 22/04/2018.
JACCOUD, Luciana; MESQUITA Ana Cleusa; PAIVA, Andrea Barreto de. O benefício de prestação continuada na reforma da previdência: contribuições para o debate. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2301.pdf. Acessado em: 22/04/2018.

TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – DIVERSIDADE – 60 H Teóricas e 30 H Práticas

Ementa

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas no campo da Diversidade. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

Bibliografia básica

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
BRASIL. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acessado em: 22/04/2018.
BRASIL. LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm#art60. Acessado em: 22/04/2018.

Bibliografia complementar

BRASIL. LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7716.htm. Acessado em: 22/04/2018.
BRASIL. LEI Nº 9.459, DE 13 DE MAIO DE 1997. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9459.htm#art1. Acessado em: 22/04/2018.

BRASIL. LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acessado em: 22/04/2018.
BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acessado em: 22/04/2018.
BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução Nº 175 de 14/05/2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=1754. Acessado em: 22/04/2018.

TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – CULTURA – 60 H Teóricas e 30 H Práticas
Ementa
Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas nos diversos campos da Cultura, local, regional e nacional. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

Bibliografia básica
BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
BRASIL. Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>.
CARDOSO JR. J. C.; CUNHA, A. S (Org.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: Ipea. 2015.

Bibliografia complementar
BRASIL. Lei 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm>.
BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 123/2011, 13 de dezembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 dezembro 2011. Seção 1, p. 12. Disponível em: < http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/12/2011&jornal=1&pagina=12&totalArquivos=192>.
BRASIL. Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12351.htm>.
BRASIL. Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012. Acrescenta o art. 216-A à Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc71.htm>.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Políticas Culturais. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. 3ª ed. Brasília: Ministério da Cultura. 2013. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Metas_do_Plano_Nacional_de_Cultura_%203%C2%AA_Edicao.pdf>.

TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – POLÍTICA URBANA – 60 H Teóricas e 30 H Práticas

Ementa

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente à Política Urbana. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

Bibliografia básica

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto das Cidades). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>.

CARDOSO JR. J. C.; CUNHA, A. S (Org.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: Ipea. 2015.

Bibliografia complementar

BRASIL. Lei 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>.

BRASIL. Lei 9.938, 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>.

BRASIL. Lei 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>.

BRASIL. Lei 10.188, de 12 de fevereiro de 2001. Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10188.htm>.

BRASIL. Decreto 5.796, de 06 de junho de 2006. Regulamenta a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5796.htm>.

TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – DESENVOLVIMENTO – 60 H Teóricas e 30 H Práticas

Ementa

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da observação e da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas no âmbito do Desenvolvimento, na escolha de abrangências regionais e locais. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

Bibliografia básica

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4320.htm>.

CARDOSO JR. J. C.; CUNHA, A. S (Org.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: Ipea. 2015. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170510_desenvolvimento_humano_para_alem_das_medias.pdf>.

Bibliografia complementar

IPEA. Erradicando a pobreza e promovendo a prosperidade em um mundo em mudança: Subsídios ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2018. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180308_ODS_erradicacao_da_pobreza.pdf>.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FONSECA, P. Desenvolvimentismo: a construção do Conceito. **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: IPEA. 2014.

FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. **Coleção "os Economistas"**. Ed. Abril Cultura. São Paulo. 1983.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS - AMÉRICA LATINA - 60 H Teóricas e 30 H Práticas

Ementa

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas no âmbito das relações de intercâmbio entre os países da América Latina, desenvolvimento, políticas públicas. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

Bibliografia básica

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe**. Series. Vários anos.
América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI. Santiago de Chile: CEPAL, 2015.
CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. Informes anuais. Vários anos.

Bibliografia complementar

AMARANTE, V.; ARIM, R. (Ed.). **Desigualdad e informalidade**: Un análisis de cinco experiencias latino-americanas. Santiago de Chile: CEPAL, 2015.
BÁRCENA, A.; PRADO, A. (Ed.). Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en
CARVALHO, D. B. B. *et. al*. Política social, justiça e direitos de cidadania na América Latina. Brasília: UNB, Programa de Pós-graduação em Política Social. 2007.
DAGNINO, E.; OLIVEIRA, A. J.; PANFICHI, A. A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra. 2006.
FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**, 2. ed., Rio de Janeiro: Lia Editor S.A, 1970.

TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS - VALE DO JEQUITINHONHA - 60 H Teóricas e 30 H Práticas

Ementa

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da discussão e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas no âmbito do desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha, na sua abrangência social, econômica, política e institucional. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

Bibliografia básica

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
CARDOSO JR. J. C.; CUNHA, A. S (Org.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: Ipea. 2015.
BRASIL. Ministério da Integração Nacional. PLANOMESO - Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Jequitinhonha e Mucuri. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.cecs.unimontes.br/index.php/pt/component/k2/planomeso-plano-de-desenvolvimento-integrado-e-sustentavel-do-jequitinhonha-e-mucuri.html>. Acesso em: 29 ago.2016

Bibliografia complementar

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. A produção do Vale do Jequitinhonha mineiro como uma "região" brasileira e o planejamento regional como instrumento de sua modernização retardatária.
http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/04.pdf, acesso em 15/10/2016
MARTINS, Marcos Lobato. Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Cultura. Vale: Vozes e visões – a arte universal do Jequitinhonha s.d. Disponível em:https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/saberesplurais/objetivos/consulta.
RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Estradas da Vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2013. Coleção Humanitas.

SERVILHA, Mateus de Moraes. O vale do Jequitinhonha entre a “di-visão” pela pobreza e sua ressignificação pela identificação regional. Tese de Doutorado em Geografia, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2012.

TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 60 H Teóricas e 30 H Práticas

Ementa

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da discussão teórica, da observação e da prática de campo da Previdência Social, histórico e desenvolvimento das políticas governamentais neste campo específico e suas consequências sociais. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

Bibliografia básica

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

CARDOSO JR. J. C.; CUNHA, A. S (Org.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: Ipea. 2015.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social** – Aeps. Brasília: MTPS; INSS; Dataprev, Vários anos. Disponível em: http://www3.dataprev.gov.br/infologo/.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Evolução recente da proteção previdenciária e seus Impactos sobre o nível de pobreza. Informe de Previdência Social, Brasília, v. 27, n. 11, nov. 2015. (Nota Técnica resultado do RGPS de outubro/2015).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Boletim BPC 2015. Brasília: MDS, 2016.

BRASIL. Lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2001.

GIAMBIAGI, F.; TAFNER, P. (Org.). **Previdência no Brasil: Previdência no Brasil**: debates, dilemas e escolhas. Brasília: Ipea. 2007.

TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS - INCLUSÃO SOCIAL - 60 H Teóricas e 30 H Práticas

Ementa

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinentes às Políticas Públicas no campo da Inclusão Social, com vistas à apreensão do desenvolvimento histórico e concepções no âmbito da Inclusão Social, das políticas governamentais neste campo específico e suas consequências sociais. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre

Bibliografia básica

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

CARDOSO JR. J. C.; CUNHA, A. S (Org.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: Ipea. 2015.

DESENVOLVIMENTO Humano para Além das Médias. Brasília: PNUD; IPEA; FJP, 2017. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170510_desenvolvimento_humano_para_alem_das_medias.pdf>. Acesso em: 21 abr 2018.

Bibliografia complementar

BRASIL. Lei 13.146, 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência).

BRASIL. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BRASIL. Lei Nº 10.098, 19 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e da outras providências.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: MDS, SNAS, 2005.

BRASIL. Decreto 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm

PROJETO DE PESQUISA (OBRIGATÓRIA) – 60 H

Ementa

Apresentar ao estudante os principais métodos e técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa para as ciências humanas, como história oral, pesquisa de campo, entrevista, survey, pesquisa documental e outros. Possibilitar a redação do projeto de pesquisa para o TCC, pré-requisito básico para a formação do bacharel.

Bibliografia Básica

POPPER, Karl S. **A lógica da pesquisa científica**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

RAMON Y CAJAL, Santiago**. Regras e conselhos sobre a investigação científica**. 3.ed.

RUDIO, V. V. **Introdução a projetos de pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1980.

Bibliografia Complementar

BOTH, S.J; SIQUEIRA, C.J de Souza. **Metodologia científica faça fácil sua pesquisa**. Tangará da Serra, MT: Editora São Francisco, 2004.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. Fundamentos da metodologia científica. SP: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

SANTOS, J.A., PARRA FILHO, D**. Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1998.

São Paulo: REA, L.M., PARKER, R.A**. Metodologia de pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2000.

SAMPIERI, Roberto Hernández**. Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

PESQUISA ORIENTADA I - 15 H
Ementa
Planejamento e estratégias de aprendizado prático e aplicado a coleta, organização/apresentação e análise de dados. Obtenção, por parte dos acadêmicos, de uma postura pró ativa que favoreça a descoberta e aprimoramento do estado da arte, que se volta para sua temática de estudo. Oportunidade de participação dos alunos em atividades voltadas para elaboração, avaliação por pares e pesquisa.

Bibliografia Básica
ALVES, R. História das ciências. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.
ANDRADE, M.M. Introdução à metodologia do trabalho científico. SP: Atlas, 1994.
CRUZ, C. Metodologia científica: teoria e prática. RJ: Axceal Books do Brasil, 2003.

Bibliografia Complementar
LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. Fundamentos da metodologia científica. SP: Atlas, 2005.
MARCONI, A.G. Metodologia científica. SP: Atlas, 2004.
PEDRINI, A.G. O cientista brasileiro é avaliado? São Carlos: Ed. Rima, 2005.
REA, L.M; PARKER,R.A. Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução. SP: Pioneira, 1999.
VOLPATO, G.L. Ciência: da filosofia à publicação. Jaboticabal: FUNEP, 2001.

PESQUISA ORIENTADA II - 15 H
Ementa
Planejamento e estratégias de aprendizado prático e aplicado a coleta, organização/apresentação e análise de dados. Obtenção, por parte dos acadêmicos, de uma postura pró ativa que favoreça a descoberta e aprimoramento do estado da arte, que se volta para sua temática de estudo. Oportunidade de participação dos alunos em atividades voltadas para elaboração, avaliação por pares e pesquisa.

Bibliografia Básica
ALVES, R. História das ciências. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.
ANDRADE, M.M. Introdução à metodologia do trabalho científico. SP: Atlas, 1994.
CRUZ, C. Metodologia científica: teoria e prática. RJ: Axceal Books do Brasil, 2003.

Bibliografia Complementar
LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. Fundamentos da metodologia científica. SP: Atlas, 2005.
MARCONI, A.G. Metodologia científica. SP: Atlas, 2004.
PEDRINI, A.G. O cientista brasileiro é avaliado? São Carlos: Ed. Rima, 2005.
REA, L.M; PARKER,R.A. Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução. SP: Pioneira, 1999.
VOLPATO, G.L. Ciência: da filosofia à publicação. Jaboticabal: FUNEP, 2001.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS - 60 H - CÓDIGO LIBR001
Ementa
Libras, Língua oficial e natural da comunidade surda brasileira. Organização e estruturação da Língua de Sinais. Estratégias contextualizadas de comunicação visual. História da Educação de Surdos, e principais abordagens educacionais. Legislação brasileira e referências

legais no campo da surdez. Aquisição de linguagem, alfabetização, letramento e português como segunda língua para surdos. Estratégias didático-pedagógicas e perfil dos profissionais da área da surdez. Aspectos fisiológicos da surdez. Especificidades socioculturais e identitárias do povo surdo.

Bibliografia Básica

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: EDUSP, 2001. v.1, v.2.

FELIPE, Tanya A; MONTEIRO, Myrna S. Libras em Contexto: curso básico, livro do Estudante – Brasília : Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEESP, 2007. Disponível para download na página:www.scribd.com/doc/95562107/Livro-Estudante-2007.

GESSER, A. Libras? Que Língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre : Artmed, 2004.

QUADROS, R. M. de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

ROCHA, Solange Maria da. O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: INES, 2007. 140 p., il.

Bibliografia Complementar

ALBRES, Neiva de Aquino. NEVES, Sylvia Lia Grespan. De Sinal em Sinal: comunicação em LIBRAS para aperfeiçoamento do ensino dos componentes curriculares. 1ª edição – São Paulo SP, 2008.

BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

GOLDFELD, Marcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

SKLIAR, C. (org.) *A Surdez: um olhar sobre as diferenças.* Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

THOMA, A. da S. e LOPES, M. C. (orgs). *A Invenção da Surdez: Cultura, alteridade, Identidade e Diferença no campo da educação.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

14. Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - AACC

O desenvolvimento das AACCs obedecerá à Resolução Nº. 05 - CONSEPE, de 20 de maio de 2011, que **"**Estabelece a equivalência em horas das Atividades Complementares - AC e das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - AACC, conforme previsto no Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM". Entende-se AACC por um conjunto de atividades normatizadas de forma geral pela instituição e de forma específica neste PPC. São de caráter obrigatório e perfazem 210 horas para a integralização do curso. Terão caráter de formação cultural mais abrangente e poderão ser cumpridas pelo discente na própria instituição e/ou outros espaços extracadêmicos. Poderão incluir: participação em congressos, seminários, simpósios, colóquios, mesas redondas, audiência de defesa de dissertação ou tese, palestras, monitorias, estágios extracurriculares, participação em grupos de pesquisa, apresentação de trabalhos em eventos científicos, representação estudantil nos órgãos colegiados, apresentações, exposições, visitas técnicas, cursos de extensão, estudos orientados, atividades de caráter sócio-comunitários, entre outros, desde que avalizados por professor orientador ou pelo colegiado do BHu e excluindo as práticas já tratadas neste PPC. Caberá ao colegiado, observadas as normas regimentais internas, regulamentar os instrumentos de registro e acompanhamento das atividades acima descritas. No anexo segue o quadro de equivalências em conversão de horas estabelecido pelo Colegiado de Curso de BHU para o registro oficial no SIGA da UFVJM. Estágios extracurriculares realizados no interesse do discente ou em convênios estabelecidos por este curso, serão contabilizados nas AACCs. Caberá ao colegiado do BHu rever a regulamentação dos mecanismos de conversão das horas das AACCs sempre que necessário, a fim de atualizar e complementar conforme as demandas.

15. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Entende-se por Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o trabalho correlacionado às áreas que envolvam Ciências Humanas e Políticas Públicas no qual o discente demonstrará a sua competência para desenvolver perquisa, aplicar metodologia apropriada, identificar variáveis e correlacioná-las e, no final, elaborar o texto de conclusão da pesquisa. O TCC é orientado pela Resolução Nº. 22 - CONSEPE, de 16 de março de 2017, que "Estabelece normas para o Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM", além das "Normas Complementares para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)" do então BHU que foram atualizadas pelo Colegiado de Curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas com linha de formação em Políticas Públicas (anexo). É de caráter obrigatório e perfaz 180 horas para a integralização do curso.

16. Sistema de Avaliação do Curso

Pressupõe-se a análise e estabelecimento de ações, a partir dos resultados obtidos pelo Curso e pela Universidade no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), regulamentado e instituído pela Lei n° 10.681, de 14 de abril de 2004. O sistema de avaliação do curso relaciona-se com a aferição dos estudantes a partir do sistema de progressão curricular estabelecido. Deverão ser estabelecidas as ferramentas e metodologias das quais a coordenação e o NDE se valerão para a avaliação de desempenho do curso em relação aos objetivos e metas estabelecidos no PPC, descrevendo-as. Espera-se também que seja descrito como essa avaliação do Projeto Pedagógico do Curso se articulará às avaliações institucionais realizadas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA. Fica sob responsabilidade do colegiado do BHu estabelecer critérios e instrumentos de avaliação que garantam o atendimento do disposto no art. 3º, Inciso VIII, da Lei 10861/2004 (SINAES), tais como:

- Avaliação própria e externa;
- Desenvolvimento de análises e levantamentos de desempenho docente e discente;
- Estudos promovidos pelo NDE e deliberações constitutivas por meio do Colegiado de Curso;
- Ações conjuntas com os órgãos de formação permanente;
- Ações conjuntas com os órgãos administrativos da UFVJM, notadamente PROGRAD e seus constitutivos mecanismos de avaliação institucional e normativos;
- Reflexão contínua para reavaliação do PPC de Curso;
- Liderança institucional do Colegiado de Curso para apropriação de instrumentos pedagógicos e elementos conceituais a fim de manter a contínua construção do curso de modo orgânico;
- Consolidação de mecanismos que possibilitem a permanente avaliação dos objetivos do Curso (levando em consideração exigências acadêmicas da Universidade, o mercado de trabalho, as condições de empregabilidade, a atuação profissional dos formandos, dentre outros aspectos); e
- TCC, AACCs, produções intelectuais, pesquisas, publicações etc. deverão ser alvo de permanente avaliação com escopo de construção articulada entre o PPC, docentes e discentes.

17. Acompanhamento e Avaliação do PPC

A partir da avaliação do curso já descrita no item 16, o PPC será continuamente reavaliado como consequência dos resultados apresentados, abrindo sempre a possibilidade de revisão do PPC. Isto é possível a partir de análise e estabelecimento de ações dos resultados obtidos pelo Curso e pela Universidade no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), regulamentado e instituído pela Lei n° 10.681, de 14 de abril de 2004; além dos dispositivos institucionais: Resolução CONSEPE 63/2017 e Resolução CONSEPE 05/2011.

Em função dos instrumentos acima mencionados, caberá ao NDE em parceria com o colegiado de curso estabelecer os critérios de avaliação e consequente reformulação do PPC, que deverá ocorrer em fluxo contínuo e obedecendo os prazos regimentais concernentes ao funcionamento do curso.

18. Referências

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova**: textos críticos e esperançosos. Brasília, DF: Editora UNB, Salvador: EDUFBA, 2007.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda, Filosofia da Educação, Editora Moderna,1989.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. **Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e similares**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SESu/MEC Nº. 383, de 12 de abril de 2010. Brasília, DF. Ministério da Educação. Novembro de 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20-%20bacharelados%20interdisciplinares%20-%20referenciais%20orientadores%20%20novembro_2010%20brasilia.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CETRANS. A Evolução Transdisciplinar na Educação: Contribuindo para o Desenvolvimento Sustentável da Sociedade e do Ser Humano. In: Coordenação executiva do CETRANS (Orgs.). **Educação e transdisciplinaridade II.** São Paulo: TRIOM, 2002. Anexo 5, p. 203-208

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para aformação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 julho 2015. Seção 1, pp. 08-12. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CORÁ, Elsio José (Org.). **Educação em jornada ampliada**: vivências a partir da escola e da universidade. Porto Alegre: Evangraf, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

FLICKINGER, Hans-Georg. O Fundamento Hermenêutico da Interdisciplinaridade. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). **Inovação e interdisciplinaridade na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 123-138. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/inovacaoeinterdisciplinaridade.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha** (PDVJ): diagnóstico propositivo. Síntese. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, vol 1, 2016. IBGE. **IBGE cidades@**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 ago. 2017.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino da; MAURITTI, Rosario; MARTINS, Susana da Cruz; CASANOVA, José Luís; e ALMEIDA, João Ferreira de. Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 66, p. 45-80, 2003. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-045-080-ISCTE.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

MARTINS, Marcos Lobato. **Breviarios de Diamantina**: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MET – Ministério do Trabalho e do Emprego. Portal do Trabalho e do Emprego. **Estatísticas**. RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. Características do Emprego Formal segundo a RAIS 2012. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80808145B26962014615E380E02C8C/ResultadosDefinitivos.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

MILANI, Aloísio. Por que professor não gosta de ler? **Revista Educação**, ano VII, n. 77. 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano de Desenvolvimento da Educação. **Reestruturação e expansão das universidades federais: REUNI**. Documento Elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007, Brasília, agosto de 2007. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS: Bases Estatísticas RAIS e CAGED. Brasília, 2017. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 17 ago. 2017.

PAULA, Adna C; MÜGGE, Ernani. Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e transversalidade: considerações sobre a proposta dos parâmetros curriculares nacionais. In: CORÁ, Elsio José (Org.). **Educação em jornada ampliada:** vivências a partir da escola e da universidade. Porto Alegre: Evangraf, 2014. p. 200-2014.

PIAGET, Jean. L'épistémologie des relations interdisciplinaires. In: **L'interdisciplinarité**: Problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités. Proceedings. Paris: OCDE, 1972.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução de Lílian do Vale. 3. ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Coleção Educação: Experiência e Sentido)

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 9a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 38 ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2006 (Coleção Polemicas do Nosso Tempo; vol.5).

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 23, de 27 de agosto de 2008. Regulamenta o Bacharelado Interdisciplinar da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Diamantina, 27 agosto 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Projeto político pedagógico: Bacharelado em humanidades. Diamantina: UFVJM: FIH: BHU, 2011. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/cursos/bhu/projeto-pedago-menubhu-753/doc_view/72-.html>. Acesso em: 17 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Projeto político pedagógico: Bacharelado em humanidades. Diamantina: UFVJM: BHU, 2008. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/cursos/bhu/projeto-pedago-menubhu-753/doc_view/73-.html>. Acesso em: 17 ago. 2017.

VASCONCELLOS, Celso. **O Professor Coordenador Pedagógico como Mediador do Processo de Construção do Quadro de Saberes Necessários**. Dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.celsovasconcellos.com.br/index_arquivos/Page4256.htm>. Acesso em: 17 ago. 2017.

19. Anexos: documentos que integram o projeto pedagógico

19.1 – Acordo já firmado

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Faculdade Interdisciplinar em Humanidades

Diamantina, 20 de novembro de 2017.

Pró-Reitoria de Graduação da UFVJM
Sra. Leida Calegário

Assunto: Informa acordo para troca de disciplinas entre os Cursos de Graduação em Geografia e Bacharelado em Humanidades

Vimos por meio deste informar, aos órgãos colegiados da UFVJM e demais interessados, que os cursos de graduação em Geografia-Licenciatura e do Bacharelado em Humanidades (ainda em processo de reestruturação de seu PPC), após várias reuniões e discussões, formalizaram acordo para troca de unidades curriculares, sendo o assunto discutido e aprovado nos Colegiados de ambos os cursos.

A troca refere-se à oferta semestral de três unidades curriculares, todas com equivalência com similares já ofertas ou a serem ofertadas conforme a matriz curricular do novo PPC do BHU. A vinculação dos docentes é sugestiva, uma vez que os cursos têm condições de garantir a substituição (em casos de emergência) ou, em casos de afastamento, caberá a contratação de professor substituto.

Ofertadas pela Geografia para o BHU					
Unidades Curriculares	**Carga Horária**				**Docentes envolvidos**
	T	P	CR	CHT	
Espaço e Poder	60	15	5	75	Aline W. Sulzbacher
Metodologia Quantitativa	60	15	5	75	Geovane Máximo
Planejamento Urbano e Regional	60	15	5	75	Douglas Sathler ou Glauco Umbelino ou Pacelli H. M. Teodoro ou Humberto Catuzzo

Ofertadas pelo BHU (em reestruturação) para a Geografia					
Unidades Curriculares	**Carga Horária**				**Docentes envolvidos**
	T	P	CR	CHT	
Políticas Educacionais	60	15	5	75	Josélia B. Q. Lima
Psicologia da Educação	60	15	5	75	Rita Vieira
Sociologia da Educação	60	0	4	60	Wellington Albuquerque

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Faculdade Interdisciplinar em Humanidades

Relação de Equivalências Ofertadas pela Geografia para o BHU					
Unidades Curriculares	Carga Horária				Equivalência
	T	P	CR	CHT	
Espaço e Poder	60	15	5	75	GEO431 Organização do Espaço Mundial 60T e 30P
Metodologia Quantitativa	60	15	5	75	GEO430 Análise de Banco de dados quantitativos 60T e 30P
Planejamento Urbano e Regional	60	15	5	75	GEO432 Planejamento Urbano e Regional 60T e 30P

Relação de Equivalências Ofertadas pela BHU (em reestruturação) para a Geografia					
Unidades Curriculares	Carga Horária				Equivalência
	T	P	CR	CHT	
Políticas Educacionais	60	15	5	75	BHU316 Políticas Educacionais 60T e 15P
Psicologia da Educação	60	15	5	75	LIC102 Psicologia da Educação 60T e 15P
Sociologia da Educação	60	0	4	60	BHU323 Sociologia da Educação 75T

Por fim, cientes e com anuência dos órgãos colegiados, assinam os Coordenadores:

Profª. Dra. Aline Weber Suzbacher
Coordenadora do Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura

Profª. Aline Weber Suzbacher
Coord. do Curso de Licenciatura em Geografia
Port. 0134 - Diamantina / MG

Prof. Dr. Atanásio Mykonios
Coordenador do Curso de Graduação de Bacharelado em Humanidades

FACULDADE INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - BHU UFVJM

19.2 – Formulário - Equivalência em horas das AACCs[25]

	MINIMO DE HORAS	ATIVIDADES	NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	HORA ATIVIDADE	HORA AACC	Nº DE CERTIFICADOS	TOTAL DE HORAS NOS CERTIFICADOS	SOMA APÓS ANÁLISE
PESQUISA	01 HORA	Iniciação científica, Bolsa Atividade, PET, PIBID, PRODOCÊNCIA e demais Projetos Institucionais.	Pesquisador Bolsista	4 horas	1 hora			
			Pesquisador Voluntário	4 horas	2 horas			
		Participação em grupos de Pesquisa/Ensino sob orientação docente	Participante	4 horas	1 hora			
		Publicação de artigo científico em periódicos ou eventos de natureza científica	Autor	1 publicação	20 horas			
			Coautor	1 publicação	15 horas			
		Apresentação de trabalho em eventos de natureza científica	Apresentador	4 horas	2 horas			
		Congressos, seminários, conferências, palestras, mostras e outras atividades assistidas de caráter científico	Colaborador	Cada dia	1 hora			
			Participante COM apresentação de trabalho	4 horas	2 horas			
			Participante SEM apresentação de trabalho	8 horas	2 horas			
			Participante em carga horária especificada	Cada dia	1 hora			

	MINIMO DE HORAS	ATIVIDADES	NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	HORA ATIVIDADE	HORA AACC	Nº DE CERTIFICADOS	TOTAL DE HORAS NOS CERTIFICADOS	SOMA APÓS ANÁLISE
EXTENSÃO	01 hora	Cursos de Extensão	Participante	8 horas	2 horas			
		Projeto de extensão	Participante Bolsista	4 horas	1 hora			
			Participante Voluntário	4 horas	2 horas			
		Eventos, mostras, exposições assistidas, com caráter cultural ou social;	Colaborador	Cada dia	1 hora			
			Participante COM apresentação de trabalho	4 horas	2 horas			
			Participante SEM apresentação de trabalho	8 horas	2 horas			
			Participante Sem carga horária especificada	cada dia	1 hora			
		Artigos publicados em revistas indexadas, relacionados à extensão;	Autor	1 publicação	20 horas			
			Coautor	1 publicação	15 horas			
		Participação em projetos sociais	Participante Bolsista	Cada 1 mês	2 horas			
			Participante Voluntário	Cada 1 mês	4 horas			

[25] A equivalência e a conversão, bem como os itens constantes para serem avaliados, permanecerão os mesmos dos quadros do curso de BHu atual.

	MÍNIMO DE HORAS	ATIVIDADES	NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	HORA ATIVIDADE	HORA AACC	Nº DE CERTIFICADOS	TOTAL DE HORAS NOS CERTIFICADOS	SOMA APÓS ANÁLISE
ENSINO	01 hora	Iniciação científica, Estágio Não Obrigatório, Bolsa Atividade, PIBID, PRODOCÊNCIA e demais Projetos Institucionais.	Pesquisador Bolsista	4 horas	1 hora			
			Pesquisador Voluntário	4 horas	2 horas			
		MONITORIA	MONITOR BOLSISTA	Cada ciclo de gestão	20 horas			
			MONITOR VOLUNTÁRIO	Cada ciclo de gestão	25 horas			
		Projeto de Ensino	Participante Bolsista	Cada 1 mês	2 horas			
			Participante Voluntário	Cada 1 mês	4 horas			
		Curso Extracurricular realizado em Instituição de Ensino Superior	Participante	8 horas	2 horas			
		Visitas técnicas (extra carga horária regular) a centros educacionais / espaço de educação não formal (Museus, Centros de Ciência)	Participante	4 horas	1 hora			
			Participante em carga horária específicada	1 visita	1 hora			
		Participação em grupos de estudos temáticos sob orientação docente	participante	4 horas	1 hora			
		Minicursos sobre temáticas correlatas ao Curso	Participante	8 horas	2 horas			
		Programas de intercâmbio institucional, nacional e/ou internacional	Participante Bolsista	Cada 1 mês	2 horas			
			Participante Voluntário	Cada 1 mês	4 horas			
		Estágios extracurriculares desempenhando atividades relacionadas ao curso	Remunerado	4 horas	1 hora			
			Voluntário	4 horas	2 horas			
		Cursos de idiomas	Participante	8 horas	1 hora			
		Cursos de informática	Participante	8 horas	1 hora			
		Disciplina cursada "fora da grade" realizada em instituição de ensino superior	Aluno	Cada 15 horas, limitado a 32 horas	4 horas			

	MÍNIMO DE HORAS	ATIVIDADES	NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	HORA ATIVIDADE	HORA AACC	Nº DE CERTIFICADOS	TOTAL DE HORAS NOS CERTIFICADOS	SOMA APÓS ANÁLISE
GRUPO IV	01 HORA	Atividades Desportivas e Culturais	Participante	12 horas	1 hora			
		Representação em órgãos Colegiados e Conselhos da UFVJM	Titular	Cada ciclo de participação	15 horas			
		Representação em Comissões Transitórias	Titular	participação	5 horas			
		Participação em entidades de representação estudantil	Titular	Cada ciclo de gestão	20 horas			

É obrigatória a participação nos grupos Pesquisa, Extensão e Ensino, sendo recomendado o mínimo de 01 hora em cada um desses grupos. As demais horas ficam a critério de cada aluno. Para o grupo IV o máximo são 30 horas.

19.3 – Normas Complementares para o TCC[26]

1. A Comissão sobre o TCC definiu que seriam descritas aqui as sugestões para os professores escolherem o que melhor se aplica ao curso.
2. O TCC deve respeitar a resolução Resolução Nº. 22 - CONSEPE, de 16 de março de 2017, bem como o anexo I da mesma resolução que trata das normas para redação e apresentação de trabalhos acadêmicos;
3. O TCC de curso seja qual for à modalidade adotada pelo docente/discente poderá ser elaborado individualmente;
4. A escolha da modalidade do TCC deve ser em comum acordo com o orientador/orientado;
5. Modalidades do TCC:
(i) Monografia – O TCC, quando na forma de monografia, deverá ser elaborado obedecendo às diretrizes para a redação de Trabalhos acadêmicos desta instituição (capítulo VI da resolução Nº 15 – CONSEPE, DE 21 DE MAIO DE 2010 e seus Anexo I e II);
(ii) Artigo Científico – O TCC, quando na forma de artigo científico, deverá ser elaborado de acordo com as normas de publicação do periódico escolhido,
(iii) Livro e Capítulo de Livro – O TCC, quando na forma de livro ou capítulo de livro, defendidos como TCC devem possuir autoria única ou principal, e ter sido previamente aprovado para publicação com registro ISBN;
(iv) Relatório Técnico Científico – O Relatório Técnico Científico deverá ser elaborado de acordo com as normas da ABNT (NBR 10719). Esta comissão entende por Relatório Técnico Científico: uma atividade acadêmica referente a um projeto de pesquisa, investigação científica e extensão, sobre um período em particular ou sobre o desenvolvimento, caminhos percorridos e os resultados – parciais ou finais – obtidos. Necessariamente devem-se apresentar conclusões e os resultados até então alcançados. Quando for o caso, devem-se apontar as próximas etapas da pesquisa, discriminando as várias atividades distribuídas nas várias etapas de prosseguimento;
(v) O TCC, quando na forma de Artigo Completo de trabalhos apresentados em Congressos, Encontros ou outros eventos científicos deverá respeitar as normas propostas pelos mesmos, que deverão ser anexadas ao documento.
6. Fica obrigatório a todas as modalidades o respeito aos elementos pré-textuais e pós-textuais do anexo I da resolução do CONSEPE;
7. Obrigatoriedade de construção do projeto de pesquisa na disciplina Projeto de Pesquisa.
8. Possibilidade de orientação por professor externo ao curso e obrigatoriedade de participação na banca professor da UFVJM;
9. O aluno precisará definir o orientador no 4º período, o termo de compromisso de orientação será assinado no semestre da defesa;
10. O TCC deverá ser elaborado no período do curso e os temas devem ser condizentes com a realidade do curso;

[26] As normas para a elaboração do TCC foram aprovadas em Colegiado de Curso do BHU e serão mantidas para a reestruturação do curso. Em havendo necessidade, será reavaliada e atualizada posteriormente.

11. Fica definido que a defesa será obrigatória, cabendo ao orientador e orientando, a decisão sobre a banca pública.

Recomendações

1. O professor substituto pode orientar desde que o período da substituição contemple o término da defesa do aluno e a troca de orientador pode ocorrer desde que devidamente justificada;
2. O número de orientados por semestre ficará a princípio a critério do orientador. O orientador é quem indica a banca que será composta pelo orientador como presidente, 2 professores e 1 suplente; todos, sendo preferencialmente professores da UFVJM;
3. A aprovação do projeto deve estar em consonância com o orientador.
4. Caberá a secretaria do curso dar publicidade do calendário de defesas à comunidade.

Diamantina, 30 de novembro de 2017.

Revisão e atualização aprovadas na 61ª Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Humanidades e pela Reunião Extraordinária conjunta do NDE e do Colegiado do Curso de Humanidades realizada em 20 de abril de 2018.

19.4 – Infraestrutura

Mini-auditório nas instalações do BHu no Centro de Estudos em Humanidades;

Anfiteatro do BHu no Centro de Estudos em Humanidades;

Sala de Estudos e pesquisa nas instalações do BHu no Centro de Estudos em Humanidades;

Espaço Convivência do BHu no Centro de Estudos em Humanidades;

Auditório da FIH no Centro de Estudos em Humanidades;

Pavilhões de Aula: Pavilhão de Auditórios (18 salas); Pavilhão 1 e Pavilhão 2 (36 salas em cada Pavilhão à disposição);

Laboratório de Informática do BHu na FIH;

Laboratórios de utilização conjunta em acordos e parcerias com cursos da FIH;

Biblioteca da UFVJM;

Periódios e acervo; e

Convênios.

19.5 – Administração Acadêmica do Curso

19.5.1 – Coordenação do Curso

A Coordenação do BHu segue as regras institucionais, estabelecidas tanto pelo Estatuto da UFVJM e o Regimento Geral da UFVJM, bem como a **Resolução nº. 09/2009 - CONSEPE** que estabelece competências dos Coordenadores de Cursos de Graduação da UFVJM.

> Art. 2º São competências dos Coordenadores de Cursos de Graduação:
> IV- encaminhar os processos, pareceres e deliberações do Colegiado, aos órgãos competentes;
> VII- apresentar aos docentes e discentes do Curso, o Projeto Pedagógico do Curso, enfatizando a sua importância como instrumento norteador das ações desenvolvidas;
> XIV- apresentar ao Colegiado de Curso, as propostas de revisão e alterações do Projeto Pedagógico do Curso, no que diz respeito a ementas, cargas horárias e pré-requisitos; XV- propor inovações curriculares introduzindo mudanças no Curso, de forma planejada e consensual, visando produzir uma melhora da ação educacional;
> XIX- subsidiar o Programa de Avaliação Institucional da UFVJM, bem como colaborar na execução das ações relativas à avaliação, aprovadas pelos órgãos competentes;
> XX- coordenar o processo de avaliação interna do Curso, e a partir dos resultados efetuar os encaminhamentos cabíveis;
> XXI- coordenar o processo permanente de melhoria do Curso;
> XXVII- estabelecer prazo para a entrega pelos docentes, do Plano de Ensino de UCs, atualizado ou inexistente, conforme o caso.

A **Resolução nº. 19/2010 – CONSU** estabelece:

> Art. 12 À DAP compete:
> II. promover, juntamente com as coordenações de cursos, o desenvolvimento e a revisão curricular dos cursos de graduação;
> III. proceder à análise dos Projetos Pedagógicos de Cursos, propor alterações - necessárias e emitir relatório a ser encaminhado ao CONGRAD.

Além disto, a previsão é de que o atual mandato da Coordenação de Curso do BHu seja renovada em maio-junho de 2018.

19.5.2 – Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso do BHu é composto de docentes que atuam no curso, conforme Regimento Geral **da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri** – UFVJM que estabelece:

> Art. 51. São atribuições dos Colegiados de Curso:
> II – propor ao Conselho de Graduação a elaboração, acompanhamento e revisão do projetos pedagógicos.
> III – orientar, coordenar e avaliar as atividades pedagógicas, buscando compatibilizar os interesses e as especificidades dos cursos atendidos pelo colegiado;
> IV– decidir sobre as questões referentes à matrícula, reopção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras formas de ingresso, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecida à legislação pertinente;
> V – propor ao Departamento ou órgão equivalente que ofereça UCs ao curso, modificações de ementas e pré-requisitos das UCs do curso.

Nesse sentido, a atual composição sofrerá alterações no momento em que houver, de forma definitiva, a separação do modelo que ora vige na estrutura de BHu-Licenciaturas, que obrigará a uma reorganização do Colegiado para atender ao novo modelo do curso, separado das Licenciaturas.

19.5.3 – Corpo Docente

1. **Adna Candido de Paula** - Doutora em Teoria e História Literária e Doutora em Filosofia da Religião; Dedicação Exclusiva
2. **Adriana Gomes de Paiva** - Doutora em Ciência Política; Dedicação Exclusiva
3. **Aline Faé Stocco** - Doutora em Economia; Dedicação Exclusiva
4. **André Luis Borges de Mattos** - Doutor em Antropologia; Dedicação Exclusiva
5. **Atanásio Mykonios** - Doutor em Serviço Social; Dedicação Exclusiva
6. **Davidson Afonso de Ramos** - Doutor em Sociologia; Dedicação Exclusiva
7. **Josélia Barroso Queiroz Lima** - Doutora em Psicologia; Dedicação Exclusiva
8. **Lilian Godoy Fonseca** - Doutora em Filosofia; Dedicação Exclusiva
9. **Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale** - Doutora em Ciência Política; Dedicação Exclusiva
10. **Yuri Elias Gaspar** - Doutor em Psicologia; Dedicação Exclusiva
11. **Wellington Brilhante de Albuquerque Filho** - Doutor em Sociologia; Dedicação Exclusiva
12. A 12ª Vaga será preenchida por aproveitamento de Concurso pois a docente Rita de Cássia Vieira pediu exoneração.

19.5.4 – Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), enquanto orgão colegiado e integrante da estrutura de gestão acadêmica do curso, terá um caráter consultivo e propositivo em matérias de natureza acadêmica, assessorando o colegiado no cumprimento de suas funções e na tomada de decisões relativas ao curso, desempenhando as atribuições estabelecidas na Resolução Nº 22, do CONSEPE:

> Art. 3º O NDE integra a estrutura de gestão acadêmica em cada curso de graduação, sendo co-responsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, tendo as seguintes atribuições:
> I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
> II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
> III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas á área de conhecimento do curso;
> IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Cabe destacar que, de imediato, a atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) será fundamentada na reestruturação do curso dentro das diretrizes estabelecidas no presente Projeto Pedagógico, assim como na sua consolidação.

Dentro disso, o NDE será regulamentado por Portaria emitida pela direção da FIH, obedecendo à Resolução Nº 22, CONSEPE, mas seguindo também a experiência histórica vivenciada até o presente momento.

19.5.5 – Corpo Técnico Administrativo - Perfil educacional dos profissionais

O trabalho do tecnico administrativo, hoje conta com a participação efetiva de Andreia Alecrim e de Marcos Rocha, ambos com formação em nível superior, respectivamente, Administração em Gestão e Letras. No atendimento ao discente e aos docentes, os técnicos administrativos possuem uma visão da organização do Curso que os permitem não apenas orientar as atividades discentes, mas ainda subsidiar informações no sentido de conduzir um processo formativo que garanta o trânsito no BHu. No atendimento da secretaria e dos registros do Curso, os técnicos assumem a função de orientar, documentar, organizar documentação que regulamenta o funcionamento do curso. Cabe ressaltar que o corpo técnico também desempenha uma função pedagógica na medida em que fazem a mediação entre docentes e discentes. A experiência de troca pedagógica desenvolvida entre técnicos e

discentes, deve ser no novo curso implementada e ampliada. Nesse sentido, objetiva-se propor que possam, utilizando o laboratório de informática do BHu/FIH, desenvolver através de mini-cursos, ações que visam dar condições aos discentes e docentes interessados no aprimoramento de conhecimentos necessários ao uso das ferramentas tecnológicas. Outras possibilidades podem ainda ser pensadas e desenvolvidas, desde que não haja sobrecarga nos trabalhos administrativos, já em curso.

19.6 – Transição/Plano de migração

Cumpre informar que ao discente do antigo BHu é facultado a transição, migração, reopção de curso e obtenção de novo título, nos seguintes termos:

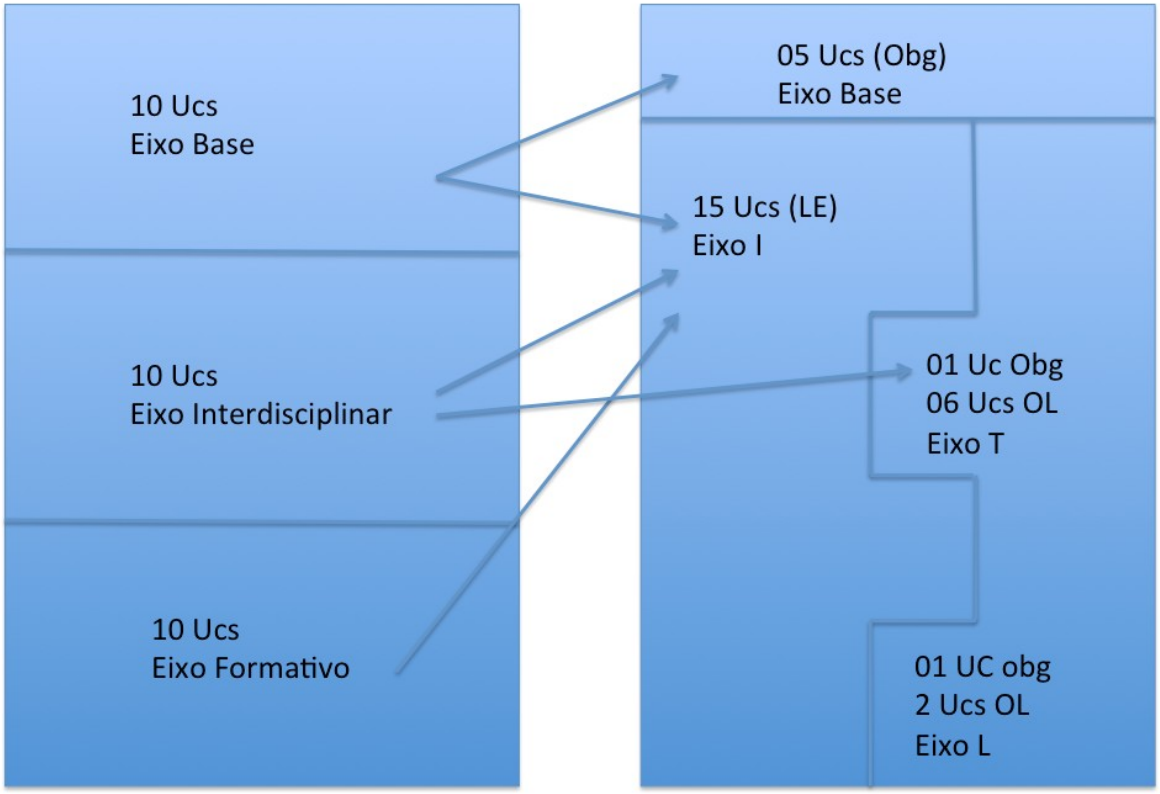
1. **Migração**: este seria o caso do discente que opte em mudar do BHU para o novo projeto do BHu. Neste caso, não há limite de vagas. Os discentes não vão mudar de curso, portanto, é importante que se faça uma análise acadêmica detalhada para definir quais discentes devem mudar para o novo currículo, em função do ganho para o discente. Ou seja, como são discentes do curso, se todos migrarem não haverá incongruência no quantitativo de vagas autorizadas para o curso, pois estariam migrando para um mesmo curso, porém, novo PPC. Entretanto, ressalvamos que a migração não deve ser abrupta, mas feita em função do ganho para a formação do discente. Assim, pode haver discentes que se beneficiarão mais em ficar no currículo antigo, tanto em função do tempo para a conclusão do curso, quanto pela possibilidade de transição.
2. **Transição**: os discentes que entraram no currículo do BHU podem optar pelo segundo ciclo profissional de formação nas licenciaturas, limitados a um quantitativo de vagas previsto no processo de transição institucionalmente regulamentado pelo Consepe. Este quantitativo de vagas será estabelecido a partir de um estudo criterioso das situações curriculares dos discentes feita pela comissão de transição já instituída. Os discentes do BHU não poderão migrar para os cursos antigos de licenciatura, pois estes cursos estariam em confronto com a legislação. Como já ocorria, continua não havendo garantia de vagas para todos os discentes concluintes do modelo do BHU, uma vez que já precisavam concorrer a uma vaga em licenciatura desejada. Continuarão tendo o direito de concorrer a um quantitativo de vagas em cada novo curso de licenciatura a partir de uma quota a ser estabelecida (uma parte das vagas autorizadas será ofertada via Sisu/Sasi e outra pela transição). É preciso lembrar que,

após a transição para um novo curso de licenciatura, o aproveitamento da carga horária cursada no modelo do BHU não obedecerá às regras anteriores, haverá variação conforme os novos currículos.

3. **Obtenção de novo título**: pode ser concorrida apenas por aqueles que já têm um título, ou seja, são graduados, observando sempre o limite de vagas previsto em edital específico (somente são ofertadas as vagas remanescentes, não ocupadas nos processos seletivos ou provenientes de evasão). Por meio da obtenção de novo título, os interessados começam um novo curso, podendo haver solicitação de aproveitamento de estudos.
4. **Reopção de curso**: os discentes do BHU também poderão optar pela reopção de curso, ou seja, antes de finalizá-lo, iniciar a nova licenciatura, observando sempre o limite de vagas previsto em edital específico (somente são ofertadas as vagas remanescentes, não ocupadas nos processos seletivos, reopção de curso ou provenientes de evasão). Cabe ressaltar que em caso de inserção na licenciaturaa, por reopção, há a desvinculação do discente do BHU.

A migração do modelo em vigência do BHU para o BHu ocorrerá sem grandes obstáculos para os discentes que o desejarem, isto porque: 1) este não é um novo curso, apenas uma reestruturação de um curso que já existe; 2) foram previstas as equivalências na matriz curricular e conforme apresentamos a seguir no modelo esquemático de migração; 3) foram mantidas todas as UCs existentes no BHU, que estarão vigentes durante o período definido para migração/transição, adicionando apenas aquelas que entendemos contribuir com a linha de formação em políticas públicas; e 4) será garantida a formação dos alunos já matriculados no modelo a ser superado, caso ele deseje, considerando o prazo máximo a ser estabelecido pelo colegiado de curso.

Modelo esquemático de migração



Componentes Curriculares que existirão somente no período da transição/migração

Código	Unidades Curriculares do PPC do BHU - 2012	Tipo	MOD	Carga Horária				Pré-requisito Correquisito	Equivalência EC 2012_1
				CT	CP	CHT	CR		
135	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA		P/D	75	0	75	5		
BHU097	HISTÓRIA E CIDADANIA NO BRASIL		P/D	75	0	75	5		

BHU098	INTÉRPRETES CONTEMPORÂNEOS DO BRASIL		P/D	75	0	75	5		
BHU185	ÉTICA		P/D	75	0	75	5		
BHU100	IDENTIDADE, NARRATIVA E FORMAÇÃO HUMANA		P/D	75	0	75	5		
BHU118	UNIVERSIDADE E CIÊNCIA		P/D	75	0	75	5		
BHU119	TECNOLOGIA, COGNIÇÃO E SOCIEDADE		P/D	75	0	75	5		
BHU321	SOCIEDADE, CULTURA E INFÂNCIA		P/D	75	0	75	5		
BHU317	FILOSOFIA EDUCACIONAL CLÁSSICA, ANTIGA E MEDIEVAL		P/D	75	0	75	5		
BHU318	FILOSOFIA EDUCACIONAL MODERNA E CONTEMPORÂNEA		P/D	75	0	75	5		
BHU081	DIREITOS HUMANOS		P/D	75	0	75	5		
BHU108	ARTE EDUCAÇÃO		P/D	75	0	75	5		
BHU139	COGNIÇÃO, REPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICA E INTERAÇÃO		P/D	75	0	75	5		
BHU198	COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA		P/D	75	0	75	5		
BHU319	CULTURA, CURRÍCULO E CONHECIMENTO		P/D	75	0	75	5		
BHU124	INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA		P/D	75	0	75	5		

BHU419	INTRODUÇÃO À CARTOGRAFIA		P/D	75	0	75	5		
BHU126	INTRODUÇÃO À POLÍTICA		P/D	75	0	75	5		
BHU125	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA		P/D	75	0	75	5		
BHU632	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA LINGUAGEM		P/D	75	0	75	5		
BHU188	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS		P/D	75	0	75	5		
BHU180	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS		P/D	75	0	75	5		
BHU137	ESPANHOL INSTRUMENTAL		P/D	75	0	75	5		
BHU128	INGLÊS INSTRUMENTAL		P/D	75	0	75	5		
BHU420	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO GEOGRÁFICO		P/D	75	0	75	5		
BHU117	MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE		P/D	75	0	75	5		
BHU629	MORFOLOGIA E SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA		P/D	75	0	75	5		
BHU104	MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO		P/D	75	0	75	5		
BHU105	PAISAGEM E CULTURA		P/D	75	0	75	5		
BHU641	FILOSOFIA DA MENTE		P/D	75	0	75	5		

BHU628	FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA		P/D	75	0	75	5		
BHU101	ANÁLISE DA PAISAGEM		P/D	75	0	75	5		
BHU114	ATUALIDADES SEMINÁRIOS		P/D	75	0	75	5		
BHU411	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL		P/D	75	0	75	5		
BHU421	CARTOGRAFIA TEMÁTICA FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES		P/D	75	0	75	5		
BHU418	GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO		P/D	75	0	75	5		
BHU414	GEOGRAFIA URBANA		P/D	75	0	75	5		
BHU515	HISTÓRIA ANTIGA		P/D	75	0	75	5		
BHU516	HISTÓRIA DA ÁFRICA		P/D	75	0	75	5		
BHU517	HISTÓRIA DA AMÉRICA I		P/D	75	0	75	5		
BHU519	HISTÓRIA MEDIEVAL		P/D	75	0	75	5		
BHU522	HISTÓRIA REGIONAL		P/D	75	0	75	5		
BHU191	HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO		P/D	75	0	75	5		
BHU622	LÍNGUA ESTRANGEIRA I/ESPANHOL		P/D	75	0	75	5		

BHU625	LÍNGUA ESTRANGEIRA I/INGLÊS		P/D	75	0	75	5		
BHU623	LÍNGUA ESTRANGEIRA II/ESPANHOL		P/D	75	0	75	5		
BHU626	LÍNGUA ESTRANGEIRA II/INGLÊS		P/D	75	0	75	5		
BHU633	LITERATURA E OUTRAS ARTES: ESTUDOS INTERDISCIPLINARES		P/D	75	0	75	5		
BHU171	LITERATURA E TECNOLOGIAS DO TEXTO		P/D	75	0	75	5		
BHU320	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL		P/D	75	0	75	5		
BHU183	PRÉ-HISTÓRIA GERAL		P/D	75	0	75	5		
BHU189	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO ADULTO		P/D	75	0	75	5		
BHU184	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL		P/D	75	0	75	5		
BHU199	SEMINÁRIO SOBRE O VALE DO JEQUITINHONHA		P/D	75	0	75	5		

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS DAS UCs CURRÍCULO BHU-2012

EIXO DE BASE E COMPLEMENTAR

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA – BHU 124 75 H

Ementa

A Antropologia como ciência: princípios teóricos e metodológicos. Introdução a temas clássicos de antropologia (mito, rito, parentesco). Noções de etnologia sul americana. Introdução a temas antropológicos contemporâneos de Antropologia Urbana (violência, grupos jovens urbanos, antropologia da cultura de massas). Relações cultura e natureza:

determinismos, diversidade ambiental e cultural, percepções e relações com a paisagem e o meio natural.

Bibliografia básica

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução a antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 22ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.
LAPLANTINE, François**. Aprender Antropologia**. 12ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Bibliografia complementar

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2008.
KAPLAN, D,; MANNERS, R. A. Teoria da Cultura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. 12ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2000.
LATOUR, Bruno. Jamais Fomos Modernos. 4ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.
WOLF, Eric R.Antropologia e Poder: contribuições de Eric R. Wolf. BIANCO-FELDMAN, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.) Brasília; Campinas: Editora da UNB/Imprensa Oficial/ Editora da UNICAMP, 2003.
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosaf Naify, 2002.

INTRODUÇÃO À POLÍTICA – BHU 126 75 H

Ementa

Fundamentos e argumentos teórico-históricos da fundação do Estado Moderno ao Liberalismo. Fortalecimento de movimentos sociais, crise do liberalismo e o neoliberalismo. O papel do Estado e os diferentes regimes políticos. O desenvolvimento da democracia e as reivindicações derivadas da afirmação dos direitos humanos. Política Social e crise Contemporânea.

Bibliografia básica

WEBER, Max**. Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1970.
MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo, Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

Bibliografia complementar

HOBBES, T. Leviatã ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. SP: Ícone, 2000.
KROPOTKIN, P. O Estado e seu papel histórico. SP: Nu-sol; Ed. Imaginário; 2000.
SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
WELFORT, F. Pensadores da Política, Vol. I e II. São Paulo: Ática, 1999.
_____. Por quê democracia? Paulo: Ática, 1989.

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA – BHU 125 75 H

Ementa

Surgimento da Sociologia como ciência. Principais vertentes da sociologia. Autores clássicos – Marx, Durkheim e Weber – e princípios de suas teorias. Campos e objetos de análise sociológicos. Sociedade contemporânea: temas e metodologias de pesquisa sociológica.

Bibliografia básica

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2002.
MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2002.
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2002.

Bibliografia complementar

MORIN, Edgar. A Cabeça Bem-Feita. Repensar a Reforma. Reformar o Pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
SANTOS, Laymert Garcia. Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. SP: ed. 34, 2003.
SARTORI, Giovanni. Homo Videns. Televisão e Pós-Pensamento. Bauru/SP: EDUSC, 2001.
SENNET, Richard. O Declínio do Homem Público. As tiranias da Intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
SENNET, Richard. Respeito. A Formação do Caráter em um Mundo Desigual. Rio de Janeiro: Record, 2003.
SILVA, T. T. O que se produz e o que se reproduz em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
Silva, T.T.(org.) Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação, Petrópolis: Vozes, 1995, p. 208-45.
SLOTERDIJK, Peter. O Desprezo das Massas. Ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
TURA, M.L.R.(org.) Sociologia para educadores. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.
WEBER, Max (COHN, Gabriel org.) Sociologia - Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática. 1989.
WEBER, Max. Ciência e Política. Duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.
ZIZEK, S. (org). Um mapa da ideologia. RJ: Contraponto, 1996.

POLÍTICAS PÚBLICAS – BHU 181 75 H

Ementa

A disciplina tem como objetivo apresentar os principais estudos, tradições dentro da ciência política, que abordam todos os processos decisórios, bem como, os atores e instituições envolvidas. Também apresentar as principais transformações contemporâneas nos contextos de políticas públicas. Para isso, trabalharemos a globalização, a descentralização e outros fatores determinantes dessas transformações.

Bibliografia Básica

Abranches, S. H., W. G. Santos, et al. (1987). **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro, Zahar.
Ferraz, D. and C. Madureira (2006). **Modelos de formação de dirigentes públicos: análise comparativa**. Oeiras, Instituto Nacional de Administração.
IPEA, I. d. P. E. A. (s.d.). **Políticas sociais - acompanhamento e análise - Edição especial** (1995-2005).

Brasília, IPEA. 13. Jaccoud, L. o. (2005). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, IPEA.
Sawaya, A. L. (2006). "Políticas públicas: pontos de método e experiências**." Estudos Avançados 20(56).**

Bibliografia Complementar

Heidemann, Francisco G e Salm, José F. (orgs.) (2006) Políticas Públicas e Desenvolvimento – bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília, Ed. UnB.
Cohen, Michael, March, J. and Olsen, J. (1972) A garbage can model of organizational choice. Administrative Science Quarterly, vol. 17, n. 1.
Lowi, Theodore (1964) American Business, Public Policy, Case-Studies and Political Theory. World Politics, vol. 16, n. 4.
Ripley, Randall (1995). Stages of the policy process. In: McCool, D., Public Policy Theories, Models, and Concepts: An Anthology. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
Farah, M. F. S., P. L. B. Silva, et al. (2005). "Comparative public policy - a framework for collaborative teaching and research and diffusing methodologies of analysis." Cadernos NEPP UNICAMP(69).
Inoguchi, T. (1989). Public policies and elections : an empirical analysis of voters-parties relationship under one party dominance. Singapore, Dept. of Japanese Studies, Naitonal University of Singapore.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA - BHU 643 75H

Ementa

O entendimento das mudanças realizadas no âmbito da Economia Nacional e Internacional como elemento precípuo para a compreensão tanto das transformações conjunturais, como estruturais que envolvem as Ciências Econômicas. Compreensão da realidade brasileira sob a perspectiva da Economia Política e da História Econômica, desde a sua Formação até os dias atuais.

Bibliografia básica

ABREU, M. P. (Org.).A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
CASTRO, A. B.; e SOUZA, F. E. P. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1980.
GONÇALVES, R. Globalização e Desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
MANTEGA, G. Economia política brasileira. Petrópolis: Vozes, 1985.
MELLO, J. M. C. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Brasiliense, 1984.
NOVAIS, Fernando Antônio. Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial, 5ªed, Brasiliense, 1990.

Bibliografia complementar

BEAUD, M. História do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
CANO, W. Introdução à economia: uma abordagem crítica. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
CARNEIRO, R. (Org.). Os clássicos da economia. São Paulo: Ática, 2004.
DOBB, M. A evolução do capitalismo. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
GOMES, H. (Org.) Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo:

Outras Expressões, 2015.
GONTIJO, C. Introdução à economia: uma abordagem lógico-histórica. Curitiba, PR: Editora CRV, 2013.
GRESPAN, J.L. O negativo do Capital. São Paulo: Hucitec, 1998.
HEIMANN, E. História das doutrinas econômicas: uma introdução à teoria econômica. RJ: Zahar, 1976.
HUBERMAN, L. História da riqueza do homem. RJ: Guanabara, 1986.
HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
NETTO, J. P. e BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.
PRADO Jr., C. Esboço dos fundamentos da teoria econômica. 4ª Ed. Editora Brasiliense, 1966.

ESPANHOL INSTRUMENTAL – BHU 137 75 H

Ementa

Estudo instrumental do idioma Espanhol para o curso Bacharelado em Humanidades, com ênfase na ampliação dos conhecimentos culturais (literários, inclusive) sobre o universo hispânico, no desenvolvimento das habilidades de compreensão leitora e auditiva, bem como no da proposta transdisciplinar subjacente ao curso em questão. Estudo introdução das principais questões gramaticais da língua estrangeira.

Bibliografia básica

CASTRO, Francisca. Uso de la Gramática Española: elemental. Madrid: Edelsa, 2000.
DICIONÁRIO ESCOLAR ESPANHOL. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
FANJUL, Adrián. (Org.). Gramática y Práctica de Español para Brasileños. São Paulo: Santillana/ Moderna, 2005.

Bibliografia complementar

ALLENDE, Isabel. Afrodita. Barcelona: Debolsillo, 2003.
BENEDETTI, Mario. Cotidianas. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.
GÓMEZ TORREGO, Leonardo. Gramática Didáctica del Español. Madrid: SM, 1998.
GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. Conjugar Es Fácil. Madrid: Edelsa, 1997.
GRANDES, Almudena. Castillos de Cartón. Barcelona: Tusquets, 2004.

INGLÊS INSTRUMENTAL – BHU 128 75 H

Ementa

Aquisição das competências comunicativas: gramatical, sócio-cultural, discursiva e de estratégias de leitura em língua inglesa. Estudos morfossintáticos, semânticos e fonológicos através de textos escritos e orais.

Bibliografia Básica

MUNHOZ, R. Inglês Instrumental: estratégias de leitura, v.1-2. São Paulo: Texto Novo, 2004.
MURPHY, R. Essential Grammar in Use: a Self-Study Reference and Practice Book for Elementary Students of English with Answers. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SOUZA, A. G. F. et al. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. 2.ed. São Paulo: Disal, 2010.

Bibliografia complementar

BEZERRA, L. A.; LOPES, C. R.; MARQUES, L. O. Módulos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 de Língua Inglesa do Programa Pró-Universitário, São Paulo, 2004.
HEWINGS, M. Advanced Grammar in Use: a reference and practice book for advanced students of English. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
LATERZA, A. C., coord. Inglês Instrumental. Uberaba, Universidade Federal do Triângulo Mineiro em Uberaba, 53 [digitado].
MURPHY, R. English Grammar in Use: a self-study reference and practice book for intermediate students of English with answers. 3.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
VALLANDRO, Leonel. Dicionário inglês-português, português-inglês. 16.ed. São Paulo, SP: Globo, 1991.

LITERATURA E TECNOLOGIAS DE TEXTOS – BHU 171 75 H

Ementa

A questão do suporte na estruturação das mensagens. Influências da técnica na representação e na recepção das obras literárias. Teorias do Hipertexto. Estudos sobre literatura eletrônica.

Bibliografia básica

DARNTON, Robert. A questão dos livros: passado, presente e futuro. Tradução: Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

Bibliografia complementar

IRWIN, William. Matrix: bem-vindo ao deserto do real. São Paulo: Madras, 2003.
LÉVY, Pierre. O que é o Virtual? Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.
LÉVY, Pierre. Cibercultura. 2.ed. São Paulo: Ed.34, 2000.
SIMÕES JUNIOR, Alvaro Santos; Martins, Gilberto Figueiredo (Org.). Literatura, imprensa e sociedade: ensaios. Marilia: Poiesis, 2009.
PLAZA, Julio. Tradução intersemiótica. São Paulo, SP: Perspectiva, 1987.

OFICINA DE TEXTO EM LÍNGUA PORTUGUESA – BHU 116 75h

Ementa

Leitura como estratégia de interação homem/mundo mediada pelo texto; processos de leitura e produção de textos como estratégia de constituição do sujeito; leitura e produção de textos de diferentes gêneros com ênfase no texto dissertativo de caráter acadêmico-científico.

Bibliografia básica

GNERRE, Maurizzio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
MARINHO, Marildes (org.). **Ler e navegar: espaços e percursos da leitura**. Campinas: Mercado de
Letras/ALB/CEALE, 2001.

Bibliografia complementar

CHARTIER, Roger. Os desafios da escrita. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
KLEIMAN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas, SP: Pontes Editora, 1989.
Análise e produção de textos. In: Maria T. G. Pereira (org.) Língua e linguagem em questão. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997, p. 261-283.
KOCH, Ingedore Villaça & ELIAS, Vanda Maria. Ler e Compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
OLSON, David. A. O mundo no papel. São Paulo: Ática, 1997.
SIGNORINI, Inês (org.). Investigando a relação oral-escrita e as teorias do letramento. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS – BHU 180 75 H

Ementa

Leitura crítica e comparada de textos literários de diversos gêneros. Estratégias de leitura, análise e reconhecimento de diferentes aspectos e modos de expressão literária.

Bibliografia básica

PIGLIA, Ricardo. O último leitor. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
BARTHES, Roland. O prazer do texto. São Paulo: Perspectiva, 2010.
ECO, Umberto. Os limites da interpretação. São Paulo: Perspectiva, 2004.
CALVINO, I. Por que ler os clássicos. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

Bibliografia complementar

ROSENFELD, Anatol. Texto/contexto I. São Paulo: Perspectiva, 1996.
CAMPOS, Haroldo de. Metalinguagem e outras metas. São Paulo: Perspectiva, 1992.
GOLDSTEIN, Norma Seltzer. Versos, sons, ritmos. São Paulo: Ática, 2006.
CANDIDO, Antonio. A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, 2011.
CALVINO, Italo. Contos fantásticos do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ÉTICA – BHU 185 75H

Ementa

Análise da experiência moral: a dialeticidade da condição humana, a ação, a felicidade, o finalismo do agir, os valores, a obrigação e a sanção. Interpretações da experiência moral: principais correntes do pensamento ético. A essência e o fundamento da moralidade. A ordem moral objetiva: prescritividade, universalidade e variedade das normas morais; a lei natural; o direito e a moral. Questões controvertidas de ética. Ética e política. Natureza das normas de moralidade. Interpretação dos princípios morais. Constituinte ético: Origem da Ética e seu caráter histórico e social. Realização individual e coletiva da Ética. Fundamentação axiológica da Ética. Paradigmas éticos na história da Filosofia (teorias, autores, problemas e obras).

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. Ética a Nicômano. Livro II, Tradução de Vincenzo Cocco... [et al.], São Paulo: Abril Cultural,1979. (Os Pensadores)
FOUCAULT, Michel. O governo de si e dos outros (Curso no College de France: 1982-1983) Tradução e Eduardo Brandão, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

TSUI-JAMES, E. P, BUNNIN, Nicholas. Compêndio de filosofia. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. Filosofia da práxis. Tradução de Maria Encarnación Moya. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. In Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

Bibliografia complementar

BAUMAN, Zygmunt. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Tradução José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
BORNHEIM, Gerd Alberto. Dialética: teoria e práxis; ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética. Porto Alegre: Editora Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
VATTIMO, Gianni. A sociedade transparente. Biblioteca de filosofia contemporânea. Tradução de Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 45.
VAZ, Henrique C. de Lima, SJ. Raízes da modernidade: Escritos de filosofia VII. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
HORKHEIMER M. & ADORNO T.W. O Conceito de Esclarecimento. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1997.
FREUD. Sigmund. FREUD, Sigmund. O Mal-estar na Civilização. Edição Standard Brasileira das Obras Completas. Vol.XXI. Rio de Janeiro: Imago, sd.

ESTÉTICA - BHU 186 75 H

Ementa

Apresentação dos conteúdos do pensamento estético no âmbito filosófico e da teoria da arte, por meio das ideias de vários pensadores na história da Filosofia. Análise das relações entre cultura e natureza, entre sujeito e objeto com foco na criação de linguagens e entendimentos das experiências sensíveis e racionais do ser humano.

Bibliografia básica

JIMENEZ, Marc. **O que é estética?** Santa Maria, RGS: Editora UNISINOS, 1999.
MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Sao Paulo: Martins Fontes, 1999.
TSUI-JAMES, E. P, BUNNIN, Nicholas. **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

Bibliografia complementar

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. A estratégia dos signos. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1981.
ORTEGA Y GASSET, José. A desumanização da arte. São Paulo: Cortez, 2001.
SANTAELLA, Lucia. Estética, de Platão a Peirce. São Paulo: Ed. Experimento, 2000.
GIANNOTTI. José Arthur. Lições de Filosofia Primeira. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.
KONDER, Leandro. A questão da ideologia. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA – BHU 115 75 H

Ementa

Origem e gênese da filosofia. Principais períodos da história da filosofia – filosofia antiga, medieval, moderna e contemporânea. Principais campos de investigação filosófica – ontologia ou metafísica, lógica, epistemologia, teoria do conhecimento, ética, filosofia política, filosofia da história, história da filosofia, estética, filosofia da linguagem. Respostas contemporâneas às questões filosóficas.

Bibliografia básica

ABBAGNANO. Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo, Mestre Jou. 1982.
GIANNOTTI. José Arthur. **Lições de Filosofia Primeira.** São Paulo. Companhia das Letras, 2011.
LÉVÊQUE, Pierre. **A aventura grega**. Tradução Raul Miguel Rosado Fernandes. Lisboa: Edicoes Cosmos, 1967. Coleção Rumos do Mundo.
TSUI-JAMES, E. P, BUNNIN, Nicholas. **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

Bibliografia complementar

ABRANTES, Paulo. Imagens da natureza, imagens de ciência. Campinas: Papirus, 1998.
COLLINGWOOD, R. G. Ciência e filosofia. Lisboa: Editora Presença, 1976.
PASCAL, I. A arte de pensar. São Paulo: Martins Fontes.1995.
REALE, Giovanni. História da Filosofia Antiga (5 volumes). SP: Loyola, 1993.
ARENDT, Hanna. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo, São Paulo: Ed. Universidade São Paulo, 1981.

TEORIA DO CONHECIMENTO E EPISTEMOLOGIA – BHU 187 75 H

Ementa

A função do conhecimento. O círculo hermenêutico. A pergunta e oproblema: o processo da hipótese: certeza e construção crítica. Inventário do processo do conhecimento no Ocidente. O ser, a ontologia, a natureza. Em perspectiva, modernidade e modernização, o estatuto da onto-antropologia e a ciência contemporânea. Contribuição do ordenamento da ciência em seu propósito epistemológico. As teorias do conhecimento e a influência da estrutura sistêmica do capitalismo. História como elemento de compreensão do ser e do objeto. Conflito entre objetividade e subjetividade. A ciência contemporânea e sua crise ontológica. O projeto civilizador iluminista em diálogo entre positivismo e dialética negativa, estruturalismo, fenomenologia e conhecimento histórico. A tecnologia como senhora do saber articulado e fragmentado.

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. Metafísica. Livro VI., Trad. Leonel Vallandro, Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
DESCARTES, René. Discurso do método. Os Pensadores. 3. ed., Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. 3. ed. Tradução Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Bibliografia complementar

ADORNO, Theodor W. Dialética negativa. Tradução Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
BORNHEIM, Gerd Alberto. Dialética: teoria e práxis; ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética. Porto Alegre: Editora Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.
HUME, David. Investigações sobre o entendimento humano e sobre os principios da moral. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
HEGEL, G. W. F. Ciencia de la lógica. 4ª. Edición castellana. Traducción directa del alemán de Augusta Y Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1976.
KONDER, Leandro. A questão da ideología. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. Tradução Rodnei Nascimento, São Paulo: Martins Fontes, 2003.
MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. Volume I, 3. ed., Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, s/d.
WOODS, Alan, GRANT, Ted. Razão e revolução. Tradução Fabiano Adalberto de Almeida Leite e Fernando Borges Leal. São Paulo: Editora Lutas de Classe Ltda, 2007.

FILOSOFIA DA MENTE – BHU 641 75 H

Ementa

A filosofia contemporânea. Interfaces entre a filosofia analítica, a filosofia da linguagem e a filosofia da mente. Abordagem das principais perspectivas filosóficas sobre a mente (o dualismo, o idealismo, a identidade, o eliminativismo e o emergentismo).

Bibliografia básica

BUNNIN, N.; TSUI-JAMES, E. P. Compêndio de Filosofia. Trad. Luiz Paulo Ruanet. São Paulo: Loyola, 2010.
CHURCHLAND, P. M. Matéria e consciência. Uma introdução contemporânea à filosofia da mente. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: UNESP, 2004.
DESCARTES, R. Discurso do Método. Trad. Piero Nassetti. Ed. Martin Claret, 2003.
HODGES, A. Turing: Um filósofo da natureza. São Paulo: UNESP, 2001. SEARLE, J. A Redescoberta da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
SEARLE, J. A Redescoberta da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Bibliografia complementar

COSTA, C. Filosofia da Mente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.
DENNETT, D. C. Tipos de Mente. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.
DENNETT, D. C. Brainstorms. Ensaios Filosóficos Sobre Mente e Psicologia. São Paulo:UNESP, 2006.
HEIL, J. Filosofia da Mente: uma introdução contemporânea. Instituto Piaget, 1998.
HODGES, A. Turing: Um filósofo da natureza. São Paulo: UNESP, 2001.
NAGEL, T. Como é ser um Morcego? Cad. Hist. Fil. Ci., Campinas, Série 3, v. 15, n. 1, p. 245-262, jan.-jun. 2005.
TEIXEIRA, J. F. Mente, cérebro e cognição. Petrópolis: Vozes, 2000.
TEIXEIRA, J. F. Filosofia da Mente. Neurociência, Cognição e Comportamento. São Carlos: Claraluz, 2005.

TEIXEIRA, J. F. Como ler a filosofia da mente. São Paulo: Paulus, 2008.
WITTGENSTEIN, L. Investigações filosóficas. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS – BHU 188 75 H

Ementa

As bases fundamentais da história da disciplina: do seu nascimento na Antiguidade Clássica aos seus desdobramentos no século XX. Noções fundamentais do trabalho do historiador: veracidade, temporalidade, objetividade, memória, alteridade, interdisciplinaridade. Diálogos da História com saberes afins: Ciências Sociais, Estudos Literários e Lingüísticos, Geografia. A escolha, o estudo e o manejo dos objetos, fontes e métodos historiográficos. Métodos e Técnicas da Pesquisa em História.

Bibliografia básica

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
FEBVRE, Lucien. Combates pela história. Lisboa: Presença, 1989.

Bibliografia complementar

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
Gagnebin, Jeanne Marie. O início da História e as lágrimas de Tucídides. In: *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. São Paulo: Imago, 1997. p. 15-37.
HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
LEPETIT, Bernard. Proposições para uma prática restrita de interdisciplinaridade. In: *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.
DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

PRÉ-HISTÓRIA GERAL – BHU 183 75 H

Ementa

Análise das ideias e teorias sobre a evolução biológica e cultural do homem. Organização Social Primitiva. Pré-história brasileira – subsídios para discussões sobre evidências arqueológicas e possibilidades interdisciplinares.

Bibliografia básica

GOWLETT, John. **Arqueologia das primeiras culturas – a alvorada da humanidade**. Barcelona: Folio, 2007.
MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora da UFPE, 1999.
PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 1992.
TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

Bibliografia complementar

DIAS JÚNIOR, Ondemar. Evolução da cultura em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Anuário de Divulgação Científica, n.3/4, 1976/77.
ISNARDIS, Andrei. Lapa, parede, painel distribuição das unidades estilísticas de grafismos rupestres do rio Peruaçu e suas relações diacrônicas (Alto Médio São Francisco, MG). São Paulo: MAE/USP, Dissertação de Mestrado, 2004.

LINKE, Vanessa. Paisagem dos sítios de arte rupestre da região de Diamantina. Belo Horizonte: UFMG, Dissertação de Mestrado, 2008.
MORAIS, J. M. A utilização dos afloramentos litológicos pelo homem pré-histórico brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima. São Paulo: Coleção do Museu Paulista, Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, v. 07, Tese de Doutoramento, 1983, 212p.
PROUS, André. O Brasil antes dos brasileiros. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2006.

COGNIÇÃO, REPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICA E INTERAÇÃO – BHU 139 75 H

Ementa

Reflexão acerca da relação entre a cognição, a estruturação linguística e as práticas interacionais de linguagem. Os conceitos de metáfora, categorização, representação e gramática. Fundamentos da Linguística Cognitiva. A perspectiva sociocognitivo-interacional e experiencialista no estudo da linguagem. A abordagem textual-interativa do texto falado.

Bibliografia básica

FERRARI, L. **Introdução à linguística cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.
LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.
MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

Bibliografia complementar

BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (Orgs.). Introdução à linguística 3: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Contez, 2004.
FIORIN, J. L. F. (Org.). Introdução à linguística: I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.
JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). Gramática do português culto falado no Brasil: a construção do texto falado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
MARTELOTTA, M. E. (Org.). Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2010.

INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA – BHU 127 75 H

Ementa

A emergência da Psicologia. A Psicologia como estudo científico. Conceitos e Fundamentos da Psicologia. As correntes da Psicologia moderna. A psicanálise. Abordagem geral das principais áreas de estudos e aplicação da Psicologia. Tópicos emergentes em Psicologia.

Bibliografia básica

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2002.
ALBERTINI & FREITAS. (2009) **Fundamentos da psicologia: Jung e Reich**. RJ: Guanabara.
GLASSMAN, W. E.; HADAD, M. **Psicologia, abordagens atuais**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
HERRMANN, F. **O que é a psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAPALIA, DIANE E.; OLDS, SALLY WENDKOS; FELDMAN, RUTH DUSKIN. **Desenvolvimento humano**. 8.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006
PATTO, M. H. S.; FRAYZE-PEREIRA, J. A. (Orgs). **Pensamento cruel, humanidades e ciências**
humanas: há lugar para a psicologia? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

Bibliografia complementar

AMATUZZI, M. M. Por uma psicologia humana. Campinas: Alínea, 2001.
BASTOS, A. V. B.; ROCHA, N. M. D. (orgs). Psicologia. Novas direções no diálogo com outros
campos de saber. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
CARPIGIANI, B. Lugares da Psicologia. São Paulo: Vetor, 2008
DAVIDOFF, L. L. Introdução à psicologia. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.
GAZZANIGA, M. S., & HEATHERTON, T. F. Ciência Psicológica. Mente, Cérebro e Comportamento. Porto Alegre: ArtMed, 2005.
GOODWIN, C. J. História da psicologia moderna. São Paulo, Cultrix, 2005.
MYERS, DAVID. Introdução à psicologia Geral. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
MORVAL. J. Psicologia ambiental. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.
PENNA, A. G. Introdução à psicologia do Séc. XX. Porto Alegre: Imago Editora, 2004.
PFROMM NETTO, S. Psicologia da aprendizagem e do ensino. São Paulo: EPU, 1987.
PFROMM NETTO, S. Psicologia guia de estudo. São Paulo: EPU, 1985.
ROSENFELD, A. O pensamento psicológico. São Paulo: Perspectiva, 2006.
VYGOTSKI, L.S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (1988) Linguagem, desenvolvimento e Aprendizagem. São Paulo, Ícone. 228.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO ADULTO – BHU 189 75H

Ementa

Análise do desenvolvimento humano adulto enquanto processo de interação entre as dimensões biológicas, sociocultural, afetiva e cognitiva. Aprendizagem adulta, envelhecimento e morte.

Bibliografia básica

ARAUJO, L. F.; FALCÃO, D.V.S. (Orgs) Psicologia do Envelhecimento. Campinas: Alínea, 2009.
ARIÉS, P. O homem diante da morte. São Paulo: Francisco Alves, 1990.
COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Orgs) Desenvolvimento e psicologia da educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artmed, 2004. v.1.

Bibliografia complementar

FALCÃO, D.V.S.; DIAS, C.M.S.B. (Orgs) Maturidade e Velhice: Pesquisa e Intervenções Psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
GRIFFA, M. C; MORENO, J. E. Chaves para a Psicologia do Desenvolvimento: Adolescência, vida adulta e velhice. V.2. Saõ Paulo: Paulinas, 2001.
KROM, M. Família e Mitos: Prevenção e terapia, resgatando histórias. São Paulo: Summus, 2000.
NOGUEIRA, M.O.G. Aprendizagem do aluno adulto, implicações para a prática docente no ensino superior. Curitiba: IBPEX, 2010.
PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL – BHU 184 75H
Ementa
Análise do desenvolvimento humano enquanto processo de interação entre as dimensões biológicas, sociocultural, afetiva e cognitiva e sua relação com o processo de ensino e aprendizagem ao longo do ciclo vital.

Bibliografia básica
COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Orgs) **Desenvolvimento e psicologia da educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 2004. v.1.
COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Orgs) **Desenvolvimento e psicologia da esducação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004. v.3.
PIAGET, J; INHELDER, B. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

Bibliografia complementar
GESELL, A. A criança de 0 a 5 anos. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artmed, 2006.
VIGOTSKI,L.S. O desenvolvimento psicológico na infância. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
WALLON, H. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA – BHU 135 75H
Ementa:
Conceito de Ciência/cientificidade; formas de pensamento; pesquisa: abordagem conceitual e formal; métodos e técnicas de pesquisa científica e tecnológica; estratégias de análise, sistematização de alguns dos gêneros textuais que dão suporte e/ou resultam da pesquisa científica e tecnológica: resumo, fichamento, relatório, artigo, monografia, referências bibliográficas segundo normas ABNT.

Bibliografia básica
CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Construindo o Saber. 11 ed. Campinas, SP: Papirus, 1989. 175 p.
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2001. 120p.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica; a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Bibliografia complementar
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação – Referências – Elaboração**: NBR 6023. São Paulo: ABNT, 2002. 24 p.
_____.**Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito–Apresentação**: NBR 6024. São Paulo: ABNT, 2003. 3p.

_____. **Informação e documentação – Livros e folhetos - Apresentação**: NBR 6029. São Paulo: ABNT, 2006. 10 p.
_____. **Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação**: NBR 10520. São Paulo: ABNT, 2002. 7 p.
_____. **Informação e documentação – Trabalhos Acadêmicos– Apresentação**: NBR 14724. São Paulo: ABNT, 2005. 9p.
_____. **Informação e documentação – Projeto de Pesquisa – Apresentação**: NBR 15287. São Paulo: ABNT, 2005. 6 p.
LAGE, B. & MILONE, P. Bases para a Elaboração de um Trabalho Científico. In: **Turismo: Teoria e Prática.** . 1.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
LAKATOS, E. & MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1983.
RUIZ, J.A. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber; manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
MACHADO, Anna Rachel (coord.). **Resumo**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos; 1)
MACHADO, Anna Rachel (coord.). **Resenha**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos; 2)
MACHADO, Anna Rachel (coord.). **planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. (leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos;3)

PROJETO DE PESQUISA – BHU 136 75H

Ementa

Apresentar ao estudante os principais métodos e técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa para as ciências humanas, como história oral, pesquisa de campo, entrevista, survey, pesquisa documental e outros. Possibilitar a redação do projeto de pesquisa para o TCC, pré-requisito básico para a formação do bacharel.

Bibliografia básica

BOTH, S.J; SIQUEIRA, C.J de Souza. **Metodologia científica faça fácil sua pesquisa**. Tangará da Serra, MT: Editora São Francisco, 2004.
OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC,
Monografias, Dissertações e Teses. São Paulo: Pioneira, 1997.
POPPER, Karl S. **A lógica da pesquisa científica**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1975.
RAMON Y CAJAL, Santiago**. Regras e conselhos sobre a investigação científica**. 3.ed. São Paulo: REA, L.M., PARKER, R.A**. Metodologia de pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2000.
RUDIO, V. V. **Introdução a projetos de pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1980.
SAMPIERI, Roberto Hernández**. Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
SANTOS, J.A., PARRA FILHO, D**. Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1998.

Bibliografia complementar

APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

FLICK, U. Desenho da Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.
TRUJILLO, F. Alfonso. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.
VIEGAS, Waldyr. Fundamentos de metodologia científica. Brasília: Editora da UnB/Paralelo 15, 1999.

TECNOLOGIA, COGNIÇÃO E SOCIEDADE – BHU 119 75H

Ementa

Relação Tecnologia e Sociedade. Tecnologia, Informação e Ciências Humanas. Aplicações da informática na pesquisa acadêmica e no dia-a-dia. Internet. Editores de Texto, de Apresentação e Planilha eletrônica. Cibercultura, interação Homem-Máquina, Ergonomia, Cognição, Processamento de Dados e Sociedade.

Bibliografia básica

CAPRON, H. L; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. 350 p.
LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática . Rio de Janeiro : Ed. 34, 1997. 204 p.
MICROSOFT CORPORATION. Obtendo resultados com o Microsoft Office 97. São Paulo: Microsoft, 1996. 716 p.

Bibliografia complementar

CYBIS, Walter. A**. Qualidade do Software na Interação com o Usuário**: uma abordagem ergonômica. Florianópolis: LABIUTIL,1997.
LEMOS, André. **Cibercultura. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: SULINA, 2002.
RAMAL, Andrea Cecília. **Educação na Cibercultura: Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem**. Porto Alegre: ARTMED, 2002.
RAMALHO, José Antônio. **Introdução à informática**. 5.ed. São Paulo: Futura, 2003. 168 p.

EIXO INTERDISCIPLINAR

ARTE E DUCAÇÃO - 75H - BHU 108

Ementa

A Arte-Educação compreende o debate envolvendo a Arte com a Educação Escolar. A disciplina promove a discussão curricular escolar atual fundamentada nos PCNs e estabelece o dialogo entre o conceito de arte, sociabilidades e sua aplicação pedagógica escolar.

Bibliografia básica

BARBOSA, Ana Mae (Org.) **Arte-Educação Contemporânea**. Consonâncias Internacionais. São Paulo: Cortez, 2005.
BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BITTENCOURT, Cândida A. de Carvalho. **Arte e Educação**. Da Razão instrumental à Racionalidade Emancipatória. São Paulo: Juruá, 2004.
COLI, Jorge. **O que é arte?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

Bibliografia complementar

HAAR, Michel. **A obra de arte**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
HUISMAN, Denis. **A estética**. Lisboa: Edições 70, 1994.
HUYGHE, René. **O poder da imagem**. Lisboa: Edições 70, 1986.
LEITE, Maria Isabel; OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Museu, Educação e Cultura. Encontros de crianças e professores com a arte**. Campinas: Papirus, 2005.
MEIRA, Marly. **Filosofia da criação**. Reflexões sobre o sentido do sensível. Porto Alegre: Mediação, 2003.
PAREYSON, Luigi. **Os problemas da estética**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ARTE E CULTURA – BHU 190 75 H

Ementa

A arte colonial e a cultura do barroco. O "neoclassicismo tropical" e os artistas franceses. A representação da paisagem no olhar dos viajantes. A construção simbólica da nação brasileira. A estruturação do ensino de arte no Brasil. As vanguardas artísticas e o modernismo brasileiro. A arte engajada e o movimento tropicalista. As tendências contemporâneas e os espaços de consagração. Indústria cultural e mercado de arte. Mecenato artístico e políticas culturais.

Bibliografia básica

ÁVILA, Afonso. **O lúdico e as projeções do mundo barroco**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
COLI, Jorge. **Como entender a arte brasileira no século XIX***?* São Paulo: SENAC, 2005.
MICELI*,* Sergio. **Nacional estrangeiro**: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo. São Paulo: Companhia das. Letras, 2003.

Bibliografia complementar

AMARAL, Aracy. Artes plásticas na Semana de 22. 5.ed. São Paulo: Editora 34, 1998.
FABRIS, Annateresa (org.). Modernidade e modernismo no Brasil. Campinas: Mercado das Letras, 1994.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
REIS, Paulo. Arte de vanguarda no Brasil: os anos 1960. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
GASSET, José. A desumanização da arte. São Paulo: Cortez, 2001. SANTAELLA, Lucia. Estética, de Platão a Peirce. São Paulo: Ed. Experimento, 2000.

ATUALIDADES – SEMINÁRIOS – BHU 114 75 H

Ementa

Construção do conhecimento contemporâneo por discussões sobre diversos temas presentes no atual espaço global, política, economia, educação e sociedade.

Bibliografia básica

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (Org.) et.al. **Que país é esse?:** Pensando o Brasil contemporâneo. São

Paulo: GLOBO, 2006.
ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
BAUDRILLARD, Jean. **Modernidade**. Enciclopédia Universalis, vol. 11. Trad.Guedes. (s/d).
BOBBIO, N. (org.) **Dicionário de Política**. 2 vols. Brasília: Ed. UnB, 1993.
DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. 8. ed . São Paulo: Brasiliense, 1994.
LENOIR, Hugues. **Educar para Emancipar**. SP: Editora Imaginário; Manaus: Edit. Da Univ. Federal do Amazonas, 2007.

Bibliografia complementar

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: polêmicas do nosso tempo. Campinas, SP: Autores
Associados, 1997.
MAAR, Wolfgang Leo. O que é política. Editora brasiliense, 1988.
FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). A formação do cidadão produtivo. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
KUPSTAS, Márcia (org.). Educação em Debate. São Paulo: Moderna, 1998.
Leite, Marcelo. Meio ambiente e sociedade. São Paulo: Ática, 2005.
LOMBARDI, José Claudinei (org.). Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2001.

COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA – BHU 198 75h

Ementa

Processos da comunicação. Campo da comunicação e ciências humanas. Comunicação e indústria cultural. Mídia, conhecimento e opinião pública. Comunicação social, comercial e institucional. Evolução e atualização dos meios de comunicação fixos e móveis. Mídias tradicionais e atuais. Seleção e uso de mídias: televisão, jornal, revistas, *outdoor*, internet, *blogs, sites*, redes de relacionamento, entre outros. Som e cor. Relações multimídias entre comunicação gráfica, eletrônica e digital.

Bibliografia básica

ARMAND, Matelard. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2004.
BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. Editora Perspectiva, São Paulo, 2000.
DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem: uma história do olhar no Ocidente**. Petrópolis: Vozes, 1993.
GIOVANNINI, Giovanni (Coord.). **Evolução na comunicação: do sílex ao silício**. Tradução de Wilma Freitas Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

Bibliografia complementar

CARPENTER, Olivier et MCLUHAN, Marshall. Revolução na Comunicação. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
COSTELLA, Antônio Fernando. Comunicação: do grito ao satélite - história dos meios de comunicação. 5.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2002
DEBRAY, Régis. O Estado sedutor. Petrópolis: Vozes, 1994.
ECO, Umberto. Apocalípticos e integrados. São Paulo: Perspectiva, 1979.
FIGUEIREDO, José Carlos. Comunicação sem fronteiras: da pré-história à era da informação. São Paulo: Gente, 1999.

MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX. Vol. 2: Necrose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
POLISTCHUK, Ilana e TRINTA, Aluízio Ramos. Teorias da Comunicação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
SUBIRATS, Eduardo. A cultura como espetáculo. São Paulo: Nobel, 1989.

DIVERSIDADE CULTURAL – BHU 109 75 h

Ementa

Os diversos espaços sócio-culturais: clivagens de classe, inter-etnias, sexuais e de gênero. Identidades e alteridades no Brasil contemporâneo. Diversidade cultural e suas implicações no processo de conhecimento e significação do mundo.

Bibliográfica básica

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
UNESCO. **Anteprojeto da Convenção sobre a Proteção da Diversidade de Conteúdos Culturais e Expressões Artísticas**. CLT/CPD/2004/CONF.201/2, Paris, julho de 2004.

Bibliografia complementar

BERNARD, François de. Por uma definição do conceito de diversidade cultural. In: BRANT, Leonardo (Org.). Diversidade Cultural. Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas. São Paulo: Escrituras Editora: Instituto Pensarte, 2005, p.73.
FORQUIN, Jean-Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
KELLNER, Douglas. A Cultura da Mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.
UNESCO. Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural. Paris, 02 nov. 2001.

DIREITOS HUMANOS - BHU 081 75H

Ementa

Fundamentos e argumentos teórico-históricos da fundação do Estado Moderno ao Liberalismo. Fortalecimento de movimentos sociais, crise do liberalismo e o neoliberalismo. O papel do Estado e os diferentes regimes políticos. O desenvolvimento da democracia e as reivindicações derivadas da afirmação dos direitos humanos. Política Social e crise Contemporânea.

Bibliografia básica

WEBER, Max**. Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1970
MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo, Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

Bibliografia complementar

VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro: editora Record, 1997.
SOARES, Luiz Eduardo. Geografia da Violência no Rio de Janeiro. In: Folha de Sao Paulo. 30.10.2004. Acesso em: 21 abril 2004. Disponivel em: http://www.luizeduardosoares.com.br/artigo_ind.php?categoria=seguranca.
SILVA JR, Hedio. Direito de igualdade racial: aspectos constitucionais, civis e penais: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.
SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo liberal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
RAMOS, Andre de Carvalho. Direitos humanos em juízo. Sao Paulo: Max Limonad, 2001.
PIOVESAN, Flavia. Direitos humanos e justiça internacional. Sao Paulo: Saraiva, 2006.
PIOVESAN, Flavia e IKAWA, Daniela Ribeiro. O Tribunal Penal Internacional e Direito Brasileiro. In: PIOVESAN,Flavia. Temas de Direitos Humanos. Sao Paulo: Max Limonad, 2003.
LIMA JUNIOR, Jayme Benvenuto. Os direitos humanos econômicos, sociais e culturais. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
DORNELLES, Joao Ricardo. O que sao direitos humanos? Sao Paulo: Brasiliense, 1989.
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 15-47.
ALMEIDA, Fernando Barcellos de. Teoria Geral dos Direitos Humanos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1996.
ALBUQUERQUE MELO, Celso. Curso de Direito Internacional Público. 13a edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. Sao Paulo: Saraiva, 2008.

ECONOMIA BRASILEIRA – BHU 644 75H

Ementa

A crise do modelo agrário exportador e o advento da industrialização. O processo de industrialização por substituição de importações. O Plano de Metas e a crise política e econômica dos anos 60. A retomada do crescimento e o milagre econômico brasileiro. O II PND, a crise da Dívida Externa e o fim de um modelo de desenvolvimento. A estabilização monetária e a política econômica do Plano Real. A economia brasileira pós-estabilização e as perspectivas atuais.

Bibliografia básica

ABREU, Marcelo de Paiva; CARNEIRO, Dionisio Dias. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
FURTADO, C. Formação econômica do Brasil, São Paulo: Nacional, 1984.
GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei.
Economia brasileira contemporânea. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
MARQUES, Rosa Maria; RÊGO, José Márcio (Org.). Economia brasileira. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.
ALMEIDA, J. S. G.; BELLUZZO, L. G. M. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.
CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

OLIVEIRA, F. A. Política econômica, estagnação e crise mundial (1980-2010). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2012.

Bibliografia complementar

BAER, M. O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1994.
BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Disponível em: /goo.gl/YCZJKQ>. Acesso em 04 nov 2016.
CALIXTRE, A.; BIANCARELLI, A.; CINTRA, A. C. M (ed.). Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro. Brasília: Ed. Ipea, 2014. Disponível em: /goo.gl/lOMH3S>. Acesso em 04 nov 2016.
CANO, W. (Des)industrialização e (Sub)desenvolvimento. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 15, jul-dez 2014. Disponível em: /goo.gl/SrcQx0>. Acesso em 04 nov 2016.
CARVALHO, C. E. As origens e a gênese do Plano Collor. Nova Economia, Belo Horizonte, 16 (1), jan-abr 2006. Disponível em /goo.gl/yR9cF2>. Acesso em 07 nov 2016.
CINTRA, M. A. Suave fracasso: a política econômica brasileira entre 1999 e 2005. Novos Estudos, n. 73, 2005. Disponível em: /goo.gl/0pZJq2>. Acesso em 04 nov 2016.
CINTRA, M. A.; FARHI, M. A crise financeira e o global shadow banking system. Novos Estudos, n. 82, 2008.
Disponível em: /goo.gl/JXCFFb>. Acesso em: 04 nov 2016.
CRUZ, P. D. C. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 4, n.1, ago 1995. Disponível em: /goo.gl/kuVhhW>. Acesso em 04 nov 2016.
GIAMBIAGI, F. Et al. (org.) Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2005.
GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. A economia brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. Disponível em: /goo.gl/cnAt6K>. Acesso em: 08 nov 2016.
FILGUEIRAS, L. História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000.
FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. A economia política do Governo Lula. São Paulo: Ed. Contraponto, 2007.
FIORI, J. L. (org.). O poder americano. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (org.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
FRANCO, G. O Plano Real e outros ensaios. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1995.
LACERDA, A. C. Et al. (org.). Economia Brasileira. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.
LACERDA, A. C. (org.). Desnacionalização: mitos, riscos e desafios. São Paulo: Ed.Contexto, 2000.
LAPLANE, M.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. (org.). Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil.
São Paulo: Ed. UNESP, 2003. Disponível em : /goo.gl/PMWfRZ>. Acesso em 06 nov 2016.
MARQUES, R.; FERREIRA, M. J. (org.). O Brasil sob a nova ordem: uma análise dos Governos Collor a Lula. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.
PAULA, J. A. (org.). Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2005.
PAULANI, L. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. Estudos Avançados, São Paulo, 27 (77), 2013. Disponível em: /goo.gl/ll0rdX>. Acesso em 09 nov 2016.

PINTO, E. C.; GONÇALVES, R. Globalização e poder efetivo: transformações globais sob o efeito da ascensão chinesa. Economia e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 2 (54), pp. 49-479, ago 2015. Disponível em: /goo.gl/fwY3Q0>. Acesso em 06 nov 2016.
SALAMA, P. China-Brasil: industrialização e desindustrialização precoce. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, jan-jun 2012. Disponível em: /goo.gl/GBaXoL>. Acesso em 04 nov 2016.
SARTI, F. LAPLANE, M. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n.1 (18), pp. 63-94, jan-jun 2002. Disponível em: /goo.gl/F9Uzzu>.Acesso em 06 nov 2016.
SERRANO, F. Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação no Brasil. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 30, n. 1, mar 2010. Disponível em: /goo.gl/PcLmfv>. Acesso em 11 nov 2016.
SILVA, A. L. G.; LAPLANE, M. Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo. Economia e Sociedade, Campinas, vol. 3, n. 1 (3), dez. 1994. Disponível em: /goo.gl/jyQXjA>. Acesso em 06 nov 2016.
TEIXEIRA, R.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Economia e Sociedade, Campinas, n. 21, dez 2012. Disponível em: /goo.gl/rzO264>. Acesso em 04 nov 2016.
WILLIAMSON, J. Reformas políticas na América Latina na década de 80. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 12, n. 1 (45) jan-mar 1992. Disponível em: /goo.gl/oPNKKo>. Acesso em 07 nov 2016.

FORMADORES DO BRASIL – BHU 129 75h

Ementa

A construção do Brasil e suas interpretações. Estudo da produção intelectual e das linhas de pesquisa que abordam a constituição do Brasil como nação.

Bibliografia básica

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosoco & C., 1907.
FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 49ª ed., São Paulo: Global, 2004.
FURTADO, Celso**. Formação econômica do Brasil**. 34ª ed., São Paulo: Cia das Letras 2007.
HOBSBAWM, Eric J**. Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2004.
SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 14ª ed., Rio de Janeiro: Graphia, 2002. (Série Memória Brasileira).

Bibliografia complementar

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 49ª ed., São Paulo: Global, 2004. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2004.

HISTÓRIA E CIDADANIA NO BRASIL - 75H - BHU 097

Ementa

Conceituação e contextualização da cidadania moderna. A formação da cidadania no Brasil Imperial: ordem constitucional e critérios de inclusão. Lutas pela ampliação da cidadania e emergência da sociedade civil entre os séculos XIX e XX. Continuidades e rupturas na ordem política e jurídica e na pratica social no Brasil republicano. Leituras do déficit democrático no Brasil. O processo constituinte de 1988 e os debates sobre a cidadania hoje.

Bibliografia básica

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2002.
DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: Politica e Sociedade no Brasil**. SP: Brasiliense. 1994.
PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Historia da Cidadania**. Sao Paulo, Ed. Contexto, 2003.

Bibliografia complementar

BECKER, Antonio e CAVALCANTI, Vanuza. Constituições brasileiras de. 1824 a 1988. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.
CARVALHO, José Murilo de (Org.). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
DALLARI, Dalmo. Direitos Humanos e Cidadania. Sao Paulo: Moderna, 1998.
DANTAS, Monica Duarte (Org.). Revoltas, motins revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. Sao Paulo: Alameda Editorial, 2011.
SANTOS, B. S. (ORG.) Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO – BHU 191 75H

Ementa

História e Memória. Documento e monumento. Memória coletiva. Memória social. Os lugares da memória. A crise da memória. A invenção das tradições. O papel do historiador. As tradições do direito e as noções de patrimônio. A formação das coleções a partir do século XIV. O desenvolvimento da ciência da classificação no século XVIII. O nascimento dos museus no século XIX. Os estados nacionais e a institucionalização do patrimônio. A revolução francesa e a invenção do patrimônio. A questão do patrimônio como narrativa do passado. A organização dos museus. As pinturas históricas. Os arquivos permanentes. A multiplicidade das definições conceituais de patrimônio. Reflexões conceituais sobre patrimônio histórico-cultural. Das edificações antigas ao patrimônio imaterial. Políticas culturais. Gestões patrimoniais. Legislação patrimonial. O papel da UNESCO. Experiências latino-americanas. As cidades históricas. As Instituições nacionais. Do Departamento de Cultura de São Paulo ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Bibliografia básica
FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1999.

Bibliografia complementar
GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio enquanto categoria de pensamento. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O que é patrimônio imaterial. São Paulo: Brasiliense, 2008.
RIEGL, Alois. El culto moderno a los monumentos. Madrid: Visor, 1987.
CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n. 23, 1994.

IDENTIDADE, NARRATIVA E FORMAÇÃO HUMANA - 75H - BHU 100
Ementa
O círculo entre a narratividade e a temporalidade. A história e a narrativa. O tempo narrado. Poética da narrativa: história, ficção, tempo. A configuração do tempo na narrativa de ficção. A experiência temporal fictícia. O tempo narrado.

Bibliografia básica
AMARAL, Roberto Antônio Penedo do Amaral. **Paul Ricoeur e as faces da ideologia.** Goiânia-GO: Editora UFG, 2008.
AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultura, 1996. (Coleção Os Pensadores).
ARISTÓTELES. **A Poética**. São Paulo: Nova Cultura, 1996. (Coleção os Pensadores).

Bibliografia complementar
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofando: introdução à filosofia. 2 ed. ver. E atual. São Paulo, SP: Moderna, 2000.
CHAUI, Marilena. Convite a filosofia.13 ed. São Paulo: Ática, 2003.
PLATÃO. A República. São Paulo: Nova Cultura, 1996 (Coleção os Pensadores).
RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa - tomo III. Trad. De Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997.
GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

INTRODUÇÃO AOS MÉTODOS QUANTITATIVOS EM CIÊNCIAS HUMANAS – BH 642 75 H
Ementa
Introdução a estatística. O método estatístico. Séries. Distribuição de frequência. Medidas de posição. Medidas de dispersão. Discussão de artigos da área.

Bibliografia básica
BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisas de Survey. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BARBOSA, D. R. e MILONE, G. Estatística aplicada ao turismo e hotelaria. Rio de Janeiro: Thomson Learning, 2004. BIBLIOTECA CAMPUS JK 338.4791 B238e
LEVIN, J. Estatística aplicada às Ciências Humanas. Harbra, 1987.
BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 4ª Ed. Florianópolis: Editora da IFSC, 2001. BIBLIOTECA CAMPUS JK 519.5 B235e
LARSON, Ron, FARBER, Betsy. Estatística aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. BIBLIOTECA CAMPUS JK 519.5 L334.
STEVENSON, William J. Estatística: aplicada às ciências sociais São Paulo: Harbra, 2001. BIBLIOTECA CAMPUS JK 519.5024658 S484e.

Bibliografia complementar

GOODE, William, HATT, Paul K.. Métodos em Pesquisa Social. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
JANUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2003.
KMENTA, Jan. Elementos de Econometria. Teoria Estatística Básica. Volume 1. São Paulo: Atlas, 1988.
STEVENSON, William J. Business Statistics: concepts and applications. Harper & Row, Publishers, New York, 1985.

INTÉRPRETES CONTEMPORÂNEOS DO BRASIL - 75H - BHU 098

Ementa

O Brasil do século XX. As reinterpretações e releituras sobre a construção da nação. Estudo da produção cultural e intelectual. Novos temas que interpretaram o Brasil. Novas abordagens sobre a constituição social brasileira. O Brasil do século XXI e suas múltiplas abordagens.

Bibliografia básica

BOTELHO André e SCHWARCZ, Lilia Moritz. Um Enigma Chamado Brasil 29 Intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
MOTA, Lourenço Dantas (org.) Um banquete no trópico Introdução ao Brasil. São Paulo Editora Senac. Volume 1, 2008. 5ª ed.
REIS, José Carlos. As identidades do Brasil 2 - De Calmon a Bomfim: A favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Bibliografia complementar

BOTELHO André e SCHWARCZ, Lilia Moritz. Agenda brasileira: Temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
NOVAIS, Fernando A. Aproximações: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A invenção do Brasil: Ensaios de história e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007.
SOIHET, Rachel...[et al.]i (orgs.). Mitos, projetos e práticas políticas: Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
SCHWARZ, Roberto. Sequências Brasileiras: Ensaios. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE – BUU 117 75H

Ementa

Conceito de população, sociedade, espaço e meio ambiente. O meio ambiente global e a sua importância em nível local. Métodos analíticos aplicados ao meio ambiente; geoquímica de processos exógenos; padrões de qualidade e monitoramento ambiental.

Bibliografia Básica

AB'SABER A. **Refletindo sobre questões ambientais: ecologia, psicologia e outras ciências**. Psicologia USP, 2005, 16(1/2), 19-34. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pusp/v16n1-2/24639.pdf.
HISSA, C.E.V. **Saberes Ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
LEMOS, A.I.G. de; ROSS, J.L.S.; LUCHIARI, A. **América Latina: Sociedade e meio Ambiente**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Bibliografia complementar

ALBUQUERQUE, E. S., Que País é Esse? Pensando o Brasil Contemporâneo. São Paulo: Globo 2005.
CORTEZZI, Giane. Geomedicina. Disponível em:http://www.cprm.gov.br/publique/media/geosaude.pdf. 30 p.
LOMBORG, B., O ambientalista cético revelando a real situação do mundo. Elsevier: 2002.
MINAYO, M. C. S., MIRANDA, A. C. Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Abrasco, 2002.
PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T.H. Para Entender a Terra (Tradução: Rualdo Menegat). 4ª. Ed, Porto Alegre: Artmed Editora S.A. 2006.
TEIXEIRA, W.; TOLEDO, C.M.; FAIRCHILD, T.R.; TAIOLI, F. (org.). Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2001.

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO – BHU 104 75 H

Ementa

O campo, a educação e a escola. O urbano e o campo. A educação não formal e a escolar. O movimento da escola rural à escola do campo. Especificidades da educação do campo: concepções e práticas.

Bibliografia básica

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha B. G. (org) "Experiências étnicos-culturais para a formação de professores". BH: Autêntica, 2006.
MENEZES NETO, Antônio J. "Além da Terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST." RJ. Quartet, 2003.
SIMSON, Olga Rodrigues Von; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (org)."Educação não formal: cenários de criação". Campinas, Ed. Unicamp, 2001.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: DF, outubro de 2004.
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Resolução NE/CEB nº 1 de 03/abr/2002.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: proposta e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.
VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias: o Brasil é mais urbano do que se calcula. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
MAAR, Wolfgang Leo. O que é política. Editora brasiliense, 1988.

PAISAGEM E CULTURA – BHU 105 75 H

Ementa

A formulação científica dos conceitos de cultura e paisagem. A geografia culturas: de Ratzel a Geografia Crítica. Homem e Ambiente.

Bibliografia básica

CORREA, R. L; ROSENDHAL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998.
DI DEUS, Eduardo. **Antropologia e Ambiente**: entre transgressões e sínteses. 2007. Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado, 2007. 111f.
SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008.

Bibliografia complementar

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas Ciências Sociais. 2ª Ed. Bauru-SP: EDUSC, 2002.
MCDOWELL, L. A transformação da Geografia Cultural. In: GREGORY, D. ET alii. (Org.) Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
SAUER, Carl. O. A morfologia da Paisagem. In: CORREA, R. L; ROSENDHAL, Z. (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, pp. 12-74, 1998.
ZANATTA, Beatriz Aparecida. Abordagem cultural na Geografia. Temporis, v. 1, n. 9, 2007. Disponível em << HTTP://www.nee.urg.br/seer/index.php/temporisacao/article/view/28about:Tabs>>

POLÍTICA E O ESTADO BRASILEIRO – BHU 107 75 H

Ementa

O objetivo da disciplina é apresentar a organização do Estado brasileiro. Analisar as diretrizes constitucionais, levando em consideração as mudanças político-instituicionais, administrativas e legais. Para tanto, serão discutidos alguns conceitos básicos, tais como o federalismo, o presidencialismo, a separação dos três poderes, o sistema partidário brasileiro, as elites políticas e também as reformas.

Bibliografia básica

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte, Paidéia, 1985.
HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ed. Ática, 1994.
LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Bibliografia complementar

CINTRA, A. O.; AVELAR, L., (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Curitiba: Fundação. Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
KINZO, M. D. Radiografia do quadro partidário brasileiro. Curitiba: Fundação Konrad-Adenauer, 1993.
NICOLAU, Jairo, POWER, Timothy J. (orgs), Instituições Representativas no Brasil: Balanço e Reformas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
NICOLAU, Jairo Marconi. Multipartidarismo e democracia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SEMINÁRIO SOBRE O VALE DO JEQUITINHONHA – BHU 199 75 H

Ementa

Construção do conhecimento por meio de discussão holística e abrangente de fatos e fenômenos que auxiliem nas interpretações sociais, econômicas, culturais e ambientais do Vale do Jequitinhonha.

Bibliografia básica

CORREA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo: Ática,2007.
FERREIRA, Graça Maria Lemos, MARTINELLI, Marcelo. Atlas geográfico: espaço mundial. São Paulo: Moderna, 1998.
VIANA, Gilney, SILVA, Marina; DINIZ, Nunez(organizadores). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo:Editora Perseu Abramo, 2001.
FIGUEIREDO, Silvio Lima. Viagens e viajantes. São Pulao: Amablume, 2010.

Bibliografia complementar

ARCE, Tacyana. Bolsa-Escola: educação e esperança no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: SEE/MG, 2001. 140 p
LESSA, Simone Narciso (Org.); SOUZA, João Valdir Alves de (Org.). Planomeso: Plano de desenvolvimento integrado e sustentável da mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: Unimontes, 2005.
NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). Pólo Jequitinhonha 10 anos (1996-2006): a consolidação de uma experiência de desenvolvimento regional. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2008. 68 p.
PEREIRA, V.L.F. O artesão da memória no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
SILVA, J.C.F. Políticas públicas no Vale do Jequitinhonha: a difícil construção da nova cultura política regional. Santo André: IMES, 2005.

SOCIEDADE E ECONOMIA – BHU 088 75H

Ementa

O pensamento econômico em diferentes épocas e contextos. Estudos de temáticas das ciências sociais sob aspectos econômicos. As dimensões econômicas e as possibilidades de inter-relações sociais, políticas e culturais.

Bibliografia básica

FROHLICH, Norman. Economia política moderna. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982.
PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SINGER, Paul. Curso de introdução à economia política. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

Bibliografia complementar

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
BACKHOUSE, Roger E. História da economia mundial. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.
BEAUD, Michel. História do capitalismo: de 1500 até nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 2004.
BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo. São Paulo: Contracorrente/ FACAMP, 2017.
BRAUDEL, Fernand. A dinâmica do capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
CANO, Wilson. Introdução à Economia: uma abordagem crítica. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
CECHIN, Andrei. A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Editora SENAC São Paulo/Edusp, 2010.
CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas)
FIORI, José Luís. História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.
FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila de Castro. A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX). 2. ed. São Paulo: Atual, 1998.
HEILBRONER, Robert. A história do pensamento econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
HEIMANN, Eduard. História das doutrinas econômicas: uma introdução à Teoria Econômica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
HIRSCHMAN, Albert O. A economia como ciência moral e política. São Paulo: Brasiliense, 1986.
LATOUCHE, Serge. Pequeno tratado do decrescimento sereno. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015. (Col. Folha Grandes Nomes do Pensamento, v. 22)
MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas)
PAULANI, Leda. Modernidade e discurso econômico. São Paulo: Boitempo, 2005.
POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
REINERT, Erik S. Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
RICUPERO, Rubens. O Brasil e o dilema da globalização. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. História econômica geral. São Paulo: Saraiva, 2013.
SANTIAGO, Theo (Org.). Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1992.
SINGER, Paul. Para entender o mundo financeiro. São Paulo: Contexto, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo histórico e civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2004.
WOOD, Ellen Meiksins. A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

UNIVERSIDADE E CIÊNCIA - 75H - BHU 118

Ementa

Aspectos históricos das Ciências e da Universidade na civilização ocidental. Conceitos modernos de Universidade, seu papel social e político. A Universidade no Brasil e a UFVJM. Universidade e construção dos campos do conhecimento científico em humanas: Turismo, História, Geografia, Letras e Pedagogia.

Bibliografia básica

ANDEY, Maria Amália (et al). **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. RJ: Espaço e tempo. SP: EDUC, 2001.
CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. S. P.: Unesp, 1999.
CHAUÍ, Marilena; LEHER, Roberto. **A Universidade Pública sobre nova Perspectiva**. ANPED, 2003.
CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã**: O ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3ª ed. SP: Editora Unesp, 2007.

Bibliografia complementar

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista. RJ:
Francisco Alves, 1989.
CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. RJ: Francisco Alves, 1988.
GREIVE, Cinthia. História da Educação. SP: Ática, 2007.
LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes; GREIVE, Cynthia Greive. (org). 500 anos de educação no Brasil. 3ª ed. BeLo Horizonte: Autêntica, 2007.
OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais. In: Várias Histórias. Belo horizonte, vol. 23, nº 37: p. 113-129, jan/jun 2007.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
PPC – 2011-2012

PEDAGOGIA

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL – 75 H

Ementa

Pressupostos Teórico-metodológico de processos de planejamento e avaliação. Trajetórias dos sistemas de planejamento e avaliação no Brasil. Concepções, processos, instrumentos de planejamento e avaliação.

Bibliográfica básica

ESTEBAN, Maria Tereza (Org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
HOFFMAN, Jussara. Avaliação: mito e desafio. Uma perspectiva construtivista. 32ª. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2003.
_____. Avaliação Mediadora. 2ª. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

Bibliografia complementar

AFONSO, Almerindo J. Avaliação educacional: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.
BONAMINO, A., BESSA, N., FRANCO (orgs.). Avaliação da educação básica – pesquisa e gestão. São Paulo: Loyola, 2004.
DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. Campinas: Papirus, 1994.
DIAS SOBRINHO, José, RISTOFF, Dilvo. Avaliação democrática para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.
FREITAS, Luís Carlos de, BELLONI, Isaura. & SOAREAS, J. F. (orgs.). Avaliação de escolas e universidades. São Paulo: Komedi, 2003.
LUCKESI, C.C. Aprendizagem da aprendizagem escolar. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

CULTURA, CURRÍCULO E CONHECIMENTO – 75 H

Ementa

Concepções de Currículo. Conhecimento, currículo e cultura na sociedade. Tempo, espaço e linguagem como mecanismos de produção e reprodução dos fenômenos históricos e geográficos. Diversidade e multiculturalidade.

Bibliográfica básica

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura:* um conceito antropológico. Rio de Janeior: Jorge, Zahar, 2004.
ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional.* São Paulo: Brasiliense, 1986.
SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade:* uma introdução ás teorias do currículo. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Bibliografia complementar

APPLE, M. Ideologia e currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.
HALL, Stuart. Identidade Cultural e Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DA Editora, 1997.
LOPES, A.; MACEDO, E. Currículo e Conhecimento: a contribuição das teorias críticas. São Paulo: Cortez, 2002.
MOREIRA, Antônio Flávio B. (Org.). Currículo: Políticas e Práticas. Campinas: Papirus, 1999.
SANTOS, L. L. C. P. O processo de produção do conhecimento escolar e a Didática. In: MOREIRA, A. F. B. L. (Org.). Conhecimento educacional e formação do professor. Campinas: Papirus, 1995.

SOCIEDADE, CULTURA E INFÂNCIA – 75 H

Ementa

Construção histórico-social de infância. A criança brasileira. Infância e Educação Infantil. Abordagem histórica e cultural dos jogos e brincadeiras infantis na sociedade. Produção de material pedagógico.

Bibliográfica básica

ARIES, P. *A história social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
BONIN, L. F. R. Indivíduo, cultura e sociedade. In: M. da G. C. Jacques et al.Psicologia social contemporânea. Petrópolis, Vozes, 1998, p.53-72.
CUCHE, D. A noção de cultura nas Ciências Sociais. Bauru, EDUSC, 1999.

Bibliografia complementar

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Trabalhador infantil e Escolarização no meio rural. Rio de Janeiro: Zahar. 1983.
BERGER, P. e LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Rio de Janeiro: Vozes. 1987.
BLURTON Jones, N. Estudos etológicos do comportamento da criança. São Paulo: Pioneira, 1981.
ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, LTC. 1989.

FILOSOFIA EDUCACIONAL CLÁSSICA, ANTIGA E MEDIEVAL - 75 H

Ementa

A reflexão sobre os fundamentos filosóficos antigos da educação ocidental, entre eles: Sócrates, sofistas, Platão, Isócrates e Aristóteles. O pensamento medieval e sua contribuição para a educação.

Bibliografia básica

PLATÃO. **A República.** SP: Martins fontes, 2006.
PLATÃO. **Apologia de Sócrates.** 5ª ed. SP: Hermus, 2002.
PLATÃO. **O Banquete.** SP: DIFEL, 2004.
SOARES, Antônio Jorge. **Dialética, Educação e Política:** uma releitura de Platão. SP: Cortez, 1999.

Bibliografia complementar

ABAGNANO, N., VISALBERGHI, - A História da Pedagogia. trad. De Glicínia Quartin, Lisboa, Livros Horizonte Ltda. 1982, 4 vols.
EBY, Frederick - História da Educação Moderna, século XVI/XX. Teoria, Organização e Práticas Educacionais, trad. De M.A.V. de Almeida, Nelly A. Maia, Malvina C. Zaide, Porto Alegre, Editora Globo, 1978, 5ª edição.
LARROYO, Francisco - História Geral da Pedagogia. trad. De Luiz Aparecido Caruso, SP: Ed. Mestre Jou, 1970, 2 vols.
LUZURIAGA, L. - História da Educação Pública. SP: Editora Nacional, 1959.
MAXELL, Kenneth. Marquês de Pombal: o paradoxo do iluminismo. Trad. Antônio de Pádua Danesi. RJ: Paz e Terra, 1996.

FILOSOFIA EDUCACIONAL MODERNA E CONTEMPORÂNEA

Ementa

Estudo das contribuições dos filósofos e/ou correntes filosóficas modernas e contemporâneas que refletiram sobre problemas pedagógicos ou que forneceram os fundamentos filosóficos da educação ocidental.

Bibliografia básica

CERIZARA, Beatriz. **Rousseau** - a educação na infância. SP: Scipione, 1990.
DEMO, P. **Desafios Modernos da Educação**. Petrópolis: Vozes, 2000.
FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação**. São Paulo: Cortez, 1983.
GALLO, Sílvio. **Educação Anarquista:** um paradigma para hoje. Piracicaba: Ed. Unimep, 1995.
LUCKESI, C. **Filosofia da Educação**.São Paulo: Cortez, 1991.
MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino.** SP: Moraes, s/d.
MORIYÓN, F. G. (org.) **Educação Libertária.** Trad. José Cláudio de Almeida Abreu. Porto Alegre: artes Médicas, 1989.
SAVIANI, D. **Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica**. São Paulo: Cortez, 1983.
SOUZA, R.T. **Ética como Fundamento: Uma Introdução à Ética Contemporânea**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

Bibliografia complementar

ALVES, R. Conversas Com Quem Gosta de Ensinar. São Paulo: Ars Poética, 1995.
COMENIO. Didática Magna. 2ª ed. SP: Martins Fontes, 2002.
DEWEY, John. Experiência e Educação. Trad. Anísio Teixeira. SP: companhia Editora Nacional, 1971.
GIROUX, H. Escola Crítica e Política Cultural. São Paulo: Cortez, 1988.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio. trad. De Sergio Milliet, SP: DIFEL, 1979.
SAVIANI, D. Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica. São Paulo: Cortez, 1983.
SOUZA, R.T. Ética como Fundamento: Uma Introdução à Ética Contemporânea. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

GEOGRAFIA

GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO – 75 H

Ementa

População, Sociedade, Espaço e Meio Ambiente; Dinâmica Populacional e Desenvolvimento; Distribuição e Mobilidade Espacial da População; Políticas Populacionais; População e Espaço Urbano.

Bibliografia básica

DAMIANI, Amélia. **População e Geografia**. São Paulo, Contexto, 1991 (Coleção Caminhos da Geografia).
MARTINE, George (org.). População, Meio Ambiente e Desenvolvimento – Verdades e Contradições. Campinas/SP, Ed. Unicamp, 1996.
MARTINS, Dora / VANALLI, Sônia. **Migrantes**. São Paulo, Contexto, 1997 (Coleção Repensando a Geografia).

Bibliografia complementar

GARNIER, J. Beaujeu. Geografia da População. São Paulo, Nacional, 1980.
GEORGE, Pierre. Geografia da População. São Paulo, Saber Atual, 1969.
ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. São Paulo, Editora da USP, 1998.
SANTOS, Jair et alli. Dinâmica da População: Teoria, Métodos e Técnicas de Análise. São Paulo, T.A Queiroz, 1980.
SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo, Contexto, 1998.

INTRODUÇÃO À CARTOGRAFIA – 75 H

Ementa

Cartografia: sua história, definições e principais elementos da cartografia sistemática. Domínio das várias escalas e suas funções nos diversos tipos de representações gráficas, além de técnicas utilizadas para construção de representações cartográficas.

Bibliografia básica

JOLY, Fernand. A Cartografia. 5ª ed. Campinas: Papirus, 1990.
MARTINELLI, Marcello. Curso de cartografia temática. São Paulo: Contexto, 1991.
OLIVEIRA, CEURIO DE. Dicionário cartográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. 448 p.

Bibliografia complementar

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual de normas, especificações e procedimentos técnicos para a carta internacional do Mundo, ao Milionésimo – CIM 1:1.000.000. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
COMASTRI, José A; JUNIOR, Joel G. Topografia Aplicada; medição, divisão e demarcação. Viçosa: Ed. UFV, 1998.
DUARTE, Paulo A. Fundamentos de cartografia. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.
GRANELL-PÉREZ, María del Carmen. Trabalhando Geografia com as cartas topográficas. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 2001.
OLIVEIRA, Cêurio. Curso de cartografia moderna. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO GEOGRÁFICO 75 H

Ementa

Epistemologia e teoria da geografia. História e evolução do pensamento geográfico. Geografia clássica grega. Geografia do mundo islâmico. Geografia do Império Chinês. As práticas geográficas no Renascimento. Kant e o lugar da geografia. Institucionalização e o lugar da Geografia entre as ciências: sociologia, cartografia, história e ciências da natureza. Geografia clássica alemã. A geografia no contexto do positivismo, historicismo e determinismo. Escola francesa ou regionalista. Nova Geografia: positivismo lógico e a revolução quantitativa. Geografia crítica. marxismos e o materialismo histórico geográfico. Geografia humanista: fenomenologia e as abordagens culturais. As tiranias paradigmáticas. A geografia em busca da pluralidade: geografia pluralista. As abordagens teórico-metodológicas dos conceitos básicos da geografia: espaço, paisagem, território, região e lugar.

Bibliografia básica

BERNARDES, Nilo (1982), O pensamento geográfico tradicional. In Revista Brasileira de Geografia, 44(3), pp. 391-413.
CLAVAL, Paul (1999). A geografia Cultural. Florianópolis: UFSC.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. (1982). As características da Nova Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. Perspectiva em geografia. São Paulo, pp. 71-101.
CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDHAL, Zeny (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
DAVIS, William M. El ciclo geografico. In: MENDOZA, Josefina Gómes, JIMÉNEZ, Julio Muñoz e CANTERO, Nicolás Ortega. Madrid, Alianza Editorial, 1988, pp.178-182.
DAVIS, William M. Complicaciones del ciclo geografico. In: MENDOZA, Josefina Gómes, JIMÉNEZ, Julio Muñoz e CANTERO, Nicolás Ortega. Madrid, Alianza Editorial, 1988, pp. 183-187.
GOMES, Paulo César. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro, Bertrand, 1997.
KUHN, Thomas (2000): A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva.
HARTSHORNE, R. Propósito e natureza da geografia. São Paulo: Hucitec.
HUMBOLDT, Alexander von. Cosmos. Ensayo de uma description física Del mundo. In: MENDOZA, Josefina Gómes, JIMÉNEZ, Julio Muñoz e CANTERO, Nicolás Ortega. Madrid, Alianza Editorial, 1988, pp.159-161.
MORAES, A.C. Robert ([org.]; 1990). Ratzel: geografia. São Paulo: Ática.
La BLACHE, Vidal (1921). Princípios da Geografia Humana. Lisboa: Cosmos.
SANTOS, Milton (1980). *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec.
TATHAM, George (1959). A geografia no século dezenove. In: Boletim Geográfico(17) 150. Rio de Janeiro, IBGE, pp. 198-226.
TATHAM, George (1975) A visão espacial em conjunto. Boletim Geográfico(34) 247. Rio de Janeiro, IBGE, pp. 5-27.

Bibliografia complementar

ANDRADE, M.C. de. Uma geografia para o século XXI. Campinas: Papirus, 1994.
CHISTOFOLETTI, Antônio. Perspectivas da Geografia. São Paulo; Difel, 1985.
MORAES, Antonio Carlos Robert. Pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1983.
MOREIRA, Ruy. O que é Geografia. São Paulo: Brasiliense, 1984.
SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1987.
SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.
SPOSITO, E. S. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004, 218p.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (AIA) - 75h

Ementa

Conceitos e definições: poluição, impacto ambiental, patrimônio ambiental, processos ambientais, avaliação de impacto ambiental e recuperação ambiental. Origem e difusão da Avaliação de Impacto Ambiental: difusão nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A AIA em tratados internacionais. A AIA no Brasil. Quadro legal e institucional da AIA no Brasil: breve histórico, licenciamento ambiental, impacto de vizinhança e visão de conjunto. Objetivos da AIA: o ordenamento da AIA, as principais etapas do processo, o processo de AIA no Brasil e em outros países. Etapas do planejamento e da elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental. Previsão de Impactos. Análise de Risco. Plano de gestão Ambiental.

Bibliografia básica

SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental conceitos e métodos. São Paulo, Oficina de textos, 2008, 495p.

AMORIM, V.P. Resíduos Sólidos Urbanos: o problema e a solução. Roteiro Editorial Ltda, Brasília, 1996.
TAUK, Sâmia Maria. ANÁLISE AMBIENTAL: Uma visão multidisciplinar. Editora Unesp, 206 pg.

Bibliografia complementar

JUCHEM, P.A. (Coord.). Manual de Avaliação de Impactos Ambientais. IAP, 2 ª edição, Curitiba, 1993.
MARTINE, G. (Org.). População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: Verdades e Contradições. Editora da Unicamp, 2 ª edição, 1996.
REIS, M.J.L. ISO 14000: Gerenciamento Ambiental - Um novo desafio para a sua competividade. Qualitymark Editora, RJ, 1996.
RIBEIRO, M.A. et al. O município e o meio ambiente. Fundação Estadual do Meio Ambiente de MG, Belo Horizonte, 1995.
COMPANS, R. (1999). O paradigma das Global Cities nas estratégias de desenvolvimento local. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 1(1), 91-114.

GEOGRAFIA URBANA - 75h

Ementa

Urbanização: conceitos básicos. Urbano x Rural. Continnum urbano-rural. Urbanização extensiva. Novo Rural. Rurbano. Redes urbanas e sistemas de hierarquia: como as cidades se organizam. Hierarquia Urbana no Brasil. Novos sistemas de fluxos. Redes dendríticas e complexas. Redes urbanas regionais. Transformações urbanas e demográficas recentes no Brasil. Cidades médias. Emergência dos pequenos municípios. Metropolização. Periferização. O surgimento das Redes Móveis após a virada do milênio. Impactos da globalização e as novas perspectivas nos sistemas de fluxos. Cidades globais.

Bibliografia básica

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.
LEFEBVRE, H. (1999b). *A Revolução Urbana* (S. Martins, Trans.). Belo Horizonte: Editora da UFMG.
SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo: Nobel, 1998.
SATHLER, D.; Monte-Mór, R. L.; Carvalho, J. A. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia Brasileira. Nova Economia, v. 10 (1). Belo Horizonte, 2009.

Bibliografia complementar

BECKER, B. K. (1982). Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
COMPANS, R. (1999). O paradigma das Global Cities nas estratégias de desenvolvimento local. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 1(1), 91-114.
GEIGER, P. P. Evolução da rede urbana brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos
Pedagógicos, 1963.
SATHLER, D.; Monte-Mór, R. L.; Carvalho, J. A. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia Brasileira. Nova Economia, v. 10 (1). Belo Horizonte, 2009.

CARTOGRAFIA TEMÁTICA – FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES (4 créditos)

Ementa: Fundamentos e objetivos da Cartografia Temática. Organização e tratamento de dados geográficos e bases cartográficas para geração de mapas temáticos e cartogramas. Semiologia gráfica. Construção de mapas temáticos. Gráficos: construção e uso.

Bibliografia básica

JOLY, Fernand. **A Cartografia**. Tradução por Tânia Pellegrini. Campinas : Papirus, 1990, 136 p.
MARTINELLI, Marcello. **Geografia Temática: Caderno de Mapas**. São Paulo: Edusp, 2003, 160 p.
MARTINELLI, Marcello. **Mapas de Geografia e Cartografia Temática**. 3 Ed. São Paulo: Contexto, 2006, 112 p.

Bibliografia complementar

MARTINELLI, M. Curso de cartografia Temática. São Paulo: Contexto, 1991.
MARTINELLI, M. Gráficos e mapas: construa-os, você mesmo. São Paulo: Moderna, 1998. 120 p.
OLIVEIRA, C. Curso de Cartografia Moderna. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 152p.
RAISZ, E. Cartografia Geral. Trad. Neide M. Scheneider e Pericles A.M. Neves. Rio de Janeiro: Científica, 1969, 414p.
NOGUEIRA, R. E. Cartografia, representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.
NOGUEIRA, R. E. **Cartografia**: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. 3. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

HISTÓRIA

HISTÓRIA REGIONAL – 75 h

Ementa

A região como categoria histórica e como conceito de análise. A construção social do espaço e a regionalização em perspectiva histórica. O conceito político de região e o manejo da diversidade: poder e território dos antigos impérios aos Estados nacionais contemporâneos. Identidades, discursos regionalistas e conflitos na história do Brasil. A questão regional e o desenvolvimento econômico e social.A cultura, a arte e as identidades regionais: definições e problemas de método.

Bibliografia básica

GONÇALVES, Andréa Lisly (Org.); ARAUJO, Valdei Lopes. (Org.) *Estado, região e sociedade*. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.
MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas*. 4ª. ed. São Paulo:Hucitec/Annablume, 2002
SILVA, Marcos A. *República em Migalhas.* História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

Bibliografia complementar

BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996 (3 vols.).

GEBARA, Ademir [et al]. História Regional: Uma discussão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987.
LIPIETZ, Alain. O capital e seu espaço. São Paulo: Nobel, 1988.
OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
SOUZA, Maria. Adélia A. (org.). Território Brasileiro: usos e abusos. Campinas: Ed. Territorial, 2003.

HISTÓRIA ANTIGA – 75 H

Ementa

O desenvolvimento das civilizações do Egito, Mesopotâmia e Índia. Formação e florescimento do mundo helênico. A helenização do oriente. Influência do helenismo na formação das civilizações do mediterrâneo Ocidental. O mundo romano.

Bibliografia básica

ANDERSON, P. Passagens da antiguidade ao Feudalismo. Porto, Edições Afrontamento, 2ª EDIÇÃO, 1982.
CARDOSO, C.F.S. Antiguidade Oriental: política e religião. São Paulo, Contexto, 1990.
FINLEY, M. A Economia Antiga. Porto, Afrontamento, 1970.
FUNARI, Pedro P. Grécia e Roma. Campinas, Ed. Da UNICAMP, 1995.

Bibliografia complementar:

VERNANT, J.P., org., O homem grego. Lisboa, Presença, 1988.
COULANGES, F. A cidade estado antiga. Estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. SP, Hemus, 1975, Livros I e II - Antigas Crenças e A Família, p. 7-92; Livro III - A cidade, p. 93-187. Livro IV - As Revoluções, p. 188-286, Livro V - Desaparece o regime Municipal, p. 287-308.-
VEYNE, Paul (org). História da vida privada I. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
CARDOSO, C. F. S. Modos de produção na Antiguidade. São Paulo, Global, 1982.
PINSKY, Jaime. As primeiras civilizações. São Paulo: Atual, 1987.
VERNANT, Jean Pierre. Mito e Religião na Grécia Antiga. Campinas, Papirus, 1992.

HISTÓRIA DA ÁFRICA – 75 H

Ementa

Renascimento cultural africano; colonialismo; transformações sociais, políticas, econômicas da África; imperialismo, neocolonialismo, movimentos de libertação hoje, África: impasses e desafios.

Bibliografia básica

OLIVER, Roland. A experiência africana da Pré-História aos dias atuais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
SILVA, Alberto da Costa e. A enxada e a lança. A África e escravidão, de 1500 a 1700; 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
THORTON, J. A África e os africanos na formação do mundo atlântico. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.
BEDARIDA, François. As responsabilidades do historiador expert. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). Passados recompostos. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. P. 144 – 153.

Bibliografia complementar

ALENCASTRO, Luís Felipe. O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.
BÃ, Amadou Hamapate. Amkouell, o menino fula. São Paulo: Pala Athena/Casa das Áfricanas, 2003.
LIMA, Mônica. A África na sala de aula. In: Nossa História nº 4. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. p. 84-87
MUNANGA, Kabengele. Construção da identidade negra no contexto da globalização. Cadernos PENESB, n. 4. Niterói: Editora da UFF, 2002. p. 61-83
PRIORE, Mary del e VENÂNCIO, Renato (orgs.) Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
SLENNES, Robert. Malungo, Ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil. São Paulo: Revista da USP, n. 12, dez/jan/fev. 1991/1992, p. 48-67.

HISTÓRIA MEDIEVAL -75 H

Ementa

A formação dos Estados cristãos do Ocidente. Expansão e florescimentos dos grandes impérios medievais: Bizantino, Árabe. A formação dos laços feudo-vassálicos. O pensamento medieval.

Bibliografia básica

BLOCH, Marc. A Sociedade Feudal. Lisboa: Ed.70, 1982.
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. Lisboa: Ed. Afrontamento, 1982.
BASCHET, Jérôme. A civilização feudal. Do ano mil à colonização da América. Rio de Janeiro: Globo, 2006.
DUBY, Georges. Guerreiros e Camponeses. Os primórdios do crescimento econômico europeu (séc. VII-XII). Lisboa: Estampa, 1978.
GUREVICH, Aaron. I.. As categorias da cultura medieval. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.
LE GOFF, Jacques. A civilização do Ocidente Medieval. São Paulo: EDUSC, 2005.
_____ (dir.); O homem medieval. Lisboa: Ed. Presença, 1989.
RIBEIRO, D.V. Igreja e Estado na Idade MédiaRelações de poder. Belo Horizonte:Editora Lê, 1995.
RICHÉ, Pierre. As Invasões Bárbaras, Mira Sintra: Ed. Europa América, 1982.
VEYNE , Paul (org); História da Vida Privada - Do Império ao Ano Mil. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

Bibliografia complementar

DUBY Georges; Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval. vol. 1, Lisboa: Ed. 70, 1987.
_____; As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo. Lisboa: Estampa, 1982.
ESPINOSA, Fernanda. Antologia de textos históricos medievais. Lisboa: Sá da Costa Ed., 1972.
LE GOFF ; SCHMITT, Jean-Claude (dirs). Dicionário temático do Ocidente Medieval. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 2 vols.

SILVA, Marcelo Cândido. A realeza cristã na Alta Idade Média. Os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séc. V-VIII). São Paulo: Alameda, 2008.

HISTÓRIA DA AMÉRICA I – 75 H

Ementa

Formação da América Latina. A colonização espanhola. A colonização inglesa. As revoluções liberais na América Latina. Independência dos Estados Unidos. Fragmentação da América Espanhola. As diversas facetas da escravidão na América Latina.

Bibliografia básica

SALMORAL, Mannuel Lucena Historia de Iberoamérica tomos I e II. Madri, Cátedra, 1987 e 1992.
BETHELL Leslie (org.). História da América Latina vol. I e II. São Paulo, Edusp / FUNAG, 1998 e 1999.
SCHWARTZ, Stuart &, James Lockhart. A América Latina na época colonial. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 3a ed., 1986 (há várias edições).
CRUNDEN, Robert M.. Uma breve história da cultura americana. Rio de Janeiro, Nórdica, s.d. [1990]
KARNAL, Leandro et al. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo, Contexto, 2007.

Bibliografia complementar

NEVINS, Allan & Henry S. Commager. Breve História dos Estados Unidos. São Paulo, Alfa-Ômega, 1986.
SAUER, Carl Ortwin. Descubrimiento y dominación española del Caribe. México, Fondo de Cultura Económica, 1984.
SELLERS, Charles; Henry May; Neil R. Mcmillen, Uma reavaliação da História dos Estados Unidos. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.
MORTON, Desmond. Breve História do Canadá. São Paulo, Alfa-Ômega, 1989.
COBEN Sanley & Norman Ratner. O desenvolvimento da cultura norte-americana. Rio de Janeiro, Anima, 1985.

LETRAS (GERAL)

TEORIA LITERÁRIA I – 75 H

Ementa

Natureza e função da literatura. As poéticas clássicas e a problematização da periodização literária. Revisão crítica dos gêneros literários: epopéia, tragédia e comédia. A configuração literária: fundo e forma.

Bibliografia básica

AGUIAR E SILVA, Victor M. de. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina, 1973.
ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Eudoro de Sousa. Porto Alegre: Ars Poética, 1992.
COUTINHO, Afrânio. *Notas de Teoria Literária*. São Paulo: Vozes, 2008.
CULLER, Jonathan. *Teoria literária.* Uma introdução. São Paulo: Becca, 1999.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura*. Uma introdução. São Paulo, Martins Fontes.
HORÁCIO. *A Arte Poética* (Epistula ad Pisones). Trad. Dante Tringali. São Paulo: Musa Editora, 1994.
PLATÃO. *A república*. São Paulo: EDIPRO, 1994.
TADIÉ, Jean-Yves. *A crítica literária no século XX*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1992.
WELLECK, R. e WARREN, A.*Teoria da literatura*. 5. ed.Trad. José Palla e Carmo. Lisboa: Publicações Europa-América, 198[?].

Bibliografia complementar

AUERBACH, Erich. Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental. 4ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
BRASIL, Assis. Teoria e prática da crítica literária. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
CANDIDO, Antonio. O estudo analítico do poema. São Pulo: Humanitas Publicações /FFLCH,/USP, 1996.
CHKLOVSKI, V. A arte como processo. In: TODOROV, Tzvetan (org.). Teoria da literatura – I.
Textos dos formalistas russos. Trad. Isabel Pacoal. Lisboa: Edições 70, 1999, p. 75-95.
COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria. Literatura e senso comum. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
SOUZA, Roberto Acízelo de. Teoria da literatura. São Paulo: Editora Ática, 1986.
TADIÉ, Jean-Yves. A crítica literária no século XX. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1992.

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA LINGUAGEM - 75h

Ementa

Apresentação das principais teorias e correntes linguísticas representativas da história dos estudos da linguagem através de uma perspectiva histórico-comparativa. Conceitos de linguagem; língua; gramática, texto e discurso.

Bibliografia básica

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O que é lingüística**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 4 ed., São Paulo: Cultrix, 1972.
BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 4ª Ed., 2003.
JAKOBSON, Roman. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1970, p. 118-162.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso: Introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola Editoria, 2004, p. 244-277.
BRONCKART, J-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discusivo**. São Paulo: EDUC, 1999.
CHOMSKY, Noam. **Linguagem e pensamento**. Trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1971.
FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 11ª Ed., 2004.
LOPES, Edward. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 2001.

LITERATURA E OUTRAS ARTES: ESTUDOS INTERDISCIPLINARES 75 H

Ementa

Estudos interdisciplinares nas fronteiras da literatura e outras linguagens, com ênfase nas teorias comparativistas e nos processos semióticos de construção de sentidos.

Bibliografia básica

ADORNO, Theodor. **Notas de literatura**. São Paulo: Editora 34, 2003.
BARTHES, Roland. **A câmera clara. Notas sobre a fotografia**. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica; arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: aventuras da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
BURKE, Edmund. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo**. Campinas: Papirus, 1993.

Bibliografia complementar

BAUDELAIRE, Charles. Sobre a modernidade. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
BURKE, Edmund. Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo. Campinas: Papirus, 1993.
CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 2003.
HUGO, Victor. Do grotesco e do sublime. São Paulo: Perspectiva, 2007.
MANGUEL, Alberto. Lendo Imagens. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA – 75 h

Ementa

Estudo do sistema fonológico da língua portuguesa em seus aspectos segmentais e suprassegmentais. Reflexão sobre as relações entre a fonética articulatória e o sistema gráfico da língua.

Bibliografia básica

CAGLIARI, L. C. **Análise fonológica**: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico. 2. ed. rev. Campinas, SP: Edição do Autor, 1998.
CAMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. Fonética In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (Orgs.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Contez, 2001. p. 105-146, vol. 1.
SILVA, T. C. **Fonética e fonologia do português**: roteiro de estudos e guia de exercícios. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

Bibliografia complementar

I – Fonética e fonologia: produção dos sons e classificação dos fonemas. BECHARA. E. Moderna gramática portuguesa. 37 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. p. 57-75.
CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Fonética e Fonologia. In: _____. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008. p. 37-75.
MORI, A. C. Fonologia. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (Orgs.). Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. p. 147-179, v. 1.
SANTOS, R. S.; SOUZA, P. C. Fonética. In: FIORIN, J. L. F. (Org.). Introdução à lingüística II: princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9-31.
SOUZA, P. C.; SANTOS, R. S. Fonologia. In: FIORIN, J. L. F. (Org.). Introdução à lingüística II: princípios de análise. São Paulo:Contexto, 2003. p. 33-58.

MORFOLOGIA E SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA - 75 h
Ementa
Reflexão sobre a formação de palavras em língua portuguesa: análise mórfica e processos de constituição. Classificação dos vocábulos com base em critérios formais, funcionais e semânticos. Descrição da estruturação sintagmática dos enunciados em português: sintagma nominal, sintagma preposicionado, sintagma adjetival e sintagma verbal.

Bibliografia básica
CAMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.
KEHDI, V. **Morfemas do português**. São Paulo: Ática, 1993.
MARTELOTTA, M. E. Dupla articulação. In: _____ (Org.). 1. ed. 3. reimp. **Manual de lingüística**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 37-41.
PERINI, M. A. **Gramática descritiva da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2007.
SANDMANN, A. J. **Morfologia geral**. São Paulo: Contexto, 1991.
SOUZA E SILVA, M. C. P.; KOCH, I. V. **Lingüística aplicada ao português**: morfologia. 16.
ed. São Paulo: Cortez, 2007.
_____. **Lingüística aplicada ao português**: sintaxe. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

Bibliografia complementar
BERLINCK, R. A.; AUGUSTO, M. R. A.; SCHER, A. P. Sintaxe. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (Orgs.). Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. São Paulo: Contez, 2001. p. 207-244, v. 1.
CARONE, F. B. Morfossintaxe. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
_____. Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes. 6. ed. São Paulo: Ática, 2000.
CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
MARTELOTTA, M. E. Conceitos de gramática. In: _____ (Org.). 1. ed. 3. reimp. Manual de
lingüística. São Paulo: Contexto, 2010. p. 43-70.
NEGRÃO, E. V.; SCHER, A. P.; VIOTTI, E. C. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In:
FIORIN, J. L. F. (Org.). Introdução à lingüística II: princípios de análise. São Paulo: Contexto,
2003. p. 81-109.
PETTER, M. M. T. Morfologia. In: FIORIN, J. L. F. (Org.). Introdução à lingüística II: princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003. p. 59-79.

LETRAS ESPANHOL

LÍNGUA ESTRANGEIRA I / ESPANHOL - 75 h
Ementa
Introdução do processo de ensino-aprendizagem da língua espanhola para aquisição das competências e habilidades básicas (compreensão oral e leitora, produção oral e escrita) necessárias ao desempenho linguístico-comunicativo satisfatório nos processos de interação social.

Bibliografia básica

FOLGUERAS-DOMINGUEZ, Sérvulo & Maura VALADARES. *Español para brasileños***.** São Carlos, S.: Kraino Ltda, 1999.
GONZALEZ ARAÑA, Corina e Carmen HERRERO AISA. *Manual de Gramática Española.*Madrid: Editorial Castilia, 1997.
GONZALEZ HERMOSO. A.. *Conjugar es fácil en español.*Madrid: Edelsa, 1997
HERNANDEZ, Guillermo. *Análisis Gramatical.*Teoría y Práctica. Madrid: SGEL, 1990
MATTE BOM, Francisco. *Gramática Comunicativa del español***.** V.1 e V.2. Madrid: Edelsa, 1995.
MORENO RIOS, B. & M SANZ PASTOR. Suma y Sigue. *Nivel intemedio alto-avanzado***.** España: Fundación Antonio de Nebrija, 1996.
SARMIENTO, Ramón & Aquilino SANCHEZ. *Gramática Básica del Español.*Norma y Uso. Madrid:SGEL, 1989.

Bibliografia complementar

ALAOREN, M dei C. Espanhol actual. 2. ed. Porto Alegre: Sagra, 1990.
COIMBRA,M de L. Gramática prática de espanhol. 4 Ed. São Paulo, Nobel
FERNANDEZ,J; FENTE, R; SILES, J Curso intensivo de español. Madri.
FRICÉRIO,F. Curso prático de español. Curitiba: Arco Íris, 1986.
MILANI, Esther Maria. Gramática de Espanhol para Brasileiros. São Paulo:Saraiva, 2000.
BRUNO, F.C. & MENDONZA, M. A Hacia el Español. Nível Intermediário. São Paulo: Saraiva, 1998.
BRUM DE PAULA, Mirian Rose et SANS SPINAR, Gema; (1997) A introdução de uma nova entidade no texto narrativo: estudo comparativo entre as línguas espanholas, francesa e portuguesa. In: Revista Letras 14, Mestrado em Letras/UFSM, Santa Maria.
CASADEI PIETRAROIA, Cristina Moerbeck. (1997). Percursos de Leitura: léxico e construção do sentido na leitura em língua estrangeira, ANNABLUME, coleção PARCOURS, São Paulo.
CORACINI, M. J. (Org.) (1995). O jogo discursivo na aula de leitura. Campinas: Pontes, 1995.

LÍNGUA ESTRANGEIRA II / ESPANHOL - 60 h

OBS. As ementas das UCs de Língua estrangeira serão elaboradas pela equipe especializada na área, a ser contratada no preenchimento de vagas via concurso.

Bibliografia básica

ARAGONÉS, Luis & PALENCIA, Ramón. *Gramática de uso de español para extranjeros*. Madrid: Editora SM, 2003.
REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Dicionario de la lengua española*. 21.ed. Madrid: Espasa Calpe S.A., 1995.
J. GARCIA, Maria de los Ángeles e SÁNCHES HERNÁNDES, Josephine. *Español sin fronteras*. Vol. I a IV. SP: Editora Scipione, 1996.
PEDRAZA JIMÉNEZ, Felipe B. e CÁCERES, Rodriguez**.** *Vamos hablar*. Volumes I a IV. São Paulo: Editora Ática, 1997.
MARCOS DE LA LOSA, María del Carmen y OBRA RODRÍGUEZ, Maía Rosario. Punto final. Edelsa S. A, Madrid.
PASTOR, Enrique. Escribir cartas - español lengua extranjera. Difusión, Barcelona.

Bibliografia complementar

FRIGERIO, Francisco. Curso práctico de español. Curitiba: Arco-Íris, 1990.
ARISTOS: Dicionario Ilustrado de la lengua española. Barcelona: Ed. R. Sopena S. A., 1997.
ALVES, Adda-Nari M. e ALVES, Angélica Mello. ¡Vale! Español para brasileiros. Volumes I a IV. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
MATTE BON, F. Gramática comunicativa del español (tomos I y II). Madrid: Edelsa – Nueva Edición revisada, 1998.
CASTRO, F. Uso de la gramática española – nivel intermedio. Madrid: Edelsa, 1996.
BON, Matte. Gramatica comunicativa del español. Volumes I e II. España: Edelsa, 1995.
MARCOS DE LA LOSA, María del Carmen y OBRA RODRÍGUEZ, Maía Rosario. Punto final. Edelsa S. A, Madrid.

LETRAS INGLÊS

LÍNGUA ESTRANGEIRA I / LÍNGUA INGLESA – 75 h
Ementa
Estudo de aspectos léxico-gramaticais da língua inglesa. Práticas de compreensão e produção de textos orais e escritos em língua inglesa de baixa complexidade.

Bibliografia básica
ADELSON-GOLDSTEIN, J. **Listen First**.Oxford University Press FERRO, Jefersson. **Around The World**: Introdução a Leitura em Língua Inglesa. Editora Ibpex, 2006.
MURPHY, R. **Essential Grammar in Use***:* a self-study reference and practice book for elementary students.Cambridge, Mass:. Cambridge University Press, 1995.
OXEDEN, Clive; LATHAM-KOENIG, Christina & SELIGSON, Paul. **New English File - Elementary**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
RICHARDS, J. C. **Interchange***:* English for international Communication. Intro B. Cambridge. Mass.: Cambridge UP, 1996. Student's Book.
SOUZA, Adriana Grade Fiori *et al*. **Leitura em Língua Inglesa**: uma Abordagem Instrumental. Editora Disal, 2005.
_____.**Interchange***:* English for international Communication*.* Intro B. Cambridge. Mass.: Cambridge UP, 1996. Workbook.

Bibliografia complementar
CHOMSKY, N. A. Rules and representations. New York: Columbia University Press,1980.
CHOMSKY, N. A. Reflections on language. New York: Pantheon books, 1976.
CHOMSKY, N. A. Knowledge of language: its nature, origin and use. Westport: Praeger, 1986.
CHOMSKY, N. A. The Architecture of Language. Oxford: Oxford University Press, 2000b.
BLOCK, D. The social turn in second language acquisition. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2003.
DONNINI, Lívia; PLATERO, Luciana. All set! 1: Student book. São Paulo: Cengage ELT, 2008.

LARSEN-FREEMAN, D. and Michael H. Long. An introduction to second language acquisition research. New York: Longman, 1991.
MCCARTHY, M.; O'DELL, F. Basic Vocabulary in use. Cambridge University Press.

LÍNGUA ESTRANGEIRA II/ INGLÊS – 75 h

Ementa

Estudo de aspectos léxico-gramaticais da língua inglesa. Práticas de compreensão e produção de textos orais e escritos em língua inglesa de média complexidade

Bibliografia básica

MURPHY, R. **Essential Grammar in Use***:* a self-study reference and practice book for elementary students*.* Cambridge, Mass:. Cambridge University Press, 1995.
OXEDEN, Clive; LATHAM-KOENIG, Christina & SELIGSON, Paul. **New English File** – Pre-Intermediate*.* Oxford: Oxford University Press, 2004.
RICHARDS, J. C. **Interchange 2***:* English for international Communication*.* Cambridge. Mass.: Cambridge UP, 1996. Student's Book.
_____. **Interchange 2***.:* English for international Communication*.*Intro A. Cambridge. Mass.: Cambridge UP, 1996. Workbook.

Bibliografia complementar

BENVENISTE, E. Problemas de Linguística Geral II. Campinas: Pontes, 1989.
BLOOMFIELD, L. Language. London: George Allen and Unwin, 1933.
CAPRA, F. As conexões ocultas; ciência para uma vida sustentável. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2005.
CHOMSKY, N. A. Lectures on government and binding. Dordrecht: Foris Publications, 1981.
EDELMAN, Gerald M. Second Nature; brain science and human knowledge. New Haven and London: Yale University Press, 2006.
ELMAN, J. L. et al. Rethinking Innateness: A Connectionist Perspective on Development. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.
FAUCONNIER, Gilles. Espaces mentaux: Aspects de la construction du sens dans lês langues naturelles. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.
JOHNSON, M. A Philosophy of Second Language Acquisition. New York: New Haven, CT; London: Yale University Press, 2004.
KRASHEN, S. D. The input hypothesis: issues and implications. London and New York, Longman, 1985.